

Revista

Letras



Reitor

Carlos Augusto Moreira Júnior

Vice-Reitora

Márcia Helena Mendonça

Diretor da Editora UFPR

Luis Gonçales Bueno de Camargo

Revista Letras

Publicação quadrienal do Curso de Letras da UFPR

<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras>

A *Revista Letras* está indexada nos seguintes índices bibliográficos: 1. *Internationale Bibliographie der Rezensionen Wissenschaftlicher Literatur/International Bibliography of Book Reviews of Scholarly Literature*; 2. *Linguistics and Language Behavior Abstracts*; 3. *MLA – International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literatures*; 4. *Social Planning, Policy and Development Abstracts*; 5. *Sociological Abstracts*; 6. *Ulrich's International Periodicals Directory*; 7. *CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*.

Editor: Patrícia da Silva Cardoso

Secretaria editorial: Norma Müller

Coordenação da área de Literatura: Marilene Weinhardt

Coordenação da área de Lingüística: Lígia Negri

Conselho Editorial do Curso de Letras da UFPR

Elena Godoy (Área de Espanhol/DELEM), Jorge Ferro Pique (Área de Estudos Clássicos/DELIN), José Borges Neto (Área de Lingüística/DELIN), Lígia Negri (Área de Língua Portuguesa/DELIN), Lucia S. Zanette (Área de Italiano/DELEM), Mail Marques de Azevedo (Área de Inglês/DELEM), Marilene Weinhardt (Área de Literatura Brasileira/DELIN), Mauricio Mendonça Cardozo (Área de Alemão/DELEM), Patrícia da Silva Cardoso (Área de Literatura Portuguesa/DELIN), Sandra Novaes (Área de Francês/DELEM)

Consultores ad hoc

Altair Pivovar (UFPR), Anamaria Filizola (UFPR), Aparecida de Fátima Bueno (USP),
Benito Rodríguez (UFPR), Caetano Galindo (UFPR), Clarice Madureira (UFPR), Clarissa Jordão (UFPR),
Cláudia Mendes Campos (UFPR), Fabiano Dalla Bona (UFPR), Iara Costa (UFPR), Ida Alves (UFF), José
Borges Neto (UFPR), José Erasmo Gruginski (UFPR), Lígia Negri (UFPR), Luci Collin (UFPR), Mail Marques
Azevedo (UFPR), Marcelo Sandmann (UFPR), Marcos Siscar (Unesp), Marta Costa (UFPR/PUC-PR), Maurício
Mendonça Cardozo (UFPR), Maximiliano Guimarães (UFPR), Mônica Figueiredo (UFRJ),
Odette Menon (UFPR), Patrícia Cardoso (UFPR), Paulo Motta (USP), Paulo Soethe (UFPR),
Paulo Venturelli (UFPR), Regina Przybycien (UFPR), Reny Gregolin (UFPR), Rodolfo Ilari (Unicamp),
Sandra Stroparo (UFPR), Terumi Villalba (UFPR)

Conselho Consultivo

Antonio Dimas (USP), Carlos Alberto Faraco (UFPR/Cefet-PR), Fernando Cabral Martins (Universidade Nova de Lisboa), Filomena Hirata (USP), Haquira Osakabe (Unicamp), Irene Aron (USP), Lúcia Sá (Stanford University), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marilia dos Santos Lima (UFRGS), Marzia Terenzi Vicentini (UFPR), Patrick Farrell (University of California/Davis), Raquel Salek Fiad (Unicamp), Rodolfo A. Franconi (Dartmouth College), Rodolfo Ilari (Unicamp)



Sistema Eletrônico de Revistas – SER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

Revista

Letras

Número 70 2006

Editora
UFPR

EDITORIA UFPR
R. João Negrão, 280, 2º andar
Tel./fax (41) 3360-7487/3360-7486
Caixa Postal 19.029 - 81.531-980 - Curitiba - Paraná - Brasil
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br

Coordenação editorial: Daniele Soares Carneiro

Revisão dos textos em

Português: Patrícia Domingues Ribas

Inglês: Vera Lúcia Roloff

Espanhol: Terumi K. Villalba

Francês: Nathalie Anne-Marie Dessartre Mendonça

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica: Rachel Cristina Pavim

A *Revista Letras*, n. 70, setembro a dezembro de 2006, poderá ser obtida em permuta junto à Biblioteca Central - Caixa Postal 19.051 - 81.531-980 - Curitiba - Paraná - Brasil
inter@ufpr.br

Coordenação de Processos Técnicos. Sistema de Bibliotecas, UFPR

Revista Letras / Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes. - n. 21 (1973) - . -
n. 70

Quadrimestral

Continuação de *Letras*.

ISSN-0100-0888

1. Lingüística. I. Universidade Federal do Paraná.
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

CDD 410.5

CDU 801(05)

Série Revistas da UFPR, n. 175
ISSN 0100-0888
Ref. 451

FUNDACÃO
ARAUCÁRIA

PRINTED IN BRAZIL
Curitiba, 2007

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

APRESENTAÇÃO

Presentation

A seção Estudos Literários deste número abre-se com um artigo sobre o *Fausto* de Marlowe e segue com um estudo sobre a incidência das mídias visuais na literatura produzida no romantismo. Completam a seção uma leitura de *O camponês*, de Louis Aragon, e uma discussão sobre o desenvolvimento da noção de iberismo na obra de Juan Valera.

Ao leitor interessado em Estudos Lingüísticos este número da *Revista Letras* reserva uma variada coleção de artigos que vão da semântica à análise do discurso.

No âmbito dos estudos pós-coloniais, integra a seção Outros Estudos um artigo que investiga as relações entre a violência do processo colonizador e a devastação ecológica.

Completam este volume uma entrevista com Jorge Riechmann e uma resenha sobre livro de Terry Eagleton.

O Editor

SUMÁRIO / SUMMARY

Estudos Literários / *Literary Studies*

- 11 Doutor Fausto, enamorado do mundo
Worldling Doctor Faustus
Francisco R. S. Innocêncio
- 33 A literatura moderna e a visibilidade: do abstrato e da distorção no romantismo
Modern literature and visibility: on abstractism and distortion in romantic literature
Michael Korfmann
- 59 A Paris d'O camponês
Literary representation of the city in Le Paysan de Paris, by Louis Aragon
Flávia Nascimento
- 81 A evolução do iberismo de Juan Valera
The evolution of 'iberismo' in Juan Valera
Rodrigo Vasconcelos Machado

Dossiê Estudos Lingüísticos / *Linguistic Studies: on Formal Semantics*

- 97 Impressões lingüísticas sobre duas axiomatizações para a Gramática Categorial
Linguistic impressions on two axiomatizations for Categorial Grammar
Luiz Arthur Pagani
- 113 Uma abordagem semântica dos advérbios em -mente do português brasileiro
A semantic approach to the adverbs ending in 'mente' in Brazilian Portuguese
Tércio Campos Polli
- 137 Descrição e análise dos usos lingüísticos de diferentes ambientes da internet e sua relação com o suporte
A description and an analysis of linguistic uses in different internet environments and their relationship to support
Rodrigo Moura Lima de Aragão
- 157 O quantificador tudo no PB
The quantifier "tudo" in Brazilian Portuguese
Luisa Godoy
Márcia Cançado
- 183 La presentación del comentario semántico en los diccionarios escolares
The presentation of semantic definitions in school dictionaries
Virgínia Sita Farias

- 207 Anáforas encapsuladoras: uma análise em textos de opinião
Encapsulating anaphors: an analysis in opinion texts
Roberlei Alves Bertucci
- 223 A problemática dos americanismos: teorias de divisão dialetal, análise de dados e uma proposta para a marcação diatópica do dicionário de falsos amigos Espanhol - Português
The issue on Americanisms: dialect division theories, data analysis and a proposal for diatopic marking in Spanish-Portuguese dictionaries of false cognates
Michelle Kuhn Fornari
- 247 Dificuldades de aprendizagem da escrita: uma análise de acompanhamentos clínicos dessa modalidade de linguagem
Difficulties in the acquisition of writing: an analysis of clinical monitoring sessions conducted in this mode of language
Ana Cristina Guarinello
Ana Paula Berberian
Ana Paula Santana
Gisele Athayde Massi
Keylla Darielle Rivabem
Lilian Cássia Bórnia Jacob
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado
- 267 Subsídios para a compreensão do gênero resenha
Support for an understanding of the genre 'review'
Siderlene Muniz-Oliveira
- 283 Enunciação e leitura
Enunciation and reading
Fernando Moreno da Silva

Outros Estudos / Other Studies

- 297 Postcolonial historical ambiguities and environmental tensions in Paraná, Brazil
Ambigüidades históricas pós-coloniais e tensões ambientais no Estado do Paraná, Brasil
Thomas Bonnici

Entrevista / Interview

- 321 Jorge Riechmann: la poesía, entre la desmesura y la fragilidad
Jorge Riechmann's poetry: between immoderation and fragility
Marta B. Ferrari

Resenha / Book Review

- 333 A idéia de cultura, de Terry Eagleton

ESTUDOS LITERÁRIOS

Literary Studies

DOUTOR FAUSTO, ENAMORADO DO MUNDO

Worldling Doctor Faustus

Francisco R. S. Innocêncio*

1 INTRODUÇÃO

No verbete sobre Fausto que compôs para o *Dicionário de mitos literários*, André Dabézies assim se refere a este mito cuja origem praticamente coincide com os últimos resquícios da Idade Média e o início do Renascimento:

Entre os mitos literários, um paradigma quase completo: um daqueles cuja gênese dá a perceber com absoluta nitidez as etapas que conduzem da história à lenda, e em seguida o cruzamento da lenda popular com a produção literária; mais tarde, sua evolução fornece todo tipo de exemplos do diálogo entre a literatura e os acontecimentos ou as mentalidades coletivas e mostra o jogo dos clichês estereotipados, herdados do passado, e dos textos que se alimentam do mito vivo (DABEZIES, 1997, p. 334).

De fato, Fausto é um caso único de personagem com existência histórica real bem conhecida e razoavelmente documentada que acaba por se tornar um mito literário com manifestações em praticamente toda a literatura ocidental, com diversas ocorrências expressivas entre a chamada literatura canônica – e também em outras formas de manifestação cultural

* Mestrando em Letras pela UFPR.

e artística, como a música, as artes plásticas e o cinema. A disseminação do mito no ocidente é tal que o encontramos em diversas literaturas nacionais de alcance universal. De todas essas manifestações, porém, duas são particularmente importantes, por terem estabelecido as características do mito e firmado as feições que o personagem fáustico teria a apresentar para o homem moderno. A primeira delas, *A trágica história da vida e da morte do Doutor Fausto*, de Christopher Marlowe, delineou o semblante do mito em sua realização literária, tal como se disseminaria no ocidente: o homem de ciência que, desiludido por um lado com as limitações de seu saber e por outro com as frustrações de uma vida de sacrifícios, decide vender a alma ao diabo em troca de conhecimento, domínio sobre a natureza, poder e prazer mundanos. O Fausto de Marlowe distingue-se tanto do personagem histórico de Georg Faust, mistura de médico, astrólogo, charlatão mesmerista e saltimbanco de feira, quanto das lendas populares a que este deu origem e que, antes do dramaturgo inglês, estão presentes nas histórias do herege demoníaco do fim da Idade Média, de autoria anônima, publicadas pelo editor Spiess em sua *Historia von Doctor Johannes Fausten*. A segunda, o drama *Fausto*, de Johann Wolfgang von Goethe, em que o personagem assume finalmente as qualidades que associamos ao adjetivo “fáustico”, ou seja, a decepção com as limitações do conhecimento oferecido por seu tempo e a vontade de superar tais limitações em busca de um saber pleno, mesmo à custa da própria alma.

Este texto se propõe a fazer uma análise da primeira ocorrência literária do mito de Fausto, *A trágica história da vida e da morte do Doutor Fausto*, escrita pelo dramaturgo inglês Christopher Marlowe. A partir desta análise, terá a intenção de demonstrar que Marlowe, embora parte de uma lenda de origem medieval e utilize recursos cênicos oriundos da peça de moralidade, utiliza-os de maneira inovadora. Se retoma uma lenda de origem cristã e protestante, o faz para expressar muitas de suas idéias em conflito com a religiosidade de sua época. E se emprega recursos do teatro didático cristão da Idade Média, utiliza-os para expressar conflitos internos do personagem, função que não exercem nos palcos anteriores ao período elisabetano.

2 A TRÁGICA HISTÓRIA DO DOUTOR FAUSTO

2.1 O FAUSTO HISTÓRICO E A CRISE DO PENSAMENTO HUMANISTA

Benedetto Croce, em seu volume de ensaios sobre Goethe (CROCE, 1951, p. 37-45), estabelece uma correspondência entre Fausto e a trajetória de crise do pensamento moderno com sua libertação dos freios impostos pelos dogmas religiosos, de modo que tal pensamento passa então a questionar a si mesmo. Diz Croce:

En Faust, se refleja, de modo inmediato, la crisis del pensamiento moderno, una vez que, librado de las tradicionales creencias religiosas, empezaba a sentir el vacío de la ciencia intelectualística, que las había reemplazado; y se refleja, al mismo tiempo, un momento eterno del espíritu humano, el momento en que el pensamiento se critica a si mismo y está venciendo sus propias abstracciones (CROCE, 1951, p. 39).

Desde sua origem histórica, aliás, muito antes de sua mais famosa manifestação na obra de Goethe, o mito de Fausto esteve diretamente vinculado aos movimentos do pensamento humanista ao fim da Idade Média, quando o poder da Igreja Católica, outrora soberano, era gradativamente posto em questão, por um lado pela ciência, que começava a propor sua interpretação do mundo e da natureza sem se submeter aos crivos da instituição religiosa, e por outro, pela reforma protestante de Lutero e Calvino.

O conhecimento que temos do indivíduo a cuja existência remonta o mito de Fausto tem origens singulares: como aparentemente nada escrito por seu próprio punho chegou até nós, a maior parte das informações de que dispomos a seu respeito provém de seus detratores, que aliás não foram poucos, quase todos ligados ao protestantismo luterano e, em escala um pouco menor, mas não menos importante, ao humanismo católico e ao estudo da magia. Georg Faust era um personagem bastante conhecido na Alemanha da primeira metade do século XVI e aparentemente uma figura de grande apelo popular. Misto de médico, astrólogo e mágico errante, Faust viveu entre os anos de 1480 e 1540 (ou 41), uma época de profundas transformações sociais, decisivas para a formação da sociedade burguesa. É interessante observar que o percurso seguido por Faust em sua passagem de pessoa real a personagem lendário e deste a mito literário ocorre em um intervalo relativamente curto: em 1587, menos de 50 anos após a sua morte, é publicada a *Historia von Johann Fausten*, também conhecida como

Faustbuch, pelo editor alemão Johann Spiess, uma versão composta a partir das narrativas populares que tratavam da lendária história de Faust, e antes mesmo que o século terminasse surge na Inglaterra o drama de Christopher Marlowe, *The tragical history of D. Faustus*, ou seja, a construção do mito a partir do homem real levaria menos de um século para se concretizar. Como lembra João Barrento, porém, “a lenda do mago e o motivo do pacto com o diabo são (...) anteriores à época de Fausto e condensam-se nas lendas cristãs em torno de três grandes figuras: Simão Mago, Cipriano de Antioquia e Teófilo de Adana” (BARRENTO, 1984, p.12). É sobretudo com o primeiro deles que a história de Fausto se confunde no imaginário popular da época, em parte porque ele próprio, homem tido como fanfarrão e jactancioso, costumava se referir a si mesmo como “o Fausto mais jovem, o líder dos nigromantes, astrólogo, o segundo Mago, salmista e adivinho”, conforme testemunho do erudito beneditino Johannes Tritheim, feroz adversário de Faust (WATT, 1997, p. 20). O título de “segundo Mago” que se atribuía refere-se com certeza a Simão Mago, personagem descrito nos Atos dos Apóstolos, que teria tentado comprar destes o dom de conferir o Espírito Santo pela imposição das mãos (BARRENTO, 1984, p. 12). Um traço comum entre Faust e Simão é a negação da natureza divina de Cristo, motivo pelo qual atrai a reprovação das personalidades ligadas à Igreja. Dele diz Tritheim, em carta datada de 1507: “... ter-se-á vangloriado na presença de muitas pessoas, com igual vaidade, de que os milagres do nosso Redentor Cristo não são dignos de admiração; ele era capaz de fazer tudo o que Cristo tinha feito, quantas vezes e quando quisesse” (BARRENTO, 1984, p. 19).

Entretanto, o que sem dúvida está na gênese tanto da lenda de caráter popular quanto do mito de Fausto tal qual o conhecemos é a procura por um saber que superasse a visão de mundo corrente em sua época, a ponto mesmo de negá-la. A esse respeito, comenta Hans Mayer:

Todas as dúvidas do homem da era da Reforma convergem na nova figura de um prodígio mestre da magia negra, que já não é sacerdote nem falso monge, como no universo católico, mas *leigo* e representante de todas as ciências e artes, das profanas como das espirituais. *A partir de então o seu nome foi Fausto*. Ele extraiu as consequências da exclusão dos sacramentos e da mediação, ampliou decididamente, muito para além de Lutero, o alcance da auto-responsabilidade do homem. Em nome da razão, protestou contra a violação desta pela fé. A sua resposta ao pecado original foi o afastamento da vida cristã. Ele encarou com uma terrível seriedade o mal na natureza humana. O mal latente nele gerou, consequentemente, o mal. O resultado foi o pacto com o diabo (Hans Mayer. *Höllenfahrt des Doktor Faustus*. Apud BARRENTO, 1984, p. 14-15).

2.2 A TRÁGICA HISTÓRIA DE CHRISTOPHER MARLOWE

Christopher Marlowe foi, ele próprio, uma figura tão interessante e quase tão fáustica quanto o personagem de sua tragédia. Embora tal afirmação seja um verdadeiro clichê quando se trata de comentar a vida de autores que, a par de uma obra influente e provocadora para sua época, tiveram uma vida conflituosa e uma personalidade em choque com os valores de seu tempo, ela sem dúvida se aplica a este dramaturgo elisabetano, precursor imediato de Shakespeare, como a ninguém mais. Filho de um sapateiro, ingressou aos quinze anos na Escola Real de Canterbury, sua cidade natal, uma idade usualmente considerada tardia para um estudante que desejasse iniciar os estudos naquela instituição. Dois anos depois, é beneficiado por uma bolsa para a Universidade de Cambridge. Em 1584 adquire o título de Bacharel em Artes e em 1587, por suas ausências prolongadas, é-lhe recusado o título de licenciado por aquela instituição. Por interferência do Conselho Privado da Coroa, porém, Marlowe acaba por receber o título, havendo indícios razoavelmente seguros de que durante seus anos de estudante ele esteve a serviço da Coroa como agente secreto, infiltrado entre os estudantes de uma universidade jesuítica na França. Ainda em 1587, ano em que Spiess imprime a *Historia von Doctor Johann Fausten*, muda-se para Londres. Ali, Marlowe uniu-se à companhia de teatro do Conde de Nottingham, o almirante da frota inglesa, e nessa companhia encenou a maioria de suas obras, a começar pelas duas partes de *Tamerlão, o Grande*.

Nos anos que se seguiram, os registros apontam uma série de atritos com a justiça motivados por envolvimentos em brigas, agressões e sobretudo por proferir blasfêmias e heresias e por ateísmo. No dia 12 de maio de 1593, o também dramaturgo Thomas Kyd, após uma busca realizada na residência que dividia com Marlowe, a qual revelou a existência de papéis comprometedores, foi preso e, sob tortura, denunciou seu colega por ateísmo e pela autoria dos documentos encontrados. Uma semana depois, emitiu-se a ordem de prisão contra Marlowe.

Seu assassinato durante uma briga também ocorreu sob circunstâncias suspeitas. Poucos dias depois da emissão da ordem de prisão, enquanto se encontrava em uma hospedaria no condado de Kent, teria se desentendido a respeito da conta de uma refeição com um dos três amigos que lá estavam com ele, Ingram Frizer. Após atacar Frizer pelas costas, teria sido por este apunhalado no olho, morrendo quase imediatamente. Frizer foi libertado poucos dias depois, tendo-se reconhecido defesa própria, ao mesmo tempo em que lhe foi concedido perdão real.

Este brevíssimo relato da biografia do dramaturgo demonstra o quanto ele teve uma vida e uma morte turbulentas em uma época igualmente turbulenta. Em um período ainda dominado por alguns dos conceitos herdados do pensamento medieval, segundo o qual posicionar-se contra as escrituras era crime severamente punido, Marlowe professava publicamente o ateísmo, negava a verdade do evangelho e defendia o homossexualismo. Em seu depoimento perante as autoridades, por exemplo, Thomas Kyd afirmou que

it was his custom when I knewe him first & as I heare saie he contynewd it in table talk or otherwise to iest at the divine scriptures gybe at praiers, & stryve in argument to frustrate & confute what hath byn spoke or wrytt by prophets & such holie menn (STEANE, 1970, p. 7).

Outro depoimento da época, proferido por um certo Richard Barnes, dá conta que:

Marlowe is said to have argued that the Bible is historically wrong: Adam is supposed by Christians to have lived “within 6 thousands yeares” whereas writers of other civilizations tell of times long before that. He attacked both Old and New Testaments. Moses was a clever man who had been brought up among the sorcerers of the Egyptian court, and had learnt the tricks of the trade too well for them. It was easy for him to impress the Hebrews, who were simple ignorant people. He (a representative figure from Old Testament) was a fraud, and so was Jesus. “If the Jewes among whome he was borne did Crucify him theie best knew him and whence he came” (STEANE, 1970, p. 9).

No mesmo depoimento acrescenta que Marlowe teria afirmado: “the first beginning of religion was only to keep men in awe” e, a respeito dos sacramentos: “...would have bin much better being administered in a Tobacco (sic) pipe” (STEANE, 1970, p. 9). Christopher Marlowe tinha, portanto, ele próprio muitas afinidades com a figura na qual se inspirou para compor seu Fausto.

2.3 MARLOWE E SUA ÉPOCA

O evento tido como o marco que assinalaria o final da Idade Média na Inglaterra foi a batalha de Bosworth, ocorrida em 1485, quando Ricardo III morreu e a dinastia Tudor subiu ao trono com Henrique VII. Dessa linhagem nasceria a rainha Elizabeth. A partir do fim da Idade Média, no dizer de Bárbara Heliodora, “o caminho segue inexoravelmente para o secular, para o cotidiano, para o homem que, afinal, se tornara o centro do universo com o advento do humanismo” (HELIODORA, 2004, p. 24). E foi essa secularização que permitiu o florescimento de um teatro com as dimensões humanas que encontramos no período elisabetano. Também Heliodora (2004, p. 32) assim descreve dois eventos que marcaram o momento decisivo para o surgimento do drama elisabetano:

No inverno de 1587 a 1588, com pouca diferença entre as duas obras, o teatro elisabetano explodiria com a apresentação de *“The Spanish Tragedy”*, de Thomas Kyd, de rica e complexa elaboração, e *“Tamburlaine”*, de Christopher Marlowe, sem dúvida o marco definitivo do início do teatro que haveria de produzir um Shakespeare.

Mas a Marlowe, nesse contexto, talvez tenha cabido a tarefa de traçar as premissas que teriam possibilitado criar uma nova forma de representar a partir da herança do teatro medieval. Sobre ele, escreve Harry Levin ([S.d.], p. 133):

The formal pattern of Marlovian drama tends to be increasingly traditional. Having created the tragedy of ambition, with *Tamburlain* and put his stamp on the tragedy of revenge with *The Jew of Malta* and tried his hand at the chronicle with *Edward II*, Marlowe reverts to the morality play with *Doctor Faustus*. But within the latter, the most general of forms, he elaborates the most personal of themes – an Atheist’s tragedy, an Epicurean’s testament, a mirror for University Wits.

Talvez *Doctor Faustus* seja realmente o mais pessoal dos temas tratados por Marlowe em suas tragédias, considerando a forte identificação que parece haver entre as idéias alardeadas pelo dramaturgo e aquelas que podemos identificar entre as falas proferidas por seus personagens nesta peça. Entretanto, talvez “retrocesso” não seja exatamente a melhor maneira

de definir a adoção desta forma teatral tão popular na Idade Média como foi a moralidade. Claro que é inegável que o Fausto de Marlowe adota diversos elementos daquele gênero, sobretudo o recurso à alegoria, como na cena do desfile dos Sete Pecados Capitais, e a entrada recorrente dos Anjos Bom e Mau ao longo de toda a peça, entre outros. Entretanto, a função que tais elementos exercem no drama, os sentimentos e idéias que expressam não são mais aqueles da moralidade medieval. Mesmo a figura do diabo aqui é muito distinta da que aparece no teatro daquele período. Bárbara Heliodora lembra que

...o demônio aparecia [no teatro medieval] freqüentemente como tentador; entretanto, como o bem sempre saía triunfante, as promessas que o diabo fazia nunca eram cumpridas e, aos poucos, ele acabava varrido da cena debaixo de vaias e pancadas, o que o tornou personagem cômico (HELIODORA, 2004, p. 18).

O demônio que vemos aqui está muito longe deste personagem histriônico. Levin compara seus diálogos com Fausto aos jogos de gato e rato entre Porfiry e Raskolnikov, em *Crime e castigo*, “in which Porfiry teaches the would-be criminal, Raskolnikov, to accuse and convict himself” (LEVIN, [s.d.], p. 138). Sobre Mephostophilis, acrescenta ele:

Mephostophilis does nothing to lure Faustus on; he suffers for him, he sympathizes with him, above all he understands him, and, through this understanding, we participate in the dramatic irony. Faustus persists in regarding his fiendish attendant as a sort of oriental slave of the lamp, and Mephostophilis ironically promises more than his temporary master has wit to ask. Some day, after one fashion or another, Faustus will be “as great as Lucifer”... (LEVIN, [s.d.], p. 139-40)

Nada mais oposto ao diabo medieval descrito por Heliodora. Trata-se aqui de um personagem com muito mais densidade e profundidade, capaz de oferecer um poder que a visão de mundo humana e limitada de Fausto não é capaz de conceber e tampouco utilizar. Um tentador, sim, mas sua estratégia de tentação, ao contrário da primitiva atitude de vigarista com inteligência limitada, é muito mais sagaz; longe de descumprir o que promete, promete muito mais do que está nas forças de Fausto atingir.

A trágica história da vida e da morte do D. Fausto traz realmente elementos da moralidade, inspirada que é em lendas populares medievais,

mas não é mais ela própria uma simples peça de moralidade e sim uma tragédia humanista.

2.4 A TRÁGICA HISTÓRIA DA VIDA E DA MORTE DO DOUTOR FAUSTO

O inconformismo para com o conhecimento “oficial”, acadêmico e tido como absoluto, de sua época sempre foi a característica mais marcante do mito fáustico, antes mesmo de sua realização literária por Christopher Marlowe. Mesmo o Fausto histórico, com toda fanfarronice e arrivismo que lhe eram característicos, negava a educação escolástica de seu tempo, em particular o saber restrito às instituições ligadas à Igreja. No solilóquio que inicia a tragédia de Marlowe este desencanto com as limitações do saber acadêmico fica bem evidente.

Fausto: Fausto, ordena os estudos, e procura
 Sondar o fundo do que vás seguir.
 Pois começaste, dá-te por teólogo,
 Porém visando o fim das artes todas.
 Co'as obras de Aristót'les vive e morre.
 Como me cativaste, ó Analítica!
 “Bene disserere est finis logices.”
 Será bem disputar o fim da lógica?
 Não confere tal arte mó'r's milagres?
 Então não leias mais. Chegaste ao cabo.
 Maior tema requer de Fausto o engenho.
 Economia, adeus. Venha Galeno,
 Pois, “Ubi desinut philosophus, ibi incipit medicus.”
 Médico sejas, Fausto, ajunta ouro,
 Torna-te eterno por 'spantosa cura.
 “Summum bonum medicinae sanitas”:
 À saúde do corpo visa a física
 Fausto, não conseguiste já tal fim?
 Não se julgam teus ditos aforismos,
 Tuas receitas, por padrões erguidas,
 P'las quais à peste escaparam cidades,
 Mil doenças fatais acharam cura?
 Contudo, és inda Fausto, inda um homem...
 Se pudesses a vida eterna dar,
 Ou um morto fazer voltar a vida,
 Digno seria então o teu mister.
 Física, adeus! Que é de Justiniano?
 [...]
 Após tudo, o melhor é Teologia.
 De Jerônimo a Bíblia observa, Fausto.

(lê:

“Si pecasse negamus, fallimur, et nulla est
in nobis veritas.” Ah! “Stipendum... etc.”
A morte é do pecado o prêmio!... É duro!

(lê:

“Si pecasse negamus, fallimur, et nulla est
in nobis veritas.” Se negamos ter pecado, a
nós próprios nos enganamos e nenhuma verdade
existe em nós. Mas parece então que
temos que pecar e, consequentemente, morrer:
Ai... temos que morrer de eterna morte...
Como chamais a lei “Che sera, sera”?
Será o que há de ser? Teologia,
Vai-te! Estas metafísicas de mágicos,
Livros de necromâncias são divinos!...
Linhas, figuras, circ’los, caracteres,
São esses os que Fausto mais deseja!
Que mundo inteiro de prazer e lucro,
De grão poder, onipotência e honra,
‘Stá prometido ao estudosio artífice!
Quanto se move entre os dois pólos quedos
Terei ao meu dispor. Reis, Imp’radores,
Apenas são p’los mais obedecidos...
Não podem erguer ventos, rasgar nuvens...
P’lo seu domínio, que tudo isto excede,
Alcançando até onde a mente alcança,
Um mágico sagaz é deus pod’roso!
P’ra ser’s divino, aguça, Fausto, o engenho!
(...) (MARLOWE, [s.d.], p. 27-30).¹

Fausto já domina os variados campos em que se organiza o conhecimento de sua época: a medicina, a filosofia, a teologia, o direito etc. É notável, porém, sua constatação de que todo esse conhecimento é restrito, pois não lhe permite ir além de sua condição de homem sujeito às leis da natureza. Todo o conhecimento que Fausto acumula durante uma existência

¹ As citações do drama de Marlowe neste trabalho foram retiradas de duas fontes: a edição bilíngüe publicada pela editora Fernandes, de Lisboa, com tradução de Oliveira Cabral (MARLOWE, [s.d.]), que reproduz a edição original de 1604, conhecida como o Texto A; e a edição espanhola publicada pela editora Cátedra, com tradução de Julio César Santoyo e José Miguel Santamaría (MARLOWE, 2002), que toma como base a edição de 1616, conhecida como Texto B. Tomarei esta última como principal fonte para as citações pelo fato de o texto de 1616 conter passagens que não estavam presentes no anterior, as quais serão importantes para a argumentação.

cia dedicada aos estudos acadêmicos não lhe garante a possibilidade de interferir sobre essa mesma natureza, dominar seus mecanismos e sobre eles agir. É esse, sobretudo, o motivo de sua insatisfação com a medicina. A julgar pelo que diz, Fausto atingiu o conhecimento máximo nesse campo de que sua época dispõe, a ponto de seus ditos tornarem-se aforismos repetidos nas escolas de medicina e de suas receitas salvarem da peste numerosas cidades. Isso, no entanto, não lhe basta. “Contudo”, diz ele, “é inda Fausto, inda um homem...”. E Fausto almeja ser deus, fazer voltar à vida os mortos e conquistar a vida eterna. Talvez mais do que em relação às outras ciências, que são incapazes de satisfazer os anseios do personagem marloviano, seja nesta passagem referente à medicina que sua verdadeira essência se manifesta com mais clareza. Se a constatação da inutilidade da teologia – uma vez que estamos todos predestinados a pecar e, portanto, à condenação – fornece a justificativa definitiva para que Fausto se volte para a magia negra e o pacto demoníaco, é a consciência de que a ciência médica que pratica é limitada que o move a procurar nas artes mágicas a possibilidade de violar os limites impostos pela natureza. Na teologia ele vê a inevitabilidade da condenação da alma; com a medicina ele constata a impossibilidade de salvar o corpo. No desejo de dar a vida eterna e fazer voltar à vida os mortos transparece a verdadeira preocupação de Fausto: evitar a morte significa preservar o corpo e é o corpo, e não a alma, que está no centro de seus anseios desde o início. Cientista que é, Fausto é na verdade um materialista e provavelmente não crê na salvação da alma, ou na sua perdição (sua reflexão sobre a teologia aponta nesse sentido: em qualquer dos casos, a morte é inevitável, o fim da matéria é o fim da vida, pois não parece haver salvação possível).

Mas é claro que não podemos atribuir a um personagem criado na época de transição em que Marlowe viveu um materialismo nos moldes do que conhecemos em nossa época, em que a natureza guarda cada vez menos mistérios para a ciência e o homem. O eventual materialismo de um homem do renascimento dificilmente chegaria a tal ponto, e o ateísmo propagado por Marlowe estava muito longe de ser uma forma aceitável de pensar em sua época. Fausto transita sobre uma linha divisória entre dois momentos do pensamento humano. A sujeição da busca pelo desvendamento do universo à divindade e à Igreja, predominante no pensamento medieval e que se perpetua nos movimentos de reforma protestante, cede gradativamente espaço para o livre pensar, compreendido como a indagação sem peias acerca da natureza e da máquina do mundo, o que implica até mesmo a liberdade para manipulá-la, e que encontra cada vez mais acolhida no pensamento humanista que, apenas floresce naquele período, particularmente na Inglaterra cosmopolita de Elizabeth I. Marlowe parece tomar par-

tido desta divisão histórica por que passa o pensamento humano e a incorpora não somente na ambigüidade de seu personagem, mas na própria forma dramática que adota, híbrida entre a moralidade medieval e o elaborado drama elisabetano. Como Levin ([s.d.], p. 133) afirma no trecho citado acima, Marlowe retorna com seu Fausto ao gênero medieval da moralidade, mas enriquece-a de elementos inexistentes antes de sua chegada aos palcos elisabetanos e de idéias que seriam simplesmente impensáveis durante a Idade Média. Se Marlowe se vale de tal gênero, o faz para recriá-lo.

Um bom exemplo para entendermos como isso se dá é a aparição dos dois anjos, o Bom e o Mau, que ocorre em vários momentos da peça. Michael O'Connel assim se refere a essas passagens: "In part a psychomachia, the play even introduces good and evil angels vying for the attention of the protagonist, but at the same time Marlowe's potent verse internalizes the struggle within Faustus's soul" (O'CONNEL, 2006, publicação *online*). Esta internalização que O'Connel atribui à poderosa versificação de Marlowe é, na verdade, o que distancia a ocorrência destes personagens em Doutor Fausto de sua fonte medieval. Se nas moralidades os anjos apareciam como uma representação alegórica das forças que, segundo o imaginário cristão, estariam em perpétua luta pela posse da alma do homem sujeito às tentações terrenas, aqui eles aparecem como recurso para representar os conflitos profundos da alma de Fausto. E tais conflitos vão além do simples dilema cristão entre danação da alma pela entrega aos prazeres mundanos ou a sua salvação graças a uma vida pia e entregue a sacrifícios. Tomemos como exemplo sua primeira aparição na peça:

ÁNGEL BUENO

iOh, Fausto! Aparta de ti ese libro de perdición
y no pongas en él tu mirada, no sea que tiente su alma
y atraiga sobre tu cabeza la airada cólera de Dios.
Lee, lee las Escrituras. Esto otro es blasfemia.

ÁNGEL MALO

Sigue adelante, Fausto, con ese arte eximio
Que contiene todos los tesoros de la Naturaleza:
Sé en la tierra como Júpiter en los cielos,
Dueño y señor de estos elementos (MARLOWE, 2002, p. 55).

Se o Anjo Bom intervém para que Fausto permaneça fiel às Escrituras a fim de evitar a cólera de Deus, ou seja, exorta para que ele se atenha ao conhecimento dos textos sagrados, o Anjo Mau apela para o desejo hu-

mano de dominar a natureza, controlá-la a seu favor. Dilema que, aliás, continua atual ainda hoje, quando a capacidade para controlar e até modificar a natureza é muito mais concreta e presente do que na época de Marlowe. A modernidade aparentemente atendeu aos apelos do Anjo Mau.

Fausto é naturalmente sensível a uma perspectiva tão sedutora. “¡Como me embriaga la idea de tanto poder!”, diz ele (MARLOWE, 2002, p. 55). Ao mesmo tempo, porém, ele se pergunta se conseguirá que os espíritos lhe ofereçam o que deseja e respondam a todas as suas indagações. Sabe que sua empresa é temerária e isso é um indício de que sua alma enfrenta dúvida, e os anjos são expressões dramáticas dessa dúvida. Se no teatro medieval eles aparecem como alegorias didatizantes das forças do bem e do mal, exibidas como entidades reais e exteriores ao indivíduo, aqui eles aparecem como um recurso cênico adotado por Marlowe para revelar à platéia o conflito interior do seu personagem. Esse aspecto é reforçado quando tal conflito se expressa pela boca do próprio Fausto, que se dirige a si mesmo pouco antes de invocar Mephastophilis no bosque: “No temas, pues, Fausto. Ten ánimo/ y comprueba hasta dónde llega esta magia” (MARLOWE, 2002, p. 62).

Outro indício de que os anjos cumprem tal função é o fato de eles aparecerem sempre que Fausto dá mostras de titubear em sua determinação de firmar e manter o pacto, como podemos ver nesta cena em que Fausto parece dar mostras de arrependimento combinado a desengano:

Por fuerza, Fausto, has de condenarte ahora.
Ya no puedes salvarte.
¿De que sirve, entonces, pensar en Dios o en el cielo?
Aparta eses vanas fantasías y desespera...
¡desespera de Dios y confía en Belcebú!

Nesse momento, entram novamente os anjos:

ÁNGEL MALO
¡Adelante, Fausto, con esta ciencia afamada!

ÁNGEL BUENO
Mi bueno Fausto, abandona este arte execrable.

FAUSTO
Contrición, oración, arrepentimiento, ¿qué es todo eso?

ÁNGEL BUENO
Medios que te llevan al cielo.

ÁNGEL MALO

Más bien ilusiones, frutos del desvarío,
Que alejan a quienes a ellos se entregan (MARLOWE, 2002, p. 73-74).

É interessante notar que esta última fala do Anjo Mau se aproxima bastante daquela declaração atribuída ao próprio Marlowe: “*the first beginning of Religion was only to keep men in awe*” (STEANE, 1970, p. 7).

Marlowe aparentemente povoia o texto da peça com suas próprias opiniões a respeito da fé e da religião, que como foi dito aqui, não eram das mais lisonjeiras. Veja-se, por exemplo, o momento em que Mephophilis se manifesta pela primeira vez e Fausto ordena-lhe que se retire e retorne na forma de um velho frade franciscano, pois “...el hábito sagrado sienta mejor al diablo” (MARLOWE, 2002, p. 63). Isso reflete, por um lado, o anticlericalismo de Marlowe e sua personalidade avessa à religião (mas é claro que estávamos na Inglaterra da igreja anglicana, onde não havia heresia assim tão grande em debochar de um frade franciscano), por outro lado, remete a uma certa tradição da literatura popular medieval – vide os “*fabliaux*” franceses – que pintava os padres e monges como personagens ladinos, oportunistas e hedonistas. Portanto, não era algo tão chocante assim afirmar que o hábito religioso cai bem ao diabo, e Marlowe parece aproveitar-se disso com efeito irônico.

A alegoria não é a única solução cênica emprestada por Marlowe à peça de moralidade. Quando Fausto é bem sucedido ao invocar Mephophilis, faz uma série de perguntas ao demônio a respeito de Lúcifer e da natureza do inferno. Também na primeira cena do segundo ato encontramos esta estrutura vinda do teatro didático religioso da Idade Média, com suas perguntas e respostas. Esta segunda passagem é particularmente interessante para o desenvolvimento do nosso tema. Se no primeiro trecho podemos simplesmente ler uma série de informações quanto à concepção cristã do inferno à época em que a tragédia foi escrita, aqui certamente estamos diante de algo mais.

FAUSTO

Te haré primero unas preguntas sobre el infierno.
¿Dónde está ese lugar al que así llaman los hombres?

MEFISTÓFELES

Bajo los cielos.

FAUSTO

Ya. Como lo demás. Pero ¿dónde exactamente?

MEFISTÓFELES

En las entrañas de todos estos elementos,
donde permanecemos en sempiterna tortura.
No tiene límites el infierno ni se circumscribe
a un solo lugar: donde estamos nosotros está el infierno
y donde él está allí hemos de estar, siempre, nosotros.
En pocas palabras: cuando el universo se disuelva
y queden purificadas todas las criaturas,
todo lo que no sea cielo será infierno.

FAUSTO

Yo creo que el infierno es pura fábula.

MEFISTÓFELES

Sigue creyéndolo..., hasta que la experiencia te demuestre

FAUSTO

¡Por qué! ¿Crees que Fausto se va a condenar?

MEFISTÓFELES

Por fuerza: aquí tengo el pergamo
en el que entregas tu alma a Lucifer.

FAUSTO

Y también el cuerpo. ¿Y qué? ¿Piensas acaso
que Fausto es tan tonto que cree
en el sufrimiento después de esta vida?
No, esas son monsergas y cuentos de vieja.

MEFISTÓFELES

Pues yo soy justo la prueba de lo contrario;
te aseguro que estoy condenado y en el mismísimo infierno.

FAUSTO

Pues si así es el infierno, a justo me condenaría...
¡Ahí es nada: dormir, comer, pasear e discutir!... (MARLOWE, 2002,
p. 80-81)

Aqui não estamos mais diante do questionário didático das moralidades, destinado a ensinar aos cristãos os dogmas da igreja. Fausto tece sua seqüência quase maiêutica de perguntas sobre o inferno simplesmente para negar sua existência – o que não deixa de ser curioso considerando que ele conversa com um demônio ao qual acaba de vender a alma. Entretanto, o próprio Mephastophilis afirma, quando de sua primeira aparição: “no estoy fuera de él, esto es el infierno” (MARLOWE, 2002, p. 66). Mefisto identifica, assim, o inferno com a vida terrena. O inferno está abaixo do céu,

diz ele, e o que está abaixo do céu é a própria terra. Tudo o que não é céu está abaixo dele. O inferno, segundo Mephophilis, está “nas entradas de todos os elementos, onde se permanece em sempiterna tortura”. Não tem limites nem se circunscreve a um único lugar: está onde estamos (*where hell is, there must we ever be*) (MARLOWE, [s.d.], p. 61). O inferno assim descrito não se aproximaria, então, da existência humana com seus prazeres e sofrimentos? A própria vida terrena que transcorre sob o céu? Fausto parece crer nisso quando diz: “se assim é o inferno, com gosto me condenaria... Isso não é nada: dormir, comer, passear e discutir!”. Parece evidente sua opção pela vida terrena em detrimento da eterna. Se há sofrimentos na terra, há também prazeres. E Fausto é um hedonista, assim com Marlowe, que novamente coloca na boca de seu personagem sua concepção epicurista da vida. É verdade que se pode opor a este raciocínio o de que na época de Marlowe corria a idéia de que a maior tortura do inferno era a privação da contemplação de Deus, concepção presente no poema de Milton e da qual se vale Marlowe no momento em que Mephophilis diz:

No, no estoy fuera de él, esto es el infierno.
¿Crees tú que yo, que vi el rostro de Dios
y supe de los gozos eternos del cielo,
no me veo atormentado por mil infiernos
al sentirme privado de la dicha imperecedera? (MARLOWE, 2002,
p. 66)

No entanto, o próprio Mephophilis minimiza a perda de tais gozos quando compara a glória celeste à beleza humana:

FAUSTO

Cuando contemplo los cielos, me arrepiento
y te maldigo, perverso Mefistófeles,
por haberme privado de esos goces.

MEFISTÓFELES

Tú lo quisiste, Fausto, y a ti has de darte las gracias.
Pero ¿crees que el cielo tiene tanta gloria?
Te aseguro, Fausto, que no es ni la mitad de hermoso
Que tú o que cualquier otro que aliente en esta tierra (MARLOWE,
2002, p. 83).

O raciocínio de Mephophilis não chega a negar o dogma da criação pela divindade, mas subverte a corrente dos seres, concepção pre-

dominante na época de Marlowe e Shakespeare, ao colocar o homem acima das cortes celestes, como se este fosse mais divino que a divindade, e como se ela estivesse a serviço do homem: “Se creó [o céu] para el hombre, luego éste le gana en excelencia” (MARLOWE, 2002, p. 84).

Marlowe põe sua própria descrença na boca do perscrutador Doutor Fausto e suas concepções a respeito da vida e da religião, que soariam heréticas na Inglaterra elisabetana recém-saída da Idade Média, na do diabo Mephophilis. Compare-se, por exemplo, o que o demônio afirma sobre o casamento (“Marriage is but a ceremonial toy”) (MARLOWE, [s.d.], p. 63) com a postura irreverente atribuída ao próprio Marlowe quanto aos sacramentos em geral (“...would have bin much better being administered in a Tobacco pipe”, STEANE, 1970, p. 9).

O raciocínio de Mephophilis argumentando ser o paraíso criado para o homem, que, portanto, lhe seria superior, parece ter um efeito imprevisto em Fausto, porém. Ele conclui que se o céu foi feito para o homem, então foi feito para ele, Fausto, e por isso deve arrepender-se e abandonar a magia. Neste ponto vemos nova manifestação dos anjos que representam os movimentos antagônicos da consciência de Fausto. E novamente é o Anjo Mau que tem a última palavra: “Não te perdoa Deus, que és um espírito” (MARLOWE, [s.d.], p. 66). A palavra *spirit*, em inglês, tem diversas conotações e, sobretudo no período elisabetano, é freqüentemente carregada de implicações negativas, como é o caso nesta passagem. O pactário responde que poderia ser salvo ainda que fosse um diabo, caso se arrependesse, ao que o Anjo Mau retruca que Fausto nunca se arrependerá. Este é um dos momentos mais importantes da peça, pois sabemos que Fausto já não é um homem como os demais, para os quais, segundo Mephophilis, o céu foi feito. Ele já é um espírito, uma força não mais humana. Não poderá ser salvo pela divindade, não porque tenha assinado o pacto com seu próprio sangue, mas porque não tem a intenção verdadeira de se arrepender. Se ainda não estamos diante de um titanismo tão marcante quanto o do personagem de Goethe, certamente encontramos aqui um novo homem, com uma nova visão de mundo, muito distante da do homem medieval que propagou a lenda do pactário. Fausto escolhe seu próprio caminho, decide-se livremente pelo pacto – como Mephophilis faz questão de lembrar-lhe – e o arrependimento não faz parte de sua natureza. “Duro tenho o coração, não posso arrepender-me!” (“My heart's so harden'd, I cannot repent”) (MARLOWE, [s.d.], p. 67), diz ele. Quando pondera sobre as maravilhas que viu como fruto de sua associação com Mephophilis – que são, afinal de contas, o que de maravilhoso produziu a humanidade, sobretudo os personagens homéricos materializados diante dele –, conclui, então: “Why should I die, then, or basely despair!” (MARLOWE, [s.d.], p. 67). Fausto sabe, en-

tão, que o Anjo Mau tem razão, jamais se arrependerá, por mais que seu espírito por vezes mergulhe em conflitos, e novamente se entrega à sua sede de conhecimento.

Mas Fausto segue até o final da peça como uma alma dividida, humano que é, e por vezes implora realmente pelo perdão divino e parece prestes a se arrepender. É num desses momentos críticos que Lúcifer e Belzebu, potestades supremas do inferno, se manifestam. Aqui temos uma passagem muito interessante da tragédia de Marlowe: os demônios proibem Fausto de pronunciar o que quer que tenha relação com Deus, Cristo e a Igreja. Para reforçar sua ordem, mandam desfilar diante de Fausto os Sete Pecados Capitais. Mais um elemento emprestado das moralidades medievais. Tal recurso era usado nas igrejas para doutrinar os fiéis em favor dos valores cristãos contra o pecado e o demônio. Entretanto, o efeito que despertam em Fausto é exatamente o oposto: ele fica de tal modo entusiasmado com o espetáculo que deseja conhecer o inferno para ver toda sorte de prazeres que há lá. Parece tratar-se de mais um deslocamento dos elementos que compunham o teatro religioso da Idade Média promovido por Marlowe, com sentido irônico. Não estaria ele tentando demonstrar que os esforços religiosos para refrear os instintos humanos só teriam o efeito de aguçar a nossa curiosidade e o nosso desejo por eles, e que portanto são contrários à natureza humana?

Aliás, a ironia de Marlowe não poupa recursos para demonstrar as contradições da moral religiosa, sobretudo católica. Na cena, presente na edição de 1616 da tragédia, em que Fausto e Mephophilis arrebatam Bruno, o antipapa nomeado pelo imperador para tomar o lugar do papa (aqui um personagem fictício, mas provavelmente inspirado na figura histórica de Victor IV, nomeado pelo Imperador Germânico Frederico Barba Ruiva para tomar o lugar de Alexandre III no papado, no século XII d.C.), e em seguida tumultuam o banquete do pontífice, mais do que uma cena cômica inspirada pelos interlúdios, aquelas verdadeiras comédias pastełões do final da Idade Média, vemos uma ácida tentativa de ridicularizar o poder da igreja romana e revelá-lo antes como poder mundano. Afinal, o mesmo Mephophilis que se recusa a pronunciar os nomes sagrados do cristianismo acha-se muito bem vestido nos trajes cardinalícios (MARLOWE, 2002, p. 107).

É compreensível, porém, que nem mesmo na Inglaterra da rainha Elizabeth I, já em plena Renascença e cada vez menos atada às restrições religiosas que tanta influência tiveram no período medieval, a fidelidade de Fausto ao demônio poderia passar impune ou isenta de arrependimento. O próprio Marlowe, afinal de contas, acabaria por ser condenado por ateísmo e heresia em função das posições anti-religiosas que manifestava em públi-

co. O dramaturgo, então, recorre a outra figura originária das moralidades para sugerir à platéia um possível arrependimento de Fausto ao final da peça, a do ancião piedoso. Este aparece no momento em que Fausto, sentindo chegar ao fim o prazo que lhe fora concedido pelo pacto, conversa com seus estudantes em tom de despedida. O ancião dirige-se então a ele para exprobrar sua culpa, implorando-lhe que se arrependa e salve sua alma. Deve-se prestar especial atenção à frase com que o velho encerra sua primeira fala: "Confía, pues, que mi amable recriminación,/ al mortificar tu cuerpo, enderece tu alma" (MARLOWE, 2002, p. 163). A partir deste momento, inicia-se uma interessante oposição entre corpo e alma, em que, ao que tudo indica, não será esta a prevalecer. Fausto, a princípio, sensibiliza-se com o discurso do ancião, e por um momento parece disposto a arrependesse e expiar seu terrível pecado. Mas no momento seguinte, quando o ancião se afasta, ele tenta imaginar algum modo de escapar aos liames da morte. O favoritismo de Fausto pelo corpo, pela matéria, é evidente. À primeira ameaça de Mephophilis de que o faria trinchar as carnes (MARLOWE, 2002, p. 164), Fausto volta atrás e pede perdão por ter ofendido a Lúcifer. Seu arrependimento é movido, então, não pela perspectiva da perda da alma, mas pela do sofrimento do corpo, e, longe de refutar o pacto, chega até mesmo a ratificá-lo. Por mais que tema as dores pelas quais passará sua alma no inferno por toda a eternidade, Fausto não está disposto a torturar seu corpo – ainda que pelo breve momento que antecederá a morte – para evitá-las. Isso seria uma tolice, se se aceitasse a crença cristã de que a mortificação do corpo nada é diante da perdição eterna da alma. Aparente contradição, é provável que isto revele no fundo mais uma manifestação da ironia de Marlowe, ele próprio um epicurista confesso.

Não resta mais nenhuma dúvida quanto à mundanidade de Fausto quando ele prefere, à sua última oportunidade de conversão e arrependimento, passar a última noite com Helena de Tróia, a mulher cujo rosto arrastou mil navios para a guerra e pôs fogo às altas torres de Tróia (MARLOWE, 2002, p. 166). Marlowe, em uma das grandes manifestações de seu talento poético, faz com que Fausto conscientemente troque a imortalidade de sua alma pelo prazer incomparável de ter a mais bela mulher da história em sua cama: "iDulce Helena, dame en un beso la inmortalidad!", diz ele, prosseguindo: "Mi alma se apega a tus labios y escapa de mí" (MARLOWE, 2002, p. 166).

O dramaturgo, por fim, parece ceder às exigências de seu tempo, após tantas sugestões de ateísmo que insere na peça, mas apenas à primeira vista. A ironia com que nega o arrependimento de Fausto, mesmo quando este implora para que o tempo se prolongue a fim de que ele possa ter mais uma oportunidade de se arrepender e salvar sua alma, é finíssima: "*O lente,*

lente currite noctis equi...”, diz ele, numa citação dos *Amores* de Ovídio, em que o poeta latino pede que a noite que passa nos braços da amada se prolongue eternamente (MARLOWE, 2002, p. 175, nota 3). Por mais eternamente que tal momento se prolongasse, Marlowe nos dá a entender que Fausto jamais se arrependeria. Sua escolha é pelo corpo, “pobre enamorado do mundo” que é, nas palavras de Mephastophilis.

Christopher Marlowe é um homem do renascimento, entendido como aquele momento em que a Idade Média e seus valores são postos em questão e deixam gradualmente de vigorar. Rebelde, hedonista, ateu e, acima de tudo, um dos grandes poetas do século de ouro inglês, sem o qual Shakespeare provavelmente não teria sido o mesmo que conhecemos, Marlowe fez de seu Fausto uma peça que retoma características do teatro medieval, sobretudo da Moralidade, recriando-as, ou melhor, atribuindo-lhes sentidos e funções que não teriam sido possíveis antes de seu tempo.

3 CONCLUSÃO

A trágica história da vida e da morte do Doutor Fausto, tragédia do dramaturgo inglês Christopher Marlowe, pode ser considerada como a obra que deu início ao mito fáustico em sua forma literária. Ainda que o mito tenha suas origens em um personagem de existência real e houvesse o precedente do chamado *Faustbuch*, impresso na Alemanha pelo tipógrafo Spiess, foi com a obra de Marlowe que o mito ganhou as dimensões humanas que fariam com que ele se propagasse por toda a literatura européia, nos séculos que se seguiriam. Um dos motivos para esta poderosa transformação de lenda popular em mito literário foi, certamente, o grande talento poético de Marlowe. Mas não menos importante foi o fato de o dramaturgo ter conseguido construir um personagem capaz de incorporar algumas das grandes indagações do homem de seu tempo, e que continuariam válidas para as épocas que se seguiram até a modernidade. A principal delas foi, sem dúvida, o inconformismo para com os limites encontrados na busca humana por conhecimento. Tal inconformismo é uma das características mais marcantes do homem moderno, e é o que faz o mito de Fausto tão relevante a ponto de sobreviver ao longo dos séculos e se manifestar em literaturas de diferentes nacionalidades.

Há, no entanto, outro fator relevante para entendermos a importância da obra de Marlowe. Em uma passagem de seu ensaio sobre o dramaturgo, Harry Levin ([s.d.], p. 133) afirma que em *Doctor Faustus* Marlowe teria retornado à peça de moralidade, gênero tipicamente medieval e,

segundo ele, a mais genérica das formas adotadas por ele. Este texto procurou demonstrar que, embora realmente retome elementos das moralidades – o próprio tema, aliás, tem origem medieval –, Marlowe reveste-os de outra roupagem. Melhor dizendo, o dramaturgo reinventa esses recursos, atribuindo-lhes funções que não estão presentes no teatro religioso da Idade Média e tornando-os recursos cênicos eficazes para conferir profundidade e dimensões humanas ao seu personagem. Embora retome em sua tragédia fáustica tais recursos do teatro medieval, Marlowe está na própria origem do grande teatro elisabetano que produziria Shakespeare, e seu *Doutor Fausto*, pretende ter demonstrado este trabalho, é exemplo disso.

RESUMO

O mito de Fausto, que viria a se tornar o maior mito literário moderno de ocorrência universal, surgiu na Alemanha na primeira metade do século XVI, com o personagem real Georg Faust, verdadeira combinação de médico e saltimbanco. Contudo, seria com a obra de Christopher Marlowe, *A tragica história da vida e da morte do Doutor Fausto*, que iria assumir as dimensões que passaria a ter em toda a literatura européia. Neste drama, Marlowe retoma vários elementos do teatro medieval, sobretudo das moralidades, para recriá-los e, de certo modo, subvertê-los, expressando com eles suas próprias concepções acerca da moral e da religiosidade, muito distantes dos preceitos católicos que fizeram de tal teatro um instrumento de doutrinação. Mais importante do que isso, Marlowe apropriou-se de recursos de um teatro que era didático em sua origem, transfigurando-os para com eles expressar os conflitos interiores de seu personagem, conferindo-lhe assim uma dimensão humana que seria a marca do teatro elisabetano e fornecendo-lhe as feições que fariam de Fausto um dos mitos fundadores do homem moderno.

Palavras-chave: *Fausto*; *Christopher Marlowe*; *teatro elisabetano*.

ABSTRACT

The myth of Faustus, which would become a major example of a literary myth of universal occurrence, was born in Germany, in the beginning of the 16th century, with the historical character of Georg Faust, a virtual blend of physician and performer. Although, it would be with the work of Christopher Marlowe, *The Tragical History of the Life and Death of Doctor*

Faustus, that it would acquire the dimensions it would have in the whole European literature. In this drama, Marlowe recovers some elements from Medieval Theatre, moralities in particular, recreating and, in a way, subverting them in order to express his own conceptions on moral and religion, which were very far from the Catholic precepts that had made use of such theatre as an indoctrination instrument. More importantly, Marlowe appropriated some means from a theatre which had didactic purposes in its origin, transfiguring them in order to express the inner conflicts of his character, providing him with the human dimension which would be the mark of Elizabethan Theatre, and giving him the features that would make *Faustus* one of the founding myths of modern man.

Key-words: *Faustus*; *Christopher Marlowe*; *Elizabethan Theatre*.

REFERÊNCIAS

- BARRENTO, João (Org.). *Fausto na literatura européia*. Lisboa: Apaginastantas, 1984. 230 p.
- CROCE, Benedetto. *La primera parte del primer "Faust"*. In: _____. *Goethe*. Parte primera. Mendoza: D'Accurzio Editor, 1951.
- DABEZIES, André. *Fausto*. In: BRUNEL, Pierre (Org.). *Dicionário de mitos literários*. Trad. de Carlos Sussekkind. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.
- HELIODORA, Bárbara. *Reflexões shakespearianas*. Org. Célia Arns de Miranda, Liana de Camargo Leão. Rio de Janeiro: Lacerda, 2004. 352 p.
- LEVIN, Harry. *Christopher Marlowe: the overreacher*. London: Faber & Faber Limited, [S.d.]. 232 p.
- MARLOWE, Christopher. *O "Fausto" de Marlowe*. Tradução de A. de Oliveira Cabral. Lisboa: Papelaria Fernandes Livraria, [S.d.]. Coleção Bilíngüe.
- _____. *La trágica historia de la vida y muerte del Doctor Fausto*. Traducción de Julio César Santoyo, José Miguel Santamaría. Madrid: Cátedra, 2002. 192 p.
- O'CONNELL, Michael. *Continuities between 'Medieval' and 'Early Modern' drama*. Disponível em: <<http://www.literature-compass.com/images/store/LICO/chapters/905.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2006.
- STEANE, J. B. *Marlowe*. A critical study. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Cruzoé*. Trad. Mário Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

A LITERATURA MODERNA E A VISIBILIDADE: DO ABSTRATO E DA DISTORÇÃO NO ROMANTISMO

Modern literature and visibility: on abstractism and distortion in romantic literature

Michael Korfmann*

1 INTRODUÇÃO

Até a modernidade, definida aqui como a diferenciação social em diversos sistemas funcional-comunicativos, sobretudo no século XVIII, concebeu-se o mundo como a totalidade do visível e invisível, um inventário destinado a ser achado ou descoberto (*inventio*). Neste quadro, comprehende-se a literatura, bem como a arte em geral, sob os conceitos de mimesis, *imitatio* e representação: a obra literária representa aquilo presente ou implícito, porém não realizado, da natureza ou da ordem divina e, paralelamente, é obrigada a escolher a temática e o gênero conforme o *ranking* social do público-alvo. Na modernidade, o conjunto social se gera de observações e comunicações específicas e funcionalmente diferenciadas sem referência absoluta a um mundo pré-determinado a ser descoberto. Assim, a literatura observa seu ambiente, como qualquer outra área social, por uma comunicação específica com programas variados historicamente, resumidos em categorias como o romantismo, o realismo ou a vanguarda.

Para produzir esta comunicação, a literatura moderna, como sistema autônomo, observa outros sistemas, como a economia, a política ou o

* Professor adjunto no Instituto de Letras/Setor de Alemão - UFRGS.

direito, e pode integrar na comunicação literária todos os elementos que lhe convêm ou, ao contrário, se distanciar de seu ambiente em direção a uma linguagem poética “pura”, desligada das demais formas sociocomunicativas, concentrando-se em si mesma. Se a produção literária e as reflexões teóricas do romantismo ainda refletem a ambição de definir e medir esta nova autonomia comunicativa como um sistema diferenciado entre outros, conhece-se bem o processamento literário de construções artísticas de uma proximidade maior com a área econômica, política ou jurídica da literatura realista.

Pretende-se mostrar neste trabalho a importância dos *media* óticos neste processo constitutivo de uma qualidade textual específica. Enquanto o romantismo, tratado aqui, sobretudo em relação à Alemanha, se define também por meio da relação com certos aparelhos óticos, como a câmera obscura, a lanterna mágica ou as encenações fantasmagóricas, bem como na rejeição das imagens “claras” e focalizadas em favor de uma transparência abstrata, como no caso de Novalis, o realismo certamente ganha contornos nítidos na discussão sobre a fotografia como *medium* dominante do século XIX e parâmetro do olhar empírico-científico. Mas isso não significa que se pode partir de uma relação direta de causa-efeito entre os *media* e a literatura no sentido de que a última tentasse imitar o olhar medial de forma textual; antes de tudo, trata-se de mostrar como se realiza a discursivização dos *media* para o campo literário, onde estes assumem a função de um marcador, modalizando e reorganizando a qualidade textual e literária. Assim, os *media* óticos exercem um efeito poetológico sobre a concepção do potencial literário, resultando em transferências e adaptações das qualidades mediais para o campo textual, e se manifestam nas convicções referentes à qualidade literária no contexto das novas possibilidades mediais, sem que isso tenha consequências singulares, automáticas ou limitadas a uma única forma artística.

Assim, não pode surpreender que encontramos, no romantismo, posições diversas em relação à visibilidade: a mediação literária equilibrada entre o mundo externo e interno em Goethe; a fantasmagoria textual como produto da fantasia e instrumento transformador da realidade prosaica, bem como o questionamento da perspectiva, em E. T. A. Hoffmann; e a abstração do visível do mundo objeto em favor de uma esfera mais “pura”, infinita e absoluta em Novalis. Com isso, traçamos as posições que formam os pontos centrais desta investigação.

2 ROMANTISMO

Antes de entrar na temática proposta, faz-se necessário um curto esclarecimento sobre o uso do conceito do romantismo e suas definições diversas. É conhecido o fato de que a história literária alemã dividiu a produção literária por volta de 1800 em três categorias, que incluem, além do romantismo, ainda o classicismo, sobretudo de Goethe e Schiller, e a fase juvenil de ambos, chamada de *Sturm und Drang*. Vale a pena lembrar que a categoria do classicismo, fundada pela história literária e não resultado de uma autodescrição dos próprios escritores, não se gerou tanto a partir de elementos estilísticos dos textos, mas, antes de tudo, como categoria fundadora de uma tradição artística nacional. Para nossa abordagem, não seguimos esta tradição. Mantemos a definição do romantismo como conceito histórico para a produção literária em torno de 1800. Em nossa visão, as obras alemãs por volta de 1800 pertencem, antes de tudo, a uma literatura que observa sua própria diferenciação, percebe-se como autônoma e abre possibilidades temáticas e estilísticas até então desconhecidas. Concordamos com a maioria dos romanistas e comparatistas que tendem a chamar toda esta fase literária entre 1770 e 1830 de “romantismo” e renunciam a um período “clássico” independente e separado. Vemos o uso de elementos estilísticos “clássicos” em certas obras de Goethe ou Schiller apenas como uma variação textual num campo literário em formação e com a tendência de experimentar a extensão de sua área. O conceito de romantismo – “o poético, aquilo encontrado em romances”¹ – parece-nos mais adequado para designar o período histórico do desvinculamento da literatura de exigências externas, expressa na ênfase de sua auto-referência e a formação de seu campo próprio, um campo que evidentemente é heterogêneo e não reduzível a um estilo ou uma temática única.

Partindo da visão sistêmica da diferenciação da sociedade em áreas específicas, pode-se observar como certos fenômenos da época pré-moderna se desfazem com o surgimento de áreas sociais bem definidas, apesar de ainda deixarem traços ou vestígios restantes nos sistemas em formação.

Assim, parte da tradição da *magia artificialis* e *optica* de Kircher, Bettini e Schott e suas encenações do mágico e milagroso, situadas numa área entre pesquisa exata da natureza, arte e entretenimento, se conserva na nova e autônoma esfera artística, por exemplo, como elemento enriquecedor e interessante para as encenações literárias de um E. T. A. Hoffmann;

¹ GROSSE, Wilhelm; GRENZMANN, Ludger (Hg.). *Klassik Romantik*. Tradução do autor. Stuttgart: Ernst Klett, 1983. p. 87.

outra parte se consolida como pesquisa científica numa comunicação social que se baseia e obedece a procedimentos, linguagem e lógica padronizadas. Da mesma maneira, no decorrer da diferenciação social em áreas específicas, a alquimia se dividiu na química como ciência natural e, paralelamente, deixou vestígios no teatro e na literatura romântica.

Antonin Artaud declara em *Le théâtre et son double*: “Entre o princípio do teatro e o da alquimia, existe um parentesco misterioso”.² Partindo desta confirmação, Helmar Schramm considera ambos como as duas artes mais significativas de transformações corporais nesta fase histórica. Ambos são expressões de uma cultura oral, ligada ao corpo, que se alterou profundamente com a invenção da imprensa e, assim, com a fixação normativa da linguagem pela palavra impressa.

Em relação à história da mentalidade, a cultura do início da modernidade (*Neuzeit*) foi caracterizada decisivamente por duas artes de transformação, cuja vitalidade se baseava originalmente em experiências físicas. O teatro, ou melhor, certas formas de teatro, como a *Commedia dell' arte* e a alquimia, são artes da metamorfose corporal. Elas recebem impulsos centrais da combinação física espontânea de percepção, movimento e linguagem. Com a instalação da imprensa, este equilíbrio ambivalente de experiências físicas é desfeito. A linguagem, objetivada em letras e na escritura, se separa do seu contexto físico da tradição oral e se torna poder ordenador numa estrutura hierárquica da representação.³

Schramm vê na alquimia uma arte de transformação corporal-poética e justifica sua concepção com o argumento de que “os metais, já tipologicamente ligados a certas figuras divinas, estão em disputa entre si. Eles realizam uma antiga luta de cavaleiros, possuem virtudes e vícios, disfarçam-se e se mascaram e “se apresentam no decorrer da ‘grande obra’ em certas fantasias”.⁴ Schramm localiza o fim desta cultura teatral no surgimento da cultura da escrita e no iluminismo, os quais expulsaram “lados misteriosos, paradoxais, perigosos e espontâneos desta cultura”⁵ em favor de um “palco” social mais limpo, ou seja, em favor de uma ordem social

² ARTAUD, Antonin. *Das Theater und sein Double*. Tradução do autor. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1969. p. 51.

³ SCHRAMM, Helmar. Das offene Buch der Alchemie und die stumme Sprache des Theaters. In: DOTZLER, B. J.; MÜLLER, E (Hg.). *Wahrnehmung und Geschichte*. Markierungen zur Aisthesis materialis. Tradução do autor. Berlin: Akademie Verlag, 1995. p. 111.

⁴ Ibid., p. 114-115.

⁵ Ibid., p. 115.

baseada em comunicações específicas e funcionais, excluindo os elementos teatrais e lúdicos da alquimia. Esta, por fim, encontra-se de “cabeça cortada e de membros espalhados para o gozo geral”, como festeja o químico-farmacêutico Johann Christian Wiegble em 1777.

De um lado estabelece-se então a química como disciplina científica e, de outro lado, o excedente obscuro-poético migra para o romantismo de Schlegel, Novalis, Ritter ou E. T. A. Hoffmann. Como exemplo em relação ao último, podemos, aqui, apontar para a alquimia e para a representação figurativa dos elementos na pessoa do *Archivarius* no texto *Vaso de ouro* (1814), de Hoffmann (1776-1822). O *Archivarius* também representa um mágico disfarçado incorporando a figura do Fósforo (vindo da palavra grega *phosphóros*: “que traz luz”), hoje conhecido como elemento químico de número atômico 15, que foi isolado em 1669 por Henning Brandt e chamado assim pela emissão de uma luz. No *O homem da areia* (1817), de Hoffmann, temos dois personagens realizando experiências alquimistas, e na sua *Aventura na véspera do Ano Novo* (1815), Hoffmann compara uma experiência duvidosa com as encenações fantasmagóricas, para citar apenas algumas das numerosas referências.

Enquanto escritores como Hoffmann se utilizam destes vestígios como material fascinante para sua produção literária dentro de um campo artístico em busca de encenações interessantes, o mesmo não vale para a área científica, como se pode verificar na discussão sobre o galvanismo – a bio-eletricidade – examinada por Johann Wilhelm Ritter (1776 - 1810). Este a observa via experiências científicas, mas paralelamente tenta conceber este fenômeno como princípio “cosmológico” existente em todas as “correntes da vida” e explica sua concepção num artigo com o título significativo “A física como arte” (1806), objetivando ultrapassar as áreas funcionais para alcançar uma totalidade harmoniosa da ordem social diferenciada em áreas específicas.

Este desejo de uma reunificação dos diversos sistemas sociais encontra-se em formas variadas no romantismo, como, por exemplo, nas propostas de Schlegel para uma nova mitologia que poderia reunificar a ordem social diferenciada. O novo mito desejado tem como função reintegrar não apenas todos os gêneros da poesia, mas também todas as diferenças dos discursos, da filosofia às ciências naturais, para apresentá-las como totalidade e completude intacta:

Mitologia e poesia, ambas são inseparáveis. Todos os poemas da Antigüidade se interligam um ao outro até se formar, a partir das massas e membros crescentes, o todo; tudo está interligado e em todo lugar existe um único espírito apenas expressado de formas

diferentes. E, assim, não é uma imagem vazia dizer que a poesia antiga é um único poema, completo e indivisível. Por que então não poderia existir de novo aquilo que já existiu?⁶

Vêem-se então, na época em torno de 1800, marcada por uma diferenciação social e, consequentemente, uma multiperspectividade emergente, reações diversas no campo artístico: de um lado, o desejo de uma reintegração destas visões paralelas e contraditórias (por exemplo, com uma nova mitologia), e, de outro lado, reflexões intensas a respeito da nova autonomia da arte como área comunicativa diferenciada e livre de imposições externas. Como uma das fontes para preencher esta área artística autônoma, parte dos românticos se serve, então, de elementos da *magia optica* como referência. Em relação à sua importância sobre a teoria poética romântica, podemos apontar para Jean Paul. Em “Sobre a magia natural da imaginação”,⁷ publicado em 1795, Paul define primeiramente a fantasia⁸ como *pendant* dos cinco sentidos. Sentidos e fantasia produzem imagens interiores no homem, mas de origem diferente. Enquanto os sentidos oferecem impressões fiéis do mundo, a fantasia re-forma seu objeto de uma maneira específica que lembra a *magia optica* e sua encantação dos sentidos. Conforme Paul, ambas disponibilizam de instrumentos que transformam a realidade e são capazes de, em suas terras, nos “seduzir e enganar tão docemente e nos ofuscar magicamente com seus espelhos mágicos e flautas mágicas”.⁹ Como a magia, a imaginação tem um poder metamórfico capaz de tornar maior aquilo ausente e fazer transfigurar e brilhar os elementos do passado, do futuro e do presente, potencializando-se no sonho como pátria-mãe da fantasia, bem como nas artes, em que se cruzam as fantasias do leitor ou receptor com as do artista. Os textos, impressos em “papel seco com tinta áspera”, apenas ganham vida antes do “olho mágico” fomentado pela fantasia. Assim, o milagroso, como um dos elementos-chave do romantismo, precisa manter uma posição suspensa: ele não deve ser tratado como algo a ser desencantado (*entzaubern*), revelando ou dissolvendo sua magia com explicações prosaicas, mas também não deve ser

⁶ SCHLEGEL, Friedrich. *Sämtliche Werke*. Tradução do autor. Wien: Klang, 1979. v. 2, p. 313.

⁷ PAUL, Jean. Über die natürliche Magie der Einbildungskraft. In: PAUL, Jean. *Werke*. Tradução do autor. Herausgegeben von Norbert Müller Gustav Lohmann. München: Hanser, 1962. v. IV, p. 195-205.

⁸ Neste texto, Paul usa fantasia e imaginação (*Phantasie und Einbildungskraft*) sem diferenciação, apesar de sua definição, na *Vorschule der Ästhetik*, da imaginação como precondição instintiva da fantasia que se poderia potencializar até o gênio poético.

⁹ Ibid., p. 196.

apresentado como algo puramente ficcional sem contato com o real. O caminho ideal seria que o poeta não “destruísse o milagre como o teólogo exegético” e nem o prendesse no “mundo corporal de maneira artificial como num truque ilusionista”, mas que o poeta

o inserisse na alma (...). O milagre não deve voar como pássaro diurno e nem como noturno, mas como borboleta do crepúsculo (...). Não é o milagre físico comum, mas a fé nele que desenha a peça noturna do mundo dos espíritos. O “eu” é o espírito estranho que se estremece, o abismo, ao qual se acredita encontrar.¹⁰

Existe, então, um dever romântico de não dissecar os “belos milagres internos” com o “bisturi da psicologia”. Interessante para nosso contexto é o fato de que Jean Paul utiliza, no seu discurso sobre a espiritualização do milagroso, uma proximidade com os milagres artificiais dos aparelhos mecânicos. Estes podem entrar em funcionamento, visto que o poeta se encontra no estado poético-espiritual adequado:

Uma vez que o poeta fez tocar a significativa meia-noite no seu espírito em direção ao infinito, é-lhe permitido fazer rodar uma engrenagem mecânica ilusionista e construída, pois, através do espírito, o corpo ganha sentido mímico, e cada acontecimento terrestre torna-se para ele sobreterreste,¹¹

atribuindo, assim, às tipografias das letras “secas” um sentido elevado-abrangente.

Vimos como certa qualidade artística romântica está ligada a um olhar desfocalizado entre reprodução e transformação para obter um estado de “meia-luz” capaz de superar o prosaico sem que o milagroso se distancie demasiadamente do real visível e experimentável. Com a ilusão da *magia optica*, a poesia romântica tem um instrumentário eficaz para apresentar distorções referentes aos protagonistas de seus textos, bem como aos leitores destes. Essas distorções se encontram também, por exemplo, nas anamorfoses e instalações de espelhos, causando dúvidas e reflexões sobre a contingência do visto e sua essência.

¹⁰ PAUL, Jean. Vorschule der Ästhetik. In: PAUL, Jean. *Werke*. Tradução do autor. Herausgegeben von Norbert Miller u. Gustav Lohmann. München: Hanser, 1975. v. IX, p. 44.

¹¹ Ibid., p. 45.

3 ROMANTISMO E OS *MEDIA* ÓTICOS

De uma maneira geral, a nova ordem funcional da sociedade moderna se reflete diretamente na semântica da época, em que a questão da perspectiva e, com ela, os aparelhos óticos servem como paradigma referencial para formar os discursos analíticos, poéticos, científicos ou estéticos. Alexander Gottlieb Baumgarten (1714 - 1762) definiu desde 1735 a estética como ciência da sensitividade. Na sua *Aesthetica*, impresso apenas entre 1750-58, ele discursa sobre os meios ajudantes, por meio dos quais os sentidos são elevados e estendidos. Ele menciona, entre outros, diversos instrumentos óticos, como “binóculos e microscópios”, associando a nova estética aos *media* atuais da época e sua descoberta do mundo moderno. Assim, Baumgarten inicia a tendência de diferenciar entre olhos “armados” e “olhos nus”, mais tarde também usada por autores como Goethe. Apoios óticos não apenas satisfazem a curiosidade de cientistas, mas estendem também o horizonte dos poetas. Aos realistas, eles oferecem novos objetos e perspectivas e, aos mais ficcionais, eles elevam a fantasia: o olhar poético via aparelho ótico se diferencia da observação do cientista, misturando o visível com interpretações e com o imaginário na busca de perspectivas estéticas inovadoras. Os resultados diversos de um olhar medial são ilustrados na história contada por Kant em sua *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798): uma mancha lunar vista por um telescópio foi definida por uma dama como uma sombra de dois apaixonados, enquanto um padre a viu como torres de igreja.¹²

A tentativa de interligar aparelhos óticos com estruturas estéticas encontra-se em formas variadas. O matemático e filósofo Christian Wolff (1679 - 1754), em quem Baumgarten tinha se inspirado, declara na introdução de um manual ótico do ano 1710 que perspectivas aumentadas ou diminuídas podem contribuir para iluminar muitos itens obscuros da metafísica e da alma. O já citado poeta romântico Jean Paul fala de um “espelho ampliador poético”, expressando uma idéia formulada também como *Maximus in minimis* pelo cientista inglês John Ray em 1691: ver os desdobramentos e a diversidade da natureza no micro e macrocosmos como ordem, em que o grande se reflete no pequeno, formando assim um universo orgânico. Friedrich Schlegel usa o microscópio para apresentar uma teoria da leitura:

¹² KANT, Immanuel. *Werke in sechs Bänden*. Tradução do autor. Hg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983. v. 6, p. 482.

Não se deve olhar todos os objetos através do microscópio. Deve-se treinar ler muito devagar, dissecando os elementos singulares, bem como ser capaz de ler rápido e de uma vez só. Quem não é capaz de fazer ambos e aplica cada método onde deveria, ainda não sabe ler.¹³

E há textos literários em que a perspectiva adotada é difícil de existir sem o novo olhar possibilitado pela invenção técnica. Citamos, aqui, apenas alguns casos mais evidentes: *Des Luftschiffers Giannozzo Seebuch* (1803), de Jean Paul (a perspectiva a partir de um balão), *Gulliver's travels* (1726), de Jonathan Swift (o “zoom” microscópio e a desproporção), *O homem da areia* (1815), de E. T. A. Hoffmann (binóculo), ou *Die Kuckkasten* (1817), de Contessa, Motte Fouqué e E. T. A. Hoffmann (o desaparecimento de um menino dentro de uma *Boite d'optique*).

O olhar potencialmente diversificado por meio dos *media* óticos leva evidentemente às seguintes questões: se o olho humano é representativo para uma observação “natural” e “equilibrada”, como se podem ou devem avaliar as distorções óticas e as observações apenas possíveis através de lentes ou aparelhos? E a arte deve ou não incluir, na sua programação poética, tais perspectivas “inadequadas” (ao estado natural), ou isso resultaria numa aberração, como no comentário irônico de Lichtenberg: “Um homem que tivesse em vez de um olho um telescópio e em vez do outro um microscópio faria um papel estranho entre pessoas comuns”.¹⁴

Associando isso à arte, precisa-se perguntar se esta tem uma obrigação para o orgânico, ou a possibilidade, dever ou tarefa de apresentar o extremamente detalhado, distorcido, a perspectiva do desvio e o bizarro, desequilibrando, assim, a sensação estética, uma questão que recebeu respostas adversas entre os escritores da época: Goethe condenava a fantasia “exagerada” de colegas como E. T. A. Hoffmann e defendia uma arte mais contrabalançada, uma literatura capaz de mediar artisticamente a realidade experimentada. Sua visão é, de certa forma, resumida num trecho em *Anos de viagem de Wilhelm Meister*, escrito entre 1821 e 1829, em que Wilhelm, depois de ter examinado o céu via telescópio, explica a um astrônomo:

¹³ SCHLEGEL, Friedrich. Georg Forster. In: *Kritische Schriften*. Tradução do autor. Hg. von Wolfdietrich Rasch. München: dtv, 1956. p. 208.

¹⁴ LICHTENBERG, Georg Christoph. *Schriften und Briefe*. Tradução do autor. Hg. von Wolfgang Promies. München: Hanser, 1968. v. 1, p. 62.

Não sei se devo lhe agradecer por ter aproximado tanto esta constelação. Quando a vi pouco tempo atrás, encontrava-se em harmonia com as outras incontáveis do céu e comigo mesmo; agora ela se destaca desproporcionalmente na minha imaginação e não sei se devo desejar aproximar as outras também. Elas me apertarão, estreitarão e me assustarão.¹⁵

O mesmo questionamento sobre a relação entre o valor analítico e o aspecto estético em torno dos novos *media* óticos é formulado por Lessing: “Há aqueles que tentam nos convencer de que ninguém mais acha uma borboleta bela desde que a lupa nos mostrou que as cores dela são apenas pó”.¹⁶

4 ROMANTISMO: MEDIAÇÃO DA REALIDADE EXPERIMENTADA E A ABSTRAÇÃO

De forma geral, precisa-se perguntar se a famosa “romantização” do mundo (Novalis), sua des-limitação em direção ao abstrato-infinito, não é, pelo menos parcialmente, uma programação poética para superar o olhar prosaico, analítico e investigativo, potencializado pelos instrumentos óticos. Este novo olhar também se estende à questão do “verdadeiro”, já que a percepção microscópica se diferencia daquela do cotidiano e a aparência das coisas se modifica conforme a qualidade do olhar: o sangue não é mais vermelho, mas, como afirma John Locke,

consiste de poucos pequenos bolinhos vermelhos nadando em um líquido transparente. Quem sabe como seria a aparência destes bolinhos se tivéssemos ampliações mil ou dez mil vezes mais potentes.¹⁷

A aversão de Novalis ao romance *Anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*, de Goethe, e sua resposta em *Heinrich von Ofterdingen*,

¹⁵ GOETHE, Johann Wolfgang von. *Sämtliche Werke nach Epochen seines Schaffens*. Tradução do autor. Münchner Ausgabe. München; Wien: Hanser, 1991. v. 17, p. 352.

¹⁶ LESSING, Gotthold Ephraim. *Sämtliche Schriften*. Tradução do autor. Herausgegeben von Karl Lachmann. Stuttgart; Berlin; Leipzig: Göschen, 1886-1924. [Reprint Berlin: de Gruyter, 1968]. v. 10, p. 190.

¹⁷ LOCKE, John. *Versuch über den menschlichen Verstand*. Tradução do autor. Leipzig: F. Meiner, 1913. p. 360.

escrito em 1800, deixa claro que o “tatear” goethiano próximo à superfície da experiência sensorial e sua mediação literária foram vistos por Novalis como um olhar demasiado analítico e objetivo. Numa carta a Ludwig Tieck de 23 de fevereiro de 1800, Novalis chama a obra do weimariano de um livro “fatal e estúpido, tão pretensioso e extremamente antipoético” e desqualifica seu espírito como um “ateísmo artístico”.¹⁸ Decide escrever uma resposta em forma de romance, o já citado *Heinrich von Ofterdingen*, cujo protagonista não encontra, como no texto de Goethe, uma resistência “polidora” no mundo e não emerge como indivíduo no contexto de um processo recursivo com seu ambiente social. A realidade burguesa e a psicologia, como elementos constitutivos para o desenvolvimento da narrativa e da biografia de *Wilhelm Meister*, são substituídas por um tecido textual de uma transparência constante, em que as eternas *Urbilder* (imagens primordiais) determinam e, assim, imobilizam o percurso em favor de uma fluidez contemplativa sem dinamismo evidente. As imagens iluminadoras colocadas sob a superfície do mundo visível (e textual), evocadas em trechos de sonhos, contos de fada, em tempos antigos, ou épocas atemporais, apenas confirmam as intuições, idéias vagas e anseios que o protagonista já sentiu (e, assim, potencialmente já “sabia”) no início do romance, criando, sobretudo, uma sensação atmosférica, etérea e suspensa do mundo perceptível, do qual o romance quer se retirar. “Tua forma terrestre é apenas uma sombra da imagem primordial (*Urbild*) eterna, uma parte do desconhecido mundo sagrado”.¹⁹

Se românticos como Novalis aspiravam ao absoluto com uma qualidade textual fluida e transparente, desprezando o visível como categoria enganadora, já no caso de Goethe constata-se uma concepção que busca um equilíbrio mais acentuado entre o visível da natureza e o invisível do espírito. Vale a pena lembrar, aqui, que ambos apresentam certos traços biográficos semelhantes: os dois se formam em direito e trabalham mais tarde no campo geológico: Goethe como responsável pelas minas do condado de Sachsen-Weimar-Eisenach e Novalis, junto ao pai, pelas salinas de Weissenfeld, fato que contribui para a ênfase de ambos em um *Urprinzip*, o princípio inicial de todas as formas. Como já foi dito, para Novalis, este se apresenta como universal-fluido:

¹⁸ Apud KURZKE, Hermann. *Novalis*. Tradução do autor. München: Beck, 1988. p. 88.

¹⁹ NOVALIS. *Werke in einem Band*. Tradução do autor. München: Carl Hanser Verlag, 1981. p. 289.

Na água, como nos metais líquidos, o fluido original se manifesta, e os homens devem, por essa razão, honrá-la como uma deusa. Quão poucos, até agora, penetraram nos mistérios da fluidez! Para quantos nunca se elevou o pressentimento do prazer e da vida suprema, no mais fundo da alma inebriada! A alma universal, o violento desejo do que é fluido, manifesta-se na sede. (...) Até o sono não passa do fluxo desse mar universal e invisível; e o despertar é o começo do refluxo.²⁰

Diferentemente, Goethe procurava tal princípio em um objeto concreto, real, sólido, e estava convencido de ter encontrado, durante suas viagens à Itália, uma *Urpflanze*, a “planta-mãe” de todas as outras. De uma maneira geral, Goethe mostrou-se extremamente receptivo às novas tecnologias, como aponta seu entusiasmo com relação a aparelhos como a câmara obscura (ele mesmo possuía um exemplar), bem como em relação às questões teóricas sobre a percepção humana entre atividade receptiva e produtiva, o que é exemplificado em seus estudos sobre os *afterimages*. Crary descreve este aspecto da seguinte maneira:

What is important about Goethe's account of subjective vision is the inseparability of two models usually presented as distinct and irreconcilable: a physiological observer who will be described in increasing detail by the empirical sciences in the nineteenth century, *and* an observer posited by various “romanticisms” and early modernisms as the active, autonomous producer of his or her own visual experience.²¹

Se já a percepção humana em geral oscila entre constatação e produção, a necessidade para o campo artístico de um processo recursivo entre a reprodução, por exemplo, via câmara obscura, e a configuração artística torna-se inevitável quando se objetiva alcançar um resultado estético adequado que apresenta tanto o aspecto reconhecível (numa visibilidade realista ou “natural”) quanto o lado da transfiguração (numa invisibilidade “espiritual”). Esta relação dialética entre o externo e interno, realizada em um equilíbrio estável, certamente é uma das características marcantes na obra de Goethe. Junto com a psicologização dos caracteres ficcionais, marcada de fato pelo romance *Anton Reiser. Um romance psicológico* (1785-1790), de Karl Philipp Moritz, considerado o fundador da psicologia empírica.

²⁰ NOVALIS. *Os discípulos em Sais*. Lisboa: Hiena, 1989. p. 74.

²¹ CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer*. Cambridge: MIT Press, 1992. p. 69.

ca e editor da *Revista para uma psicologia experimental*, estes elementos formam a base da literatura realista posterior, sem se poder entrar, aqui, em detalhes sobre a extensa disputa do conceito do “realismo literário”.

Diferente desta mediação do experimentável e visível na literatura, nota-se, em Novalis, a tendência de abstrair da relação entre linguagem e suas referências externas em favor de uma transparência textual, em que, no “jogo das palavras” como folha visível, transparece algo mais, uma noção da *Urgeschichte*.

Na verdade, falar e escrever são algo tolo; a conversa verdadeira é apenas um jogo de palavras. É de se admirar que as pessoas estão convencidas de que falam apenas por causa das coisas. Ninguém se dá conta da peculiaridade da língua, do fato de que ela apenas cuida de si mesma. Por isso, ela é um segredo tão maravilhoso e fértil (...). Se apenas as pessoas entendessem que a língua é igual às fórmulas matemáticas – ambas constituem um mundo próprio – ambas apenas jogam consigo mesmas.²²

A idéia da linguagem como jogo lúdico dos signos vê-se, por exemplo, em certas experiências fonéticas e formações de correntes sonoras, desconstruindo as referências representativas entre palavra e objeto/sentido na tentativa de formar campos semânticos abrangentes, fluidos e abstratos, apresentada em seus *Fragmentos e estudos* (1799/1800). Vale a pena lembrar que o conceito da abstração implica uma dialética envolvendo a abstração positiva e negativa: abstrai-se da individualidade do objeto concreto (negativo) e, paralelamente, destaca-se uma tendência, um laço comum a todos os objetos concretos (positivo). Na arte em geral, nota-se, aqui, uma abstração de formas, objetos ou linhas narrativas em favor do material de sua representação, ou seja, destacam-se, na pintura, as cores e, na literatura, a qualidade sonora ou visual das letras. O respectivo material ou *medium* artístico parece se revelar como o “objeto verdadeiro”. Explica-se dessa maneira a proximidade da arte abstrata com, por exemplo, a poesia concreta. Kandinsky formula mais tarde esta interligação do abstrato com o *medium* concreto da seguinte maneira: apenas o desligamento da arte do prático-útil é capaz de fazer resonar o essencial das coisas, para que “comecemos a sentir em cada coisa seu espírito, seu som interior”,²³ ou seja,

²² NOVALIS. *Werke und Briefe*. Tradução do autor. München: Winkler, 1962. p. 438-439.

²³ KANDINSKY, Wassily. *Über das Geistige in der Kunst*. Tradução do autor. Bern: Benteli-Verl., 1952. p. 230.

seu valor “espiritual” concreto. Dissolver os motivos representativos na sua pintura significa reduzir o real existente a formas e cores elementares, fazer aparecer sua essência verdadeira.

Assim o elemento do abstrato, ontem ainda escondido timidamente e pouco visível atrás das pretensões puramente materialistas, começa a se impor na arte. E este crescimento do abstrato é natural. Ele é natural, pois quanto mais se reduz à forma orgânica, mais este abstrato se impõe e ganha em som.²⁴

A integração exemplar entre imagem e a “palavra como pintura” (onomatopéia) de Kandinsky encontra-se no seu livro *Klänge* (Sons), de 1913, que consiste em 38 poemas, 12 xilogravuras coloridas e 44 em preto e branco e foi obra precursora do dadaísmo.

A proximidade entre a abstração e o desejo de alcançar o “espiritual” atrás da superfície visível manifesta-se em certos autores românticos pela preferência pela noite, pelo fluido, como se vê em Novalis: “Para que serve o esforço de percorrer o agitado mundo das coisas visíveis? Em nós, no fundo desta fonte, vive um mundo mais puro. Manifesta-se, aqui, o verdadeiro sentido do complexo, imenso e multícor espetáculo”.²⁵ O caleidoscópio “verdadeiro” das formas possíveis da natureza se encontra apenas além das percepções visuais limitadas. Por isso,

será preciso (...) que o homem ou seu “eu” dê o máximo de atenção à totalidade daquilo que executa; se tal fizer, hão de os pensamentos elevar-se nele de prodigiosa forma; pensamentos ou uma nova espécie de percepções que apenas se parecem com o leve oscilar de qualquer coisa que dá cor ou ressoa, ou também com as contradições e estranhas figurações de um fluido elástico.²⁶

A tão desejada transparência, a romantização do mundo, exige uma qualidade textual específica, desligada das representações e de suas correspondências lingüísticas. Assim, Novalis propõe uma linguagem textual que utiliza palavras “fora do jogo” ou *ausgespielt*, em alemão. Estas, por serem “acabadas” pelo uso permanente, tornam-se palavras sem sentido concreto, desligadas dos objetos correspondentes e que não mais podem

²⁴ Ibid., p. 50.

²⁵ NOVALIS. *Os discípulos em Sais*. Lisboa: Hiena Editora, 1989. p. 49.

²⁶ Ibid., p. 62.

ser usadas de maneira descriptiva ou útil, mas se tornam polissignificativas ou *alfähig*, capazes de abranger o todo e o universal. Somente uma linguagem transparente e fluida, desanexada das coisas, é capaz de transparecer o segredo do mundo, sua escrita sagrada, potencialmente presente em tudo, mas freqüentemente escondida atrás das aparências perceptíveis. “Mais transparente e sem cor a expressão”, ele escreve, em 1798, a Schlegel, “mais perfeitamente esta poesia desgrudada das coisas e se torna independente”.²⁷ A linguagem útil, de intenções, é diferenciada da verdadeira linguagem, a poética como hieróglifo da natureza. Assim, ele formula, em *Fragmente und Studien* (1799/1800), uma programática literária que não pretende ser uma descrição de algo existente, mas é concebida como esboços de algo intencionado: narrativas, sem nexo, mas com associações, “como sonhos” ou poesia que apresenta o in-apresentável, vê o in-visível e sente o “in-sensível”.

5 ROMANTISMO E O OLHAR DISTORCIDO

Diferente do “leve oscilar de qualquer coisa que dá cor ou ressoa” ou das “estranhas figurações de um fluido elástico” em direção ao eterno, abstrato e infinito de Novalis, os textos de E. T. A. Hoffmann podem ser considerados como “alucinação ótica”²⁸ ou projeções textuais similares às encenações da lanterna mágica. Em sua obra, acham-se referências concretas a este aparelho ótico, por exemplo, em seu conto “Die Abenteuer der Silversternacht” (As aventuras na véspera do Ano Novo), de 1815, em que é mencionado o apresentador (“lanternista”) Johann Carl Enslen (1759-1818). Enslen foi precursor das famosas apresentações com a lanterna mágica do belga Étienne-Gaspard Robertson (1763-1837), que assumiu os espetáculos de Enslen depois que este abandonou sua carreira.

Historicamente, as fantasmagorias usavam a lanterna mágica, aparelho ótico de projeção e basicamente uma câmera obscura ao contrário, como afirmam as encyclopédias de Zedler e de Johann Georg Krünitz em 1794.²⁹ A lanterna mágica servia, durante os séculos, para diversos fins,

²⁷ NOVALIS. *Werke, Tagebücher und Briefe Friedrich von Hardenbergs*. Tradução do autor. Hrg. von Hans-Joachim Mähl und Richard Samuel. München: Hanser, 1987. v. 3, p. 671.

²⁸ KITTLER, Friedrich. Die Laterna magica der Literatur: Schiller und Hoffmanns Medienstrategien. Tradução do autor. In: *Athenäum. Jahrbuch für Romantik*, 1994. v. 4, p. 219-237, p. 219.

²⁹ ver: HICK, Ulrike. *Geschichte der optischen Medien*. Tradução do autor. München: Fink Verlag, 1999. p. 125.

como encenações religiosas, diversão nos mercados e feiras populares e possibilidade de contar histórias em imagens acompanhadas de comentários e/ou música. O jesuíta Athanasius Kircher (1601-1680) oferece umas das primeiras descrições explícitas sobre sua construção e seu funcionamento na segunda edição de seu *Ars magna lucis et umbrae*, de 1671. Kircher e seus colegas jesuítas em Roma utilizavam com freqüência a lanterna mágica, como mostra seu seguinte comentário:

Para o espanto dos espectadores, costumávamos, num quarto escuro do nosso instituto, apresentar as últimas novidades. A lanterna mágica é bastante interessante, pois com ela podem-se apresentar cenas bastante satíricas, bem como trágicas ou outras de forma viva.³⁰

Misturavam-se imagens religiosas sobre a ameaça do inferno com elementos cômicos.

As fronteiras entre superstição, magia, espetáculo e o “disciplinar” de fiéis por meio de projeções de demônios, por exemplo, com a ajuda da “lanterna de medo” de Walgensten, parecem ter sido flutuantes. E o aparelho começou a ser produzido para um público mais geral e uso caseiro: Johann Franz Griendel (1631-1687) a vendeu a partir de 1671. Entre outros, mostravam-se freqüentemente cenas do artista Jacques Callot (1592-1635), uma das fontes inspiradoras de E. T. A. Hoffmann. No final do século XVIII, surgiram as fantasmagorias, conforme o *Dicionário Universal da Língua Portuguesa* “cenário fantástico de figuras e luzes; arte de fazer ver fantasmas ou figuras luminosas na escuridão; evocação de visões; o aparelho com que se obtém esse resultado”.³¹

O já citado “lanternista” Étienne-Gaspard Robertson define seus objetivos assim: “I am only satisfied if my spectators, shivering and shuddering, raise their hands or cover their eyes out of fear of ghosts and devils dashing towards them”.³² Para tal, usava uma variedade de truques que incluíam projeções via espelhos, vozes distorcidas vindas de tubos escondidos ou a mistura de imagem com figuras ajudantes. Com fumaça sobre a lente da lanterna mágica escondida, produziam-se imagens fugazes e vacilantes, e havia sons sinistros como trovão artificial ou sons etéreos produ-

³⁰ Ibid., p. 128.

³¹ Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx>. Acesso em: 24 nov. 2005.

³² Disponível em: <<http://www.acmi.net.au/AIC/PHANTASMAGORIE.html>>. Acesso em: 3 dez. 2005.

zidos por instrumentos como a *glass harmonica* tocada com dedos molhados sobre pratos rotantes.

Um relato pessoal de Johann Samuel Halle de 1784 oferece uma descrição detalhada:

O pretendido mago conduz o grupo de curiosos a um ambiente revestido de um pano negro, e no qual se acha um altar pintado também de negro, com dois candelabros e uma cabeça de morto, ou uma urna funerária. O mago traça um círculo na areia, em volta da mesa ou do altar, e pede aos espectadores que não atravessem o círculo. Ele começa sua conjuração, lendo num livro e fazendo fumaça com uma substância resinosa para os bons espíritos e com coisas fétidas para os maus. Num único golpe as luzes se extinguem por si mesmas, com um forte ruído de detonação. Nesse instante, o espírito invocado aparece pairando no ar, por cima do altar e da cabeça da morte, de tal maneira que parece querer alçar vôo pelos ares ou desaparecer debaixo da terra. O mágico passa a sua espada diversas vezes através do espírito, que lança um grito lamentoso. O espírito, que parece elevar-se da cabeça da morte numa ligeira nuvem, abre a boca; os espectadores vêem então abrir-se a boca da cabeça da morte e ouvem as palavras pronunciadas pelo espírito defunto, num tom rouco e terrível, quando o mágico lhe faz perguntas. Durante toda essa cerimônia, relâmpagos rasgam o ambiente... e ouve-se um ruído terrível de tempestade. Pouco depois os candelabros acendem-se por si sós, enquanto o espírito desaparece, e seu adeus agita de maneira sensível os corpos de todos os membros da platéia... A sessão mágica chega ao fim, enquanto cada qual parece perguntar ao vizinho, com um palor lívido no rosto, que julgamento deve fazer a respeito desse encontro com o mundo subterrâneo.³³

Nos contos e romances de E. T. A. Hoffmann, aparelhos óticos e as referências visuais ocupam um lugar estratégico. De um lado, são elementos-chave da ação ou motivos literários. Mas também o modo narrativo reflete a questão da perspectiva, do olhar e da visibilidade. No prefácio de seu *Os elixires do diabo* (1815/16), o editor fictício dos manuscritos, supostamente escritos pelo monge Medardus, dá o seguinte conselho de leitura:

Não sem medo [de sua opinião desfavorável] dou-lhe, caro leitor, este livro feito daqueles manuscritos. Mas se decide passear junto

³³ Apud MANNONI, Laurent. *A grande arte da luz e da sombra*. Tradução de Assef Kfouri. São Paulo: Unesp, 2003. p. 154-155.

ao Medardus como fosse seu fiel companheiro, pelas celas e claustros escuros – pelo mundo colorido – o mais colorido – e agüentar junto com ele o estado mais assustador, terrível, maluco e burlesco de sua vida, assim talvez você se deleite com as diversas imagens da *câmera obscura* que se lhe abriu.³⁴

As imagens textuais apenas se formam se o próprio texto passar para um segundo plano, um pano de fundo, um campo a ser ativado pela fantasia e imaginação do leitor, sem o qual apenas existe um papel com tipografias sem vida, o “papel seco” e a “tinta áspera”. Se a leitura tiver sucesso, o leitor se torna uma lente, que focaliza a imagem da câmera obscura, obtendo assim contornos vivos sem que estes possam ser entendidos como reproduções, já que somente surgem em conjunto com o enriquecimento participativo e ativo do leitor. Para o escritor, bem como para o leitor, vale que ambos necessitam, em vez de um olhar analítico, de um olhar que se pode caracterizar como uma visão obtida por meio de um aparelho ótico, potencializando de formas variadas a capacidade visual e se movimentando no limite entre a realidade empírica e a fantasia e imaginação. A mera observação do ambiente não é o suficiente, ela precisa ser complementada por um levedar no interior do leitor para que se desdobre a plenitude das cores, sensações e imagens textuais de forma viva.

A capacidade e o poder projetivo da câmera obscura ou da lanterna mágica, suas imagens imponentes se realizam, então, não a partir de um ato receptivo passivo, mas emergem da tensão entre o mundo interior e exterior, entre a fantasia e o prosaico. Assim, Hoffmann freqüentemente tematiza o olhar, a observação e o processo, em que o visto, supostamente familiar, revela de repente outros componentes. Vejamos um trecho inicial do conto *Doge e Dogaresse*, publicado em 1819:

Em silêncio, ele apontou para uma chapa de mármore embutida no meio do chão. Olhei com mais atenção para a chapa e percebi que se passavam algumas veias avermelhadas pela pedra. Quando eu olhei cada vez mais com atenção, surgiram, o céu me ajude, os traços de uma face humana, como num quadro deformado, cujas linhas dispersas apenas se unem quando olhadas através de uma lente especificamente preparada. Era a face de uma criança que olhava da pedra para mim com o lamento cortante da luta com a

³⁴ HOFFMANN, Ernst Theodor Amadeus. *Die Elexiere des Teufels*. Tradução do autor. In: HOFFMANN, E. T. A. *Poetische Werke*. Berlin: Aufbau-Verlag, 1958. v. 2, p. 136.

morte. Do peito saíram gotas de sangue, a parte restante do corpo se perdia como que para de dentro de um rio.³⁵

O desenho na pedra se revela ao olhar focalizado como uma anamorfose se revela com a ajuda de um prisma.

Se aqui a ótica é apenas um elemento secundário, encontramos no seu *O homem da areia*, de 1815, as referências óticas e mecânicas como pontos centrais da história, bem como do modo estrutural narrativo. Apontamos, primeiramente, ao título da coletânea de dois volumes de 1815/1816 que incluiria o conto *Peças noturnas* com o comentário: *Editado pelo autor das peças fantásticas na maneira de Callot*. Já o título evoca, primeiramente, associações com o *gothic novel* da Inglaterra ou com os poemas *Hinos da noite* de Novalis, além de incluir, evidentemente, a referência explícita a Jacques Callot, o desenhista gravador a buril e água-forte (1592 - 1635) que, mesmo nas cenas tiradas do cotidiano, atribui às suas figuras uma fisionomia própria, cuja qualidade oscila entre o estranho e o conhecido.

A descrição “peça noturna” aponta tanto para a área musical (*nocturne*) como evoca associações com a pintura. Neste campo, as “peças noturnas” (*pittura di notte*) designam um gênero que tinha seu primeiro florescimento na fase inicial do barroco. Trata-se de um estilo que mostra objetos em uma iluminação noturna ou artificial sem que a cena completa fosse iluminada de maneira regular. Em vez disso, há uma distribuição extrema de áreas claras e escuras em forte contraste um com o outro. Estes quadros, como os de Rembrandt, por exemplo, também apresentam, em comparação com cenas à luz do dia, uma redução acentuada da coloração: em vez de se mostrarem na sua cor própria, os objetos adotam o tom da iluminação. Além de Rembrandt, o próprio Hoffmann cita os nomes de Pieter Brueghel, o jovem jr. (1564-1683), e Antonio Allegri, chamado Correggio (1494-1534), como inspiração. Além das referências visuais e elementos do gótico, é preciso mencionar, como influências explícitas, os conhecimentos psiquiátricos de Hoffmann, que o levaram a explorar o campo crepuscular entre luz e escuridão, focalização e distorção, observar e imaginar, como atesta Detlef Kremer:

A separação clara entre sanidade psíquica e loucura, em que se baseava a psicologia esclarecida, é suspensa em Hoffmann. Os limites entre razão e loucura fluem. O olhar romântico consegue

³⁵ HOFFMANN, Ernst Theodor Amadeus. *Doge und Dogaresse*. Tradução do autor. Bern: Alfred Scherz, 1946. p. 7.

obter do sonho e dos estados extáticos diurnos uma verdade mais elevada, e no outro lado, a razão comum lhe aparece como forma menos espirituosa da existência.³⁶

Com relação aos aparelhos mecânicos como outro item constitutivo em *O homem da areia*, sabe-se que a produção de autômatos, de bonecas de madeira falantes, cantadoras e dançantes foi um fenômeno bastante comentado na segunda parte do século XVIII. Construtores como Jacques de Vaucanson, Pierre Jaquet-Droz, Joseph Gallmayr, Wolfgang von Kempelen e Johann Karl Enslen eram figuras conhecidas, e comentavam-se diversas tentativas suas de obter resultados quase “naturais”, comparáveis a pessoas reais. Hoffmann se interessou intensamente por essa temática; tinha planos de construir um aparato próprio e visitou as oficinas de Johann Georg e Friedrich Kaufmann, dois inventores dessas máquinas.³⁷

Num contexto mais amplo, o motivo do autômato, da loucura, a inserção da referência ao aventureiro, espírita e alquimista Cagliostro (1743-1795), o apontar para Lazzaro Spallanzani (1729-1799), um pesquisador conhecido, entre outros, por seus trabalhos sobre vulcanismo e inseminação artificial, mostram a relação do texto com a história científica, sobretudo a discussão entre a física “natural” ou mecânica e a elétrica ou magnética que, como “ciência romântica”, foi julgada pela ciência iluminista como vestígio superado da época pré-moderna.

Mas, além de inserir tais nomes e temáticas como motivo literário, Hoffmann reflete, aqui, também a formação da sociedade moderna com sua multiperspectividade, expressa, sobretudo, pelo fato de que, em *O homem da areia*, o narrador se retira de uma posição de observador privilegiado, deixando uma incerteza acentuada sobre a “visão” correta dos acontecimentos e sua interpretação.

A perspectividade do conto *O homem da areia* se manifesta desde o início. As três cartas apresentadas pelo narrador fictício contêm os dois olhares centrais sobre os acontecimentos: a visão extática de Nathanael, bem como a perspectiva racional de Clara, oferecendo ao leitor, assim, duas lentes divergentes sobre a ação, mas sem que se possa fixar-se em uma destas como a “verdadeira”. Esta ênfase é ainda reforçada e dobrada por dois motivos do conto, os olhos e os autômatos, aumentando a oscilação do

³⁶ KREMER, Detlef. *E. T. A. Hoffmann zur Einführung*. Tradução do autor. Hamburg: Junius, 1998. p. 70.

³⁷ GENDOLLA, Peter. *Die lebenden Maschinen. Zur Geschichte der Maschinenmenschen bei Jean Paul, E. T. A. Hoffmann und Villiers de L'Isle Adam*. Tradução do autor. Heidelberg: Winter 1992. p. 164.

texto e sua compreensão entre vários olhares e reproduções mecânicas que se oferecem como espelhos de projeções. O olhar vira desfocalizado e os olhos se potencializam para um *medium* de transformação, (des)regulando as relações e o processo narrativo. Eles se tornam o sujeito verdadeiro do conto, dirigindo cada seqüência da ação, enquanto as figuras passam quase para o segundo plano. Sob o faiscar perspectivado do olho, suas identidades se deslocam para o vago. O conto trata de olhares diversos, o do cotidiano e do estranho, de olhares através de binóculos e telescópios, do olhar no espelho, e freqüentemente do olhar distorcido. A relação entre magia, olhar e instrumentos óticos se torna evidente, sobretudo, em Nathanael e Olímpia, a mulher-autômato. Já no início, em seu primeiro contato, encontra-se um olhar secreto-aberto através de um vidro, desta vez ainda uma janela que, posteriormente, é trocada por óculos e telescópios. Com estes aparelhos, seu olhar se transforma ambigamente: os objetos se tornam claros e focalizados, mas paralelamente sua visão é “acendida” por sua imaginação, tornando Olímpia viva e anímica e, assim, um espelho e eco para sua mente poético-narcisista, o objeto-desejo diferente das “frias pessoas prosaicas” do seu ambiente social. Como a vivificação de Olímpia se realiza pelo olhar, sua destruição passa consequentemente pela perda dos olhos: Nathanael vê sua face de cerra sem olhos, no seu lugar ela tinha “cavernas pretas, ela era uma boneca sem vida”.

Também a relação entre narrador e leitor é guiada pelo olhar. O narrador fictício se dirige ao público leitor com a esperança de ter conseguido desenhar os personagens como um bom pintor de retratos para que o leitor pudesse achar quadro e pessoa parecidos sem conhecer o original e como se tivesse visto a pessoa com os “próprios olhos”, uma constelação enigmática que Kittler entende como referência ao espelho: “O único retrato que aponta sempre para um original nunca visível para o olho é a imagem de cada um no espelho”.³⁸ Assim o narrador se torna mágico, e o leitor é a mente poética cujo olhar desperta o texto para a vida. A ilusão da *magia optica* se inscreve na literatura romântica como imagens alucinantes produzidas pela magia da imaginação e o questionamento das imagens, como campo incerto entre a observação e a visão.

Conseqüentemente, o elemento central do conto é o olho como mediador entre o externo e interno, sujeito e objeto. Seu campo semântico é presente, em formas variadas, quase em todas as páginas do conto. Já o título aponta para esta direção: o “homem da areia” supostamente coloca

³⁸ KITTLER, Friedrich (Hg.). *Urszenen*. Literaturwissenschaft als Diskursanalyse. Tradução do autor. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1977. p. 163.

areia nos olhos das crianças. Os olhos que registram os fenômenos do ambiente também são registros do estado interior da pessoa. Esta função dupla como órgão perceptivo e expressivo é colocada em questão no conto, resultando numa leitura perturbadora sem perspectiva central para uma compreensão inequívoca. As duas posições básicas são que Nathanael entende os olhos, antes de tudo, como área de projeção de estados anímicos, interiores, enquanto Clara os vê como órgão do reconhecimento da realidade externa. Esta concentração de cada um a apenas uma das funções parciais faz com que os dois se desencontrem permanentemente. Evidentemente, este conto significa também uma crítica à convicção exagerada do poder criativo e dominante da imaginação exagerada, do olhar absoluto como “ferramenta criativa”³⁹ de um Novalis e seu desejo de que “O mundo seja como eu o quero”.⁴⁰ Ambos, a fantasmagoria de Nathanael – a projeção de imagens para o ambiente sem considerar sua contingência – e o mero olhar receptivo de Clara são ridiculizados por Hoffmann sem que fique claro se as visões de Nathanael são, enfim, resultados de uma experiência traumática na infância, produtos de uma perturbação mental ou talvez até, pelo menos parcialmente, verdadeiras. *O homem da areia* e outros textos de Hoffmann caracterizam-se pelo questionamento da observação absoluta e deslizam permanentemente entre perspectivas variadas, entre o olhar como recepção e produção, advertindo contra uma totalização perigosa que reduz as múltiplas faces a um suposto “todo” ou “essencial” da vida social. O poeta Nathanael fracassa, porque não consegue se livrar da perspectiva poética, os binóculos mágicos de Coppola, que tornam quase viva o autômato Olímpia. Ele percebe o mundo exclusivamente de maneira poética e a desconhece, na sua forma, de maneira grotesca. Na percepção fascinada pela visão poética, a mecânica Olímpia aparenta o belo anímico, enquanto, na mesma perspectiva, Clara, a noiva gentil e pragmática, se torna aquilo que é Olímpia: uma obra mecânica, da qual Nathanael se afasta.

Ele continuou o seu poema sem interrupções, seu rosto avermelhava-se com o fogo interior, lágrimas rolaram de seus olhos. Finalmente, ao terminar, gemeu de profundo cansaço, pegou a mão de Clara e suspirou, como se sucumbido a uma dor inconsolável: “Ah, Clara! Clara!” Clara apertou o documento contra o seio e lhe disse em voz baixa, mas lenta e seriamente: “Natanael, meu amado

³⁹ NOVALIS. *Schriften*. Tradução do autor. Hrsg. von Paul Kluckhohn und Richard Samuel unter Mitarbeit von Heinz Ritter und Gerhard Schulz. Stuttgart: Cotta, 1960. v. 1, p. 326.

⁴⁰ NOVALIS. *Werke, Tagebücher und Briefe Friedrich von Hardenbergs*. Tradução do autor. Hrg. von Hans-Joachim Mähl und Richard Samuel. München: Hanser, 1987. v. 3, p. 554.

Natanael! Jogue ao fogo essa história louca, absurda, delirante". Indignado, Natanael levantou-se abruptamente e gritou, repelindo Clara: "Maldito autômato sem vida!"⁴¹

A poetização total do mundo é apresentada como perigo; as pessoas são ameaçadas de se tornarem loucas quando perderem a diferença das perspectivas, e, com isso, todo autodistanciamento, julgando o poético mais relevante do que a vida restante, ou de se tornarem ridículas quando apenas exercerem seu papel social como um autômato. Para Nathanael, enfeitiçado pelos óculos mágicos, Olímpia, a figura da imaginação poética, é mais real do que a sua Clara. Ele espera da arte mais do que ela pode oferecer e paga o colapso das perspectivas com sua morte. Com isso, Hoffmann pleiteia uma percepção diferenciada que torna rotineira a coexistência das perspectivas variadas e na qual o mundo é paralelamente maravilhoso e profano, irritante e esperável, milagroso e banal.

6 CONCLUSÕES

Compreendemos a literatura romântica por volta de 1800 dentro do contexto da diferenciação social e a formação de áreas comunicativas específicas como ciência, arte ou direito. Neste quadro, podem-se pensar os elementos fantasmagóricos do romantismo como vestígios da *magia artificalis* pré-moderna, como propôs Schramm.⁴² Contudo, parece-nos mais convincente observar a literatura e teoria romântica como tentativa de explorar as possibilidades poéticas da nova autonomia, com resultados bastante diversos e pelo menos parcialmente desenvolvidos na discussão da categoria da visibilidade, em que o abstrato e a distorção formam os pontos extremos deste campo semântico.

Novalis, por exemplo, aspirava o absoluto a partir de uma qualidade textual fluida e transparente, desprezando o visível como categoria enganadora. Em vez disso, nota-se a tendência de abstrair da referência externa da linguagem em favor de uma transparência textual em que, no "jogo das palavras" como folha visível, transparece algo mais, uma noção

⁴¹ HOFFMANN, Ernst Theodor Amadeus. *O homem da areia*. In: _____. *Contos fantásticos*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 132.

⁴² SCHRAMM, Helmar. Das offene Buch der Alchemie und die stumme Sprache des Theaters. In: DOTZLER, B. J.; MÜLLER, E. (Hg.). *Wahrnehmung und Geschichte. Markierungen zur Aisthesis materialis*. Tradução do autor. Berlin: Akademie Verlag, 1995. p. 103-118.

da *Urgeschichte* apenas exprimível por uma linguagem que cria uma sensação atmosférica, etérea e suspensa do mundo perceptível. A estética de Goethe, por outro lado, objetivava alcançar um resultado que apresentaria tanto o aspecto reconhecível (numa visibilidade realista ou “natural”) quanto o lado da transfiguração (numa invisibilidade “espiritual”). Na sua relação dialética entre o externo e interno, realizada em um equilíbrio estável junto com a psicologização dos caracteres ficcionais burgueses, podemos ver o núcleo poético que formaria mais tarde a base da literatura realista. A distorção e, com isso, o questionamento e tematização da perspectiva encontramos em Hoffmann. *O homem da areia* e outros textos seus questionam a observação absoluta, inconsciente de sua própria contingência e deslizam permanente entre perspectivas e mundos variados: do fantástico ao ambiente da pequena burguesia, entre o olhar como recepção e força produtiva, advertindo contra uma totalização perigosa que reduz as múltiplas faces a um suposto “todo” ou “essencial” da vida social.

RESUMO

A relação medial do realismo com a fotografia é um aspecto muito discutido. O presente artigo pretende mostrar que também o romantismo pode ser concebido, pelo menos parcialmente, por suas posições referentes à visibilidade. O presente trabalho analisa este campo em um contexto histórico em que a diferenciação social e os *media* óticos levam a um questionamento amplo do olhar e da perspectiva. Investigam-se a mediação literária equilibrada entre o mundo externo e interno em Goethe, a abstração do visível do mundo-objeto em favor de uma esfera mais “pura”, infinita e absoluta em Novalis e a fantasmagoria textual como instrumento transformador da realidade prosaica e impulso do perspectivismo em E. T. A. Hoffmann.

Palavras-chave: *visibilidade; media; romantismo*.

ABSTRACT

The medial relation between realism and photography is widely discussed. This article argues that also the romantic art can be conceived, at least partially, through its position towards visibility. It will analyze this subject in a historical context where the social differentiation and the optical media result in a questioning of observation and perspective. This paper

investigates the literary balanced mediation between the outer and inner world in Goethe, the abstraction of the visible in favor of a more 'pure', infinite and absolute sphere in Novalis and the textual phantasmagoria as a transforming instrument of prosaic reality and impulse for perspectivism in E. T. A. Hoffmann.

Key-words: *visibility; media; romantic literature.*

REFERÊNCIAS

- ARTAUD, Antonin. *Das Theater und sein Double*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1969.
- CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- Dicionário Universal da Língua Portuguesa. Fantasmagoria. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx>. Acesso em: 24 nov. 2005.
- GENDOLLA, Peter. *Die lebenden Maschinen*. Zur Geschichte der Maschinenmenschen bei Jean Paul, E. T. A. Hoffmann und Villiers de l'Isle Adam. Heidelberg: Winter, 1992.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Sämtliche Werke nach Epochen seines Schaffens*. Münchner Ausgabe. München; Wien: Hanser, 1991. v. 17.
- GROSSE, Wilhelm; GRENZMANN, Ludger (Hg.). *Klassik Romantik*. Stuttgart: Ernst Klett, 1983.
- HICK, Ulrike. *Geschichte der optischen Medien*. München: Fink Verlag, 1999.
- HOFFMANN, Ernst Theodor Amadeus. *Doge und Dogaresse*. Bern: Alfred Scherz, 1946.
- _____. Die Elexire des Teufels. In: _____. *Poetische Werke*. Berlin: Aufbau-Verlag, 1958. v. 2.
- _____. O homem da areia. In: _____. *Contos fantásticos*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- KANDINSKY, Wassily. *Über das Geistige in der Kunst*. Bern: Benteli-Verl., 1952.
- KANT, Immanuel. *Werke in sechs Bänden*. Hg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1983. v. 6.
- KITTLER, Friedrich (Hg.). *Urszenen*. Literaturwissenschaft als Diskursanalyse. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1977.
- _____. Die Laterna magica der Literatur: Schiller und Hoffmanns Medienstrategien. *Athenäum. Jahrbuch für Romantik*, n. 4, p. 219-237. 1994.
- KREMER, Detlef. *E. T. A. Hoffmann zur Einführung*. Hamburg: Junius, 1998.
- KURZKE, Hermann. *Novalis*. München: Beck, 1988.
- LESSING, Gotthold Ephraim. *Sämtliche Schriften*. Herausgegeben von Karl Lachmann. Stuttgart, Leipzig, Berlin und Leipzig: Göschen, 1886-1924 [Reprint Berlin: de Gruyter, 1968]. v. 10.
- LICHTENBERG, Georg Christoph. *Schriften und Briefe*. Herausgegeben von Wolfgang Promies. München: Hanser, 1968. v. 1.
- LOCKE, John. *Versuch über den menschlichen Verstand*. Übersetzt von Carl Winckler. Leipzig: F. Meiner, 1913.

MANNONI, Laurent. *A grande arte da luz e da sombra*. Tradução de Assef Kfouri. São Paulo: Unesp, 2003.

MÜLLER, Ernst. *Wahrnehmung und Geschichte*. Markierungen zur Aisthesis materialis. Berlin: Akademie Verlag, 1995.

NOVALIS. *Schriften*. Herausgegeben von Paul Kluckhohn und Richard Samuel unter Mitarbeit von Heinz Ritter und Gerhard Schulz. Stuttgart: Cotta, 1960. v. 1.

NOVALIS. *Werke und Briefe*. München: Winkler, 1962.

_____. *Werke in einem Band*. München: Carl Hanser Verlag, 1981.

_____. *Werke, Tagebücher und Briefe Friedrich von Hardenbergs*. Herausgegeben von Hans-Joachim Mähl und Richard Samuel. München: Hanser, 1987. v. 3.

PAUL, Jean. Über die natürliche Magie der Einbildungskraft. In: _____. *Werke*. Herausgegeben von Norbert Miller und Gustav Lohmann. München: Hanser, 1962. v. 4.

_____. Vorschule der Ästhetik. In: _____. *Werke*. Herausgegeben von Norbert Miller und Gustav Lohmann. München: Hanser, 1975. v. 9.

RITTER, Johann Wilhelm. Die Physik als Kunst (1806). In: KILLY, Walther (Hg.). *Zeichen der Zeit*. Ein deutsches Lesebuch in vier Bänden. Berlin-Frankfurt/M.: Fischer Bücherei, 1962. v. 2: 1786 – 1832.

ROBERTSON, Étienne-Gaspard. Robertson's Phantasmagoria. Disponível em: <<http://www.acmi.net.au/AIC/PHANTASMAGORIE.html>>. Acesso em: 3 dez. 2005.

SCHLEGEL, Friedrich. Georg Forster. In: _____. *Kritische Schriften*. Herausgegeben von Wolf Dietrich Rasch. München: dtv, 1956. p. 202-224.

_____. *Sämtliche Werke*. Wien: Klang, 1979. v. 2.

SCHRAMM, Helmar. Das offene Buch der Alchemie und die stumme Sprache des Theaters. In: DOTZLER, B. J.; MÜLLER, E. (Hg.). *Wahrnehmung und Geschichte*. Markierungen zur Aisthesis materialis. Berlin: Akademie Verlag, 1995.

A PARIS D'*O CAMPONÊS*

*Literary representation of the city in
Le Paysan de Paris, by Louis Aragon*

Flávia Nascimento*

PREÂMBULO

A publicação d'*O camponês de Paris*, de Louis Aragon, data do ano de 1926. Trata-se de uma narrativa surrealista composta de quatro capítulos¹ que, grosso modo, estruturam-se a partir de dois movimentos muito diferentes. De um primeiro movimento resultam o prefácio e o último capítulo, intitulados respectivamente “Prefácio para uma mitologia moderna” e “O sonho do camponês”. Eles abrem e fecham a narrativa com um tom similar, característico dos manifestos e em conformidade com o gosto das vanguardas do início do século XX. Assim, em seu “Prefácio para uma mitologia moderna”, Louis Aragon denuncia os danos provocados pelo “tolo racionalismo humano”, visto pelos surrealistas como herança nociva do cartesianismo que sempre fundamentou as estruturas lógicas do pensamento ocidental, contra o qual tanto lutou o movimento surrealista, especialmente durante as duas primeiras décadas do século XX. Essa denunciação é seguida por um programa que pretende preservar “o sentimento do maravilhoso cotidiano”, condição *sine qua non*, segundo Aragon, para a pragmática

* Doutora em Letras e Ciências Humanas, docente no Departamento de Português, Université de Rennes 2 (Bretanha).

¹ O segundo e o terceiro capítulos já haviam sido publicados anteriormente, em folhetim, pela *Revue Européenne*, então dirigida por Philippe Soupault (em 1924 e 1925, respectivamente).

tica surrealista. O último capítulo, “O sonho do camponês”, vem reforçar os propósitos apresentados no prefácio. Ele se inicia por um tom de ensaio filosófico que vai atenuando-se pouco a pouco até desposar inteiramente a forma do manifesto, com frases curtas e categóricas. O texto se encerra, assim, pelo anúncio da instauração da “vida poética” no mundo.

O outro movimento do texto ocupa os dois capítulos centrais do livro e constitui a narrativa propriamente dita. São os capítulos mais longos, intitulados “A passagem da Ópera” (relato das deambulações solitárias do narrador no interior de uma galeria coberta) e “O sentimento da natureza no parque *Buttes-Chaumont*” (relato de deambulações a três – Louis Aragon, André Breton e Marcel Noll – por um jardim público parisiense). É deste movimento, construído a partir da deambulação pela cidade de Paris, que tratará este artigo. O interesse especial por este aspecto da narrativa é motivado pela importância de Paris para o movimento surrealista, do qual ela foi o centro geopoético. Como é sabido, a capital francesa esteve desde sempre ligada às atividades do grupo, e figura como palco de outras narrativas surrealistas célebres, como é o caso de *Nadja* (1928), de André Breton, e *Les dernières nuits de Paris* (*As últimas noites de Paris*, 1928), de Philippe Soupault, para citar apenas dois exemplos.

LUGARES URBANOS DE PREDILEÇÃO SURREALISTA

N'*O camponês de Paris*, dois lugares urbanos de predileção são eleitos por Louis Aragon: o jardim, ou parque público, e a passagem, sendo esta última, sem dúvida, um dos lugares que mais fascinaram os surrealistas em geral.² As passagens são essas galerias comerciais cobertas de vidro, numerosas em Paris (mas muito raras no interior da França), que abrigavam no século XIX um comércio luxuoso, e pelas quais os passantes podiam deambular tranquilamente, protegidos da chuva, da circulação e da lama que, até o final do século XIX, eram o terror dos pedestres parisienses. A partir de 1914, esse comércio entrou numa vertiginosa decadência e as passagens, praticamente abandonadas, transformaram-se em ruínas do que haviam sido outrora. Era essa atmosfera singular que atraía os surrealistas, além das sugestões contidas no próprio nome do lugar: a palavra *passagem* evoca, ao mesmo tempo, os passos do – e sobretudo da – passan-

² Existem outros lugares de predileção surrealista. Para André Breton, por exemplo, os “Mercados das pulgas” (*Marchés aux puces*), essas feiras de quinquilharias nos arredores de Paris, que aparecem com destaque em *Nadja*, por exemplo.

te,³ a *maison de passe*, ou seja, o prostíbulo, e o passado, este passado de um tempo findo que, curiosamente, parecia ter se condensado ali para sempre. A passagem da Ópera não existe mais. Ela foi demolida em 1924 – no momento em que Aragon escrevia a narrativa epônima – para que se pudesse construir mais uma grande avenida na capital (o bulevar Georges Haussmann). O jardim público aparecerá em seguida como outro lugar de predileção. Trata-se no caso do parque *Buttes-Chaumont*. Os outeiros de *Chaumont*, situados na extremidade leste da cidade, abrigavam, na Idade Média, moinhos a vento. O lugar era na verdade uma pedreira, que em seguida foi exaustivamente escavada para, mais tarde, transformar-se em depósito de lixo. De 1864 a 1876, esse local se transformou num monumental jardim público dotado de rochedos e lagos artificiais, primeiro “pulmão verde” de Paris. Os dois espaços eleitos pelo *Camponês* de Aragon são uma referência ao Segundo Império, do qual o barão Georges Haussmann (1809-1891) é uma figura emblemática. Ele foi o administrador-chefe de Paris (*préfet*) por mais de quinze anos: nomeado para o cargo em 1853 por Napoleão III, nele permaneceu até 1870. Durante estes anos, Haussmann renovou inteiramente a fisionomia da cidade, abrindo grandes avenidas, construindo a ferrovia urbana, a rede de esgotos, destruindo quarteirões inteiros que abrigavam cortiços, e anexando à capital vários distritos (inclusive o 19º, onde se localizam os outeiros de *Chaumont*) que outrora não lhe pertenciam, dando-lhe as dimensões que ela tem ainda hoje. Ele foi também o realizador do parque *Buttes-Chaumont*, bem como o responsável pela demolição da passagem da Ópera, embora este último projeto só tenha se realizado em 1924, muito depois de sua morte (Haussmann não teve tempo para levar a termo todos os seus planos para Paris).

Os trabalhos do barão Haussmann traumatizaram profundamente mais de uma geração de parisienses,⁴ visto que fizeram explodir a cidade por um desventramento cruel, a fim de reunificar seus bairros e propiciar a circulação veloz e rentável da massa. Haussmann autodenominava-se, sugestivamente, “artista demolidor”, e sua destruição-reconstrução da cidade, batizada por seus contemporâneos de “haussmannização” de Paris, foi feita em nome da beleza e do saneamento, embora fosse motivada sobretudo pela necessidade de impedir a construção de barricadas nesta capital que já conhecera duas revoluções durante o século XIX (1830 e 1848) e que a haussmannização não impediria de conhecer uma terceira (1871, Comuna

³ O que sem dúvida remete à tradição da “escritura” de Paris, como foi dito há pouco: como não pensar no célebre soneto de Baudelaire, “À une passante” (*Tableaux parisiens, Les Fleurs du mal?*)?

⁴ A obra de Charles Baudelaire, contemporâneo do barão Haussmann, traz marcas disso.

de Paris). Experiência traumática de efeitos duradouros, ainda nos anos 1920 sentia-se o horror à haussmannização. Ainda nos anos 1920, um cronista escrevia:

O maior inimigo do ocioso que vagueia pelas ruas é o urbanismo... Meu avô já se queixava disso na época do barão Haussmann, que não conhecia ainda esta palavra, mas conhecia a coisa a que ela se refere... Haussmann foi um tirano para todo expectador apegado à rua vibrante. Ele infligiu a Paris uma fisionomia retilínea dolorosa para os amantes do pitoresco.⁵

N'*O camponês de Paris*, esses sentimentos de nostalgia em relação a uma cidade moribunda são evidentes no capítulo que trata da passagem, condenada à demolição. Curiosamente, o outro capítulo tem como tema o jardim haussmanniano construído à inglesa, amálgama de natureza e artifício. Os dois lugares são escolhidos por suas capacidades de revelarem o “maravilhoso cotidiano” e toda a vida inconsciente da cidade, mas tal escolha não deixa de supor sentimentos contraditórios em relação à haussmannização de Paris: por um lado, a melancólica crítica à demolição da passagem da Ópera, e por outro, o elogio exaltado do jardim, contradição que revela a estrutura binária sobre a qual Louis Aragon construiu sua narrativa.

LABORATÓRIO DO CRIADOR

O mapa de Paris foi muitas vezes comparado por antigos cronistas a uma cebola. O berço da cidade, como se sabe, é a *Ile Saint-Louis*, em pleno rio Sena, bem no centro, em volta da qual a cidade foi se expandindo em várias camadas, à medida que se derrubavam antigas fortificações para que novas fossem erigidas, o que fazia com que a alfândega municipal, estabelecida às portas da cidade, recuasse sempre um pouco mais – as últimas fortificações foram derrubadas precisamente nos anos 1920, quando o imposto para a entrada de mercadorias no perímetro urbano deixou, enfim, de existir. A cidade é dividida em distritos (*arrondissements*) que abrigam vários bairros. Eles eram em número de treze até a chegada de Haussmann, que incorporou à capital várias localidades suburbanas vizi-

⁵ LEGRAND-CHARBIER. *La Rue à Paris. L'Art vivant*, n. 14, p. 18, jul. 1925.

nhas, aumentando o número de distritos para vinte (número que permanece até hoje). A numeração dos distritos se faz de forma crescente, numa espécie de espiral, a partir do centro, de forma que os números maiores correspondem aos distritos mais afastados. A finada passagem da Ópera localizava-se no 8º distrito, sendo portanto um lugar relativamente central; quanto ao parque, ele situa-se na extremidade leste da cidade, no 19º distrito, sendo assim um lugar distante do centro, na fronteira da cidade com o subúrbio. São dois lugares que, do ponto de vista da localização urbana, formam um par de opostos: centro e periferia. N'*O camponês de Paris*, a capital é representada assim, reduzida unicamente a esses dois lugares, cujo único ponto em comum é a localização às margens direitas do Sena, a populosa *rive droite*, preferida pelos surrealistas à *rive gauche*, essa última tradicionalmente associada à vida boêmia e artística dos anos 1920.

A cidade surrealista do “camponês” não é, pois, apreendida pelo narrador em sua totalidade, já que sua configuração resume-se apenas a dois de seus lugares: o narrador “pula” da galeria coberta ao jardim sem mais explicações, sem mostrar a mínima preocupação em justificar tal deslocamento no espaço. Entretanto, a Paris d'*O camponês* é uma espécie de microcosmo, graças à sua extraordinária diversidade: tanto a passagem quanto o parque revelam-se como verdadeiros mundos em abreviação, cada um desses dois lugares sendo o ponto de encontro de todos os espaços. A vocação de microcosmo do parque aparece no procedimento que consiste em defini-lo sucessivamente, por exemplo, como uma “miragem”, “um oásis”, “a Mesopotâmia” ou “a Sibéria”. O narrador diz que ele é “uma proveta da química humana em que os precipitados têm a palavra”, o que reforça a idéia de um laboratório da criação. O microcosmo parisiense, segundo Aragon, assemelha-se à imagem reduzida de toda uma civilização, com tudo o que ela pode comportar de disparatado e diverso. O parque é um domínio em que tudo é possível:

Havia entre nós um tema habitual, um domínio de franqueza em que tudo seria permitido para experimentadores animados pelo novo espírito que os ligava, nós o inventávamos segundo a escala da vida daquele tempo, com suas grandes cidades, suas fábricas, suas regiões da cultura, nós o dispúnhamos na margem mais favorável para a liberdade e o segredo, que nos parecia ser esse grande arrabalde equívoco em volta de Paris, moldura das cenas mais perturbadoras dos folhetins e dos seriados franceses, onde toda uma arte dramática se revela. (...) Eis que, ociosamente, pomo-nos a pensar que talvez houvesse em Paris, ao sul do décimo-nono

arrondissement, um laboratório que, graças à noite, corresponde-se ao mais desordenado de nossa invenção.⁶

Quanto à passagem da Ópera, ela é em si mesma um mundo em que estão reunidas as amostragens de tudo aquilo que pode ser produzido pela imaginação do homem. De fato, este espaço urbano é tomado pelo narrador como o mundo, no sentido de espaço global da criação:

Desigualdade do tamanho dos passantes, desigualdade do humor da matéria, tudo muda segundo as leis da divergência e surpreendendo-me grandemente com a imaginação de Deus: imaginação afeita a variações ínfimas e discordantes como se o grande negócio fosse aproximar, um dia, uma laranja e um barbante, uma parede e um olhar. Diríamos que para Deus o mundo não passa da ocasião de alguns rabiscos de naturezas mortas. Há dois ou três pequenos truques que ele não cansa de empregar: o absurdo, a balbúrdia, o banal... não há meios de livrá-lo disso.⁷

A metáfora da “imaginação de Deus” sublinha o caráter de microcosmo da passagem, como uma espécie de laboratório do criador. Além do mais, ela sugere que este criador seria semelhante, na verdade, ao próprio poeta. Ora, a concepção que nos dá Aragon desta “imaginação divina” é extremamente próxima da concepção da imaginação poética surrealista, a única que seria capaz de produzir verdadeiras imagens poéticas. A definição da imagem poética é dada por André Breton no primeiro *Manifesto surrealista* de 1924:

A imagem é uma criação pura do espírito.
Ela não pode nascer de uma comparação, mas sim da aproximação de duas realidades mais ou menos distanciadas.
Quanto mais as relações entre duas imagens aproximadas forem distantes e justas, mais a imagem será forte – mais ela terá um poder emotivo e uma realidade poética...⁸

⁶ ARAGON, Louis. *O camponês de Paris*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 160-161. (tradução, notas e prefácio de Flávia Nascimento). Como faremos a seguir várias citações desta narrativa, utilizando sempre a mesma edição, usaremos doravante a abreviação “CP”, seguida do número de página.

⁷ CP, p. 75-75.

⁸ BRETON, André. *Manifestes du surréalisme*. Paris: Gallimard, 1994. p. 31. A definição é na verdade de autoria de Pierre Reverdy, que Breton cita no *Manifesto*.

Um pouco mais adiante, no mesmo *Manifesto*, Breton explica que a “*luz da imagem*” jorra da “aproximação de certa forma fortuita entre dois termos”. Tal concepção da imaginação poética corresponde muito à “imagination de Deus” de que fala Aragon n’*O camponês de Paris*: ela se caracteriza por “variações ínfimas e discordantes”, por aproximações do tipo “uma laranja e um barbante” ou “uma parede e um olhar”. O que faz pensar no interior da passagem da Ópera, que abriga um conjunto de atividades heteróclitas que vão da venda de selos, bengalas ou lenços, passando pelos serviços do engraxate ou das damas que se dedicam ao amor venal, ou seja, uma coleção de objetos díspares, reunidos ali por um estranho acaso – no sentido surrealista da palavra –, e de cuja reunião fortuita nasce a chama do insólito urbano.⁹

A escolha dos dois lugares citadinos que atraem o poeta relaciona-se igualmente com a metáfora da “imagination de Deus” (Deus igual a criador, que é igual a poeta): a passagem com sua extraordinária variedade e o parque mágico que reúne tudo o que há de extravagante e errante no homem. Esses lugares são reunidos pelo narrador de maneira fortuita e arbitrária, exatamente de acordo com os preceitos que regem a formação da imagem poética surrealista. Assim, num outro nível interpretativo, vê-se que é a própria reunião desses dois espaços distanciados e opositos, que em princípio nada destinava a aproximar, que faz brotar a “luz do insólito” (lembre-se além do mais que os dois capítulos centrais da narrativa podem ser lidos separadamente). A Paris de Aragon torna-se, ela própria, uma imagem poética.

LABIRINTO

Além de espaço de diversas dimensões, a Paris d’*O camponês* tem também um caráter labiríntico, o que é válido tanto em relação à passagem¹⁰ quanto em relação ao parque. Viu-se como a topografia parisiense da

⁹ É sabido que a teoria da imagem poética surrealista inspirou-se em Lautréamont, especialmente em suas comparações conhecidas como série dos “belo como”, sendo a mais célebre delas aquela em que ele fala do “encontro fortuito, sobre uma mesa de dissecação, entre uma máquina de costura e um guarda-chuvas”. V. DUCASSE, Isidore (conde de Lautréamont). *Les chants de Maldoror*. Paris: Flammarion, 1990. p. 289.

¹⁰ Sobre a dimensão aparentemente contraditória insinuada pela justaposição destes dois espaços – passagem e labirinto –, creio útil transcrever aqui os propósitos de Jean-Paul Clébert sobre as passagens cobertas: “A passagem é um labirinto em linha reta. Poucas passagens (...) têm corredores de acesso ou de escape. Elas têm uma entrada e uma saída, intercambiáveis. Ninguém se perde, ninguém perde o rumo numa passagem, e no entanto todos se deixam apreender em sua armadilha”. V. CLEBERT, Jean-Paul. *Dictionnaire du surréalisme*. Paris: Seuil, 1996. p. 445.

narrativa de Aragon é uma topografia poética, no sentido de que o narrador interessa-se apenas pelos lugares que têm para ele uma força inspiradora indiscutível. Inicialmente, é o colorido múltiplo da passagem que lhe oferece matéria para poesia num passeio solitário. Em seguida, é o jardim periférico que o atrai, desta vez num passeio a três: Aragon, Noll e Breton. Mas, nos dois casos, trata-se de lugares que representam de alguma forma a interioridade da cidade, ao mesmo tempo em que são espaços públicos. A passagem e o parque não são espaços completamente abertos, como as ruas e os bulevares. O primeiro espaço é coberto, ao abrigo do sol e da chuva, ao passo que o segundo, mesmo tratando-se de um jardim, é um lugar fechado, com limites precisos, que o narrador descreve detalhadamente. Os dois espaços obedecem ainda a horários de abertura e fechamento, o que os torna mais atraentes, já que abrem caminho, assim, para a transgressão: a visita noturna a um parque é totalmente inabitual, e mesmo proibida. Assim, os trajetos *d'O camponês de Paris* são efetuados numa espécie de interioridade imaginária da cidade, que se torna labiríntica. No capítulo sobre o parque, vê-se um verdadeiro elogio dos labirintos:¹¹

Que o conceito sinuoso da aléia os arrebaté (os jardineiros) de vez, levando-os a verdadeiras loucuras labirínticas. Que possamos ler sobre a terra em que nos perdemos a expressão burlesca e desesperada de sua inquietude. Como se ata a vela ao vento sempre mutante, atem as aléias ao jardim em que suas mãos se abandonam.¹²

A composição dos jardins é apresentada aqui como uma arte própria ao exercício da imaginação e do extravio de si mesmo. Se Aragon/Noll¹³ aconselha aos jardineiros a multiplicação das aléias sinuosas dos jardins, é porque as teias assim formadas favorecem a imaginação poética. Quanto mais a configuração espacial dos lugares assimila-os a dédalos inextricáveis, mais esses lugares têm o poder de provocar a iluminação poética. Também é preciso notar que o parque é comparado à floresta por Marcel Noll, que, contemplando-o, exclama: “Que caminho percorrido desde a floresta primitiva!”.¹⁴ A observação de Noll torna-se mais interessante

¹¹ O labirinto é portanto considerado como positivo e, aqui, não se reveste do caráter angustiante que pode ter nas obras de um Joyce ou de um Kafka. O próprio narrador *d'O camponês de Paris* lembra que se trata, para ele, de um “labirinto sem Minotauro”.

¹² CP, p. 172.

¹³ O trecho acima citado é extraído de um “discurso” feito por Marcel Noll, transcrito pelo narrador *d'O camponês*, que é Aragon (este, além de autor, é também narrador).

¹⁴ CP, p. 171.

quando se pensa que a imagem da floresta é uma das formas sob a qual o mito do labirinto mais apareceu. E, na literatura moderna, a imagem que na maioria das vezes substitui a floresta-labirinto é precisamente a imagem da cidade. O *Dicionário dos mitos* assinala até mesmo que “com a revolução industrial, a cidade tornou-se o lugar mais comum do sentimento do labirinto e ela desempenha, a partir de então, o papel que durante muito tempo coube à floresta”.¹⁵ A comparação sugerida pela frase de Aragon/Noll entre o parque e a floresta faz pensar numa espécie de evolução no campo do mítico, que teria conduzido à substituição de uma imagem pela outra. Assim o jardim suburbano, espaço artificial e eminentemente urbano, porque construído pelas mãos humanas, passou a ocupar o lugar da floresta, espaço selvagem e inteiramente natural. E o parque urbano, espaço labiríntico e mágico, substituiu a floresta mítica de outrora. Mas, n'*O camponês de Paris*, o próprio relato do passeio é concebido como um labirinto. O narrador conta sua aventura de maneira não-linear, efetuando inúmeros vaivéns no interior dos dois espaços citadinos que escolheu. Tome-se o exemplo do capítulo sobre o parque *Buttes-Chaumont*. Ele é dividido em dezoito subcapítulos numerados com algarismos romanos. O relato do passeio propriamente dito é precedido por todo um preâmbulo sobre o sentimento da natureza, e só começa realmente a partir do subcapítulo VI. Aragon encontra-se em companhia de Noll e de Breton, na casa do último; os três decidem sair, mas sem saber exatamente para onde ir, quando Breton propõe que se dirijam ao parque *Buttes-Chaumont*.¹⁶

Começa assim o relato do passeio ao parque, que é o lugar sobre o qual recai a escolha dos três caminhantes noturnos, um pouco ao acaso, e por exclusão de outros lugares famosos demais e não desejáveis, como Montmartre e Montparnasse. O narrador descreve inicialmente as redondezas do parque, em seguida faz uma descrição exaustiva de seu interior. Pouco depois, o relato do passeio e a descrição serão interrompidos pelo discurso de Noll. Em seguida, a narrativa é retomada, para ser mais uma vez interrompida. O narrador perde-se então em reflexões sobre o desígnio que o leva a contar tais aventuras. Um pouco mais adiante, reconhecendo ter perdido de vista o itinerário do passeio a três, ele retoma uma descrição longa e extremamente detalhada do parque, especialmente de uma coluna que comporta inscrições diversas e minuciosas sobre a cidade de Paris e o 19º distrito da capital. A descrição é feita de forma a provocar um sentimento de extravio no leitor, de tal forma ele é bombardeado por uma profusão

¹⁵ LABYRINTHE. In: PEYRONIE, André (Org.). *Dictionnaire des mythes*. Ligugé-Poitiers: Ed. du Rocher, 1988. p. 905.

¹⁶ CP, p. 159.

de dados e números sobre a cidade. Esse jogo de alternâncias entre a narrativa da excursão ao parque, a descrição dos lugares, a inserção de discursos intercalados (discursos de Noll, de Breton, de Aragon e da “estátua”), uma carta a Philippe Soupault e reflexões sobre os mais diversos temas (a narrativa, a arte dos jardineiros, o amor, os “lugares sagrados”, etc.) continua até o final do capítulo, e contribui para a construção de uma topografia que sugere um dédalo.

O SENTIMENTO SURREALISTA DA NATUREZA

Num artigo sobre as diversas possibilidades de exploração do nome de Paris, Jean Roudaut chamava a atenção para uma espécie de função “geradora de texto” que pode assumir o nome de Paris, presente nos títulos de inúmeras obras de ficção que têm a capital francesa como principal cenário.¹⁷ Entre os abundantes exemplos, basta lembrar *As noites de Paris*, de Restif de la Bretonne, *O pedestre de Paris*, de Léon-Paul Fargue, ou ainda *Ausente de Paris*, de Louis Guilloux. Vê-se que a utilização da palavra “Paris” no título, assim associada a outros elementos, compõe ela mesma um nome que dá o tom da narrativa, que anuncia suas cores, impondo de imediato certa imagem da cidade. Seguindo a pista proposta por este autor, pode-se perguntar qual seria o sentido do título *O camponês de Paris*, expressão híbrida, na qual se reúnem duas esferas totalmente opostas uma à outra no mundo real. Por um lado, a palavra “camponês”, que evoca a natureza, mas uma natureza da qual estaria excluído tudo aquilo que traz a marca do homem: a figura do camponês remete, em princípio, a um personagem que se move num mundo regido pelas leis naturais, como, por exemplo, os ritmos sazonais, que determinam os ciclos agrícolas. Por outro lado, a palavra “Paris”, que remete, ao contrário, a tudo o que é produzido pela civilização e que traz, portanto, a marca evidente da presença humana.¹⁸ O título desta narrativa opera, portanto, a fusão de duas esferas opostas. Mas, de forma ainda mais explícita, o título do terceiro capítulo, “O senti-

¹⁷ ROUDAUT, Jean. *Le nom de Paris: l'espace du nom*. In: *Écrire Paris*. Ed. Seesam, Fondation Singer-Polignac, 1990. p. 75-87.

¹⁸ Admite-se normalmente que os termos “natureza” e “cidade” são fundamentalmente antinônicos. Dado que a cidade é um produto da civilização, da cultura, ela se opõe a tudo o que pertence ao mundo físico, a tudo o que existe fora da intervenção do homem. Na verdade, o termo “natureza” tem diversos sentidos, seja ele considerado à luz da ciência, da filosofia, da religião, da moral ou, enfim, da arte. Não é nosso objetivo promover aqui uma discussão sobre essa diversidade significativa. Assim, tomamos este termo para exprimir tudo aquilo que existe no universo independentemente do homem.

mento da natureza no parque *Buttes-Chaumont*", leva a questionar o sentido assumido nesta narrativa surrealista pela expressão – extremamente datada, aliás – "sentimento da natureza".

Tal expressão dá nome a um movimento de sensibilidade nascido no século XVIII – especialmente na obra de Jean-Jacques Rousseau – baseado numa percepção sensível do mundo, na qual o espetáculo da natureza desempenha um papel de primeira importância. Rousseau inovou a visão da natureza: com ele, esta deixou de ser uma espécie de reino do maravilhoso, povoado por seres mitológicos, para passar a ser apreciada em sua extraordinária complexidade, que ele faz questão de estudar e de descrever minuciosamente, o que faz do olhar de Rousseau um olhar moderno. Para Rousseau, cujas atividades de herborista não devem ser esquecidas, é evidente que a natureza é um objeto de curiosidade intelectual. Mas ela também é fonte de imaginação e devaneio, para aqueles cuja sensibilidade é tocada por seu magnífico espetáculo. Espetáculo que não constitui, aliás, uma simples decoração, mas que exerce sobre o homem efeitos positivos, benéficos. Segundo Rousseau, a natureza, ao contrário da cidade nociva, é o lugar favorito da alma humana em busca de sentimentos como a solidão pacificadora, o devaneio, a felicidade, o amor. E é assim que o século XVIII inaugura, com Jean-Jacques Rousseau, logo seguido por Bernardin de Saint-Pierre, autor dos *Études de la nature* (1784-1788) e, sobretudo, de *Paulo e Virgínia* (1788), uma nova percepção da natureza. A partir daí, o tema passará a ocupar um lugar importante na literatura francesa, como mostrará um pouco mais tarde a obra dos românticos, profundamente marcados por esses dois autores.

Ora, é possível ver no capítulo de Aragon sobre o parque *Buttes-Chaumont* bem mais do que uma simples alusão a essa concepção da natureza nascida no século XVIII. Trata-se, na verdade, de uma ruptura com a concepção de "sentimento da natureza" tal como ela fora herdada deste período.¹⁹ Aragon diz, no capítulo em questão:

Eu tinha me impressionado várias vezes com diversas estranhezas no curso da vida dos homens. Como eles reproduzem sobre

¹⁹ É preciso dizer que Baudelaire já havia percorrido este trajeto. Em "O pintor da vida moderna", ele já escrevera: "A maioria dos erros relativos ao belo nascem da falsa concepção do século XVIII relativa à moral. Naqueles tempos, a natureza era tomada como base, fonte e tipo de todo bem e de toda beleza possíveis. A negação do pecado original não foi negligenciável na cegueira geral da época. Entretanto, caso queiramos fazer referência apenas ao que é visível, à experiência de todas as eras e à *Gazette des Tribunaux*, veremos que a natureza não ensina nada, isto é, que ela obriga o homem a dormir, beber, comer e a defender-se, bem ou mal, contra as hostilidades da atmosfera." BAUDELAIRE, C. *Oeuvres complètes*. Paris: Laffont, 1980. p. 809.

telas o que seus olhares podem apreender, particularmente o mar, as montanhas, os rios. Como viajam. Como têm gosto pelos jardins. Eu sentia que uma única palavra devia unir essas paixões díspares e a buscava, e o que é melhor, encontrei-a: é que eles experimentam um sentimento confuso nessas ocupações, comum a todas elas, análogo a essa inquietação que eu tinha ao vê-los agir e que eles nomeiam de *sentimento da natureza*.²⁰

E ele explicará em seguida que o sentido ordinário desta expressão não o satisfaz, porque depende unicamente da “acepção antiga de uma palavra” (a palavra “natureza”), herdada de uma época que excluía da “natureza” os objetos que trazem a marca da presença do homem (eis o que ele chama de “sentido partitivo” deste vocabulário). Assim, no sentido corrente da palavra, têm valor apenas os objetos que resultam exclusivamente da “obra divina”, e dos quais o homem encontra-se completamente ausente. Trata-se, sem dúvida, de uma referência à concepção rousseauísta do “sentimento da natureza”. Para o filósofo genebrês, o homem, em contato com as belezas naturais, seria capaz de reencontrar sua inocência primitiva, reintegrando assim uma idade de ouro preservada das máculas que a vida em sociedade acarreta inevitavelmente: ele estaria assim mais perto de Deus. É esta concepção do “sentimento da natureza” que é inaceitável para Aragon, já que ela não conviria a uma “concepção mítica do mundo moderno”. Aliás, ele faz uma curiosa alusão a Rousseau:

Esse grande oásis (o parque) num bairro popular, zona suspeita em que reina uma notável luminosidade de assassinatos, essa área louca nascida na cabeça de um arquiteto, resultante do conflito entre Jean-Jacques Rousseau e as condições econômicas de existência parisiense, é para os três caminhantes uma proveta da química humana, na qual os precipitados têm a palavra e olhos de estranha cor. Se supõem com exaltação que o *Buttes-Chaumont* pode permanecer aberto durante a noite, não é por esperarem dele o retiro da solidão, mas sim o retiro de todo um mundo aventureiro que o singular desejo de vir para essa sombra pode ter triado e agrupado na extremidade do mistério, segundo uma semelhança oculta.²¹

O parque é um espaço misto, visto que rompe com o “sentido partitivo da palavra natureza”: no jardim, tudo o que é produzido pelo

²⁰ CP, p. 148.

²¹ CP, p. 160.

homem, pela civilização, é parte integrante da natureza, cujo sentido amplia-se. Este “conflito” de Jean-Jacques Rousseau é certamente um tanto obscuro, mas o que chama a atenção aqui é que o filósofo do século XVIII aparece lado a lado com o barão Haussmann, o urbanista do século XIX, cuja presença velada adivinha-se por essa alusão às “condições econômicas da existência parisiense”. O primeiro encarna um gosto, uma sede de natureza em estado bruto, o segundo encarna as necessidades imperiosas (e imperiais!) de embelezar artificialmente a cidade, motivadas pelas diversas mudanças da sociedade. Eis a equação pela qual a arquitetura pôde conceber este lugar, que é uma espécie de natureza artificial:

O lago tem o clarão elétrico da lua, pintado por Arnold Bocklin, e esse tema continua na moldura, que é a cidade de Paris. O conjunto expresso em três cores. E três jovens que o contemplam. À venda.²²

A comparação do jardim a um quadro sublinha sua artificialidade, que se conjuga perfeitamente com a moldura representada pela cidade. Mas o conceito de natureza amplia-se ainda mais n'*O camponês de Paris*, a ponto de a natureza tornar-se de fato o inconsciente do homem e todas as suas manifestações, como diz o autor de maneira explícita:

A experiência sensível aparece então para mim como o mecanismo da consciência e a natureza, vê-se no que ela se torna: a natureza é meu inconsciente. Aquilo a que meus sentidos se entregam, para falar a linguagem de hábito, não está separado dela. Mas por instantes, em limiares raros, reconheço esse liame que une os dados de meus sentidos, alguns desses dados, à própria natureza: ao inconsciente.²³

Em consequência disso, o “sentimento da natureza” será também o mesmo que o “sentido do mundo exterior” e o “sentido do inconsciente”.²⁴ Ora, o parque *Buttes-Chaumont*, por causa de seu caráter misto, é por excelência o lugar de manifestação do “sentimento da natureza” surrealista. Sua localização corrobora, aliás, a idéia deste caráter misto, lugar periférico, que não é propriamente a cidade, nem tampouco a não-cidade, ou, como

²² CP, p. 204.

²³ CP, p. 150.

²⁴ CP, p. 151.

disse o próprio Aragon, “este grande subúrbio equívoco em torno de Paris”. Da mesma maneira como para Rousseau, em *Devaneios de um caminhante solitário* (*Les rêveries d'un promeneur solitaire*, 1782), a ilha de Saint-Pierre imersa na calma de um lago oferecia as condições necessárias para suscitar a serenidade e o sentimento de paz da alma, assim, para Aragon, o parque urbano apresenta todas as condições propícias para um outro tipo de devaneio, sob o modo surrealista. Aragon reconhece-se integrante de certa tradição, posto que qualifica seu empreendimento literário como um projeto que se apresenta “sob os traços de simples passeios, entremeados com reflexões, como existem diversos casos em literatura”. Entretanto, ele toma o cuidado de pôr em evidência, ao mesmo tempo, sua ruptura com a tradição. E não unicamente porque ele concebe de outra forma o “sentimento da natureza”, mas também graças à sua maneira de escrever esses “simples passeios, misturados a reflexões”.²⁵

Para Rousseau, a solidão, imperativa, oferece as condições psicológicas ideais para o devaneio; além disso, o passeio se faz realmente fora da cidade nefasta, em horas durante as quais a beleza da natureza pode ser apreciada plenamente. Ora, na narrativa de Aragon tudo é subversão dessas condições essenciais para o devaneio do “caminhante solitário”. Em “O sentimento da natureza no parque *Buttes-Chaumont*”, o passeio é feito a três, em condições temporais que incitam à percepção inconsciente, visto que o jardim é visitado sob o signo da transgressão, em plena noite. Tais condições temporais, acrescentadas à topografia do lugar, vêm reforçar esta percepção: os outeiros de *Chaumont* são um lugar labiríntico, de curvas múltiplas que favorecem a perda. E enfim, as próprias condições psicológicas dos três caminhantes contribuem para o devaneio surrealista: antes de tomarem a direção do parque, André Breton, Marcel Noll e Louis Aragon encontram-se num estado de “estupor”, de “abatimento geral”, e as ruas percorridas pelos três homens têm uma “leve bruma” que é comparada às suas “névoas interiores”. Enfim, a natureza surrealista, tal como ela nos é apresentada n’*O camponês de Paris*, não é mais o lugar da pacificação do espírito, posto que é violenta. A noite, por exemplo, aparece aí como uma das “forças naturais” de maior poder sobre a imaginação do homem. Aragon especifica o caráter terrível dessa noite moderna, comparando-a à noite das épocas passadas:

A noite de nossas cidades não se assemelha mais àquele clamor dos cães das trevas latinas, nem ao morcego da Idade Média, nem

²⁵ CP, p. 208.

a essa imagem das dores que é a noite da Renascença. É um monstro imenso de lata, perfurado mil vezes por punhais. O sangue da noite moderna é uma luz que canta.²⁶

Observe-se também agora a maneira pela qual Aragon incorpora em sua representação de Paris certos elementos da natureza. Essa observação se orienta, por um lado, pela distinção biológica de uso, que consiste em dividir os reinos da natureza em três partes – mineral, vegetal e animal – e, por outro lado, pela assimilação dos quatro elementos constitutivos do universo – água, terra, ar e fogo – às imagens literárias da capital. Inicialmente, podem ser apontados alguns exemplos que remetem aos reinos animais, todos três presentes na Paris de Aragon. Os clientes dos dois cabeleireiros da passagem (feminino e masculino) são “as feras das florestas virgens” que “vêm (...) preparar-se para o prazer e a propagação da espécie”, e os passantes que perambulam em volta do salão do cabeleireiro feminino são as “grandes feras modernas que espreita(va)m a fêmea do homem”.²⁷ Mas os humanos são também assimilados ao reino vegetal, e o narrador compara sua própria observação dos clientes do “Alfaiate Mundano” à “atividade de um desses aparelhos registradores em marcha lenta que fotografam o gracioso desenvolvimento das plantas”.²⁸ Ou ainda, em relação às mulheres que freqüentam a passagem, sabe-se que, “a cada primavera, renova-se um pouco seu contingente”, como se elas florescesssem uma vez por ano. E no salão do cabeleireiro, o narrador percebe uma “libélula (...) buscando seu alimento” um pouco abaixo da cintura de uma cliente.²⁹ Quanto aos elementos originários do reino mineral, eles são também abundantes: bengalas de cornalina, “luvas de areia e uma bolsa de mica acinzentada”, “sais para enxaqueca”. Sem falar das colunas de bronze e dos rochedos e grutas artificiais que fazem parte da composição do jardim.

Os quatro elementos fundamentais participam da criação desse microcosmo que é a Paris surrealista de Aragon. O menos presente será talvez o elemento eolian, que ainda assim é evocado pelos odores e vapores do salão do cabeleireiro Gélis-Gaubert, e que remetem à imagem da montanha (“tomilho e lavanda, o próprio perfume das montanhas”). O fogo, por sua vez, está presente em algumas imagens mais fortes: Naná, mulher enigmática (é sem dúvida uma referência à louríssima personagem de Zola) que o narrador encontra na passagem, é definida assim:

²⁶ CP, p. 166.

²⁷ CP, respectivamente, p. 67 e p. 69.

²⁸ CP, p. 74.

²⁹ CP, p. 69.

Embora imortal, tenho o ar de um desjejum de sol. Um fogo de palha que se quer tocar. Mas sobre essa pira perpétua, é o incendiário que arde. O sol é meu cãozinho. Ele me segue, como você pode ver.³⁰

Podem ser citados ainda esses sapatos “ofuscantes de reflexos” e os clientes que saem da loja do engraxate “com sóis nos pés”. O elemento telúrico, por sua vez, faz mais de uma aparição: o bulevar Haussmann é um “grande roedor” que desventra a passagem da Ópera, enquanto o casal de porteiros das galerias mantém-se, há anos, “nessa toca, vendo passar barras de vestidos e calças compridas”.³¹ E a própria galeria do Barômetro aparece como “um buraco de toupeira em meio ao terrão rejeitado”,³² desembocando no bulevar dos Italianos.

Enfim, a presença da água na narrativa de Aragon é essencial, como aliás é freqüente quando se trata da representação literária de Paris. Nas galerias, o ambiente é fortemente marítimo, e o narrador verifica, diante da vitrine do comerciante de bengalas, que “o mar inteiro está na passagem da Ópera”, o que acarreta a aparição de uma sereia em meio às bengalas desse mundo fantástico imerso numa luz marinha fosforescente. Um pouco mais adiante, é o próprio salão de um dos cabelereiros que é definido como um “lugar submarino” e Naná, a mulher-sol que o narrador reencontra, é qualificada como uma “esponja” (do mar). Em suma: a “fauna das imaginações” faz-se acompanhar, na cidade surrealista de Aragon, de uma “vegetação marinha”. A predominância do elemento aquático na narrativa de Aragon é mesmo notória, mas não se deve esquecer que, apesar desse predomínio, a representação de Paris compreende aqui todos os reinos da natureza, bem como incorpora outros elementos constituintes do universo. Como se se tratasse de confirmar, por meio desse procedimento, o caráter multidimensional do universo parisiense.

A multiplicidade dos aspectos da natureza que compõem a representação da cidade segundo Aragon vem reforçar ainda a imagem, tantas vezes evocada ou sugerida neste texto, do laboratório. Viu-se que no parque *Buttes-Chaumont* o narrador estava em busca, com seus amigos, de “um laboratório que, graças à noite, correspondesse ao mais desordenado”³³ de suas próprias invenções. Na passagem da Ópera, observando os clientes do “Alfaiate mundano”, que o célebre criminoso Désiré Landru teria

³⁰ CP, p. 70.

³¹ CP, p. 49.

³² CP, p. 87.

³³ CP, p. 161.

freqüentado, ele imagina seus “laboratórios de prazer”. E sobre o estabelecimento dos Banhos (localizado na passagem), ele diz:

... é um laboratório de calorimetria. Os empregados, casal de distintos físicos, disfarçados, mergulham os sujeitos benévolos em seus calorímetros e entregam-se a cálculos intrigantes sobre a degradação da energia. Eles esperam surpreender, um belo dia, o princípio de Carnot numa falha.³⁴

Outros numerosos trechos sugerem essa imagem, por exemplo aquele que fala do ritual de *toilette* das damas, processo pelo qual elas sofrem prestigiosas transformações, ou ainda aquele em que o narrador descreve a perfumaria do cabelereiro, com uma profusão de frascos, odores e, sobretudo, com os efeitos inesperados que o uso de todos esses materiais pode proporcionar aos clientes que se submetem a tais experimentações. É interessante lembrar o sentido etimológico da palavra “laboratório”, que vem do latim *laborare*, “trabalhar”. O laboratório é realmente um lugar em que os homens, com uma ação realizada de maneira intencional – um trabalho – entregam-se a experiências, pesquisas, preparações científicas, a fim de obter um resultado útil, como nos laboratórios químicos, nas confeitorias ou nas farmácias. A Paris surrealista de Aragon é um laboratório labiríntico, em que tudo se transforma incessantemente. Lugar assombrado pela alma de Tanatos, esse “grande ataúde de vidro” é entretanto um espaço erótico, no sentido de que é regido pelo princípio de ação que simboliza o desejo. Palco do “jogo duplo do amor e da morte”, a cidade de Aragon é fortemente marcada por uma idéia pagã da natureza, razão pela qual tudo contribui, nela, para a instauração de uma religião do amor no mundo – o “hierático amor” –, único culto a ser adotado na perspectiva da busca de uma mitologia moderna.

O OLHAR DO “CAMPONÉS”

Operando em seu título a fusão de duas esferas que se encontravam em oposição na “antiga concepção” da palavra “natureza”, Aragon propõe a ruptura com o “sentido partitivo” desta palavra. A reunião dos termos “Paris” e “camponês” torna possível a concepção de um espaço regi-

³⁴ CP, p. 85.

do por outras leis, um espaço que tem a dimensão do homem em busca de uma mitologia moderna. Tal título concretiza a concepção que Aragon tem da natureza e, além do mais, indica que a cidade – produto da civilização por excelência –, rejeitada na “antiga concepção da natureza” posto que nociva, torna-se espaço privilegiado para o passeio e o devaneio. O conceito de natureza amplia-se, assim, chegando a englobar o inconsciente do homem. Doravante a cidade faz parte da natureza. Ela interpela ao apelar para os sentidos, seja na passagem ou no jardim. Ela desencadeia, naquele que a olha como um eterno camponês a descobri-la, a percepção do insólito por detrás da aparência banal das coisas. Os sentidos desempenham um papel importante na percepção da cidade. Viu-se como o título da narrativa desvenda uma ambigüidade reveladora: o “camponês de Paris” não vê a cidade como o cidadino – seja ele burguês ou operário, esses, sim, seus verdadeiros nativos – e é por isso que seu olhar é revelador do insólito. Ele mantém com o grande corpo urbano uma ligação tão visceral quanto a do camponês rústico com a terra. Entretanto, a essa ligação junta-se uma permanente capacidade de estranhamento do olhar, da qual a oposição entre os vocábulos “camponês” e “Paris” dá conta. As referências à importância dos sentidos – especialmente à importância da visão – são numerosas nessa narrativa. Já no prefácio, Aragon declara-se partidário da hegemonia dos sentidos e de uma “ditadura da sensualidade”, opondo o conhecimento racional ao “conhecimento sensível”, este sim indispensável para a percepção do insólito e, consequentemente, para o estabelecimento de uma “mitologia moderna”.³⁵ A percepção dos objetos relaciona-se à capacidade reveladora de uma outra natureza da cidade, que só o olhar pode propiciar. Mas não se trata de qualquer olhar. Dir-se-ia que o olhar do “camponês” é comparável ao líquido revelador, essa solução empregada em fotografia para tornar visível a imagem latente (revelar deriva de *velum*, “véu” em latim, isto é: tirar o véu). É um olhar que tem algo de essencial em comum com as capacidades reveladoras da fotografia. Sobre essa arte, Walter Benjamin observou que:

A natureza que fala à câmera não é a mesma que fala ao olhar; é uma outra, sobretudo porque ela substitui um espaço apreendido conscientemente pelo homem por um espaço que ele percorre inconscientemente. Podemos geralmente apreender os movimentos de um homem que anda, nem que seja em suas linhas gerais, mas nada podemos apreender de sua atitude na exata fração de segundo durante a qual ele dá um passo. A fotografia mostra-nos essa fração de segundo por meio de seus recursos auxiliares: câmera

³⁵ V. CP, “Prefácio para uma mitologia moderna”.

lenta, ampliação da imagem. Apenas a fotografia revela esse inconsciente ótico, da mesma forma que a psicanálise revela o inconsciente pulsional.³⁶

Parece evidente uma analogia entre o olhar do “camponês” de Paris e a fotografia. Tanto um como outro são *passagem* porque, como foi dito anteriormente, são criadores de uma fresta na leitura do mundo, fresta que leva do real ao onírico, do consciente ao inconsciente. O próprio título de um dos capítulos – “A passagem da Ópera” – confirma isso. Como notou M. Van Renterghem, seu significado etimológico é a “passagem da obra”, ou seja: “aíllo que sabe abrir um caminho, através da escrita, em meio ao *labirinto voluptuoso* da inconsciência: espécie de fio de Ariadne autorizando a transfiguração alquímica do real”.³⁷

Os lugares reais desencadeiam o devaneio que se constrói, no plano da escrita, pela alternância entre um inventário “objetivo” (falsamente) de tudo o que compõe os lugares descritos e a visão subjetiva que tem deles o narrador. “Os homens vivem com os olhos fechados em meio a preceipícios mágicos”, assinala o narrador, excursionando pelo jardim parisense. Porque ele quer atingir o além da aparência das coisas – o surreal –, o sentido da visão assume para Aragon, n’*O camponês de Paris*, uma importância obsessiva e inspiradora da escrita. Inúmeras imagens oriundas do universo visual testemunham isso: “microscópios”, “objetiva”, “espelhos”, “uma pequena Kodak”, além de um manifesto gosto pelo voyeurismo. Nesse mundo efêmero e cambiante, o olhar do “camponês” fixa, como um beijo roubado, como um clichê fotográfico, instantes fugazes, apreendendo o instantâneo insuspeitado. A importância do universo visual nesse texto não se limita, porém, à fotografia. Ela estende-se à pintura, à qual remetem inúmeras referências. Por exemplo, a vendedora de lençóis da passagem poderia ser, segundo o narrador, um quadro de Franz Winterhalter ou de Thomas Gainsborough. Sem ignorar as diferenças notórias entre esses dois artistas, que remetem respectivamente aos séculos XIX e XVIII, é preciso lembrar que ambos foram retratistas, o que não deixa de sugerir uma relação com a fotografia, que, como se sabe, substituiu a pintura nesse gênero. As referências à pintura são mais abundantes no capítulo que trata do parque. Este exibe, aliás, uma enigmática epígrafe que vem reforçar a importância do universo visual na prosa do “camponês”: *Ausschauende Idee*. O verbo ale-

³⁶ BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 94.

³⁷ VAN RENTERGHEM, Marion. Mots de passe et passage. *Europe*, n. 717-718, p. 38, jan./fev. 1989. A expressão “labirinto voluptuoso”, que coloquei em itálico, é de autoria do próprio Aragon, que a utilizou no plural.

mão *ausschauen* exprime a idéia de “buscar com os olhos” ou “buscar em volta de si com interesse”. Tal expressão pode, portanto, ser compreendida como uma idéia penetrante, cujo poder é resultante de um olhar arguto. A epígrafe vem ainda reiterar a importância dos sentidos na percepção do mundo, posto que reúne numa mesma esfera algo que é da ordem do racional – “idéia” – e algo que pertence ao universo sensorial – “olhos”. Mais uma imagem, enfim, remetendo à idéia de passagem.

Assim é que na cidade de Aragon as fronteiras entre poesia e realidade são abolidas. Uma passagem é realizada que revela à poesia seu verdadeiro lugar, que só pode ser fora dos livros e dos manuais escolares: a cidade. A Paris d'*O camponês* é a de todos os escritores de Paris, todos os construtores desse mito da modernidade, de Restif a Baudelaire, de Émile Zola a Léon-Paul Fargue, de Jules Vallès a Robert Desnos. Cidade-escrita de dimensão lúdica, porque construída a partir de referências heteróclitas, o que lhe confere um caráter barroco. Espaço labiríntico, espaço-laboratório, espaço-experiência dos sentidos construído à imagem da própria escrita de Aragon. Espaço do qual este “camponês”, tal um moderno Champollion, quer-se um decifrador. Mas uma Paris que permanece, não obstante, sempre desconhecida e insuspeitada, uma Paris que esconde suas armadilhas e não revela todos os seus segredos.

RESUMO

Este artigo é uma leitura detalhada d'*O camponês de Paris* (1928), de Louis Aragon, uma das narrativas mais significativas do fascínio surrealista pela capital francesa. Nele mostramos que, nesta representação da cidade, as fronteiras entre poesia e realidade são abolidas, por meio de uma “passagem” que revela a face surreal de Paris: cidade de dimensão lúdica, porque construída a partir de referências heteróclitas, espaço labiríntico e laboratório dos sentidos, construído à imagem da própria escrita de Aragon.

ABSTRACT

This paper is a detailed reading on *Le Paysan de Paris* (1928), by Louis Aragon, one of the most meaningful narratives about surrealist fascination on French capital. We intend to show here that in this literary representation of the city, the frontiers between poetry and reality are abolished by means of a

“crossing” that reveals Paris surreal faces: a city with a ludic dimension because it is created from ill-assorted and mismatched references, a labyrinthine space and a laboratory for the senses, created in the Aragon's writing image.

REFERÊNCIAS

- ARAGON, Louis. *O camponês de Paris*. Tradução, notas e prefácio de Flávia Nascimento. R. de Janeiro: Imago, 1996.
- BAUDELAIRE, Charles. *Oeuvres complètes*. Paris: Robert Laffont, 1980.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRETON, André. *Manifestes du surréalisme*. Paris: Gallimard, 1994.
- CAILLOIS, Roger. Paris, mythe moderne. In: *Le mythe et l'homme*. Paris: Gallimard, 1938.
- CLEBERT, Jean-Paul. *Dictionnaire du surréalisme*. Paris: Seuil, 1996.
- NASCIMENTO, Flávia Cristina de Sousa. *Paris dans la littérature française des années vingt. Contribution à l'histoire de la représentation*. Nanterre, 1998. Tese (Doutorado) - Université Paris X. Impr. e difundida por Presses Universitaires du Septentrion.
- ROUDAUT, Jean. Le nom de Paris: l'espace du nom. In: *Écrire Paris*. Ed. Seesam, Fondation Singer-Polignac, 1990.
- VAN RENTERGHEM, Marion. Mots de passe et passage. *Europe*, n. 717-718, jan./fev. 1989.
- Dictionnaire des mythes*, Ligugé-Poitiers, Ed. du Rocher, 1988. *L'Art vivant*, n. 14, julho de 1925.

A EVOLUÇÃO DO IBERISMO DE JUAN VALERA

The evolution of 'iberismo' in Juan Valera

Rodrigo Vasconcelos Machado*

A vida de Juan Valera (1824-1905), que durou praticamente quase todo o século XIX e o início do seguinte, foi vivida numa posição que lhe permitiu ver do alto o torvelinho por que passava o seu tempo. Desde o seu nascimento na cidade espanhola de Cabra em 1824, até a sua morte em 1905, Valera teve um percurso intelectual cheio de turbulências. Os gastos para manter a sua posição social levavam a uma falta de dinheiro constante; contudo, sua vida teve significado, pois seus desejos mais profundos foram alcançados. Tornou-se um escritor consagrado pela crítica do seu tempo e em vida. Os livros eram publicados e os seus ensaios tinham uma boa acolhida. Era também membro da *Real Academia de La Lengua* desde 1861. A sua ascensão social foi condicionada pela sua dedicação excepcional à carreira das letras e retrata que o talento literário foi a condição *sine qua non* para o seu sucesso, visto que os seus textos ficcionais primavam por uma forma mais generosa e flexível de ver o mundo a partir da palavra escrita.

O início na carreira diplomática foi modesto, pois tinha de custear os seus próprios gastos com uniforme e outras necessidades pessoais. A entrada no serviço diplomático de Valera se inicia com a nomeação em 1847 como *Attaché ad honorem* da embaixada Espanhola de Nápoles; indicação honorífica que recebeu de seu tio Agustín. Com esse pretexto se fazem mais freqüentes os pedidos de ajuda financeira para cobrir as despesas. Dois anos e meio (1847-1849) durou sua permanência em Nápoles. Participar da

* Delem/UFPR.

vida diplomática lhe permitiu adestrar a sua escritura e recolher um material que seria de grande valia: a experiência de ter contato com outras culturas. A mediação intercultural foi motivada pela orientação intelectual ministrada por seu amigo Serafín Estébanez Calderón. Esta amizade começou em 1849, quando Valera iniciou sua vida na diplomacia na Itália. A influência de Estébanez Calderón foi decisiva não só pelos conselhos dados para que o jovem escritor seguisse o seu caminho como também pelo iberismo ao qual se converteu. Para Valera, o “iberismo” seria a união político-cultural de Espanha e Portugal, porém com prudência combinada com *savoir faire*.¹

Graças aos conselhos e sugestões do seu amigo, Valera entrou em contato com a cultura portuguesa e aprendeu o seu idioma. A vida na capital lisboeta de agosto de 1849 a 1850 lhe facilitou o contato com a cultura lusófona e lhe abriu o caminho para o período em que viveu no Brasil. Os anos em que residiu na capital do Império brasileiro, de 1852 a 1853, foram suficientes para que o jovem diplomata recolhesse em suas missivas tudo o que se descortinava diante dos seus olhos. Ser secretário da embaixada espanhola não significava o enriquecimento nem tampouco a preocupação com questões de estado ou geopolíticas. Contudo, a ausência de fundos financeiros determinou como seria a sua vida nessa etapa: sem viagens de exploração. O reduzido orçamento pago não lhe permitia deslocar-se pelo interior do país e sequer viajar para as demais repúblicas latino-americanas, que foi o seu projeto inicial.

A volta do escritor para a Espanha coincidiu com um mundo que passava pelos efeitos da Revolução Industrial e pela repercussão da Revolução Francesa, que teve desdobramento nos fatos que sucederão em 1848. Estamos no que o historiador Eric Hobsbawm conceitua de a *Era do capital*,² isto é, corresponde ao período da ascensão do capitalismo industrial e da consolidação da cultura burguesa. Num país que estava à margem das mudanças por que passava o noroeste da Europa ficava difícil propor uma posição mais à esquerda, ou, dito de outro modo, mais jacobina. É claro que isso se deve a uma série de questões, mas mesmo entre os intelectuais espanhóis existia o anseio por mudanças para acompanhar os novos tempos.

¹ “El pensamiento nacional, si ha de renacer en Portugal y en España, ha de renacer bajo la forma de iberismo; pero del iberismo paciente, sereno y firme que quiere ir con pausa y sosiego a la unidad por sus pasos y grados naturales, como único medio de recobrar en las circunstancias presentes del mundo la fuerza y la preponderancia perdidas, como único medio que ambos pueblos de Iberia no sean pueblos insignificantes y vuelvan a tener una gran misión en la Historia”. In: VALERA. *Obras completas*, 1947. p. 690.

² HOBSBAWM. *A era do capital – 1848-1875*. 2004.

Os eventos que sucederam em 1868³ foram um eco tardio do que se tinha passado na Europa antes e refletem as tentativas de implementar no país alguns postulados do Liberalismo. Um deles seria o da liberdade religiosa, num país totalmente católico. A manutenção do *status quo* da Igreja ia de encontro à reação por parte dos governos conservadores contrários ao ideário da revolução.⁴ Valera, diante da questão religiosa, segue a orientação liberal ao postular a liberdade de cultos com a emenda de 1869 e ao criticar membros do clero.

Desde o início, o *savoir faire* liberal-aristocrático de Valera lhe permitiu dialogar com tranqüilidade no seu meio social. O seu aparente etnocentrismo, que lhe poderia ser imputado a partir de alguns dos seus escritos, fica comprometido pela sua busca do diálogo, mas eivada de ambigüidades. Desse modo, escrever sobre o seu lugar na sociedade de seu tempo é um exercício que tem muitas lacunas e os documentos disponíveis podem obnubilar um comentário crítico. Observamos posições que oscilam de um pensamento liberal para um aristocrático. Por detrás do polimento aristocrático havia uma maneira de se portar liberalmente, isto é, pode-se sugerir que ele foi um “discreto” liberal: um homem que não se rebelou explicitamente contra o meio em que estava inserido, mas que nos seus escritos “discretos” salientava a hipocrisia da sociedade em que tocava viver. As convenções sociais tolhiam os seus movimentos, mas Valera sabia muito bem se movimentar no turbulento mar de intrigas da sociedade espanhola do século XIX. Deve-se salientar que o contexto da sociedade burguesa dos séculos XIX e XX já era bem diferente do da época da sociedade de corte do *Ancien Régime*, posto que os novos parâmetros econômicos passaram a dar a nota dominante e as esferas do público e do privado se separaram.

O discurso de Valera alicerça uma visão de mundo governada pelo apreço aos valores do Liberalismo, mas com uma resistência a inovações radicais (principalmente vindas de baixo), isto é, a presença do ponto de vista aristocrático irá condicionar a sua atuação liberal. Resta saber até que ponto o “mundo” fora da obra de ficção conseguiu adentrar o mundo da fantasia e influenciar as escolhas feitas. A essência dessa práxis discursiva

³ “A primeira dessas revoluções espanholas foi como a revolução colombiana do início da década de 1850, um efeito retardado dos acontecimentos de 1848. O mundo ibérico estava geralmente fora do ritmo da Europa.” HOBSBAWM, op. cit., p. 236.

⁴ “Para os governos conservadores depois de 1815 – e que governos da Europa continental não o eram? – o encorajamento dos sentimentos religiosos e das igrejas era uma parte tão indispensável da política quanto a organização da política da censura: o sacerdote, o policial e o censor (e alguns selecionados observadores de plantão!) eram agora os três principais apoios da reação contra a revolução.” HOBSBAWM. *A era das revoluções*, 2003. p. 319.

não rompe de maneira violenta com os consagrados valores do *establishment*: uma reificação com matizes um pouco avançados que chocavam com a moral da época, com especial atenção ao papel da mulher numa sociedade que lhe dava poucas opções além dos papéis tradicionais que de antemão lhe estavam reservados.

Uma proposição que apóia a idéia exposta no parágrafo anterior foi elaborada por Norbert Elias,⁵ a saber, que ao longo do século XIX as tradições dinásticas e aristocráticas dominaram a cena desse século e até um pouco depois. A ideologia aristocrática, segundo Elias, tinha como um dos pilares a racionalidade clássica.⁶ Racionalidade esta que também foi o salva-vidas das elites do tempo para se opor aos clamores de democracia por parte dos grupos marginalizados, isto é, daqueles que não podiam participar das decisões.

A sua postura crítica sedimentada no ideário do século XVIII seria um diferencial em relação aos outros críticos do seu tempo. Os julgamentos de Valera seriam pautados por uma atitude crítica, e a ironia seria o seu instrumento para desmystificar as obras e por extensão os autores, que eram os seguidores medíocres das correntes literárias que estavam em voga na sua época. Seguir a moda também era a escolha que sobrava para aqueles que tinham de viver da pena e não podiam ter o luxo de um emprego público, como a diplomacia. Sobreviver, eis a questão: o que fazer? As opções num país como a Espanha do século XIX eram bem poucas. Tanto que, mesmo com uma produção considerável, Valera teve de voltar-se para a carreira diplomática para melhorar a sua situação econômica. Entre teoria e prática surgiam questões mais candentes e uma das que sempre esteve batendo à sua porta era a do dinheiro. A mercantilização do mundo das letras condicionava a produção artística e Valera não pôde subtrair-se a essa tendência. Sabemos que os seus primeiros escritos se voltavam para a poesia, mas, como não havia um retorno financeiro, teve de abandoná-la em favor da prosa, que rendia mais. Este descompasso entre a arte e a necessidade de sobreviver iria influenciar as suas escolhas estéticas, visto que não tinha como escapar aos ditames do gosto da época.

⁵ ELIAS. *Os alemães: a luta pelo poder e a revolução dos habitus nos séculos XIX e XX*. 1997. p. 157.

⁶ "Apenas para reiterar este ponto: para a racionalidade clássica não existem conflitos. Assim, Kant viu o mundo natural, a par do mundo moral, como áreas de suprema harmonia. Conflitos podem realmente ocorrer entre pessoas, poderia ele ter dito, mas se todas agissem racionalmente, se toda pessoa obedecesse às leis do Estado como obedece às da natureza, então haveria mais conflitos, pois os conflitos são anormais; são perturbações na vida social humana, a qual, se se ajustasse às leis da racionalidade, procederia harmoniosamente e sem atrito." Ibid., p. 414.

Outra questão discutida por Valera é a função do artista e, por extensão, da obra de arte na sociedade burguesa. Segundo o autor, as grandes narrações épicas já estavam superadas, pois a inspiração coletiva já não existia mais. O poeta passa a ser um demiurgo isolado do seu público, que tem como função ser apenas mero espectador das obras de arte ou mesmo uma espécie de auditório simpático. A marginalidade do poeta também é deixada de lado. Para Valera, a dor e a boemia não eram pré-requisitos para a criação poética. O compadecer-se com a dor alheia para ele só trouxe mais problemas, pois, segundo o escritor, estes mesmos gênios sofreriam menos que o povo:

... ¿quién padece más, para quién es el buitre, la cicuta y la cruz, para los genios que han inventado la república federal o para el vulgo de los españoles? A mi ver, para el vulgo de los españoles. La letra de la república federal les va entrando con sangre y miseria.⁷

Podemos dizer que a presença constante de alusões diretas ou indiretas às idéias raciais⁸ denota que estas eram um elemento importante para o iberismo valeriano. Resta ressaltar que Valera estava na fase da maturidade do seu pensamento e que de certo modo manteve as linhas essenciais do que já tinha escrito em outras fases da sua vida, isto é, a dicotomia liberal-aristocrática estava tendendo nesse momento mais para uma perspectiva conservadora. Infelizmente, as inovações que pudessem ter o pensamento valeriano de incorporação ou reconhecimento das culturas latino-americanas se deparava com uma barreira racial que excluiria automaticamente as culturas afro-americanas e indígenas, posto que estas não se adequavam aos seus objetivos. O possível predomínio de culturas diferentes na América Latina poderia ser um perigo caso a Espanha fosse aniquilada e tivesse de renascer na América. Para Valera, as misturas raciais, caso viesssem a prevalecer, seriam decorrentes de uma decadência e eliminariam as possibilidades da continuidade espanhola. Contudo, ele se mantinha otimista, acreditando que essa situação não ocorreria, pois constatou que as obras dos descendentes dos colonos se pareciam cada vez mais com as dos antigos colonizadores. Este “selo castiço” seria o correspondente ao que já vimos em outros textos de Valera, isto é, estaria em correlação com o sentimento nacional ou patriótico e seria inclusive uma forma de resistência à

⁷ Idem, *Vida de Lord Byron*, 1873. p. 249.

⁸ O conceito de raça adotado por Valera é do século XIX e difere da significação atual.

avassaladora invasão das culturas hegemônicas da época, mormente a francesa.

Valera segue a linha de raciocínio ao enfatizar que os laços interculturais não poderiam ser rompidos e, se viessem a sê-lo, seria grande o prejuízo para todos. Para tal, ele se vale das afinidades culturais hispânicas e raciais como um elo muito forte que estava presente nas produções artísticas dos povos peninsulares e dos latino-americanos. Ao reforçar esta posição, traz para o âmbito peninsular a possibilidade de agregar para a sua causa ibérica a raça latina (espanhola e portuguesa) na América. O iberismo valeriano se configurava nessa etapa como uma tendência cultural que pugnava pela unidade da Península Ibérica associada com suas antigas possessões, tendência essa que inova na história peninsular. Nos seus textos se depreende que, desde o século XIX, a corrente iberista associou-se à necessidade de afirmação de Portugal e de Espanha ante as outras potências européias. Contudo, em Portugal o iberismo nunca foi uma corrente muito marcante, e se teve alguma expressão em alguns momentos dos séculos XIX e XX, era por ser encarado como um reequilibrador da dependência lusa diante da Grã-Bretanha.

A proposição ibérica se torna mais abrangente, porque, ao unificar os conceitos em um que seria para ele mais significativo, Valera transforma a sua comunidade imaginada numa espécie de “confederação” ou “liga pacífica” supranacional que teria como principal fator de união os laços culturais e raciais. As ondas imigratórias não representariam uma ameaça de perda de identidade ibérica, pois para ele o iberismo persistiria e só uma mudança drástica o poria por terra. A perda das raízes peninsulares seria um opróbrio, pois uma coisa era a independência política, outra era a eliminação de uma tradição cultural, que seria desastrosa. Renegar as origens e inclusive procurar uma forma de superação das antigas metrópoles, para Valera, seria antinatural, isto é, seria como um filho que resolvesse que o pai devesse morrer para ocupar o seu posto. Os hispano-americanos teriam um grande papel nos destinos da humanidade, mas Valera, apesar de compartilhar essa crença, observa que eles não poderiam descartar o legado espanhol. A previsão de Valera era que a raça latina realizaria uma confederação de nações que teria elos em comum e o sentimento ibérico seria um dos seus pilares. Contudo, se os hispano-americanos se convertessem em latinos seria para Valera uma negação de tudo o que ele deixara assinalado. Por trás desse raciocínio encontra-se uma posição firmada no interior de um sistema de pensamento, para o qual a verdadeira questão não está no outro excluído, os afro-americanos e os indígenas, mas no reconhecimento do mesmo, isto é, os “criollos” descendentes dos espanhóis. O caminho da união cultural é o mais seguro e fica em primeiro plano. Já as

outras formas, como a união pela força, são descartadas pelo missivista, porque as tentativas empreendidas pela Espanha resultaram em fracasso e contribuíram para gerar desconfiança nas ex-colônias quanto às reais intenções que estavam por detrás dos atos da política externa. Desse modo, Valera lamentou a guerra do Pacífico e a expedição ao México, que não deram os resultados esperados. Esta sua posição será reiterada ao longo da série de cartas: união cultural sem anexação política direta. O sentimento anti-espanhol presente em alguns dos textos que analisa é deplorado em função de uma posição que procura um ponto de equilíbrio entre as partes. A emancipação dos países que antes eram colônias da Espanha gerou, por parte dos hispano-americanos, uma animosidade que pouco a pouco foi perdendo força. O ensaísta descortina nesse novo panorama uma nova etapa nas relações internacionais entre Espanha e suas ex-possessões. O papel que Valera desempenha é fundamental, pois o reconhecimento do valor das produções literárias latino-americanas e a apresentação para o público espanhol era uma contribuição importante para a renovação das relações interculturais. A instabilidade política das jovens repúblicas latino-americanas, que muitos tentavam explicar como uma maldita herança hispânica, é posta de lado por Valera. Longe de condenar o sistema político republicano em si, Valera apontava as falhas que comprometiam a estabilidade política, mas sem perder de vista que o seu objeto de estudo eram os livros dos autores latino-americanos que lhe pediam um parecer crítico sobre suas obras. Assim, as duas coisas caminhavam juntas: os comentários eram uma oportunidade para emitir ponderações sobre política e questões afins. Valera não se furtava de colocar suas opiniões sobre os temas políticos e literários. O componente político presente em algumas obras também guia os seus posicionamentos críticos. A sua preocupação ao tecer os comentários era destacar como positivas as obras que de uma maneira ou outra favorecessem algum tipo de aproximação intercultural. Obras que porventura alargassem mais a separação política entre Espanha e as antigas colônias não eram vistas como um exemplo a ser seguido. A substituição dos valores estético-literários da Península por outros era também condenada por Valera. A saída, para ele, se encontrava em um retorno para aquilo que deu certo no passado como fonte de inspiração. Seria uma tentativa de procurar um novo caminho que considerasse as mudanças do presente a partir do legado da civilização hispânica. Podemos dizer que há um certo pessimismo em relação à Espanha por parte de Valera, porque para ele a realização na América dos ideais do iberismo era uma esperança para a sua continuidade e com maiores possibilidades de sucesso.

A proposta eleita como princípio de sua fundamentação estética e ideológica funciona também como estratégia por meio da qual se percebem

continuidades e mudanças nos contatos com os textos locais que ressaltam a margem e “abalam”, em graus diversos, as matrizes em que ele se baseia, isto é, ele tinha como crivo um cânone literário conformado por textos que considerava pertinentes. As diferenças e, sobretudo, as semelhanças, históricas e literárias, de que fala Valera são, pois, deslocamentos estratégicos, distâncias, que permitem um olhar enviesado, possível de medir diferentes direções e velocidades: o espaço e o tempo da concepção iberista que não ignorava o que foi transmitido, ou imposto, pelos colonizadores, mas possibilitava gerar continuidades, reificações, para além de uma relação causalista e linear dada como hegemônica, que marcaria a marcha inexorável dos países ibero-americanos na história Ocidental. A abordagem valeriana quase sempre se pautava por uma categoria de valor estético gerado não nos centros da época, Paris ou Londres, mas sim principalmente pela tradição cultural peninsular, que se tornou uma maneira de hierarquizar e julgar. Tal estratégia de que Valera lança mão para resistir à conformação passiva ao modelo hegemônico, à imposição da cópia, da semelhança (o fazer igual), possibilitava a assunção de produtos culturais periféricos que, em diálogo e em tensão permanente (interna e externamente), podiam fecundar a produção artística dos centros hegemônicos. O caso do poeta nicaragüense Rubén Darío exemplifica bem este posicionamento estratégico. A influência francesa no texto de Darío em um primeiro momento impediu, por parte de Valera, uma leitura inicial. Contudo, essa hostilidade desaparece, pois Valera reconhece que a influência francesa não significou perda de originalidade e nem de valor literário do livro *Azul...* . O que o intrigava era o fato de Darío não ter morado, até a publicação da sua obra, na capital francesa e mostrar um conhecimento profundo de Paris. A novidade da obra de Darío, e que lhe confere um caráter de autenticidade para Valera, é a presença do *españolismo*. Os galicismos e modismos franceses não comprometeriam o cerne de *Azul...*, posto que se conservavam as linhas essenciais do iberismo. A assimilação da estética francesa pelo poeta nicaragüense correspondeu a um resultado que foi além do simples arremedo. Valera consegue, no seu comentário, distinguir o real valor da poesia de Darío, quando este escritor ainda estava no início de sua carreira no mundo das letras. A apresentação da nova poesia modernista para o público espanhol e latino-americano terá um impacto decisivo na renovação do ideário estético em ambos os lados do Atlântico.

Valera presencia nos seus comentários, basicamente, o desenvolvimento de dois modelos: a reprodução idêntica (da cultura dos colonizadores) e a reprodução na diferença. No primeiro caso, os países latino-americanos efetuam uma espécie de clonagem da cultura, das idéias, da língua, etc. da sociedade-mãe, isto é, da Espanha, estabelecendo um padrão de

continuidade. No segundo caso, a evolução cultural desses novos países se estrutura pelo desejo de ruptura com os valores, modelos e referências da cultura colonizadora, desenvolvendo utopias de recomeço e táticas de apropriação simbólica e de subversão dos discursos hegemônicos. No caso de Darío, Valera constata uma inovação que mudou os rumos das literaturas hispânicas. Podemos sugerir que a leitura valeriana detecta uma espécie de hibridização, gerando, a partir de justaposições e interseções, uma estética que reverteu a relação de dependência cultural. Valera verifica também que existia uma gama muito grande de variantes nas novas literaturas, pois uma tendência de continuidade pode ser marcada por seleções, distorções, “esquecimentos”, deslocamentos de sentido (logo, por pequenas rupturas). O que pode ser de grande utilidade para compreender melhor a práxis comparatista valeriana é detectar, nos contextos literários de análise, quais as tendências predominantes – se de continuidade ou inovação – e no caso da recepção do texto de Darío há uma inegável contribuição. Valera foi, sem sombra de dúvida, um crítico que conseguiu, sem um distanciamento temporal considerável do objeto ao qual voltava seu olhar, tecer um comentário inovador e, de certa forma, ajudar a romper com o desconhecimento existente, por causa justamente do grande isolamento em que ainda se encontravam as literaturas ibero-americanas.

Podemos observar na atitude valeriana uma dupla perspectiva, a saber, que a cultura para ele era vista como uma estratégia de sobrevivência tanto transnacional como tradutória. A segunda perspectiva, a tradutória, foi constatada no caso de Darío, que, segundo Valera, conseguiu lidar com uma forte presença francesa, mas manteve a sua originalidade. Diga-mos que o iberismo valeriano se configurava por uma dialética que pressupunha não apenas a aceitação da transformação cultural latino-americana, base da formação do novo ideal ibérico, mas também a compreensão e aceitação da mistura fundadora como geradora de metamorfoses essenciais em cada um dos grupos implicados. Mudanças culturais em ambos os lados do Atlântico significariam novas possibilidades. Este conhecer um ao outro seria uma prática que Valera considerava necessária, pois estava relacionada à maneira pela qual os modos culturais se separam de seus contextos de origem e se recombinam com outros modos de outras origens, constituindo uma nova práxis, composta do aspecto político conjugado ao cultural, que é reiterado explicitamente pelo missivista nas suas cartas. Todo o problema está no que acontece com essa troca de valores que Valera opera, esse escambo cultural que constitui o seu iberismo, sem que isso deva implicar a destruição da alteridade. Nem toda passagem de uma cultura a outra representa a morte da cultura de destino, há negociações mais ou menos nocivas, mais ou menos benéficas. Valera oscilava nas suas ne-

gociações culturais e pendia principalmente para uma posição mais conservadora. A exclusão de outras culturas não leva na devida conta a multiplidão racial que havia desde a constituição da Espanha e de Portugal. De maneira resumida, os ibéricos, tanto os espanhóis quanto os portugueses, são dominados, em momentos históricos distintos, pelos romanos e pelos mouros, além de contar com a presença constante e numerosa dos judeus. Os astecas, que dominam o México à época da conquista, por seu caráter expansionista e constituição guerreira, trazem em si vários traços culturais dos povos que eles submetem. Os negros trasladados para o novo continente como escravos, quando da colonização, provêm de várias tribos africanas e de distintas castas sociais, trazendo assim cultos, usos e costumes diversos entre eles. A questão que temos é que Valera não sincronizava toda a rica tradição cultural que é contínua na América, por conta da constituição multicultural e polirracial, com a realidade socioeconômica-política, permanentemente desigual, defasada, violenta e injusta. A sua perspectiva era eurocêntrica, privilegiando o legado ibérico, visto que para ele a sociedade européia trasladada era a grande responsável pelo desenvolvimento cultural e econômico. Os desencontros motivados por ressentimentos nativistas deviam ser resolvidos para evitar futuros desentendimentos. Valera, como ensaísta, vai relevar uma conciliação problemática entre conquistadores e conquistados pela homogeneização de culturas que promove, apontando para uma identidade ibérica unicultural, que torna as diferenças incompreensíveis, como se fosse inerente tanto aos peninsulares como aos latino-americanos e não houvesse desigualdade na relação de forças entre aquelas culturas que se amalgamam. O futuro estaria no presente e não no saudosismo pelos tempos passados.

Ao criar uma realidade imaginária, a literatura passa a criar significado do mundo; a narrativa engendra uma realidade ficcional, rompendo seus compromissos com o documento e constituindo-se não como expressão de um conteúdo conhecido *a priori*, mas assumindo-se como invenção que desmistifica a pretensa supremacia da verdade histórica. A literatura exerce o papel de cimento e de instrumento de interpenetração entre dimensões apenas aparentemente distintas. Como é previsto paradigmaticamente no modelo político-pedagógico da *Bildung* iluminista, literatura e estética fornecem o ponto de apoio para a totalização dos discursos nos planos da moral, do afeto e da política. O lugar estratégico ocupado pela abordagem do literário no discurso de Valera vem do fato de ser por intermédio da cultura literária que se constrói a perspectiva humanista e abrangente capaz de estruturar o olhar cosmopolita e superior do homem público educado. Na modernidade ocidental, particularmente aquela em que uma função diplomática constitui um eixo fundamental do poder, o

homem público deve necessariamente ser também um homem de letras, o que significa dizer um homem dotado das qualidades humanistas sem as quais não pode negociar com os seus pares. Antes e depois de tornar-se diplomata, Valera passa pelo estágio das letras, como nos conta em várias de suas cartas. Ao passar por tal estágio, adquire uma patente que jamais se despregará dele. O homem público neste molde clássico pode abandonar ou secundarizar a vida literária em detrimento de tarefas ligadas ao Estado, mas jamais abandona a idéia de que sua qualidade mais profunda, mais autêntica, aquele lado de si próprio de que ele mais gosta e mais se orgulha é o literário. Valera é uma manifestação de um tipo profundamente enraizado na definição do perfil do homem de poder em nossa civilização. Podemos observar que Valera, como outros intelectuais de sua época, era uma espécie de *double* de intelectual e político, no sentido de que não há intelectuais que não sejam políticos, embora obviamente a recíproca não seja verdadeira.

A condição de diplomata e viajante forneceu instrumentos para um conhecimento verdadeiro do Outro, mas de vez em quando os paradoxos apareciam, e as leituras ficavam comprometidas com uma perspectiva que seguia a política das nações imperiais para o resto do mundo. Escrever em uma antiga potência imperial tinha lá os seus perigos, pois o imaginário estaria permeado de referências a um passado de glórias. Recuperar culturalmente os espaços perdidos seria uma estratégia que poderia render os seus dividendos. Para tal, era necessária uma adequação que aplinasse diferenças que levassem a uma posição de intransigência. O bom senso e o equilíbrio seriam as balizas do iberismo. Contudo, o predomínio cultural dos peninsulares também trazia os seus riscos para uma proposição de união, que ficava cada vez mais restrita como utopia. Tanto que nessa época não se verifica, nas cartas de Valera, nenhum grupo político ou mesmo de intelectuais defendendo ou mesmo sugerindo uma possível união ibérica. Nas cartas do período em que Valera esteve em Portugal assinalamos a presença, registrada por ele, de uma atmosfera favorável para uma unificação político-cultural dos países peninsulares, mas sem considerar a inclusão das antigas colônias. O século XIX se esvaía e outras questões eram mais importantes. Somente um choque externo poderia fomentar novamente a discussão nos meios intelectuais do iberismo ou algo que lhe fosse próximo. Podemos sugerir que a guerra entre a Espanha e os Estados Unidos pelo domínio de Cuba, Filipinas, Porto Rico e Guam foi o último estertor, ou melhor, o canto do cisne da proposição ibérica. A realização de Valera se deu no reconhecimento dado por ele dos principais nomes das letras hispano-americanas. Reconhecer o Outro foi a principal contribuição de Valera na etapa final do seu iberismo.

Partindo da perspectiva de que a questão cultural e a política caminham juntas, podemos acrescentar que inicialmente ambas tinham sua importância nos postulados ibéricos de Valera. O pensamento valeriano na sua fase inicial tinha a favor de sua geopolítica a proximidade geográfica entre Portugal e Espanha, que favorecia a defesa da união, contemplando abertamente as duas perspectivas. Nas cartas do período “português”, temos o seu testemunho de uma atmosfera propícia, entre a intelectualidade portuguesa, para uma união dos dois países em todas as esferas, a qual tinha a sua simpatia. No período que Valera passou no Rio de Janeiro (1852-1853), houve a reiteração da dupla perspectivista unionista, mas o deslocamento espacial de Valera, de certa forma, influiu na redefinição da sua proposição ibérica. Podemos sugerir que a reflexão crítica sobre as produções culturais luso-brasileiras agregou um novo ponto de vista no seu pensamento: o latino-americano. A reelaboração do iberismo operou então com uma nova definição baseada em outros fatores. Era ponto pacífico para Valera que as afinidades entre Portugal e Espanha seriam decisivas para uma fusão que açambarcasse os dois países. A geopolítica valeriana passou, nos textos posteriores, a incorporar ao seu iberismo as antigas colônias hispano-americanas. A partir daí o componente cultural passou a determinar os imperativos ibéricos. As mudanças no pensamento Ocidental do final do século XIX, principalmente com os estudos sobre a questão racial, também se configuravam nas considerações de Valera. Os pontos culturais em comum seriam reforçados por afinidades raciais que elevariam o iberismo a uma espécie de união intercultural. Tal união intercultural se daria pela busca de continuidades da cultura européia, sobretudo o legado peninsular. A tradição conteria as respostas para a elaboração de um pensamento que seria uma espécie de “terceira via” para os povos ibero-americanos. A comunidade ibérica imaginada teria no aspecto cultural um entrelaçamento que favoreceria, em um hipotético futuro, uma possível fusão. Tanto que Valera observava, nas suas cartas, que talvez na América a recriação dos valores peninsulares seria uma esperança para um contexto internacional que se mostrava cada vez mais incerto.

A cena de enunciação liberal-aristocrática de Valera engendrou os diversos paradoxos presentes nas suas principais idéias. Assim, o cuidado ao discuti-las foi uma constante ao longo deste estudo, pois Valera foi, em todos os momentos, coerente com o que acreditava. Os matizes existem. Os refinamentos também estavam presentes. Contudo, a espinha dorsal do iberismo se manteve fiel e a sua evolução foi impregnada pelas mudanças do pensamento Ocidental. Talvez o fator cronológico seja uma explicação realmente válida para um pensamento que se manteve ao longo de toda uma vida, tal como foi proposto pela primeira vez. As prerrogativas e os privilé-

gios da cena de enunciação acentuaram a heterogeneidade das idéias de Valera, que, se em certos momentos eram inovadoras, em outros seguiam a cartilha eurocêntrica do século XIX. Cabe ao leitor contemporâneo separar no pensamento valeriano os pontos que possam trazer uma contribuição para uma discussão que ainda não se encerrou. Enfim, digamos que o iberismo valeriano foi uma proposição que tem a sua pertinência para os dias atuais, posto que se propõe superar as fronteiras geográficas e se estender para uma cartografia cultural ibero-americana. O iberismo valeriano se enquadraria numa corrente mais otimista, de dissolução de fronteiras, como a de Anderson. Contudo, as uniões ou fusões, como mostram muitos exemplos atuais, mostram-se fálicas. Mesmo hoje, quando ouvimos falar de fusão de grandes empresas transnacionais em União Européia. Primeiro porque essas “uniões” são altamente discutíveis, e os limites são bem assinalados. A cultura peninsular segue o nivelamento que se faz em termos mundiais, ou seja, segue os padrões multiculturais em voga no mundo inteiro, leia-se “globalização”, por exemplo.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo descortinar possíveis relações entre a cena de enunciação liberal aristocrática do escritor espanhol Juan Valera e o iberismo. Propomos, como hipótese, investigar a evolução da construção do iberismo nos seus escritos, a saber, cartas e alguns ensaios. Além de investigar a bibliografia do tema proposto, tem-se como meta contribuir com uma nova perspectiva para a Crítica Literária Brasileira a partir do desdobramento da questão das relações interculturais.

Palavras-chave: *Iberismo; Juan Valera; choque cultural.*

ABSTRACT

The purpose of this study is to uncover possible relationships between the scene of the liberal aristocratic speech of the Spanish writer Juan Valera and *Iberismo*. As the main hypothesis, we propose to investigate the development of the construction of *Iberismo* in the author's letters and essays. Besides researching the bibliography on the proposed topic, we aim to contribute a new perspective for Brazilian Literary Criticism based on intercultural relationships.

Key-words: *Iberismo; Juan Valera; culture shock.*

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de cultura económica, 2000.
- ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier Guerra (Coords.). *Inventando la nación. Iberoamérica. Siglo XIX*. México: Fondo de cultura económica, 2003.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios-1875/1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *A era das revoluções – 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. *A era do capital – 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- PIÑERO VALVERDE, María de la Concepción. *Don Juan Valera y Brasil: un encuentro pionero*. FFLCH/USP: São Paulo, 1993.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VALERA, Juan. *Cartas a Estébanez Calderón (1851-1858)*. José Luis García Martín, (coord.). Gijón: Libros del Pexe, 1996.

DOSSIÊ ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
Linguistic Studies: on Formal Semantics

IMPRESSÕES LINGÜÍSTICAS SOBRE DUAS AXIOMATIZAÇÕES PARA A GRAMÁTICA CATEGORIAL*

*Linguistic impressions on two axiomatizations
for Categorial Grammar*

Luiz Arthur Pagani**

INTRODUÇÃO

No presente texto,¹ discute-se de um ponto de vista exclusivamente lingüístico duas axiomatizações ligeiramente diferentes da Gramática Categorial, mas que são logicamente equivalentes. Numa dessas versões, a gramática é definida por um conjunto de seis pares de regras de redução (aplicação, permutação,² composição, promoção,³ divisão para o funtor prin-

* O presente texto foi preparado no sistema LATEX, por meio de sua implementação para Linux – o TeTEX – e de um programa de integração (IDE) – o Kile –, tudo isso instalado em computadores funcionando com o sistema operacional Kurumin, dentro das diretrizes do chamado *software* livre. Expresso assim o meu reconhecimento à enorme equipe anônima que desenvolve todos esses recursos.

** UFPR.

¹ Agradeço a meus companheiros do Laboratório de Lingüística, Lógica e Computação, da Universidade Federal do Paraná, por oferecer um ambiente propício ao estudo e à discussão de questões relacionadas à Gramática Categorial; agradeço em especial a Rodrigo Tadeu Gonçalves por algumas sugestões diretas sobre o presente texto. Uma versão anterior foi apresentada no II Congresso sobre Tecnologia da Informação e da Linguagem (TIL), ocorrido em Salvador, em 2004.

² Normalmente, o termo usado aqui é “*associatividade*”, do inglês *associativity*, mas, seguindo uma observação de Oehrle, citada em Wood (1993, p. 37), prefiro usar o termo “permutação”, traduzindo o inglês *swapping*, que remete à troca da ordem em que os argumentos se combinam com seu funtor.

³ A escolha desse termo ainda é mais complicada do que a do anterior, porque em inglês o mesmo conceito é mencionado em mais de um termo: *raising* (WOOD, 1993, p. 42), *lifting* (MOORTGAT, 1988, p. 11) e *shifting* (CARPENTER, 1997, p. 100). Preferi então o termo “promoção”, mas em Borges Neto (1999) o termo usado é “elevação”; só acho inadequado o uso de “alçamento”, porque esse termo tem sido usado na Gramática Gerativa para designar um outro tipo de fenômeno (o movimento de um constituinte para uma posição mais alta na árvore de estrutura sintagmática da expressão).

cipal e divisão para o funtor subordinado) que associa certas operações semânticas às respectivas operações de combinação categorial; na segunda versão, essas mesmas regras são teoremas deriváveis a partir de dois pares de regras de inferência (ou dedução): uma regra de introdução e outra de eliminação para cada conectivo categorial ($/$ e \backslash).⁴

Nesta apresentação, no entanto, não nos deteremos no aspecto lógico ou dedutivo das axiomatizações. O principal objetivo aqui não é discutir a decidibilidade ou a precisão axiomática de cada um dos dois sistemas, mas sim chamar a atenção para certos aspectos ontológicos e epistemológicos da representação do conhecimento lingüístico. Para isso, em vez de postularmos alguma espécie de primazia algébrica ou computacional de um sistema em relação ao outro (que talvez nem exista, se eles forem mesmo logicamente equivalentes), vamos decidir essa primazia a partir de determinadas características que cada um desses sistemas apresenta em relação ao tipo de explicação que ele pode sugerir para o trabalho de um lingüista.

GRAMÁTICAS CATEGORIAIS

Segundo Moortgat (1988, p. 1-2), uma Gramática Categorial se distingue de outras teorias lingüísticas muito semelhantes (tais como a Gramática de Estrutura Sintagmática Generalizada (*Generalized Phrase Structure Grammar*, GPSG) ou a Gramática de Estrutura Sintagmática Conduzida pelo Núcleo (*Head-Driven Phrase Structure Grammar*, HPSG)) por apresentar as seguintes quatro características:

Lexicalismo

As teorias gramaticais que se concentram na estrutura superficial compartilham uma tendência em deslocar para o léxico a carga explicativa que, em outras teorias, seria atribuída ao componente sintático. Ao desenvolver uma noção mais ampla de estrutura categorial, por exemplo, a GPSG torna desnecessário um componente transformacional como o da Gramática

⁴ Na verdade, no cálculo de Lambek há um terceiro conectivo (\bullet), o que exige mais um par de regras de inferência; no entanto, a ausência desse terceiro conectivo e de suas respectivas regras de dedução não afeta as questões discutidas no presente texto. Além disso, ambas as axiomatizações são compostas efetivamente por esquemas de regras de inferência, que ainda precisam ser preenchidos por categorias para se tornarem regras efetivamente; no entanto, tomaremos aqui a liberdade terminológica de chamá-las apenas de regras de inferência.

Gerativa Clássica. A Gramática Categorial avança um passo a mais em direção ao lexicalismo, tornando desnecessário o próprio componente sintagmático. A informação sintática é completamente projetada a partir das estruturas categoriais atribuídas aos itens lexicais. Na sua forma mais pura, a Gramática Categorial identifica o léxico como o único local para as estipulações específicas às línguas. A sintaxe é uma álgebra livre: uma combinatoria universal conduzida pelas estruturas categoriais complexas.

Estrutura de função e argumento

A contribuição categorial mais específica para a teoria das categorias é a de que as expressões incompletas são modeladas, sintática e semanticamente, como funtores. As dependências elementares entre as expressões, que determinam fenômenos como a regência, o controle e a concordância, são todas definidas por meio da hierarquia entre funções e argumentos, e não por sua configuração estrutural.

Flexibilidade dos constituintes

A Gramática Categorial Clássica,⁵ assim como a Gramática de Estrutura Sintagmática, atribui uma única estrutura de constituintes a uma expressão não-ambígua. As teorias categoriais generalizadas substituem essa noção de constituintes por outra mais flexível, oferecendo um inventário mais amplo de operações combinatórias que configuram um cálculo da mudança de tipo. Uma expressão não-ambígua é associada a um conjunto de derivações equivalentes. A coordenação booleana generalizada funciona como uma técnica experimental que revela os constituintes alternativos ocultos.

Composicionalidade

A relação entre a álgebra sintática e a álgebra semântica é um homomorfismo, ou seja, uma relação que preserva a estrutura, na qual cada operação sintática corresponde a uma operação semântica. A Gramática Categorial Clássica incorpora uma forma de composicionalismo bastante forte, baseada na correspondência entre a regra de redução sintática central e a aplicação funcional na semântica. Os sistemas categoriais generalizados ampliam esta forma forte de composicionalidade para o cálculo da

⁵ O emprego que Moortgat dá a esse termo é diferente de meu emprego no texto. Moortgat se refere aqui ao que Carpenter (1997, p. 140) chama de fragmento aplicativo; meu uso é igual ao de Wood (1993, p. 34).

mudança de tipo, executando assim o programa da interpretação conduzida pelo tipo. Uma consequência dessas características é que muitos dos fenômenos lingüísticos que exigiram da Gramática Gerativa, por exemplo, a postulação de categoria vazia, deslocamento e eliminação de estrutura, poderão ser monotonicamente resolvidos na Gramática Categorial, sem recorrer a operações destrutivas como estas.

GRAMÁTICA CATEGORIAL CLÁSSICA

Numa de suas versões mais difundidas entre os poucos lingüistas que adotam a Gramática Categorial, normalmente ela é definida como um conjunto de seis pares de regras de redução⁶ que associam uma operação de combinação categorial e uma operação de construção da representação semântica.

Nessa versão, seguindo Moortgat (1988, p. 11),⁷ os seis pares de regras de redução são definidos da seguinte maneira:

R1 Aplicação

- $X/Y : f, Y : \alpha \Rightarrow X : f(\alpha)$
- $Y : \alpha, Y \backslash X : f \Rightarrow X : f(\alpha)$

R2 Composição

- $X/Y : f, Y/Z : g \Rightarrow X/Z : \lambda v[f(g(v))]$
- $Z \backslash Y : g, Y \backslash X : f \Rightarrow Z \backslash X : \lambda v[f(g(v))]$

R3 Permutação

- $(Z \backslash X)/Y : f \Rightarrow Z \backslash (X/Y) : \lambda v_1[\lambda v_2[f(v_2)(v_1)]]$
- $Z \backslash (X/Y) : f \Rightarrow (Z \backslash X)/Y : \lambda v_1[\lambda v_2[f(v_2)(v_1)]]$

⁶ Na verdade, esta é a versão mais ampla dessa vertente. A primeira versão da Gramática Categorial, proposta por Ajdukiewicz (1935), tinha apenas uma das regras de aplicação, porque ela não era direcional; numa das primeiras aplicações mais lingüisticamente motivadas (BAR-HILLEL, 1953), conhecida como modelo AB, apenas o par de regras de aplicação era usado; numa outra versão, conhecida como Gramática Categorial Livre (COHEN, 1967), além das regras de aplicação, aparecem também as regras de composição, de permutação e de promoção. No entanto, o modelo mais empregado modernamente é mesmo esse de seis pares de regras, que também aparece num formato um pouco alterado na formulação de Steedman (1988), chamada de Gramática Categorial Combinatória.

⁷ As expressões do cálculo- λ que representam a interpretação semântica receberam uma notação um pouco mais explícita aqui. No texto original, o escopo do operador- λ era marcado com um ponto, como em $\lambda P.P(x)$, o que é bastante usual; no entanto, como em fórmulas muito longas pode ficar difícil perceber o escopo do operador, preferi uma notação na qual o escopo recebe um marcador de início e de fim, como em $\lambda P[P(x)]$ (onde os colchetes marcam inequivocavelmente o começo e o final do escopo do operador).

R4 Promoção

- $X : \alpha \Rightarrow Y/(X|Y) : \lambda v[v(\alpha)]$
- $X : \alpha \Rightarrow (Y/X)|Y : \lambda v[v(\alpha)]$

R5 Divisão para o funtor principal

- $X/Y : f \Rightarrow (X/Z)/(Y/Z) : \lambda v_1[\lambda v_2[f(v_1, v_2)]]$
- $Y|X : f \Rightarrow (Z|Y)|(Z|X) : \lambda v_1[\lambda v_2[f(v_1, v_2)]]$

R6 Divisão para o funtor subordinado

- $X/Y : f \Rightarrow (Z/X)|(Z/Y) : \lambda v_1[\lambda v_2[f(v_1, v_2)]]$
- $Y|X : f \Rightarrow (Y|Z)|(X|Z) : \lambda v_1[\lambda v_2[f(v_1, v_2)]]$

De acordo com estas regras, e considerando que as expressões “Pedro”, “ama” e “Maria” correspondem respectivamente aos pares de categoria sintática e representação semântica ‘N : p’, ‘(N\S)/N : A’ e ‘N : m’, podemos representar a estrutura da sentença “Pedro ama Maria” em um diagrama como o da Figura 1.⁸

O diagrama da Figura 1 representa a demonstração de que a sentença “Pedro ama Maria” é uma sentença que denota a relação de amar que se estabelece de Pedro para Maria (‘S : A(m)(p)’), a partir das regras de redução e de três premissas:

1. “Pedro” é um nome que denota o indivíduo Pedro (‘N : p’),

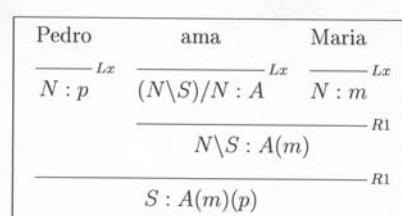


Figura 1: Derivação de “Pedro ama Maria” apenas com R1.

⁸ Nestes diagramas, conhecidos como dedução ao estilo de Prawitz, as barras horizontais relacionam uma conclusão e suas premissas, de forma que a conclusão aparece debaixo da barra e as premissas sobre ela; ao lado direito da barra registra-se a regra empregada na inferência. No entanto, a inserção dos itens lexicais não segue bem esse padrão: as expressões lingüísticas aparecem acima das suas respectivas barras na primeira linha do diagrama, e debaixo delas são registradas suas respectivas categorias e representações semânticas. No cálculo de Lambek, que também utiliza esse tipo de diagrama, algumas derivações vão exigir ainda a introdução de suposições, que são apresentadas entre colchetes numerados com um índice, que marca o escopo entre a sua introdução e a sua eliminação.

2. “ama” é um predicado de dois lugares que denota a relação de amar (‘(N\S)/N : A’),

3. “Maria” é um nome que denota o indivíduo Maria (‘N : m’).

Nesse sentido, esse diagrama não é muito diferente de um diagrama em árvore, como os que são associados a uma Gramática de Estrutura Sintagmática. A grande diferença, no entanto, é que, a partir de uma Gramática de Estrutura Sintagmática para “Pedro ama Maria”, conseguiríamos construir uma única árvore para essa sentença; já com uma Gramática Categorial, como a apresentada acima, poderíamos chegar a uma outra estrutura para a mesma sentença, chegando à mesma representação semântica final, por uma seqüência de regras diferente da anterior, como podemos ver no diagrama da Figura 2.⁹

Poderíamos chegar ainda a um terceiro diagrama para a mesma sentença “Pedro ama Maria”, como na Figura 3, também com a mesma representação semântica. Na verdade, na Gramática Categorial, podemos encontrar um número infinito de derivações equivalentes para a mesma expressão, o que normalmente é chamado de ambigüidade espúria, que já foi considerada uma das principais falhas da Gramática Categorial, mas que pode ser facilmente controlada por uma exigência de normalização das derivações (como proposto por CARPENTER , 1997, p. 160-164).

No entanto, do ponto de vista lingüístico, pode-se perceber uma pequena diferença entre o diagrama da Figura 1, por um lado, e os diagramas das Figuras 2 e 3, por outro: se considerarmos que as operações realizadas pelas regras de redução equivalem também a concatenações das seqüências fonológicas, na Figura 1 teríamos uma estrutura prosódica correspondente a “(Pedro (ama Maria))” (onde os parênteses encerram os constituintes prosódicos concatenados), enquanto nas Figuras 2 e 3 teríamos a seguinte estrutura prosódica: ‘(Pedro ama) Maria’.

⁹ A redução- β é uma das principais operações do cálculo- λ , e pode ser caracterizada pela seguinte fórmula: $\lambda v[F](a) \Rightarrow F[v \rightarrow a]$, que pode ser lida como “um termo- λ ($\lambda v[F]$), aplicado a outro termo (a) é equivalente ao termo no escopo do operador com as ocorrências livres da variável v substituídas pelo termo a ($F[v \rightarrow a]$)” (CARPENTER, 1997, p. 50).

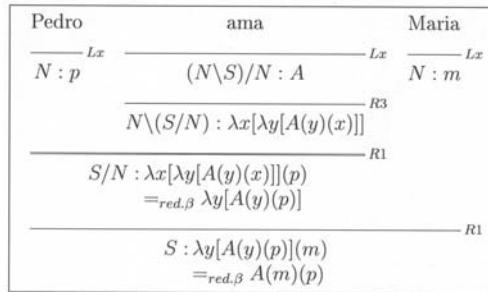


Figura 2: Derivação de “Pedro ama Maria” com R1 e R3.

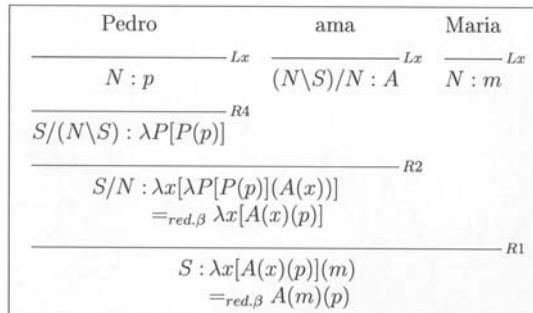


Figura 3: Derivação de “Pedro ama Maria” com R1, R2 e R4.

Apesar de semanticamente equivalentes, essas duas estruturas prosódicas apresentam características sintáticas e discursivas distintas. Por exemplo, apenas a segunda estrutura aceitaria uma continuação como “E não Márcia”, no sentido de que não é a Márcia, e sim a Maria, a pessoa que o Pedro ama; a primeira estrutura prosódica, ao contrário, é compatível com uma continuação como “E não Paulo”, no sentido de que a pessoa que ama a Maria não é o Paulo, e sim o Pedro. Isso justifica, do ponto de vista lingüístico, a distinção das infinitas derivações aparentemente equivalentes de “Pedro ama Maria” em dois grupos: 1) o das que concatenam primeiro “Pedro” e “ama”, e 2) o das que concatenam primeiro “ama” e “Maria”.

CÁLCULO DE LAMBEK EM DEDUÇÃO NATURAL

Ainda segundo Moortgat (1988, p. 2),

o cálculo de Lambek substitui o conjunto de regras de redução categorial que foram propostas na literatura (Aplicação, Composição, Promoção, etc.) por uma noção geral de derivabilidade, a par-

tir da qual as leis de redução são consideradas teoremas. A derivabilidade é definida na forma de axiomatização de seqüentes, o que reduz as derivações categoriais a deduções lógicas com base nos procedimentos de prova desenvolvidos originalmente por Gentzen, em seu trabalho sobre o cálculo proposicional intuicionístico.

Por causa da facilidade notacional, em vez dos diagramas de derivação de seqüentes, vamos adotar aqui a mesma notação de derivação da Dedução Natural usada nos diagramas anteriores para a sentença “Pedro ama Maria”. Assim, em vez de seis pares de regras, no cálculo de Lambek, precisamos apenas de um par de regras para cada conectivo: uma de introdução e outra de eliminação do conectivo, como nos esquemas da Figura 4, abaixo, adaptados de Carpenter (1997, p. 153; 156).

$$\frac{X/Y : f \quad Y : a}{X : f(a)} /E$$

(a) Eliminação de /

$$\frac{Y : a \quad Y \setminus X : f}{X : f(a)} \setminus E$$

(b) Eliminação de \

$$\frac{\vdots \quad [Y : v]^n \quad \vdots \quad \vdots}{\frac{X : F}{X/Y : \lambda v[F]}} /I^n$$

(c) Introdução de /

$$\frac{[Y : v]^n \quad \vdots \quad \vdots}{\frac{X : F}{Y \setminus X : \lambda v[F]}} \setminus I^n$$

(d) Introdução de \

Figura 4: Esquemas para eliminação e introdução dos conectivos.

Assim, nesta outra axiomatização, “as leis de redução que foram introduzidas antes como primitivos passam a ser teoremas; ou seja, inferências válidas da lógica dos conectivos categoriais” (MOORTGAT, 1988, p. 27). Como se pode perceber facilmente, o par em R1 equivale diretamente às regras de eliminação. A demonstração de R4, por exemplo, pode ser feita como na Figura 5, de forma que a partir apenas de ‘X : a’ (a outra categoria que aparece ao lado desta é apenas uma suposição) se deduz ‘Y/(X\Y) : λv[v(a)]’ e ‘(Y/X)\Y : λv[v(a)]’. Os outros quatro pares de regras podem ser igualmente demonstrados (como essas demonstrações não são essenciais aqui, elas não serão apresentadas; além do mais, elas já foram feitas por MOORTGAT, 1988).

Em relação ao diagrama da Figura 1, com a derivação da sentença “Pedro ama Maria” apenas com a regra R1, a derivação empregando apenas os esquemas de eliminação dos conectivos, na Figura 6, não apresenta nenhuma diferença.

No entanto, o diagrama equivalente à derivação com R1 e R3 apresenta uma diferença essencial, que é a suposição de uma variável da categoria ‘N’, que aparece entre colchetes na derivação da Figura 7.

$$\begin{array}{c}
 \boxed{\begin{array}{c}
 \begin{array}{c}
 X : a \quad [X \setminus Y : v]^0 \\
 \hline
 Y : v(a) \\
 \hline
 Y / (X \setminus Y) : \lambda v[v(a)]^0
 \end{array}
 \end{array}}
 \end{array}$$

Figura 5: Demonstração de R4.

$$\boxed{\begin{array}{c}
 \begin{array}{ccc}
 \text{Pedro} & \text{ama} & \text{Maria} \\
 \hline
 \overline{N : p}^{Lx} & \overline{(N \setminus S) / N : A}^{Lx} & \overline{N : m}^{Lx} \\
 \hline
 \overline{N \setminus S : A(m)}^{/E} \\
 \hline
 S : A(m)(p)
 \end{array}
 \end{array}}$$

Figura 6: Derivação de “Pedro ama Maria” apenas com eliminação.

$$\boxed{\begin{array}{c}
 \begin{array}{ccc}
 \text{Pedro} & \text{ama} & \text{Maria} \\
 \hline
 \overline{N : p}^{Lx} & \overline{(N \setminus S) / N : A}^{Lx} & \overline{N : m}^{Lx} \\
 \hline
 \overline{N \setminus S : A(x)}^{/E} \\
 \hline
 S : A(x)(p) \\
 \hline
 \overline{S / N : \lambda x[A(x)(p)]}^{/I^1} \\
 \hline
 S : \lambda x[A(x)(p)](m) \\
 \hline
 \overline{S : \lambda x[A(x)(p)](m)}^{=_{red,\beta} A(m)(p)} \\
 \hline
 S : \lambda x[A(x)(p)](m) \\
 \hline
 \overline{S : \lambda x[A(x)(p)](m)}^{=_{red,\beta} A(m)(p)}
 \end{array}
 \end{array}}$$

Figura 7: Derivação de “Pedro ama Maria” equivalente à com R1 e R3.

$$\boxed{\begin{array}{c}
 \begin{array}{ccc}
 \text{Pedro} & \text{ama} & \text{Maria} \\
 \hline
 \overline{N : p}^{Lx} & \overline{(N \setminus S) / N : A}^{Lx} & \overline{N : m}^{Lx} \\
 \hline
 \overline{S : P(p)}^{/E} & \overline{N \setminus S : A(x)}^{/E} & \overline{N : m}^{Lx} \\
 \hline
 \overline{S / (N \setminus S) : \lambda P[P(p)]}^{/I^1} \\
 \hline
 S : \lambda P[P(p)](A(x)) \\
 \hline
 \overline{S : \lambda P[P(p)](A(x))}^{=_{red,\beta} A(x)(p)} \\
 \hline
 \overline{S / N : \lambda x[A(x)(p)]}^{/I^2} \\
 \hline
 S : \lambda x[A(x)(p)](m) \\
 \hline
 \overline{S : \lambda x[A(x)(p)](m)}^{=_{red,\beta} A(m)(p)}
 \end{array}
 \end{array}}$$

Figura 8: Derivação de “Pedro ama Maria” equivalente à com R1, R2 e R4.

Para se chegar a um diagrama equivalente ao da derivação com R1, R2 e R4, na Figura 3, é necessária não apenas a suposição de uma variável que consome um dos argumentos de “ama”, mas é preciso supor também uma variável que se aplique a “Pedro” para que, depois de “des-carregada” a suposição, tenhamos transformado “Pedro” numa função que toma um ‘N\S’ para resultar num ‘S’, como podemos ver na Figura 8.

COMPARAÇÕES

Para um lingüista acostumado com as árvores de uma Gramática de Estrutura Sintagmática, não é difícil ver, num diagrama como o da Figura 1, os itens lexicais claramente representados na parte superior da derivação. Logo abaixo desses itens lexicais, também são claras as representações das operações sintáticas e semânticas reunindo esses itens lexicais em expressões cada vez mais complexas. Como já foi dito, mesmo em diagramas como os das Figuras 2 e 3, com derivações incomuns para uma Gramática de Estrutura Sintagmática, podemos relacionar as regras de permutação (R3) e de promoção (R4) a uma operação que afeta a estrutura prosódica da expressão, trocando de lugar fronteiras fonológicas e reagrupando seus constituintes entoacionais.

Já em relação aos diagramas das Figuras 7 e 8, a que tipo de coisas poderíamos relacionar as suposições entre colchetes?

Numa primeira tentativa de responder a esta pergunta, poderíamos querer ver nessas suposições as chamadas categorias vazias da Gramática Gerativa, já que elas parecem introduzir apenas uma entidade da representação semântica (uma variável que será posteriormente abstraída pelo operador- λ) que não corresponde a nenhuma expressão lingüística. No entanto, na Gramática Gerativa, as categorias vazias são itens lexicais. Nas derivações da Gramática Categorial, os itens lexicais são claramente representados, no topo do diagrama, como uma expressão lingüística sobre uma barra horizontal, debaixo da qual constam sua categoria sintática e sua representação semântica. É apenas na introdução dos itens lexicais que aparecem expressões lingüísticas sobre estas barras; no restante da derivação sobre as barras ficam apenas as premissas das conclusões (estas últimas localizadas sob as barras). Assim, era de se esperar que, se as suposições fossem categorias vazias, elas fossem introduzidas nos diagramas por meio de uma barra com o rótulo lexical com a parte

acima da barra vazia; portanto, fica impossível relacionar essas suposições às categorias vazias.

Além disso, ainda que a observação a seguir possa não ter sido feita em nenhum lugar, os itens lexicais parecem corresponder a axiomas. Ou seja, eles precisam ser definidos em algum lugar, e eles não podem ser derivados a partir de nenhum outro teorema da Gramática Categorial. Mas, nas regras de introdução dos conectivos, as suposições não correspondem a nenhum axioma ou teorema; pelo contrário, nos diagramas a suposição nunca aparece debaixo de uma barra horizontal, como observamos. Dessa maneira, não é apenas às categorias vazias que as suposições não podem corresponder: elas também não podem ser comparadas a nenhum item lexical.

Contudo, mesmo que tivéssemos descoberto uma natureza mais lingüisticamente motivada para o papel das suposições nas regras de introdução de conectivos, ainda precisaríamos encontrar a motivação lingüística que justificasse a maior quantidade de regras empregadas nos diagramas do cálculo de Lambek, em relação aos diagramas equivalentes da versão das regras de redução.

Se observarmos os diagramas das Figuras 2 e 3, podemos constatar que ambos são formados apenas com três aplicações de regras: uma aplicação de R3 e duas de R1, no diagrama da Figura 2, e uma aplicação de R4, uma de R2 e uma de R1, no diagrama da Figura 3. E em ambos os casos é fácil relacionar as aplicações das regras unárias (R3 e R4) a operações fonológicas que afetam a organização dos constituintes prosódicos: em ambas as derivações a aplicação das regras unárias faz com que a estrutura

$$\frac{\frac{\frac{N : m \Rightarrow N : m}{Id} \quad \frac{\frac{N : p \Rightarrow N : p}{Id} \quad \frac{S : A(m)(p) \Rightarrow S : A(m)(p)}{Id}}{N : p, N \setminus S : A(m) \Rightarrow S : A(m)(p)}}{N : p, (N \setminus S) / N : A, N : m \Rightarrow S : A(m)(p)} / A$$

Figura 9: Derivação de “Pedro ama Maria” no Cálculo de Seqüentes prosódica se torne ‘((Pedro ama) Maria)’; ao contrário da derivação na qual essas regras não atuam, na Figura 1, cuja estrutura prosódica é ‘(Pedro (ama Maria))’.

Já nas derivações equivalentes do cálculo de Lambek, nas Figuras 7 e 8, as mesmas derivações são realizadas respectivamente com quatro e seis aplicações das regras. Aqui, fica impossível equiparar cada uma dessas aplicações das regras a qualquer operação fonológica, já que há uma mesma diferença prosódica a ser relacionada à aplicação de uma eliminação e de uma introdução, no diagrama da Figura 7, e à aplicação de duas eliminações e duas introduções, no diagrama da Figura 8.

A diferença fica ainda mais ressaltada quando a derivação é apresentada com o cálculo de seqüentes, de Gentzen, como se pode ver na Figura 9.¹⁰

Na derivação da Figura 9, fica difícil para um lingüista reconhecer o que poderia corresponder a um item lexical, e principalmente identificar a entrada lexical relativa ao verbo “ama”: como a introdução de “Maria” e de “Pedro” é feita por duas instâncias do axioma da identidade (Id), não seria de esperar que “ama” também fosse introduzido por outra instância do mesmo axioma? No cálculo de seqüentes, não. Apenas as categorias básicas aparecem nas instâncias do axioma de identidade: os nomes “Maria” e “Pedro”, e a sentença “Pedro ama Maria”. Como a categoria de “ama” é funcional, ele não aparece independentemente na derivação. Observe ainda que, nessa representação, as expressões lingüísticas propriamente ditas não aparecem propriamente nos diagramas: vemos apenas suas categorias e suas representações semânticas, mas não percebemos em nenhum lugar as expressões “Pedro” e “Maria”.

E se já é difícil identificar os próprios itens lexicais, é ainda mais difícil relacionar com o diagrama de seqüentes as operações de concatenação prosódica apontadas anteriormente. A maneira mais simples de apresentar as derivações equivalentes às com a permutação (R3) e com promoção e composição (R4 e R2), seria demonstrando-as separadamente, e depois substituindo na derivação os itens lexicais pelas equivalências demonstradas, usando a regra de corte (*cut rule*). Mas a que tipo de operação lingüística poderiam corresponder essa demonstração paralela e a própria regra de corte? Com efeito, não é possível relacioná-las lingüisticamente a nada.¹¹

CONCLUSÃO

A partir da observação de como os itens lexicais e uma operação lingüística (a concatenação de constituintes prosódicos) poderiam ser identificados nos diagramas de derivação da Gramática Categorial, o que se conclui é que não apenas “as derivações no cálculo associativo de Lambek são representadas mais economicamente por derivações da dedução natural ao estilo de Prawitz” (MORRILL, 1994, p. 80), mas que sua versão com

¹⁰ Infelizmente, por falta de espaço, não será possível apresentar aqui a formalização do cálculo de Lambek com seqüentes; mas o leitor interessado pode consultar os livros de Moortgat (1988), Morrill (1994) e Carpenter (1997).

¹¹ Novamente por limitação de espaço, também não apresento os diagramas de seqüentes equivalentes às derivações das Figuras 2 e 3. Um diagrama com exemplo do uso da regra de corte para introdução da promoção do sujeito pode ser encontrado no livro de Carpenter (1997, p. 147).

os seis pares de regras de redução oferece um ambiente mais propício para a reflexão mais lingüisticamente motivada.

Assim, mesmo que “a perspectiva dos seqüentes seja uma base particularmente lúcida para a discussão de questões essenciais como as de derivabilidade e de decidibilidade” (MOORTGAT, 1988, p. 27), a equivalência entre os dois sistemas garante que as descobertas feitas para a versão com os seqüentes possa ser imediatamente transferida para a Gramática Categorial Clássica, que é mais adequada ao trabalho do lingüista.

Nesse sentido, para encerrar, vamos apresentar uma adaptação para o estilo de Prawitz da representação que Morrill (1994, p. 110-129) desenvolve usando o estilo de Ficht. As principais diferenças dessa representação para as apresentadas antes são duas: 1) os itens lexicais ocupam o lugar das premissas nas demonstrações, e 2) as expressões lingüísticas aparecem explicitamente concatenadas. Os diagramas correspondentes às derivações das Figuras 1, 2 e 3 podem ser vistos, respectivamente, nas Figuras 10, 11 e 12.

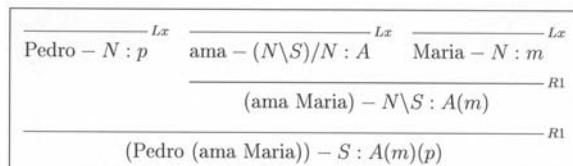


Figura 10: Explicitando a concatenação prosódica apenas com R1.

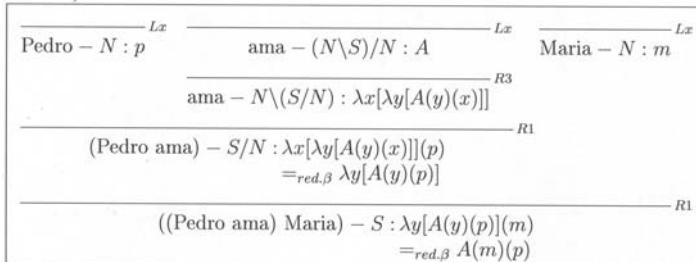


Figura 11: Explicitando a concatenação prosódica com R1 e R3.

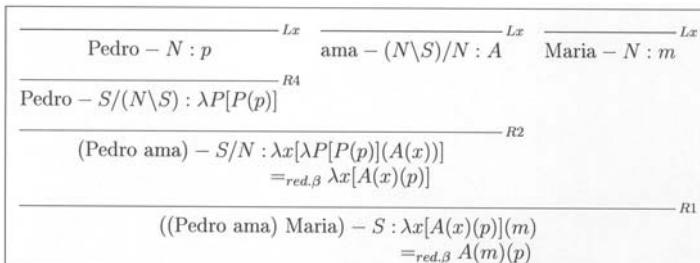


Figura 12: Explicitando a concatenação prosódica com R1, R2 e R4.

Nestes três últimos diagramas, podemos ver claramente os dois principais pontos ressaltados durante as discussões apresentadas aqui:

1. Os itens lexicais correspondem a axiomas, introduzidos sob uma barra sem nada sobre ela; do ponto de vista lingüístico, a consequência é que os itens lexicais são independentes: eles não dependem diretamente de nenhuma operação da Gramática Categorial – pelo contrário, são os itens lexicais que afetam a análise lingüística representada nas derivações, assim como o lexicalismo preconiza.
2. As operações de concatenação das expressões lingüísticas estão explicitamente expressas, assim como as operações de combinação categorial e de unificação das representações semânticas; assim, em cada passo da derivação, sabemos de cada expressão lingüística construída sua categoria sintática e sua interpretação semântica, relacionando claramente expressões lingüísticas e suas respectivas interpretações semânticas, exatamente como exige a composicionalidade.

Dessa maneira, ainda que aparentemente a discussão acima tenha sido fundamentada pela ontologia das entidades lingüísticas (mais especificamente, pela natureza axiomática dos itens lexicais) e pela epistemologia das operações lingüísticas (não apenas as de combinação categorial e de interpretação semântica, mas também as de aglutinação de constituintes prosódicos), as conclusões a que acabamos de chegar afetam diretamente a representação desse tipo de conhecimento na elaboração de analisadores gramaticais que sirvam como modelo para o comportamento lingüístico humano: a implementação de analisadores para Gramáticas Categóricas que se pretendam psicologicamente realísticos deve representar os itens lexicais como axiomas de uma álgebra livre.

RESUMO

No presente texto, comparam-se, de uma perspectiva exclusivamente lingüística, duas axiomatizações diferentes, mas logicamente equivalentes, da Gramática Categorial: 1) a chamada Gramática Categorial Clássica e 2) o cálculo de Lambek em Dedução Natural. Para isso, cada uma dessas axiomatizações é apresentada separadamente e depois ambas são consideradas em relação ao tipo de representação do conhecimento lingüístico em cada uma delas. Por fim, apresenta-se como conclusão a preferência pela axiomatização da Gramática Categorial Clássica. E, ainda

que ela tenha uma motivação exclusivamente lingüística, a diferença entre as duas pode afetar a maneira como o conhecimento lingüístico (especialmente o lexical) precisa ser representado em analisadores para Gramática Categorial.

Palavras-chave: *Gramática Categorial; cálculo de Lambek; representação do conhecimento lingüístico.*

ABSTRACT

In the present essay, two different but logically equivalent axiomatizations of Categorial Grammar are compared from an exclusively linguistic perspective: 1) the so called Classical Categorial Grammar, and 2) the Lambek calculus in Natural Deduction. In order to do that, each axiomatization are presented separately, and both versions are commented in relation to the type of linguistic knowledge representation for which they allow. In the conclusion, the Classical Categorial Grammar is argued to be the best option. Although it is for an exclusively linguistic reason, it can affect the way that linguistic knowledge (especially lexical knowledge) is represented in any parser for Categorial Grammar.

Key-words: *Categorial Grammar; Lambek calculus; linguistic knowledge representation.*

REFERÊNCIAS

- AJDUKIEWICZ, K. Die syntaktische Konnektivität. *Studia Philosophica*, v. 1, p. 1-27, 1935.
- BAR-HILLEL, Y. A quasi-arithmetical notation for syntactic description. *Language*, v. 29, p. 47-58, 1953.
- BORGES NETO, J. *Introdução às gramáticas categoriais*. Curitiba, 1999.
- CARPENTER, B. *Type-logical semantics*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1997.
- COHEN, J. M. The equivalence of two concepts of categorial grammar. *Information and Control*, v. 10, p. 475-484, 1967.
- MOORTGAT, M. *Categorial investigations*: logical and linguistic aspects of the Lambek calculus. Dordrecht: Foris, 1988.
- MORRILL, G. V. *Type logical grammar – categorial logic of signs*. Dordrecht: Kluwer, 1994.
- STEEDMAN, M. Combinators and grammars. In: _____. *Categorial grammars and natural language structures*. Dordrecht: Reidel, 1988. p. 417-442.
- WOOD, M. M. *Categorial grammars*. London: Routledge, 1993.

UMA ABORDAGEM SEMÂNTICA DOS ADVÉRBIOS EM -MENTE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

*A semantic approach to the adverbs ending in
'mente' in Brazilian Portuguese*

Tércio Campos Polli*

1 INTRODUÇÃO

Várias são as propostas de classificação dos advérbios na gramática em geral. Na área gerativa, a mais comum é a de Jackendoff (1972), que os classifica em (i) **advérbios de modo**, (ii) **advérbios orientados ao sujeito** e (iii) **advérbios orientados ao falante**. A partir dessa obra, em que o autor analisa a distribuição e a interpretação semântica dos advérbios predicativos da língua inglesa, Ernst (1983), Travis (1988), Larson (1988), Rochette (1991), entre outros, deram continuidade às pesquisas adverbiais, adaptando os ensinamentos de Jackendoff e aprimorando-os dentro da nova corrente teórica: a Teoria dos Princípios e Parâmetros. Após 1993, com a inauguração do Programa Minimalista de Chomsky, surge um grupo de pesquisadores preocupados em continuar o estudo da sintaxe e da semântica adverbial, na tentativa de desvendar mistérios que ainda não haviam sido esclarecidos ou abordados: Alexiadou (1999), Laenzlinger (1999), Cinque (1999), Costa (no prelo) e Ernst (2001), entre outros.

Conforme esclarece Ernst (2001), existem abordagens extremadas, situadas em eixos opostos de um *continuum* de sintaxe-semântica que ou

* USP (Doutorando).

negam qualquer importância semântica para a compreensão das possíveis posições dos advérbios na sentença, ou ignoram qualquer fenômeno sintático, defendendo que um advérbio pode aparecer onde quer que ele possa ser interpretado, sem restrições sintáticas. Entretanto, entre esses dois extremos jaz um *continuum* de abordagens que levam em consideração tanto a sintaxe como a semântica para a compreensão das propriedades distribucionais dos advérbios, sendo que algumas tendem mais para o lado dos princípios sintáticos; outras, dos princípios semânticos.

Um tipo de teoria que tende ao lado sintático do *continuum* é representada por Alexiadou (1999), Laenzlinger (1999) e Cinque (1999), entre outros. Tal teoria admite que existe uma seqüência organizada de núcleos funcionais (freqüentemente vazios), rigorosamente ordenados e determinados pela Gramática Universal (doravante UG, de *Universal Grammar*), podendo cada um deles licenciar uma classe específica de advérbios. Dessa forma, tal seqüência prediz uma ordenação rígida de todos os advérbios e núcleos na sentença, apesar de ordens alternativas poderem ser derivadas, admitindo-se (a) núcleos adicionais para licenciar advérbios homófonos com significados sutilmente diferentes, (b) regras para mover advérbios de sua posição de base, ou (c) movimento de núcleos sobre advérbios (alcance de verbo, por exemplo). Apesar do fato de a semântica ter seu peso nesse sistema, ela atua indiretamente, e apenas se reforça a ordem rígida dos núcleos funcionais na UG.

Mais para o lado semântico do *continuum* encontramos Rochette (1991), Haider (1999) e Ernst (2001), entre outros. Neste caso, as posições dos advérbios são determinadas por uma combinação de propriedades lexicosemânticas e de regras compostionais. Os princípios sintáticos têm sua importância, mas são responsáveis, no máximo, para estabelecer *a priori* as possíveis posições de adjunção numa dada língua (descartando, por exemplo, a posição entre verbo e objeto direto em várias línguas SVO, ou posições pós-verbais para línguas SOV).

Neste trabalho, tenta-se aplicar, a fim de verificar sua eficácia na descrição de propriedades distribucionais dos advérbios em *-mente* do português brasileiro (doravante PB), uma das teorias que tende ao lado semântico dos estudos sobre advérbios, mais especificamente a teoria de Ernst (2001). Esta considera fundamental, para a descrição da distribuição dos advérbios na sentença, propriedades lexicosemânticas desses itens lexicais e suas atribuições de escopo.

Na seção 2, relaciono e explico brevemente os tópicos principais da proposta de análise escolhida. Na seção 3, realizo a aplicação da teoria proposta para a descrição das propriedades distribucionais dos advérbios predicativos em *-mente* do PB. Em particular, verifico se o cálculo FEO das

sentenças com advérbios retrata adequadamente a posição e a interpretação dos advérbios. As considerações finais encontram-se na seção 4. Para finalizar, relaciono as referências bibliográficas do trabalho.

2 QUADRO TEÓRICO

Ernst (2001) desenvolve uma classificação dos advérbios com bases semelhantes (princípios semânticos) às de Jackendoff (1972) e de Rochette (1990), mas classifica-os diferentemente em **advérbios predicativos, de domínio e funcionais**. Relaciono, a seguir, alguns de seus conceitos e maquinários sintáticos e semânticos apenas sobre os advérbios predicativos.

Advérbios predicativos são aqueles que se comportam como predicados graduais que selecionam, pelo menos, **eventos** ou **proposições** (numa escala gradual em que *proposição* é superior a *fato*, que é superior a *evento externo*, que é superior a *evento interno*) como seus argumentos (constituintes irmãos), e que são geralmente formados, em inglês, por um **adjetivo** mais o sufixo *-ly*.¹ Já em português, conforme Câmara Jr (1970), geralmente são constituídos por um adjetivo (com desinência de gênero feminino *-a*, ou com vogal temática *-e*, ou até mesmo sem nenhum desses elementos) mais o sufixo *-mente*. Vejamos alguns exemplos:

- *calmo* > *calma* + *-mente* = *calmamente*
- *triste* + *-mente* = *tristemente*
- *normal* + *-mente* = *normalmente*

Em vez de advogar que cada classe de advérbio precise de uma regra de interpretação ao ser adjungido a alguma projeção estipulada (como em JACKENDOFF, 1972), Ernst (2001) propõe que cada tipo de advérbio seleciona um tipo específico de argumento semântico. O objeto então formado pela combinação do advérbio com seu argumento é também de um tipo semântico específico, e os elementos funcionais na sentença, bem como a negação, têm um processo de seleção similar. Quando a composição semântica ocorre, todas as exigências lexicosemânticas devem ser satisfeitas para que uma sentença seja gramatical. Como as exigências semânticas de um dado adjunto são necessárias independentemente da sintaxe, esta abordagem, ressalta Ernst, permite eliminar parte do maquinário sintático que tem sido freqüentemente proposto para a descrição da distribuição dos

¹ Faço essa observação do inglês porque a teoria aqui adotada foi desenvolvida nesse idioma.

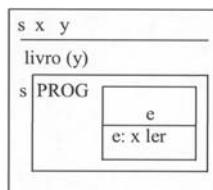
adjuntos (várias projeções funcionais, movimento do verbo sobre o advérbio e vice-versa etc.).

Para se entender a distribuição dos advérbios pelo prisma semântico, é necessário, conforme Ernst, que se considere que o significado de uma sentença é formado a partir do evento mais básico, consistindo apenas de um predicado e de seu argumento, e atinge as proporções da proposição denotada pela sentença inteira. Nesta proposta, adota-se uma variante da abordagem Neo-Davidsoniana em que o evento básico envolve uma variável de evento. Dessa forma, uma sentença como (1) pode ser representada como (2):

- (1) *"Marcos comeu o pudim."*
 (2) $\exists e [C(e) \ \& \ Agt(e,m) \ \& \ Th(e,p)]$

Ignorando-se o tempo verbal, a representação em (2) significa que “há um evento de comer (C), sendo Marcos (m) o agente (Agt) desse evento, e o pudim (p) o tema (Th).”

Na teoria representacional do discurso (doravante DRT, de *Discourse Representational Theory*), as regras de construção especificam como tais variáveis são introduzidas, e como as declarações sobre elas (C(e), Agt(e,m) etc.) são adicionadas à representação. Embora as regras de construção não sejam utilizadas, neste trabalho, com o formato da DRT, é importante que elas permitam que eventos e proposições sejam formados por eventos e proposições menores. Na DRT padrão, isto é feito por meio de quadros, como ilustra a representação (3) para *estar lendo um livro*:



Utilizo, então, seguindo Ernst, para ressaltar a formação de eventos e proposições em unidades maiores, uma notação mais linear que substitui quadros por colchetes e variáveis por etiquetas nos colchetes. Sendo assim, (2) é equivalente a (4), e (3) a (5):

- (4) $[_{\text{Evento}} C(e) \ \& \ Agt(e,m) \ \& \ Th(e,p)]$
 (5) $[_{\text{Estado}} PROG [_{\text{Evento}} L(e) \ \& \ Agt(e,x) \ \& \ Th(e, \text{livro})]]$

Eventos e proposições, aqui chamados de *objetos fato/evento* (doravante FEO, de *Fact-Event Objects*), são de extrema importância para a compreensão da sintaxe e da semântica dos advérbios. Nestas representações, para cada FEO derivado há uma etiqueta em subscrito logo após o colchete inicial indicando seu referente discursivo no universo da representação. Já os parênteses dentro dos colchetes fornecem condições sobre os referentes.

Veja como as camadas de FEOs podem ser aplicadas aos advérbios. Primeiramente, cabe-me ressaltar que, na proposta adotada, os advérbios são entendidos tecnicamente como um subtipo de adjetivo e, dessa forma, classificados pelos traços categoriais básicos [+N, +V], sendo subespecificados no léxico com traços fonológicos / morfológicos que os transformam em composições com o sufixo *-mente* após *spell-out* em PF. Sempre formam um sintagma adverbial (AdvP), estando sua posição de especificador preenchida ou não. Observe, então, quais representações semânticas as sentenças (6a), (7a) e (8a) adquirem em (6b), (7b) e (8b), respectivamente:²

(6a) *O Marcos não furou a bola.*

(6b) $[\text{PROP} [\text{ESTADO} \text{ PASSADO} [\text{ESTADO} \sim [\text{EVENTO} \text{ F(e)} \& \text{Agt (e,m)} \& \text{Th (e,b)}]]]]$

(7a) *O Marcos segurou a bola por uma hora.*

(7b) $[\text{PROP} [\text{PROC} \text{ PASSADO} [\text{PROC} \text{ por uma hora} [\text{EVENTO} \text{ S(e)} \& \text{Agt (e,m)} \& \text{Th (e,b)}]]]]$

(8a) *Obviamente, o Marcos sabiamente não segurou a bola por uma hora.*

(8b) $[\text{PROP} \text{ ÓBVIO} [\text{PROP} [\text{ESTADO} \text{ SÁBIO} [\text{ESTADO} \text{ PASSADO} [\text{ESTADO} \sim [\text{PROC} \text{ por uma hora} [\text{EVENTO} \text{ S(e)} \& \text{Agt (e,m)} \& \text{Th (e,b)}]]]]]]]$

Por exemplo, em (8b), temos um evento básico *segurar a bola*, e o PP *por uma hora* o transforma em um processo. A negação converte o processo *segurar a bola por uma hora* em um estado, e o advérbio *sabiamente* toma esse estado como um de seus argumentos (o interno), resultando num outro estado, o qual se aplica ao sujeito agente da sentença (segundo argumento de *sabiamente*). O tempo converte um evento em outro evento e, finalmente, esse evento é convertido a uma proposição, a qual se torna o

² Representação semântica é a representação do significado que é derivado a partir de LF pela aplicação de regras compostionais e pela ativação do significado das palavras.

argumento do advérbio obviamente (que requer que seu objeto seja verdadeiro, isto é, um fato). Essa última combinação resulta na proposição final, a denotação de toda a sentença.

O Cálculo FEO é o conjunto de regras para a construção de eventos e proposições, começando-se pelo evento básico e construindo-se objetos fato/evento mais complexos, adicionando-se camadas de advérbios, operadores quantificacionais ou aspectuais, modais e assim por diante, cada um mudando o tipo ou o subtipo de FEO. Os dois tipos básicos de FEOs incluem subtipos; por exemplo, proposições incluem (pelo menos) proposições verdadeiras (fatos) e proposições sem um valor de verdade determinado. Eventos incluem *estado*, *processo*, *achievement* e *accomplishment*.⁵ Cada camada é adicionada sob irmandade (como um complemento) na estrutura sintática.

Existem três regras básicas para o Cálculo FEO:

- (9a) Qualquer tipo de FEO pode ser livremente convertido a qualquer FEO superior, mas não rebaixado, exceto:
- (9b) Quando exigido por itens lexicais ou operadores coercivos;
- (9c) Quando eventos forem interpretados como *eventos específicos* dentro do sintagma predicativo (PredP).

Algo como (9a) é amplamente aceito em qualquer teoria que faz uso de eventos e proposições. Por exemplo, uma sentença mínima como “*o João mentiu*” envolve um evento básico de *João mentir* e, se nenhuma modificação ocorre, este evento é convertido diretamente à proposição de que “*João mentiu*”. FEOs de tipos superiores não podem ser convertidos livremente a tipos inferiores (proposições a eventos). Já (9b) representa uma generalização com respeito a regras de construção específicas para vários operadores modais e aspectuais, negação etc. Permite, então, o mapeamento de qualquer FEO superior a um FEO inferior: verbos que tomam um argumento proposicional, por exemplo, mapeiam proposições a eventos (rebaixam o FEO na escala gradual). A condição (9c) é responsável por leituras de modo, no caso de advérbios adjungidos a VP ou PredP, e será abordada com mais detalhes na próxima seção.

⁵ Conforme Ernst (2001), a maioria dos semanticistas diferencia *evento* de *estado*. Segue, porém, a linha dos sintaticistas ao considerar *estado* um tipo de *evento*.

Dessa forma, a classificação dos advérbios proposta por Ernst é elaborada conforme o tipo de categoria semântica que o adjunto seleciona: eventos ou proposições. Em (10), exponho apenas a classificação dos advérbios predicativos:

(10) TIPO + *EXEMPOS* + (ARGUMENTO(S)) interno / ext.

a) ORIENTADOS AO FALANTE

- Orientados ao discurso: *francamente, sinceramente etc.* (P + C)
- Avaliativos: *estranhamente, infelizmente etc.* (P ou F)
- Epistêmicos/Modais: *provavelmente, possivelmente etc.* (P ou F)
- Evidenciais: *obviamente, claramente etc.* (F)

b) ORIENTADOS AO SUJEITO:⁴

- Orientados ao agente: *bruscamente, prudentemente etc.* (EE + A)
- De atitudes mentais: *calmamente, intencionalmente etc.* (EE + T)

c) EXOCOMPARATIVOS

similarmente, independentemente etc. (P ou F ou E)⁵

d) DE EVENTOS INTERNOS/DE MODO

firmemente, cuidadosamente etc. (EI)

e) DE MEDIDA/GRAU

parcialmente, completamente etc. (EI) EI

⁴ Aqui faço apenas a tradução dos advérbios orientados ao sujeito do inglês. É parte desta pesquisa verificar se tais advérbios existem em PB e identificá-los.

⁵ Os advérbios exocomparativos do PB não foram abordados neste trabalho.

Observações para o entendimento da classificação:

- P = proposição; F= fato (prop. verdadeira); EI= evento interno; EE = evento externo.
- A= agente; T= experienciador; C = *express* (predicado oculto).
- + = mais um argumento (externo).
- O argumento interno dos advérbios orientados ao agente é o evento.
- Todos os advérbios predicativos se adjungem a algum XP e tomam como argumento interno o evento ou a proposição XP que eles comandam.

Em relação a traços que desempenham um papel fundamental para a distribuição não só dos adjuntos mas também dos outros constituintes da sentença, Ernst adota os mecanismos seguintes:

(11) As posições *especificador* e *complemento* são derivadas e representam, respectivamente, o complexo-F e o complexo-C. Cada complexo é um grupo de propriedades interligadas:

- (a) complexo-F: sugerido por *funcionalidade* (categorias funcionais), tendência a ser *leve* e condicionado por LF. Direção: esquerda.
- (b) complexo-C: sugerido por *conteúdo* / *complemento* (categorias lexicais), tendência a ser *pesado* e condicionado por PF. Direção: direita.

(12) Princípios de direcionalidade:

- (a) itens [+F] (categorias funcionais) são licenciados apenas na direção F-Dir (esquerda)
- (b) as línguas são parametrizáveis para a ativação de C-Dir:
 - (i) se C-Dir é inativo, então todo XP complemento é [-R] (à esquerda do núcleo X);

- (ii) se e somente se C-Dir for ativo, então para qualquer categoria lexical em XP (complemento), se X possuir um traço C-Complex, então XP é [+R] (à direita do núcleo X).

Observe que C-Dir é parametrizável e responsável pela distinção entre *núcleo-final* (à direita = XP ; X) e *núcleo-inicial* (à esquerda = X ; XP). Saliente também que, no caso de complementos teta-marcados por V (objeto direto), estes são licenciados por traços de caso [+F] e submetem-se a F-Dir (posição de especificador à esquerda).

Tratando-se de adjuntos, dentro do VP todos eles devem ser adjungidos à direita (no caso de línguas X ; XP), porque o núcleo relevante X é da categoria V (uma categoria lexical com um traço C-Complex), o que faz com que eles sejam marcados com o traço [+R]. Acima de VP, em projeções de núcleos funcionais, nem o núcleo e nem o adjunto têm um traço C-Complex, já que o núcleo é [-Lex] e o adjunto não é complemento. Como resultado, em línguas SVO, os adjuntos acima de VP podem ser ou pré-verbais ou pós-verbais, em princípio. Neste caso, outros fatores determinam suas posições. Um deles, conforme Ernst (2001), seria o fator peso.

Conforme a Teoria do Peso formalizada pelo autor em questão, o peso do constituinte pode determinar sua posição à esquerda ou à direita do verbo, conforme as circunstâncias abaixo:

(13a) o peso é determinado por:

- (i) Categoria (CP> PP> DP> AP> AdvP com compl.> AdvP sem compl.). (do mais pesado [- Lite] para o mais leve [+Lite])
- (ii) Quanto mais foco, mais peso.

(13b) peso final: numa seqüência de constituintes pós-verbais em PF, a ordem preferida é a do peso maior à direita.

A inversão da posição do constituinte adverbial dar-se-ia antes de *spell-out*, e o traço [+/- Lite] seria checado em PF.

Outros aspectos semânticos, bem como os sintáticos, adotados pelo autor em sua proposta serão apresentados no decorrer das análises dos fatos lingüísticos em estudo, conforme a necessidade.

3 ANÁLISES

Minha tarefa, no desenrolar desta seção, é utilizar a classificação semântica e o maquinário (tanto sintático como semântico) adotados por Ernst (2001) para a descrição do comportamento sintático e da interpretação de apenas alguns dos advérbios predicativos em *-mente* do PB. Ressalto que esta investigação é introdutória.⁶

Os fatos lingüísticos serão apresentados cada um por vez e em forma de perguntas-problema.

3.1 POR QUE ADVÉRBIOS DE GRAU NÃO PODEM APARECER EM POSIÇÕES PRÉ-VERBAIS NO PB?

Em PB, dados a partir de julgamentos intuitivos e de pesquisas baseadas em *corpus* mostram que um advérbio como *completamente*, de grau, posicionado à esquerda de um verbo principal ou auxiliar torna a sentença agramatical. Observe:⁷

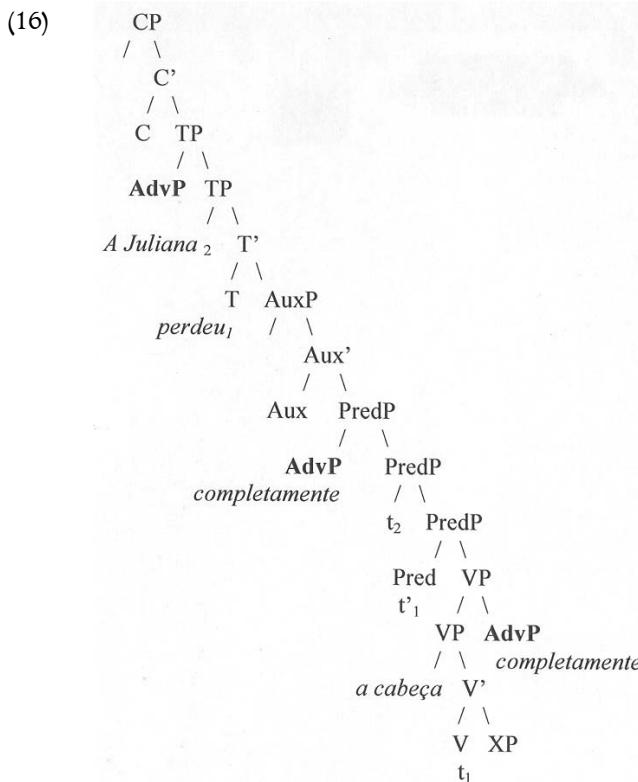
- (14a) *A Juliana perdeu completamente a cabeça.*
 - (14b) *A Juliana perdeu a cabeça completamente.*
 - (14c) **A Juliana completamente perdeu a cabeça.*
-
- (15a) *O Marcos está completamente perdido.*
 - (15b) *O Marcos está perdido completamente.*
 - (15c) **O Marcos completamente está perdido.*

A partir dos preceitos em Ernst (2001), advérbios de grau selecionam um evento interno como argumento. Dessa forma, eles precisariam ficar na esfera de PredP ou VP, em que se realiza o evento interno da sentença. Vejamos se isso, de fato, pode dar conta desta questão.

⁶ Gostaria de deixar claro que sou extremamente grato ao Prof. Dr. Tomas Ernst da UMASS/EUA por ter-me fornecido material de pesquisa via correio aéreo e esclarecimento de dúvidas via correspondência eletrônica.

⁷ O *corpus* ao qual me refiro é o utilizado por mim na minha pesquisa de mestrado (dissertação). Para maiores detalhes, aconselho o leitor a consultá-la: *Advérbios em -mente do português brasileiro – posições e interpretação*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

A estrutura ilustrada em (16) abaixo refere-se às sentenças (14b) e (15a) e será utilizada para a investigação do fato lingüístico descrito acima. Ela encontra-se sem projeções funcionais de concordância tanto para sujeito como para objetos (direto e indireto), conforme Chomsky (1995), e ilustra a hipótese de que o sujeito representa argumentos externos genuínos, no sentido de que o predicado verbal impõe uma interpretação particular sobre seu sujeito (ERNST, 2001). Dessa forma, o sujeito é licenciado por V (o qual sobe para Pred, projeção funcional acima de VP) e gerado adjungido a PredP, subindo para Spec – TP, para checagem de um traço [+D]. O objeto direto é gerado em Spec – VP, posição em que ele checa seu caso acusativo (configuração de Spec-Núcleo).



O advérbio *completamente* tem propriedades lexicosemânticas que determinam que ele tome um evento interno como seu argumento, de cuja concatenação resulta um outro evento: [evento Adv [evento]]. Sendo assim, não pode ocupar uma posição mais acima de PredP. Se adjungido a TP, tomaria como escopo ou um evento externo ou uma proposição, causando uma violação de suas propriedades lexicosemânticas (as quais licenciam os advérbios em determinadas posições), tornando a sentença agramatical. Tal agramaticalidade está representada nas sentenças (14c) e (15c) acima. Em (17b) apresento a representação do cálculo FEO para o advérbio *completamente* da sentença (14c), repetida abaixo em (17a) com sua representação estrutural linear:⁸

- (17a) $\begin{bmatrix} {}_{TP} & \text{completamente} & \begin{bmatrix} {}_{TP} & A & \text{Juliana}_3 & \begin{bmatrix} {}_T & \text{perdeu}_2 & \begin{bmatrix} {}_{PredP} & t_3 \\ {}_{PredP} & t_2 & \alpha \text{ cabeça} \end{bmatrix} \end{bmatrix} \end{bmatrix} \end{bmatrix}$
- (17b) $*[{}_{\text{EVENTO}} \text{COMPLETO} [{}_{\text{PROP}} [{}_{\text{EVENTO}} \text{P(e)} \& \text{Agt(e,j)} \& \text{Th(e,c)}]]]$

Como não há posição para *completamente* entre TP e T, o advérbio é forçado a se adjungir à esquerda de TP, tomando como argumento uma proposição (e não o evento interno a PredP, como deveria), violando, dessa forma, propriedades lexicosemânticas e tornando a sentença agramatical.

Com relação à agramaticalidade da sentença (15c), a mesma análise se aplica. Repito tal sentença em (18) e apresento, então, a representação do cálculo FEO do advérbio em (19a). Já (19b) ilustra a representação do cálculo FEO do advérbio de uma sentença gramatical:

- (18) $\begin{bmatrix} {}_{TP} & O & \text{Marcos}_1 & \begin{bmatrix} {}_{AuxP} & \text{completamente} & \begin{bmatrix} {}_{AuxP} & \text{está}_2 & \begin{bmatrix} {}_{PredP} & t_1 \\ {}_{PredP} & t'_2 & \begin{bmatrix} {}_{VP} & t_2 & \text{perdido} \end{bmatrix} \end{bmatrix} \end{bmatrix} \end{bmatrix}$
- (19a) $*[{}_{\text{PROP}} [{}_{\text{EVENTO}} \text{COMPLETO} [{}_{\text{EVENTO-E}} [{}_{\text{EVENTO-I}} \text{P(e)} \& \text{Exp(e,m)}]]]]$
- (19b) $[{}_{\text{PROP}} [{}_{\text{EVENTO-I}} \text{P(e)} \& \text{Exp(e,m)} \& \text{COMPLETO(e*)}]]]^9$

⁸ No caso de advérbios de grau, preferi considerá-los, contrariamente a Ernst (2001), um subtipo dos advérbios de modo, por terem propriedades lexicosemânticas muito parecidas no PB: ambos selecionam como argumento um evento interno e o tornam específico. A diferença é que os advérbios de grau, por algum motivo semântico talvez, não podem ser topicalizados no PB, enquanto os advérbios de modo podem. Ernst (2001), por seu turno, segue Tenny (a publicar) e desenvolve um maquinário semântico muito complexo para representar o cálculo FEO desse tipo de advérbio.

⁹ O asterisco sobre a variável de evento na representação semântica indica que é um evento específico que está sendo modificado. É específico porque é o modo (ou grau de) como ocorre que o torna diferente de outros eventos de “estar perdido”.

Em (18) e em sua representação do cálculo FEO em (19a), também o advérbio *completamente* está numa posição inadequada, pois seleciona um argumento evento interno, o qual tem de ser interno a PredP.

É de se esperar que qualquer outro advérbio da mesma classe apresente as mesmas propriedades semânticas (seleção de um EI) e distribucionais (não podem ocupar posições pós-verbais). Convido o leitor a fazer testes intuitivos com outros exemplos de advérbios: *inteiramente, parcialmente, plenamente, incompletamente etc.*

Resta-me elucidar o fator que determinaria a posição do advérbio de grau antes ou depois do complemento. Seguindo a proposta adotada, esse advérbio poderia ser gerado uniformemente em adjunção à esquerda de PredP e, caso tivesse o traço [-Lite], por causa de focalização prosódica ou de comprimento relativo ao tamanho do complemento verbal, sua direção de adjunção seria invertida antes de *spell-out*, isto é, mudada para a direita de PredP, sendo pronunciado após o complemento verbal. Caso contrário, isto é, caso tivesse o traço [+Lite], permaneceria na sua posição à esquerda, onde seria pronunciado em PF.

Dessa forma, concluo que a teoria defendida em Ernst (2001) dá conta da descrição das propriedades distribucionais dos advérbios de grau do PB, a partir da consideração de suas propriedades lexicosemânticas (significado, seleção de argumentos e peso). Resumidamente, advérbios como *completamente* (de grau) selecionam como argumento um evento interno a PredP, o que os impossibilita de serem adjungidos a qualquer XP mais alto que PredP na estrutura hierárquica de uma sentença.

3.2 TERÍAMOS TAMBÉM ADVÉRBIOS ORIENTADOS AO SUJEITO NO PB E SERIAM ELES AMBÍGUOS ENTRE LEITURA DE MODO E ORIENTADA AO SUJEITO?

Advérbios de modo em PB, tanto em conformidade com dados empíricos (*corpus*) como com julgamentos de falantes nativos, são mais usados e aceitos em posições baixas, de preferência na posição **antes de complemento**, isto é, entre verbo e seu complemento. Em posições intermediárias (entre sujeito e verbo ou entre verbo auxiliar e principal) ou na posição inicial, muito raramente usados, tais itens lexicais, em geral, são aceitos apenas se se deseja destacá-los, isto é, focalizá-los prosodicamente. Observe estes fatos nas sentenças abaixo:

(20)

- a) *O Jonas tem lavado a louça desajeitadamente.*
(advérbio adjungido à direita de VP)

- b) *O Jonas tem lavado desajeitadamente a louça.*
(advérbio adjungido à esquerda de PredP)
- c) *?O Jonas tem, desajeitadamente, lavado a louça.*
(advérbio adjungido à esquerda de PredP com o verbo principal em Pred)
- d) *?O Jonas, desajeitadamente, tem lavado a louça.*
(o DP *o Jonas* talvez em Spec-TopP e o advérbio talvez em Spec-FocusP)
- e) *?Desajeitadamente, o Jonas tem lavado a louça.*
(o advérbio talvez Spec-FocusP)

Contrariamente ao que acontece no inglês com esse mesmo advérbio, conforme Jackendoff (1972), em PB ele não tem a leitura de um advérbio orientado ao sujeito *{o Jonas tem sido desajeitado em/por lavar a louça}*. Parece não haver a possibilidade de julgar o Jonas um cara desajeitado pelo fato de ele ter lavado a louça. Sendo assim, em posições pré-verbais, o advérbio *desajeitadamente* continua tendo como argumento único o evento interno, fato que poderia indicar que o escopo do advérbio continua sendo o da sua posição inicial. Dessa maneira, a representação do cálculo FEO adotada precisaria não apenas mostrar o advérbio de modo selecionando um EI e transformando-o num outro evento, mas também que há uma focalização prosódica, ou seja, há um destaque desse constituinte. Isso se faz necessário porque as sentenças **a** e **b** são semanticamente diferentes das outras, mesmo que de maneira sutil. Sua representação semântica e seu cálculo FEO encontram-se em (21a) e (21b), respectivamente.¹⁰ Veja:

- (21a) $\exists e [L(e) \& \text{Agt}(e,j) \& \text{Th}(e,l) \& \text{DESAJEITADO}(e)]$
- (21b) $[\text{PROP} [\text{Estado} [\text{Tempo} [\text{Evento-1} L(e) \& \text{Agt}(e,j) \& \text{Th}(e,l) \& \text{DESAJEITADO}(e^*)]]]]$

A representação em (21b) mostra o advérbio tendo como escopo o evento interno, isto é, posicionado na esfera de PredP ou VP. Todavia, com o advérbio de modo deslocado à esquerda, focalizado prosodicamente, propõe-se que a mesma representação semântica seria aplicada, pois o vestígio

¹⁰ Utilizo o termo *representação semântica* como sinônimo de *forma lógica*.

(ou a cópia) do advérbio na sua posição de base é que estabeleceria suas propriedades selecionais.

Observo, ainda, que uma sentença com esse tipo de advérbio focalizado na periferia esquerda passa a ser agramatical na sua forma negativa. Veja:

(22)

- a) * *Desajeitadamente, o Jonas não tem lavado a louça.*
- b) * *O Jonas, desajeitadamente, não tem lavado a louça.*
- c) * *O Jonas não tem, desajeitadamente, lavado a louça.*

Tal fato comprova que é a posição de base a ativa para a satisfação de suas propriedades lexicosemânticas, pois o operador negativo força o advérbio a ficar numa posição sobre a qual a negação tem escopo.

Há, contudo, advérbios de modo que podem funcionar como advérbios orientados ao sujeito, quando aparecem em posições pré-verbais com ou sem focalização. Inclusive são ambíguos na posição entre auxiliar e verbo principal.¹¹ Observe:

(23)

- a) *A Joana tem tomado seu remédio de pressão corretamente.*
- b) *A Joana tem tomado corretamente seu remédio de pressão.*
- c) *A Joana tem corretamente tomado seu remédio de pressão.*
- d) *A Joana corretamente tem tomado seu remédio de pressão.*
- e) *Corretamente a Joana tem tomado seu remédio de pressão.*

¹¹ A observação de que, em PB, há alguns advérbios de modo que podem funcionar como orientados ao sujeito, ou seja, julgando-o em relação à sua atitude, foi-me feita pela Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira, da UFSC, no GEL 2002, durante minha apresentação de um trabalho. É claro que sou grato a ela por essa sugestão.

As sentenças **a** e **b** têm apenas a leitura de modo *{a Joana tem tomado seu remédio de pressão de maneira correta}*. Em **c**, contudo, observa-se uma certa ambigüidade entre a leitura de modo focalizada prosodicamente e a leitura orientada ao sujeito *{a Joana tem tomado seu remédio de pressão de maneira correta ou a Joana está correta em / por ter tomado seu remédio de pressão, respectivamente}*. Já as sentenças **d** e **e** apenas permitem a leitura orientada ao sujeito *{a Joana está correta em / por ter tomado seu remédio de pressão}*.¹²

Exemplos de outros advérbios que se comportam da mesma maneira em PB são: *brilhantemente, cuidadosamente, gentilmente, inteligentemente, sabiamente, seriamente etc.*; enfim, qualquer advérbio que tem o poder semântico de julgar o sujeito em relação ao seu ato.

Vejamos, então, se estas leituras possíveis para os advérbios em questão podem ser descritas formalmente pela proposta de que os advérbios selecionam argumentos semânticos. Conforme Ernst, advérbios de modo selecionam um argumento evento interno, enquanto advérbios orientados ao sujeito selecionam dois argumentos: um evento externo e um agente ou experienciador.

Para as sentenças (23 **a** e **b**), a representação do cálculo FEO já é conhecida e se encontra em (24):

$$(24) \quad [_{\text{PROP}} [_{\text{Estado}} \text{Tempo} [_{\text{Evento-1}} \text{T (e)} \& \text{Agt (e,j)} \& \text{Th (e,r)} \& \text{CORRETO (e*) }]]]$$

Já para as sentenças (23 **d** e **e**), nas quais o advérbio *corretamente* tem a leitura de advérbio orientado ao sujeito, teríamos a seguinte representação do cálculo FEO em (25a) e semântica em (25b):

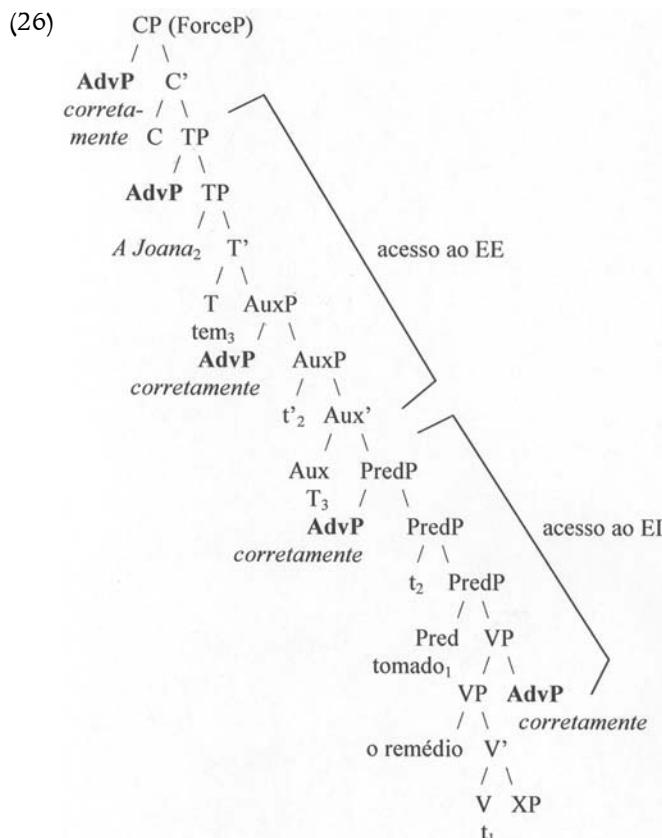
$$(25a) \quad [_{\text{PROP}} [_{\text{Evento}} \text{CORRETO} [_{\text{Estado-E}} \text{Tempo} [_{\text{Evento-1}} \text{T (e)} \& \text{Agt (e,j)} \& \text{Th (e,r)} \& (e, j)]]]]$$

$$(25b) \quad \$e [\text{T (e)} \& \text{Agt (e,j)} \& \text{Th (e,r)} \& \text{CORRETO (e, j)}]]$$

E como ficaria a representação do cálculo FEO de uma sentença ambígua como (23c)? Neste caso, ele teria duas representações, uma para

¹² Para muitos falantes do PB, esse tipo de advérbio é ambíguo entre leitura de modo (advérbio de modo focalizado) e leitura orientada ao sujeito, mesmo em posições altas (sentenças 19 **d** e **e**).

cada significado. O problema aqui é saber como o advérbio, na posição intermediária, poderia ter como argumento tanto um evento interno como um evento externo para poder funcionar ora como de modo, ora como orientado ao sujeito. Conforme a teoria proposta, um cálculo FEO desse tipo não seria viável. Contudo, como mostra a representação estrutural (26), entre o verbo auxiliar *tem* em T e o verbo principal *tomado* em Pred há duas posições de adjunção, uma com acesso a cada tipo diferente de evento. Dessa forma, se o advérbio for adjungido a AuxP, ele terá como argumento um EE, e sua leitura será de um advérbio orientado ao sujeito; por outro lado, se o advérbio se adjungir a PredP, ele terá como argumento um EI, e sua leitura será de advérbio de modo. Observe:



Assim sendo, concluo que, também para os advérbios orientados ao sujeito do PB, a proposta semântica de Ernst (2001) dá conta relativamente bem de descrever suas propriedades distribucionais e interpretativas. Afirmo isso porque não está claro o que “atrai” o advérbio orientado ao sujeito para uma ou para outra posição alta/intermediária da sentença. Esta proposta simplesmente descreve o fato de que ele pode ocupar tais posições, mas não o porquê de uma posição ou de outra, dentre as possíveis.

3.3 O CÁLCULO FEO DARIA CONTA DE DESCREVER AS POSSIBILIDADES DISTRIBUCIONAIS DOS ADVÉRBIOS ORIENTADOS AO FALANTE DO PB?

Seguindo Jackendoff (1972), Ernst (2001) considera como advérbios orientados ao falante um grupo relativamente grande de advérbios: *orientados ao discurso; avaliativos; epistêmicos e evidenciais*. Apesar de terem propriedades semânticas um pouco diferentes, todos têm em comum o fato de selecionarem como argumento interno uma **proposição** (ou algo do gênero, como um **fato**).

Começo, então, minha análise com um exemplo de advérbio orientado ao discurso. Observe suas possíveis posições nas sentenças abaixo:

(27)

- a) *Sinceramente, a Joana tem tomado seu remédio de pressão.*
(advérbio adjungido à esquerda de TP)
- b) *A Joana, sinceramente, tem tomado seu remédio de pressão.*
(advérbio adjungido à esquerda de TP, com o SP sujeito em Spec-TopP)
- c) *A Joana tem, sinceramente, tomado seu remédio de pressão.*
(advérbio adjungido à esquerda de AuxP)
- d) *A Joana tem tomado, sinceramente, seu remédio de pressão.*
(advérbio adjungido à esquerda de VP, posição impossível na proposta aplicada)

- e) *A Joana tem tomado seu remédio de pressão, sinceramente.*
 (advérbio adjungido à direita de TP)

Conforme a proposta em aplicação, o cálculo FEO das sentenças (27 a e b) seria o representado em (28). Observe:

$$(28) \quad [_{\text{PROP}} \text{SINCERO} [_{\text{PROP}} [_{\text{EVENTO}} \text{TEMPO} [_{\text{EVENT}} \text{T(e)} \& \text{Agt (e,j)} \& \text{Th (e,r)}]]]]$$

A representação acima mostra o advérbio *sinceramente* tendo escopo sobre uma proposição, seu argumento interno. Em ambas as sentenças (27 a e b), o advérbio poderia ser gerado em adjunção à esquerda de TP, sendo que, na sentença (27b), o sujeito teria de ocupar a posição Spec-TopP para se obter uma sentença com seus constituintes nessa ordem.

O problema, então, surge em relação às outras sentenças. Veja o que acontece na sentença (27c): o advérbio é adjungido à esquerda de AuxP e, nessa posição, ele não consegue ter escopo sobre uma proposição, isto é, não tem acesso a seu argumento interno. A representação do cálculo FEO dessa sentença seria (29):

$$(29) \quad *[_{\text{PROP}} [_{\text{EVENTO}} \text{TEMPO} [_{\text{EVENTO}} \text{SINCERO} [_{\text{EVENTO-1}} \text{T(e)} \& \text{Agt (e,j)} \& \text{Th (e,r)}]]]]$$

A sentença, dessa forma, deveria ser agramatical, mas não é. Este fato mostra que a proposta de que os advérbios selecionam determinados tipos de argumentos semânticos e que eles precisam ficar numa posição adjunta a seus argumentos antes de *spell-out* não dá conta de descrever a posição do advérbio orientado ao discurso na posição em adjunção a AuxP.

Já em relação à sentença (27d), sequer haveria posição adjunta, na estrutura sentencial proposta, para o advérbio ficar entre verbo principal e complemento. Em (27e), contudo, com o advérbio adjungido à esquerda de TP e tendo sua posição invertida à direita antes de *spell-out* (caso tivesse o traço [-Lite]), este teria escopo sobre uma proposição, seu argumento interno.

Concluo que, como todos os subtipos de advérbios orientados ao falante selecionam uma proposição (ou um fato, isto é, uma proposição

verdadeira), a análise realizada para o advérbio orientado ao discurso *sinceramente* serve também para os outros subtipos de advérbios desta classe. Como resultado, aponto, então, as mesmas convergências e divergências para eles, sem a necessidade de repetir a análise: a proposta em aplicação dá conta parcialmente de descrever as propriedades distribucionais dos advérbios orientados ao falante do PB, na medida direta em que o cálculo FEO de sentenças com advérbios do tipo em questão nas posições (i) **inicial**, (ii) **entre sujeito e verbo auxiliar** e (iii) **final** retrata adequadamente a gramaticalidade dessas sentenças. Deixa, contudo, de retratar a gramaticalidade de uma sentença com o advérbio na posição **entre verbo principal e auxiliar**, e a estrutura sentencial proposta não possibilita a ordem **verbo principal + advérbio + complemento** (com a existência de verbo auxiliar na sentença).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo de início eu gostaria de deixar claro que as conclusões deste trabalho são apenas parciais, pois das três grandes classes de advérbios em Ernst (2001), somente estudei e considerei aqui a primeira: os advérbios predicativos.

A tentativa de abordar as propriedades distribucionais e interpretativas dos advérbios predicativos do PB a partir de uma proposta como a de Ernst, a qual considera fatos sintáticos, mas privilegia fatos semânticos, não me pareceu satisfatória.

Em relação aos advérbios orientados ao sujeito, os quais, no princípio de meus estudos, não pensava que existissem no PB, e aos advérbios de modo, a análise adotada, contudo, revelou-se eficiente para a descrição de suas propriedades. Apenas não deixou claro o fator que determinaria o posicionamento desses advérbios nas posições inicial e auxiliar.

Outro fato importante para a conclusão aqui relatada é a ineficácia desse tipo de cálculo para todas as posições possíveis dos advérbios orientados ao falante do PB.

Observo, dessa forma, que o cálculo FEO das sentenças com advérbios não se demonstrou sempre eficaz, fato que me leva a concluir que há algum outro fator, talvez de outra natureza – sintática, fonológica ou discursiva, por exemplo – que precisa ser considerado com mais intensidade. Provavelmente os fenômenos sintático-discursivos do PB desempenhem um peso maior ou igual ao das propriedades lexicosemânticas dos advérbios dessa língua. Enfim, este “resultado parcial” aponta para a última hipótese.

A partir dos resultados obtidos com a análise neste trabalho, concluo que, de fato, fica muito difícil e imprecisa uma análise da distribuição dos advérbios numa sentença, baseada fundamentalmente em propriedades semânticas (lexicossemânticas). O motivo é claro: além do fato de a categoria gramatical advérbio, no português, pelo menos, ser extremamente rica, composta por vários itens lexicais com propriedades semânticas e distribucionais muito distintas, há ainda o fato de que o PB é considerado uma língua orientada ao discurso (NEGRÃO, 2000), fazendo uso de uma estrutura periférica complexa e capaz de mapear funções discursivas que precisam ser levadas em conta para a descrição das posições dos advérbios do PB.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar a eficácia de uma abordagem semântica das propriedades distribucionais e interpretativas de alguns tipos de advérbios em *-mente* do português brasileiro: orientados ao falante, orientados ao sujeito, de modo e de grau. A proposta de análise aplicada é a de Ernst (2001), que se baseia principalmente em propriedades lexicossemânticas e de atribuição de escopo dos advérbios. Nessa proposta, os advérbios em estudo são considerados predicados graduais que selecionam argumentos semânticos do tipo evento ou proposição numa escala gradual em que proposição é superior a fato, que é superior a evento externo, que, por sua vez, é superior a evento interno. Dessa forma, uma sentença como “Obviamente, o Marcos, intelligentemente, não fez a prova em meia hora.” seria formada pelo seguinte cálculo: o evento básico de “fazer a prova” é convertido em um outro tipo de evento – processo – pelo PP “em meia hora”, formando “fazer a prova em meia hora”. A negação o converte em um estado, formando “não fazer a prova em meia hora”. Depois, o tempo passado toma um evento/estado e o transforma em um mesmo objeto, e o advérbio “intelligentemente” faz o mesmo. Após a formação do último evento, este se converte livremente em uma proposição, a qual serve de argumento interno para o advérbio “obviamente”. Este toma uma proposição e a converte numa outra proposição. Ressalto, ainda, que a proposta adotada considera princípios da Teoria do Peso para a determinação de algumas posições dos advérbios.

Palavras-chave: *advérbios; adjuntos; seleção argumental*.

ABSTRACT

This article aims at verifying the efficiency of a semantic approach to the distributive and interpretative proprieties of some types of Brazilian Portuguese *-mente* adverbs: speaker-oriented, subject-oriented, manner and degree adverbs. The analyses proposed is based on Ernst (2001), which is mainly based on lexicosemantic proprieties and attribution of scope of adverbs. According to this proposal, the adverbs in study are considered gradual predicates that select semantic arguments of the type event or proposition in a gradual scale in which proposition is superior to fact which is superior to external event which, in its turn, is superior to internal event. Thus, a sentence like "Obviously, Marcos wisely did not do his test in half an hour." would be formed by the following calculus: the core event of "do a test" is converted into another type of event – a process – by the PP "in half an hour", forming "do the test in half an hour". Negation converts it into a state, forming "not do the test in half an hour". Then, the past tense converts an event/state into another one of the same type, and the adverb "wisely" does the same thing. After the formation of the last event, it is freely converted into a proposition which serves as internal argument for the adverb "obviously". Finally, this adverb takes the proposition and converts it into another one. I also highlight the fact that the adopted proposal considers principles of the Weight Theory in determining some positions of adverbs.

Key-words: *adverbs; adjuncts; argumental selection.*

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, E. *Low adverbs across verbal and nominal clauses*. Trabalho apresentado no Congresso sobre Advérbios na Universidade de Tromsoe, abril, 1999.
- CÂMARA JR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995.
- CINQUE, G. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. Oxford: Universiy Press, 1999.
- COSTA, J. Adverb positioning and V-movement in English: some more evidence. *Studia Linguistica*, v. 50, p. 22-34, 1996.
- _____. Adverbs as adjuncts to non-universal functional categories: evidence from Portuguese. *ZAS Papers in Linguistics*. No prelo.
- ERNST, T. More on adverbs and stressed auxiliares. *Linguistic Inquiry*, v. 14, p. 355-379, 1983.

- _____. *The syntax of adjuncts*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001.
- FIGUEIREDO SILVA, M. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1996.
- HAIDER, H. *Adverb placement – convergence of structure and licensing*. MS: University of Salzburg, 1999.
- JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1972.
- LAENZILINGER, C. More on adverb syntax and phrase structure. *Papers in Syntax*, Universidade de Geneva, 1999.
- LARSON, R. K. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, v. 19, p. 335-391, 1988.
- _____. Bare-NP Adverbs. *Linguistic Inquiry*, v. 16, p. 595-621, 1985.
- NEGRÃO, E. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. São Paulo, 1999. Tese (Livre-docência) - Universidade de São Paulo.
- POSSENTI, S. Ordem e interpretação de alguns advérbios do português. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Unicamp, 1993. v. 2, p. 305-313.
- RADFORD, A. *A minimalist introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- RIZZI, L. The fine structure of left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane (Ed.). *Elements of grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 1997.
- ROCHETTE, A. La struture d'arguments et les propriétés distributionnelles des adverbes. *Revue Québécoise de Linguistique*, v. 20, n. 1, p. 55-77, 1991.
- TRAVIS, L. The syntax of adverbs. *Papers in Syntax*, McGill University, 1988.

DESCRÍÇÃO E ANÁLISE DOS USOS LINGÜÍSTICOS DE DIFERENTES AMBIENTES DA INTERNET E SUA RELAÇÃO COM O SUPORTE*

*A description and an analysis of linguistic uses in
different internet environments and their
relationship to support*

Rodrigo Moura Lima de Aragão**

INTRODUÇÃO

A internet vem promovendo mudanças significativas no cotidiano do homem contemporâneo. Educação, comércio e imprensa são exemplos de campos que têm absorvido com rapidez sua tecnologia, compondo modos novos de prestação de serviços que atingem um número crescente de pessoas. O universo lingüístico, em constante mutação, apresenta, atualmente, usos específicos que se originaram no mundo eletrônico, ou que neste assumiram novas formas. Particularmente no âmbito da língua portuguesa brasileira, vem tornando-se expressivo, nos últimos anos, o uso da

* Este artigo é o resultado da primeira etapa do projeto de iniciação científica *Sobre a influência da internet – suporte e ambientes – na produção textual do PEC: uma análise de textos produzidos no contexto da formação de professores à distância*. Sendo realizada no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Programa Institucional de Iniciação Científica), essa pesquisa volta-se à presença de traços lingüísticos característicos da internet na produção textual do PEC, programa de educação à distância oferecido pela USP para a capacitação de professores.

** Aluno do curso de Letras da FFLCH-USP, pesquisador da FE-USP e membro do GEPPEP (grupo de estudos da mesma instituição).

quilo que se convencionou chamar de “linguagem da internet”,¹ sendo que, hoje, traços desta já podem ser encontrados fora dos monitores – como assinala o trabalho de Batista (2004), direcionado para o uso da linguagem de salas de bate-papo em bilhetes escolares.

O professor de português não deve ignorar a influência que a internet (suas situações de uso da linguagem, possibilidades e limitações) vem exercendo sobre os hábitos lingüísticos do brasileiro, sobretudo em uma parcela da população jovem que tem crescido em meio à tecnologia. Se, antes, a preocupação do docente dirigia-se principalmente à oralidade, visando ao distanciamento entre a produção escrita dos alunos e a fala, agora, os traços lingüísticos que se desenvolvem no meio eletrônico também merecem atenção. A fim de que o aluno possa fazer um emprego apropriado da língua, de acordo com o contexto enfrentado (eletrônico ou não, e, se eletrônico, qual deles), colocá-lo em contato com suas diversas possibilidades é uma trajetória importante. No entanto, para percorrê-la na sala de aula, é fundamental ao professor conhecer o que, de fato, acontece na internet com relação à linguagem, e é nessa direção que se desenvolve este trabalho.

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar usos lingüísticos de diferentes ambientes da internet (como salas de bate-papo – *chats* – e mensagens eletrônicas – e-mails), articulando-os ainda com aspectos próprios do suporte em questão. Diferencia-se de estudos anteriores, primeiro, por apresentar uma perspectiva brasileira da internet – distinta daquela construída por Crystal (2002); segundo, por ser essa perspectiva ampla, não se restringindo a um ou dois ambientes – diferindo, portanto, dos estudos de Batista (2004) e de Hilgert (2000), focados nas salas de bate-papo, e do trabalho de Nader (2001), direcionado aos *chats* e aos programas de conversação; e, por último, porque aborda o suporte em conjunto com os diversos contextos da internet – distanciando-se, então, da análise de Chartier (2000), que se preocupa com o contraste entre o texto impresso e o eletrônico, fixando-se ao suporte.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Foram coletadas amostras de material eletrônico produzido nos seguintes ambientes da internet: salas de bate-papo, e-mails, blogs (diários

¹ Não é objetivo deste trabalho discutir o termo, no entanto, vale a ressalva de que se trata de algo bastante questionável, pois resulta de uma acepção de “linguagem” oriunda do senso comum. Caso sejam admitidos sentidos da Lingüística para a palavra – como o de Saussure (1995) –, mais apropriados para o trabalho científico, sua validade é mínima.

eletrônicos), fotologs – ou fotoblogs – (álbuns eletrônicos de fotos), programa de conversação, comunidade e *sites* de empresas e do governo. Pela dimensão da internet, não foi efetuado nenhum tipo de processo estatístico para a seleção das amostras, tendo sido estas obtidas em ambientes ou pertencentes a grandes provedores brasileiros (como o UOL e o Terra), ou identificados por *sites* de busca (como o Google e o Yahoo!), ou, ainda, naqueles cujo uso é, atualmente, bastante disseminado, inclusive no meio acadêmico (no caso do programa de conversação e da comunidade). A coleta foi realizada em um período de cerca de 3 meses (de outubro a dezembro de 2005), apresentando a tabela a seguir o total de amostras obtidas em cada ambiente, conforme os tipos de unidade adotados.

TABELA 1 - TOTAL DO MATERIAL COLETADO NOS AMBIENTES DA INTERNET, DE ACORDO COM OS TIPOS DE UNIDADE ADOTADOS.

Ambientes	Salas de bate-papo	E-mails	Blogs	Fotologs	Programa de conversação	Comunidade	Sites de empresas e do governo
Tipo de unidade	Acessos a salas	E-mails	Blogs acessados	Fotologs acessados	Diálogos realizados	Páginas de membros acessadas	Sites acessados
Total	10	29	28	19	45	18	11

Todo o material foi armazenado em arquivos do Microsoft Word (extensão.doc), a fim de facilitar o seu manuseio posterior. A tabela seguinte apresenta o total de páginas resultante desse processo, para cada ambiente, sendo possível verificar por meio dela a amplitude aproximada da coleta executada de forma mais concreta.

TABELA 2 - TOTAL DE PÁGINAS COLETADAS (EM FORMATO DO MICROSOFT WORD), POR AMBIENTE.

Ambientes	Salas de bate-papo	E-mails	Blogs	Fotologs	Programa de conversação	Comunidade	Sites de empresas e do governo
Total de páginas	472	12	47	35	232	43	7

Nota-se, claramente, irregularidade no volume das amostras, contudo, isso não foi involuntário. Um ponto importante para esta pesquisa foi o estabelecimento da quantidade de material a ser coletado, a fim de que fosse possível obter uma representação fiel da internet brasileira. Entretanto, como procedimentos estatísticos não puderam ser aplicados com essa finalidade (uma vez que não se pôde mensurar o universo), adotou-se como critério para a limitação da amostra a repetição dos traços já vistos, ou seja, a partir do momento em que novos usos lingüísticos pararam de ser observados, a coleta de dados de determinado ambiente foi interrompida. Em decorrência justamente disso, há ambientes com maior e menor volume de amostra.

Concomitantemente à constituição desse banco de dados e, principalmente, após a sua composição, levou-se a efeito a descrição e a análise dos seus traços lingüísticos. Todavia, em vez de terem sido formulados retratos de cada um dos ambientes pesquisados, optou-se pelo agrupamento dos traços neles previamente identificados em tópicos amplos, sendo estes os seguintes: pontuação; grafia; braquissemia e acrossemia; vocabulário; *emoticons* e *winks*; maior e menor proximidade com a escrita. Procedeu-se dessa forma porque, assim, a análise pôde tornar-se ordenada (não repetitiva também) e o seu foco, delimitado com mais precisão.

Ainda deve-se observar que, no estudo de cada tópico, foram analisadas as amostras dos ambientes com o seguinte critério: no caso de pontos que permitem uma investigação menos profunda do material e se tratando de ambientes cujo total de páginas não ultrapassou 50 unidades, a totalidade da amostra foi investigada; já no caso de tópicos que exigem uma investigação de maior verticalidade (como, por exemplo, “maior e menor proximidade com a escrita”) ou quando os ambientes estudados tinham um total de páginas superior a 50 unidades, apenas uma parcela da amostra foi investigada. Deve-se notar que, nesse último caso, porém, a análise de cada tópico voltou-se a 16,67% (1 sexto) das páginas, para que, ao longo do estudo, todo o material coletado pudesse ser pesquisado.

Além disso, nos tópicos “grafia”, “braquissemia e acrossemia” e “vocabulário”, foi utilizada a ferramenta de verificação ortográfica do Microsoft Word para identificar as ocorrências; já nos demais, nenhum recurso adicional foi empregado. Por fim, em meio a e após todo esse processo, foram efetuadas as articulações com os aspectos referentes ao suporte, contrastando os traços verificados, portanto, também, com características próprias aos computadores (*software* e *hardware*).

RESULTADOS

Os traços identificados nos sete ambientes compõem uma amostra daquilo que se encontra na internet brasileira, com relação aos seus aspectos lingüísticos. A seguir, esses traços são descritos, analisados e articulados com o suporte, sob os tópicos anteriormente estabelecidos: pontuação; grafia; braquissemia e acrossemia; vocabulário; *emoticons* e *winks*; maior e menor proximidade com a escrita.

A) PONTUAÇÃO

Nos sites de empresas e do governo, assim como em parte dos emails e das mensagens da comunidade analisada (conforme o usuário-autor), os sinais de pontuação são empregados de acordo com a gramática normativa. Ou seja, separam orações independentes, períodos, parágrafos, trechos inteiros (no caso do ponto final); separam termos que têm uma mesma função, isolam o vocativo, o aposto, expressões explicativas (vírgula); separam partes distintas de um período que possuem valor e importância equilibrados (ponto-e-vírgula); entre outras funções – das inúmeras apresentadas por Rocha Lima (1974), em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Tratando-se de recurso lingüístico importante, sobretudo por permitirem apresentar ao leitor as idéias de forma organizada – intercalando os diferentes percursos que compõem um raciocínio, demarcando os diversos raciocínios que se tenciona exprimir e reduzindo ou até eliminando a ambigüidade do texto, por exemplo –, os sinais de pontuação não são utilizados, nesses ambientes, de maneira distinta daquela encontrada em textos jornalísticos, ficcionais ou acadêmicos – como este.

Por outro lado, nos ambientes de conversação imediata, isto é, nas salas de bate-papo e no programa de conversação, um uso exíguo desses sinais foi identificado. Em sentenças nas quais caberiam pontos finais, vírgulas e pontos de interrogação, o que se observou foi justamente a sua ausência – dos dois primeiros, em maior proporção; do terceiro, em menor. Um primeiro ponto a ser considerado, aí, é o contexto de uso da língua. Apesar de se tratar de uma situação de comunicação à distância, a interação entre os usuários se concretiza com trocas de turno comumente rápidas e é possível a distinção entre pergunta e afirmação, e entre as diferentes interpretações de uma sentença, por um contexto que, constituído por seqüências de frases registradas na tela do computador, reduz significativamente o número de leituras adequadas àquela situação. À pergunta “Onde você mora?”, por exemplo, uma resposta possível seria “Em Salvador.”; contudo, por já estar presente o pronome interrogativo “onde”, e porque a segunda mensagem dirige-se à questão colocada, o que se vê nas salas de bate-papo e nos programas conversação é: “Onde você mora”; “Em Salvador” – ou, mais comumente, “onde vc mora”; “salvador”. Cabe colocar, entretanto, que a interação desses ambientes não se restringe, evidentemente, à seqüência pergunta–resposta. Há indagações não respondidas; são concebidos encadeamentos de afirmações; são feitas sucessões de perguntas; etc. Em todo caso, as seqüências construídas pelo usuário e seu interlocutor possibilitam uma leitura apropriada àquele contexto, mesmo que não sejam utilizados sinais de pontuação nas frases que as compõem.

Ainda, outros dois pontos que devem ser considerados com relação à ausência desses sinais, nas salas de bate-papo e no programa de conversação, são a economia de movimentos no teclado e a menor reflexão necessária para a formulação de frases, ambos vinculados à questão da velocidade na comunicação – relevante, sobretudo, em uma situação na qual a ausência de rapidez na formulação e envio de mensagens pode provocar a interrupção do diálogo. Primeiro, ao se ignorar os sinais de pontuação, a inserção de ao menos um caractere é dispensada, isto é, aquela correspondente ao ponto final, ao de interrogação etc.; havendo, aí, um aumento na velocidade do envio da mensagem. Esse ganho, a princípio, talvez pareça pouco expressivo; no entanto, ponderando-se a economia de movimentos que se tem ao longo de diálogos eletrônicos de 30 ou 40 minutos, a interação entre os usuários, em decorrência disso, torna-se, de fato, mais veloz. Em segundo lugar, o abandono dos sinais de pontuação permite uma menor reflexão na formulação de frases. Uma vez que questões a respeito do emprego de vírgulas ou do ponto-e-vírgula, por exemplo, não precisam ser resolvidas, diminui-se o número de variáveis a serem ponderadas na sua composição, obtendo-se, com isso, também, um ganho de rapidez – e de espontaneidade até – nessa elaboração.

Além desses aspectos, outro uso lingüístico identificado nesta pesquisa no que se refere aos sinais de pontuação foi a repetição desses sinais. Comum a e-mails, blogs, fotologs, comunidade, salas de bate-papo e programa de conversação, a repetição de sinais apresentou-se como uma forma de se dar ênfase àquilo que foi digitado, seja uma indagação (no caso do ponto de interrogação), seja uma manifestação de alegria, raiva, dor ou uma advertência (ponto de exclamação), seja uma hesitação (reticências). Trata-se de uso relacionado à facilidade de se repetir os caracteres no computador (resultado da ação de se manter pressionadas suas teclas), todavia, não constitui exclusividade da comunicação intermediada por esse meio: a repetição de sinais é comum também a histórias em quadrinhos, por exemplo. Além disso, essa repetição parece conferir um caráter menos formal ao texto, assim como maior pessoalidade, contribuindo, aparentemente, para a aproximação entre o usuário e seus interlocutores.

Observou-se, por último, em todos os ambientes pesquisados (com exceção dos sites de empresas e do governo), o uso recorrente de reticências. Compondo notadamente seqüências de orações ou palavras, mantêm elas as funções apontadas por Rocha Lima (1974), ou seja: indicam interrupções que mostram dúvida ou hesitação; indicam, em uma frase gramaticalmente completa, que o sentido vai além daquilo que foi dito; indicam que o raciocínio tomou um rumo inusitado, compondo o chiste ou a ironia etc. Aparentemente, dão elas ao texto também um caráter de informalidade, e, ainda, a

subjetividade toma corpo em decorrência do seu emprego freqüente. Se muitas são as dúvidas e hesitações; se aquilo que se disse permanece, não obstante, incompleto; o que se quis transmitir, afinal? A Tabela 3 reúne exemplos dos usos lingüísticos referentes à pontuação tratados neste tópico.²

TABELA 3 - USOS LINGÜÍSTICOS IDENTIFICADOS NA PESQUISA COM RELAÇÃO À PONTUAÇÃO.

Uso lingüístico	Ambiente	Exemplo
Pontuação conforme a gramática normativa	Site de empresa (Pão de Açúcar) ³	Nós, do Grupo Pão de Açúcar, trabalhamos incansavelmente para garantir aos nossos clientes a melhor experiência de compra, não só pela melhoria dos serviços prestados, mas também pela contribuição dada pela empresa às questões sociais e ambientais do Brasil.
Ausência de sinais	Sala de bate-papo	(06:37:31) gata manhosha <i>fala para</i> odeio: acho que vc ta na sala errada (06:37:48) odeio <i>fala para</i> gata manhosha: nao estou na certa errada é vc mesma
Repetição de sinais	Comunidade	Karla: irma...please me liga eu preciso falar c vc... bjs e muitas saudades!!!!!!!!!!!!!!
Recorrência das reticências	Blog ⁴	Tô com vontade de escrever hoje, mas tô sem inspiração... Como andam as coisas? Indo... é... eu sou teoria de que enquanto está indo ta bom demais, não pode é parar... risos

B) GRAFIA

Nos *sites* de empresas e do governo e em parte dos e-mails e das mensagens coletadas na comunidade – conforme o usuário –, a grafia segue o padrão introduzido no Brasil, inicialmente, em 1931,⁵ ou seja, é regida pela ortografia. Reduzindo a uma as formas de grafar uma mesma palavra ou expressão, a ortografia confere à língua escrita uniformidade, importante para a distinção, na leitura, de termos homófonos e fundamental para o estabelecimento de parâmetros para o ensino da língua portuguesa; contudo, também instaura nela, pela natureza do termo,⁶ a dicotomia certo e errado, a qual, equivocada, coloca em posição inferior maneiras de grafar que não são, na realidade, “erradas”, apenas diferentes. A sua adoção, nos ambientes citados, possui, sem dúvida, o caráter prático que advém da

² As ocorrências extraídas de salas de bate-papo, e-mails, comunidade e programa de conversação não têm nenhum tipo de referência à fonte, pois não estão à disposição de todos os usuários da internet. Já aquelas extraídas de blogs, fotologs e sites de empresas e do governo têm suas fontes citadas (nestas notas), pois podem ser acessadas por qualquer pessoa. Deve-se observar, porém, que os blogs e fotologs, principalmente, apresentam pouca estabilidade de conteúdo, sendo que não necessariamente os excertos coletados em 2005 encontram-se ainda lá.

³ Extraído de <<http://www.grupopadeacucar.com.br/pactoglobal/>>, entre outubro e dezembro de 2005.

⁴ Extraído de <<http://minhasvidasdemenina.zip.net/>>, entre outubro e dezembro de 2005.

⁵ Por meio de um “[...] Acordo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, com aprovação de ambos os governos” (ROCHA LIMA, 1974, p. 40).

⁶ Ortografia constitui-se de dois termos gregos: *orthós* e *graphia*. Considerando que o primeiro equivale a “direito”, “reto”, “normal”, e o segundo, a “ação de escrever”, “maneira de escrever ou de representar”, o conjunto *orthographia* compõe “maneira de escrever reta ou normal” (FERREIRA, 1999).

uniformização; todavia, vincula-se, ainda – e, talvez, sobretudo –, à imagem que se pretende transmitir aos usuários da internet. A fuga à ortografia sinaliza falta de domínio da variedade padrão ou, ao menos, desconhecimento de quando se deve empregá-la de fato (se tratando de um uso não apropriado ao contexto); e, especialmente, no caso dos *sites* de empresas e do governo, essa sinalização é indesejada, por interferir negativamente na credibilidade dessas instituições.

Paralelamente a isso, em salas de bate-papo, blogs, fotologs, no programa de conversação, nos e-mails e na comunidade – dependendo dos usuários, nesses dois últimos ambientes –, foram encontradas inúmeras ocorrências que destoam desse padrão. Em parte dos casos, trata-se de modos de escrever próprios à leitura que os usuários fazem da grafia da língua portuguesa, de forma geral. Podem ser citados como exemplos “agente” (com o sentido de “a gente”) e “quiz” (como conjugação do verbo “querer”), os quais, apesar de distintos daquilo que prega a ortografia, mantêm coerência com a pronúncia dos termos. Já em outros casos, trata-se de grafias que se relacionam ao suporte em questão. Enquanto falhas de digitação, por exemplo, compõem ocorrências como “mamorada” (provavelmente resultado da proximidade entre as teclas “m” e “n”), a limitação de alguns processadores de texto e/ou a inadequada configuração de teclados – ambas responsáveis, freqüentemente, pela impossibilidade de inserção do “~” e do “^” – dão origem a usos como “aum”, para expressar “ão”, em “entaum” e “naum”, e “h”, para denotar o acento agudo, em “jah”, “eh” e “ateh”. Esses dois últimos usos, particularmente, contribuem para a composição de uma grafia própria às situações de comunicação intermediada pelos computadores – própria, mas que, como apontado por Batista (2004), pode transbordar para outros contextos. Outro traço desse modo de escrever – a princípio, peculiar – seria a permuta de letras que não se relaciona nem com a limitação dos processadores de texto, tampouco com uma inadequada configuração de teclados: as trocas do “qu” e do “c” por “k” e do “u” pelo “w”, encontradas em ocorrências como “malukinha”, “aki”, “akela”, “kade”, “valew” e “mew”. Se, por um lado, há economia de movimentos quando se utiliza o “k” no lugar do “qu”; por outro, ao serem empregados “k” em vez de “c” e “w” no lugar do “u”, não há economia alguma. Então, com relação a essas permutas, não se pode afirmar que sua origem esteja vinculada a um ganho de velocidade ou de praticidade, apenas que se tratam de traço presente na grafia da internet.

Notou-se, além disso, nesses ambientes, uma tentativa de aproximação da língua escrita com a falada. “Isso”, “quero” e “amo” são representados, respectivamente, por “issu”, “queru” e “amu”; já “triste” e “sintindo” são grafados com um “i” no lugar do “e”, isto é, “tristi” e “sintindo”.

Trata-se de exemplos bastante característicos do falar brasileiro (da região sudeste, ao menos), que tende a trocar o “o” pelo “u” e o “e” pelo “i”, principalmente na última vogal das palavras. Aproxima esse emprego a língua escrita da falada, parecendo essas permutas configurarem-se ainda como recurso que visa a tornar o texto mais pessoal, diante de um meio de comunicação cuja natureza é a impessoalidade – em virtude da ausência, sobretudo, de contato físico entre os usuários. Outro uso na grafia que, aparentemente, também exerce essa função é a repetição de letras. Tal como no caso dos sinais de pontuação, esse uso relaciona-se à facilidade de reprodução contínua de um mesmo caractere no computador, afastando a palavra da sobriedade da ortografia e dando ênfase àquilo que foi digitado: “demaissssssssssssssss”, “velhuuuuuuuuuuuuuuu” e “suuuuuuuuuuuuuuuuper” apresentam tom menos sério e maior realce do que “demais”, “velho” e “super”. Mais uma vez, não consiste isso em traço exclusivo da internet, sendo essa repetição encontrada também nas onomatopéias e interjeições presentes em histórias em quadrinhos.

Por fim, observou-se ainda na grafia de salas de bate-papo, blogs, fotologs, e-mails, programa de conversação e comunidade, o emprego de maiúsculas em palavras inteiras, possível ou pelo acionamento da tecla “Caps Lock”, ou pela inserção dos caracteres simultaneamente ao ato de se pressionar a tecla “Shift”. Conferem as maiúsculas, em princípio, destaque a uma palavra ou frase, representando, muitas vezes, a entonação de voz que se teria na fala, de ironia ou indignação, por exemplo, ou, até, um grito. Pode-se afirmar que esse uso visa a uma aproximação da língua escrita com a falada, embora, em alguns casos, digitar com maiúsculas pareça consistir tão-somente no hábito do usuário de inserir os caracteres com a tecla “Caps Lock” acionada. A Tabela 4 apresenta alguns exemplos identificados nesta pesquisa do emprego de maiúsculas e suas funções.

TABELA 4 - EXEMPLOS DO EMPREGO DE MAIÚSCULAS E SUAS FUNÇÕES.

Função das maiúsculas	Ambiente	Exemplo
Ênfase simples a uma palavra	Blog ⁽⁷⁾	Tem acontecido MUITA coisa e eu tenho mudado bastante.
Ironia	Programa de conversação	Paulo diz: nossa, que romântico
		Paulo diz: uau Tatiana diz: ahaha, SUPER! ⁽⁸⁾
Grito	Comunidade	NIVER DA MAICIBS!!! AÊÊÊ!!!

⁷ Extraído de <<http://umamenina.zip.net/>>, entre outubro e dezembro de 2005.

⁸ Para uma melhor compreensão da ironia, nesse exemplo, cabe resgatar brevemente o contexto do diálogo: Tatiana mostra a Paulo (nomes fictícios) uma foto na qual ela aponta, com um dedo, uma lata de lixo e, com outro, uma paisagem urbana. Tatiana justifica-se, dizendo: “pq a cidade era um lixo”. Paulo, então, faz os seguintes comentários: “nossa, que romântico”; “uau”. A este, Tatiana responde, com ironia: “ahaha, SUPER!”.

c) BRAQUISSEMIA E ACROSSEMIA

Na comunicação intermediada pelos computadores, procura-se, muitas vezes, transmitir mensagens com economia de movimentos e mais velocidade. Isso implica não apenas uma menor freqüência dos sinais de pontuação, mas, ainda, um maior emprego dos recursos de simbolização (esta tal qual mera representação) de palavras e expressões, isto é: braquissemia e acrossemia. Braquissemia é “... o emprego de parte de um vocabulário pelo vocábulo inteiro” e apresenta uma subtração que “... pode ser em elementos terminais (**apócope**), iniciais (**aférese**) ou, mais raramente, mediais (**síncope**)” (MONTEIRO, 1987, p. 174). “Vice” para expressar “vice-presidente”, “auto” com o sentido de “automóvel” e “brigado” equivalendo a “obrigado” são exemplos desse recurso (MONTEIRO, 1987). Já a acrossemia é um “... processo que consiste na combinação de sílabas ou fonemas extraídos dos elementos de um nome composto ou de uma expressão”, como “tv” (“televisão”) e “lp” (“*long-playing*” – talvez mais conhecido, no Brasil, como disco de vinil) (MONTEIRO, 1987, p. 175).

Nos ambientes pesquisados, excetuando-se os *sites* de empresas e do governo, foram encontrados, primeiramente, os três tipos de braquissemia assinalados por Monteiro, e mais outros dois, mistos, que combinam síncope e apócope e aférese e apócope. A apócope, recorrente nos dados desta pesquisa, apresentou-se de duas formas: ou pelo emprego de uma só letra representando toda uma palavra (“q” equivalendo a “que”, por exemplo); ou pela substituição de um vocábulo por suas três ou quatro primeiras letras (como “trab”, usado no lugar de “trabalha”). Entre as braquissemias, é ela a que maior economia de movimentos proporciona ao usuário – em sua primeira forma –, e, talvez, isso justifique o fato de ter sido freqüente nos dados coletados. Por outro lado, foram observados pouquíssimos casos de aférese. Estes limitaram-se ao registro de modos específicos do falar de determinadas palavras – a exemplo de “tadinho” (forma comum à fala de “coitadinho”) –, não tendo sido identificadas ocorrências dessa braquissemia que aparentem ter surgido na internet, apenas aquelas que parecem provir da fala. Já a síncope foi a braquissemia que maior incidência apresentou. Tal qual a apócope, proporciona grande economia de movimentos, relacionando-se sua recorrência, também, possivelmente, a esse fato. Foram encontradas ocorrências, talvez, reconhecidas apenas por determinados grupos, como “pw” (síncope de “pow”, variação escrita da interjeição “pô”) e “flw” (síncope de “falow”, variação escrita de “falou”, expressão com o sentido de “até mais”); e, ainda, aquelas que vêm se cristalizando na internet, como “bjos” (síncope de “beijos”) e “abs” (de “abraços”). Além disso, da mesma forma que a síncope, o misto entre síncope e apócope

apresentou grande incidência. Com ocorrências constituídas, em sua maioria, pela junção de duas ou três consoantes de uma palavra (a exemplo de “vc”, “você”), repete-se o que se apontou na abordagem da apócope e da síncope, isto é, a economia de movimentos é um fator relevante se analisada a freqüência desse uso lingüístico. Por último, o segundo tipo misto, entre aférese e apócope, apresentou uma única ocorrência: “níver”. Como os exemplos de aférese, trata-se de um caso comum à fala (de jovens e adolescentes), parecendo a composição das braquissemias na internet se articular, com mais freqüência, sob os tipos quase exclusivos da língua escrita (apócope, síncope e o misto entre síncope e apócope). A Tabela 5 reúne exemplos dos cinco tipos de braquissemia encontrados nesta pesquisa, juntamente com os seus significados (entre parênteses).

TABELA 5 - EXEMPLOS DE OCORRÊNCIAS ENCONTRADAS NA INTERNET DOS DIFERENTES TIPOS DE BRAQUISSEMIA E SEUS SIGNIFICADOS (ENTRE PARÊNTESES).

Braquissemia		Exemplos
Apócope	d (de) q (que) q (qual) m (mulher) h (homem) c (com) t (te) c (você) p (pra) ñ (não) q (quer) m (muito) s (sim) facu/facul (faculdade) trab (trabalho) col (colégio) vet (veterinário)	
Aférese	Dorei (adorei) migona (amigona) tadinho (coitadinho)	
Síncope	Qts (quants) qta (quanta) qdo (quando) tdo (tudo) tds (todos) abs (abraços) rs (risos) mto (muito) gte (gente) qro (quero) bjos (beijos) vms (vamos) gde (grande) Ldna (Londrina) vz (vez) ctza (certeza) flw (“fallow”) vlw (“valew”) bju (“beiju”) bjoks (“beijokas”) ksa (“kasa”) pw (“pow”) mtaum (“muitaum”) pkz (“pakas”)	
Síncope e apócope	gt (gata) vc (você) tb (também) pq (porque) bb (bebê) msg (mensagem) blz (beleza) hj (hoje) adc (adicionar) ng (ninguém) nd (nada) qq (qualquer) qnd (quando) cd (cadê) dst (deste) pls (please)	
Aférese e apócope	Níver (aniversário)	

Quanto à acrossemia, nos ambientes pesquisados, identificou-se apenas uma ocorrência desse recurso: “fds” (“fim-de-semana”). Isso é um contraponto à lógica da economia de movimentos que vem sendo retomada neste trabalho. Se a acrossemia proporciona maior economia do que a braquissemia (por possibilitar eliminar um maior número de caracteres, se aplicada a expressões), por que, então, é menos utilizada que esta? Ainda, opondo-se essa freqüência com aquela que se encontra em alguns ambientes eletrônicos americanos, tem-se um contraste interessante. Em *chats* dos Estados Unidos, por exemplo, há inúmeras acrossemias, como “wb” (“welcome back”, “seja bem-vindo”) e “lol” (“laughing out loud”, “dar gargalhadas”) – outras podem ser encontradas em Crystal (2002) –, muito diferente do que ocorre nas salas de bate-papo brasileiras, nas quais o seu emprego não se mostrou expressivo. Um primeiro apontamento pode ser feito, a partir disso, a respeito da existência de diferenças nos usos lingüísticos na internet entre usuários de países e contextos, culturais e lingüísticos, diversos. Esse ponto exige, todavia, por si só, toda uma pesquisa específica e, portanto, não será aprofundado aqui.

d) VOCABULÁRIO

Os ambientes eletrônicos pesquisados apresentam certa heterogeneidade no que se refere ao vocabulário. Nos *sites* de empresas e do governo, o conjunto de palavras encontrado assemelha-se àqueles de jornais e revistas – talvez pela função informativa que têm –, constituindo um vocabulário não rebuscado, composto por palavras adequadas, na maioria das vezes, a um público amplo. Nos demais ambientes, entretanto, notou-se a projeção para a língua escrita de palavras comuns, sobretudo, à fala, como “mina” (“mulher jovem”), “baranga” (“mulher feia”) e “busão” (“ônibus”). Esse último emprego, por um lado, confere aos textos informalidade; por outro, limita a sua compreensão a determinados grupos (jovens possivelmente).

Além disso, foram encontrados vocábulos criados para nomear coisas e ações da internet, como “e-mail”, “blog”, “fotolog” e “teclar” (“bater-papo na internet, via teclado”); assim como aqueles que, nesse contexto, adquirem um sentido outro, como “conectar” (“conectar-se à internet”), “endereço” (“endereço eletrônico”) e “adicionar” (“adicionar alguém em uma comunidade ou em um programa de conversação”). Observou-se que, desse conjunto, derivam ainda palavras diversas. Se há uma comunidade de nome Orkut, o encontro de seus membros é um “orkontro”; se há uma lista de *sites* favoritos no computador, a ação de se colocar um endereço nessa lista é “favoritar”; de “post” (“correio” ou “pôr no correio”, em inglês), vem “postar” (“deixar uma mensagem eletrônica”); e de blog derivam “blogger” (“aquele que escreve blogs”) e “blogar” (“a ação de se escrever um blog”). Nota-se que o processo de composição desses vocábulos é influenciado pelas línguas portuguesa (em “blogar” e “favoritar”, por exemplo) e inglesa (em “blogger”), com as quais os usuários da internet normalmente interagem.

Por último, foram identificadas realizações de diversas onomatopéias nos ambientes pesquisados (excetuando-se os *sites* de empresas e do governo), as quais reproduzem, principalmente, o riso. “kkkkkk”, “huahuahuaha”, “huhuhuhu”, “heheheh” e “hahahahahaha” são diferentes exemplos coletados nesta pesquisa que correspondem a diferentes tipos de risada. Converge o emprego desse recurso, aparentemente, também, à tentativa de se quebrar a impessoalidade própria ao suporte eletrônico, já apontada em outros usos.

e) EMOTICONS E WINKS

Mesmo os usos adotados com relação aos sinais de pontuação e à grafia e o emprego de onomatopéias e de um conjunto de palavras, muitas

vezes, próprio à fala parecem insuficientes para a expressão na internet. Outros dois recursos encontrados nesta pesquisa que são utilizados na aparente tentativa de se construir maior expressividade – e pessoalidade – nos ambientes eletrônicos são os *emoticons* (ou *smiles*) e os *winks*. Tal como signos, representam, ambos, algo para alguém – Peirce (1977) –, denotando, mais especificamente, emoções ou ações. Os *emoticons* – comuns, sobretudo, às salas de bate-papo e aos programas de conversação – são formados, em sua versão original, pela combinação de caracteres do teclado e, em versões posteriores, por gráficos elaborados por meio de *softwares*. A Tabela 6 contrasta alguns exemplos de ambas as versões.⁹

TABELA 6 - EXEMPLOS DE *EMOTICONS* (VERSÕES COMPOSTAS POR CARACTERES DO TECLADO E EM FORMATO GRÁFICO).

Emoção ou ação	Emoticons (teclado)	Emoticons (gráficos)
Alegria	=D	
Piscar um olho	;)	
Mandar um beijo	=*	

Quando empregado isoladamente, esse recurso pode servir para iniciar uma conversa, encerrar um diálogo ou, ainda, para traduzir a reação do interlocutor perante uma mensagem. Já quando utilizados em conjunto com palavras, os *emoticons* enfatizam o que foi digitado ou, mesmo, complementam aquilo que se quis exprimir. A Tabela seguinte apresenta exemplos com *emoticons* que exercem essas funções.

TABELA 7 - EXEMPLOS DE USOS DOS *EMOTICONS* COM DIFERENTES FUNÇÕES.

Função	Ambiente	Exemplo
Iniciar um diálogo	Sala de bate-papo	(05:38:42) gostozinho /chegol <i>fala para</i> cris: 
Encerrar um diálogo	Sala de bate-papo	(11:33:04) Anne (reservadamente) <i>fala para</i> Todos: 
Ênfase	Comunidade	Bjúxxxx ;****
Complemento	Sala de bate-papo	(05:38:22) sereia <i>fala para</i> Todos: felipe eu tenho 16 

No primeiro e segundo exemplos, os *emoticons* foram utilizados, respectivamente, para dar início a um diálogo e para encerrar a participação em um *chat*. Desprezaram os usuários, em ambos os casos, o uso de palavras, expondo a autonomia que podem ter esses signos em relação ao

⁹ Os emoticons gráficos apresentados neste artigo foram redesenhados com o *software* Corel Draw (em formato .jpg e resolução de 300 dpi), a fim de possibilitar uma impressão de melhor qualidade.

verbo. Já nos outros dois, serviram os *emoticons* para enfatizar o teor da mensagem e para somar sentido àquilo que se formulou com palavras – o *emoticon* de mandar beijos, ao apresentar o mesmo sentido de “Bjuxxxx” (síncope de “beijux”, variedade de “beijos”, com a repetição da última letra); e o de piscar um olho, ao compor uma demonstração de receptividade do usuário com relação ao interlocutor, não expressa por “felipe eu tenho 16”.

Além disso, são freqüentes no programa de conversação os *emoticons* animados e os *winks*. Os primeiros são compostos por duas ou mais imagens seqüenciais, que, diferentemente dos anteriores (estáticos), representam toda uma ação – como, por exemplo, chorar. Já os *winks*, “saudações animadas” (MSN MESSENGER, 2006), fazem uso da tecnologia do *software* de animações Flash (Macromedia), com recursos que possibilitem seqüências mais complexas de quadros. Esse conjunto, assim como os *emoticons* simples, parece se dirigir à tentativa de suprir a ausência da interação face-a-face, própria ao suporte, conferindo à comunicação mais expressão e pessoalidade.

f) MAIOR E MENOR PROXIMIDADE COM A ESCRITA

Até o momento, foram explorados diversos tópicos referentes aos usos lingüísticos identificados na internet; contudo, não se falou ainda em escrita – apenas em língua escrita (em oposição a língua falada). Ora, mas a pontuação, a grafia, as braquissemias, o vocabulário e mesmo os *emoticons* e os *winks* não estão relacionados à escrita que é realizada nos ambientes eletrônicos? Sim. E não. Essa resposta depende, sobretudo, da acepção de escrita que se adota. Caso esta seja admitida como um sistema de comunicação humana que se dá por meio de marcas visíveis convencionais (GELB, 1974) (perspectiva tradicional), praticamente tudo o que foi tratado até aqui se refere à escrita. Contudo, caso se adote uma acepção do termo que envolva as operações que a escrita abrange, a resposta é menos evidente. Neste estudo, especificamente, partiu-se da concepção lacaniana de escrita, isto é, escrita como “... um fazer que dá suporte ao pensamento”¹⁰ (LACAN, 2005, p. 144), admitindo-se ainda que escrita pressupõe um trabalho. Como os trajetos conscientes de raciocínio seguem uma lógica, a princípio, linear (mesmo quando múltipla, é composta por fragmentos lineares), não é possí-

¹⁰ “Une écriture est donc un faire qui donne support à la pensée ...” (LACAN, 2005, p. 144).

vel contrastar dois desses trajetos simultaneamente. Pensa-se X, Y e Z separadamente, e não a um só tempo, sendo limitadas ainda as possibilidades de intercalação desses percursos. Todavia, quando estes são projetados no papel ou computador, é possível reuni-los, organizá-los, conferir a eles unidade e reformulá-los, conforme se opõe aquilo que foi delineado com um raciocínio que se desenvolve e se transforma a partir desse contraste. É na escrita e por meio dela que se constroem trajetórias que, compostas por unidades simples, constituem todos os complexos, apreensíveis pela leitura e reflexão. Escrita, portanto, tal qual admitido aqui, não se configura como a concepção tradicional do termo; exige um trabalho que faz com que um texto escrito se diferencie de um fluxo verbal de palavras anotadas – como aponta Riolfi (2003) –, envolvendo:

Ações para compor uma peça com aparência de ser homogênea, como, por exemplo, inverter suas diversas partes, incluir ou excluir argumentos, traduzir o jargão de uma área em linguagem corrente, trabalhar na materialidade textual para obter maior precisão lingüística e assim por diante (RIOLFI, 2003, p. 48).

A análise do material coletado na internet visou a identificar, por último, a partir dessa acepção e de suas implicações, em quais dos ambientes pesquisados há esse trabalho da escrita e, consequentemente, em quais ambientes a produção se situa mais, ou menos, próxima da concepção de escrita adotada neste estudo.

Verificou-se, primeiro, que, nas salas de bate-papo e no programa de conversação, a produção encontrada aproxima-se muito mais de uma representação da fala. Nesses ambientes, são realizadas formulações rápidas, que descartam as operações apontadas acima, em virtude do próprio contexto de uso da língua, que exige velocidade na elaboração e envio de mensagens para o estabelecimento de diálogos. Essa produção constitui-se predominantemente de seqüências de frases curtas e, uma vez dado o comando de envio de uma mensagem, não é possível alterá-la, não sendo passíveis de realização modificações na grafia, na ordem de apresentação das orações ou nas palavras empregadas, por exemplo. Esta amostra, parte do diálogo entre “Graciosa” e “_*DUD@.vesp.d.natal”, reúne alguns desses aspectos, situando-se distante daquilo que se entende, aqui, por escrita.

Graciosa: affff amigaaaaaaaaaaaaaaaaaaa

Graciosa: kkkkkkkkkkkkkkk

_*DUD@.vesp.d.natal: MIGA.....VC FICOU SABENDO DO ENCONTRO QUE IA TER NE ?

Graciosa: fiquei sim,só que daí fiquei dodoi e sumi

_*DUD@.vesp.d.natal: O ENCONTRO IA SER HJ.....MAIS NAUM VAI TER MAIS.....DEU TUDO ERRADO.....NINGUEM PODE IR.....

Já nos blogs e fotologs, nos e-mails e na comunidade, a produção identificada, em muitos casos, dá indícios da existência do trabalho da escrita, dependendo do usuário-autor. Esses ambientes, diferentemente dos anteriores, não exigem, em princípio, velocidade nem na formulação nem no envio das mensagens, e, portanto, os textos podem ser esculpidos conforme o intuito de quem os produz. O exemplo abaixo apresenta um percurso mais desenvolvido do que os encontrados nos *chats* e no programa de conversação, situando-se mais próximo da acepção de escrita adotada.

Uma vez discuti com uns “letrados” sobre os rumos da nossa língua; inclusive, gostaria de fazer disso uma militância, tanto aqui no blog quanto na vida... Mas, estou repensando os meus conceitos, pois sempre me intrigou esse poema do Manuel Bandeira... Sei lá! Talvez ele estivesse distante da realidade iminente da globalização, que pode extinguir a nossa língua de uma vez por todas, em nome de uma tal “praticidade”...¹¹

Constituído por frases de maior extensão, apresenta um percurso que: (1) situa o leitor na temática – “Uma vez discuti com uns ‘letrados’ os rumos da nossa língua ...”; (2) apresenta a postura do autor a seu respeito – “... inclusive, gostaria de fazer disso uma militância ...”; (3) insere um contraponto ao ponto de vista anterior, assinalando uma mudança de opinião – “Mas, estou repensando os meus conceitos ...”; (4) explica a razão dessa mudança. Trata-se de um texto cuja elaboração envolveu, provavelmente, parte das operações citadas, aproximando-se mais da escrita, tal qual se admitiu aqui.

¹¹ Extraído de <<http://pereiragiovanni.blog.uol.com.br/>>, entre outubro e dezembro de 2005.

Por último, quanto à produção encontrada ao longo desta pesquisa nos *sites* de empresas e do governo, compõem as amostras todos homogêneos, resultado de operações que visam, por exemplo, a uma maior precisão lingüística e unidade. A partir desses todos, pressupõe-se a existência de um trabalho, configurando-se essa produção tal como a acepção de escrita aqui adotada. O excerto abaixo, extraído do site do Governo do Estado de São Paulo, é uma amostra do material coletado nesses ambientes. Apresenta linguagem simples, adequada a um público amplo; mostra cautela do autor com relação à objetividade e clareza; e reúne uma seqüência de idéias que sustentam o posicionamento “Falar do Estado de São Paulo é sempre no superlativo”. Compõe, por fim, homogeneidade e esconde as operações realizadas nessa composição.

Falar do Estado de São Paulo é sempre no superlativo. É o Estado com a maior população, o maior parque industrial, a maior produção econômica, o maior registro de imigrantes e, como também não poderia deixar de ser, com toda a complexidade do Estado mais cosmopolita da América do Sul. Foi construído com o vigor e o duro trabalho de povos de todas as partes do Brasil e do mundo...¹²

DISCUSSÃO

Neste trabalho, conforme o proposto, construiu-se, a partir da amostra de diferentes contextos eletrônicos, uma perspectiva da internet brasileira, envolvendo tanto esses contextos como aspectos do suporte. Não se restringiu este estudo a um ou dois ambientes e, nisso, difere das pesquisas de Hilgert (2000), Nader (2001) e Batista (2004), voltadas para *chats* e programas de conversação.

Destaca-se, neste estudo, a importância do suporte naquilo que se apontou. A ausência dos sinais de pontuação decorre, aparentemente, da necessidade de uma troca de informações veloz, permitida pelos computadores em rede; usos como “entauum” e “ateh” foram originados a partir da limitação de alguns processadores de texto e/ou de uma configuração de teclados incorreta; há a expansão no léxico para suprir a necessidade de se nomear o novo no mundo eletrônico. Observou-se, enfim, que, ao se tra-

¹² Extraído de <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo/>>, entre outubro e dezembro de 2005.

lhar com a interseção linguagem e internet, a relação com os aspectos dos computadores, abrangendo *hardware* e *software*, é fundamental – caso ela não seja explorada, a análise torna-se incompleta.

Por fim, pode-se observar que a relação entre língua escrita e falada na internet não foi explorada da mesma forma que em estudos anteriores. Não se falou em “língua falada-escrita” (NADER, 2001), nem em “texto ‘falado’ por escrito” (HILGERT, 2000); apenas em produções situadas mais ou menos próximas à concepção de escrita adotada e em produções que se configuram mais como uma representação da fala. A razão disso é que não se enxergou nos diálogos dos *chats* e do programa de conversação um tipo distinto de “língua”, nem uma nova forma de “texto”, a ponto de ser necessária a utilização de uma denominação específica. Apresenta a produção da internet, em muitos casos, claramente, particularidades, entretanto, não constitui ela nem uma nova modalidade de “texto”, tampouco de “língua”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição dos usos lingüísticos identificados nos sete ambientes compõe um todo que pode ser contrastado com as produções escritas de estudantes, tornando-se, aí, útil para os professores de português. Como, aos poucos, braquissemias como “vc” e “pq” começam a surgir em redações e exercícios, o docente precisa saber lidar com isso, criando meios para que os alunos desenvolvam a habilidade de empregar adequadamente as diferentes possibilidades da língua nos seus mais diversos contextos. Para fazê-lo, todavia, o professor deve conhecer, ao menos em parte, o que ocorre na internet no que diz respeito à linguagem, e, por isso, a descrição feita ao longo deste artigo torna-se relevante.

Por último, às pesquisas realizadas, este trabalho soma uma perspectiva que, vinculada ao suporte, abrange usos lingüísticos de ambientes variados. Contudo, há, obviamente, muito mais a ser explorado na internet, no que se refere à linguagem. Algumas questões que podem ser desenvolvidas a fundo são: “Por quais processos tem se dado a composição de novas palavras na internet? Derivação? Composição?”; “Existe relação entre as diferenças nos usos lingüísticos dos usuários da internet e suas características (idade, sexo, interação social, traços psicológicos, etc.)?”; “O que está por trás da maior freqüência de acrossemias nos *chats* americanos, em comparação aos brasileiros?”. São estes apenas alguns dos inúmeros percursos possíveis para um campo que, diante da expansão da internet no mundo contemporâneo, precisa ser investigado.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo descrever e analisar usos lingüísticos de diferentes ambientes da internet, articulando-os ainda com aspectos próprios do suporte eletrônico. Para tanto, foram coletadas amostras de salas de bate-papo, blogs, fotologs, e-mails, programa de conversação, comunidade e *sites* de empresas e do governo, e os seus traços lingüísticos foram agrupados nos seguintes tópicos: pontuação; grafia; braquissêmia e acrossemia; vocabulário; *emoticons* e *winks*; maior e menor proximidade com a escrita. Foram identificadas peculiaridades no uso dos sinais de pontuação e na grafia, também uma grande incidência de braquissemias, um vocabulário próprio à internet e, ainda, o uso de *emoticons* e dos *winks*. Além disso, a partir de uma concepção lacaniana de escrita e do pressuposto do trabalho da escrita, foram encontradas produções mais e menos próximas à escrita. Por fim, teve relevância nesse conjunto, sobretudo, o suporte, pois consiste ele em um aspecto fortemente provocador dos usos lingüísticos da internet aqui investigados.

Palavras-chave: *linguagem e internet; usos lingüísticos da internet; ambientes da internet e linguagem.*

ABSTRACT

This work aims to describe and analyze linguistic uses from different environments on the internet. It also relates such use with aspects concerning electronic support. For this, chats, "blogs", "fotologs", e-mails, conversation programs, electronic communities and companies' as well as government sites were investigated. Their linguistic features were assembled in (1) broad topics, such as: punctuation; spelling; shortenings; vocabulary; emoticons and winks, and (2) according to their level of proximity with writing. Peculiarities in punctuation and writing were found. It was also noticed the use of many shortenings, the use of a specific vocabulary from the internet (used to denominate things and actions in+ the electronic world), and a large variety of emoticons. Moreover, texts distinct from writing were found and written texts were identified, according to Lacan's writing conception and to the writing process idea. Lastly, the role of the electronic writing support was found relevant for this support consists in a provocative factor in the internet linguistic features that were investigated.

Key-words: *language and the internet; linguistic uses on the internet; language and environments on the internet.*

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Cassia Panizza. *A influência da linguagem dos Chats em bilhetes trocados por alunas em sala de aula*. São Paulo, 2004. 127 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CHARTIER, Roger. A morte do leitor? Tradução de: Valdir Heitor Barzotto. *Revista Nexos: Estudos em Comunicação e Educação*, São Paulo, n. 6, p. 15-24, jan./jun. 2000.
- CRYSTAL, David. *Language and the internet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128 p.
- GELB, I. J. *A study of writing*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1974. 319 p.
- HILGERT, José Gaston. A construção do texto “falado” por escrito: a conversação na internet. In: PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2000. p. 17-55.
- LACAN, Jacques. *Le Séminaire – livre XXIII. Le sinthome (1975-76)*. Paris: Éditions du Seuil, mars 2005. 249 p.
- MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 2. ed. Fortaleza: EDUFC, 1987.
- MSN MESSENGER – AJUDA. Disponível em: <<http://help.msn.com/>>. Acesso em: 17 mar. 2006.
- NADER, Valéria Holzmann. *A interação virtual em diálogos da internet: novas possibilidades para a análise do discurso*. São Paulo, 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- RIOLFI, Claudia Rosa. Ensinar a escrever: considerações sobre a especificidade do trabalho da escrita. Leitura. Teoria & Prática. *Revista da Associação de Leitura do Brasil*, Campinas, v. 40, p. 47-51, jan./jul. 2003.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. 506 p.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- URBANO, Hudinilson. Uso e abuso da linguagem da internet. *Informe – Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP*, São Paulo, 1999-2001, p. 69-74, 2002. Edição especial.

O QUANTIFICADOR *TUDO* NO PB

The quantifier “tudo” in Brazilian Portuguese

Luisa Godoy*
Márcia Cançado**

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que descrevemos neste artigo teve início na constatação de um interessante fenômeno no português brasileiro (doravante PB) coloquial. Tal fenômeno consiste em um uso peculiar – porém bastante comum na fala informal das pessoas – da palavra *tudo*. Esse uso peculiar de *tudo* se faz presente em sentenças como:

- (1) Os menino *tudo* leram o livro do Harry Potter.

Uma sentença que exemplifica não esse uso peculiar acima, mas o uso, por assim dizer, “tradicional” de *tudo*, que pode ser traduzido pela expressão *todas as coisas*, é (2a) abaixo. Veja que (2b) é uma paráfrase possível para (2a):

- (2) a. Os meninos comeram *tudo* que havia no prato.
b. Os meninos comeram *todas as coisas* que havia no prato.¹

* Mestranda em Estudos Lingüísticos pela UFMG.

** Professora da área de Lingüística da Faculdade de Letras da UFMG. Doutora em Lingüística pela Unicamp e Pós-Doutora pela Rutgers University.

¹ A paráfrase não é perfeita, pois *tudo* não dá visibilidade aos átomos da sua restrição; *tudo* é massivo. Já a expressão *todas as coisas* não é massiva, mas contável, pois cada “coisa” pode ser visualizada. Entretanto, para os fins da distinção entre *tudoI* e *tudoQ*, a paráfrase é um bom teste.

Já para as ocorrências peculiares de *tudo* que nos propomos a investigar neste trabalho, a paráfrase com *todas as coisas* não funciona:

- (3) a. Os menino *tudo* leram o livro do Harry Potter.
 b. * Os menino *todas as coisas* leram o livro do Harry Potter.

A melhor paráfrase para esse uso peculiar da palavra *tudo* parece ser a palavra *todos*:

- (4) a. Os menino *tudo* leram o livro do Harry Potter.
 b. Os meninos *todos* leram o livro do Harry Potter.

Assim, identificamos dois tipos de *tudo*: o *tudo* “tradicional”, que pode ser traduzido pela expressão *todas as coisas* e que chamaremos de agora em diante de *tudoI*, e o *tudo* “peculiar”, típico de um registro bastante informal do PB, que é bem traduzido pela palavra *todos* e que chamaremos de *tudoQ*.

Toda operação de quantificação conta com a presença de um quantificador, uma restrição e um escopo nuclear. *TudoI*, assim como *algum*, é uma expressão complexa, pois abarca numa mesma palavra um quantificador e a restrição da quantificação. *TudoI* e *algum* podem ser parafraseados pelas expressões *todas as coisas* e *alguma pessoa*, respectivamente. *Todas* e *alguma* são quantificadores. *As coisas* e *pessoa* são as restrições de cada uma das operações de quantificação. Por outro lado, *tudoQ* e *todo* não são expressões complexas, mas quantificadores puros, pois não contêm uma restrição inerente. Uma sentença quantificada com *tudoQ* ou *todo* tem de ter explicitada a restrição da quantificação, pois ela não é inerente ao sentido dos quantificadores. Na sentença *Os menino tudo leram o livro do Harry Potter*, temos não o quantificador *tudoI*, que contém uma restrição inerente, mas *tudoQ*, um quantificador puro que necessita de uma restrição explicitada na sentença (*os menino*).

O fenômeno que analisaremos neste trabalho, portanto, é *tudoQ*, que parece ser o resultado da perda da restrição inerente da expressão complexa *tudoI*, tornando-se um quantificador puro, sem restrição inerente. Acreditamos ser esse um fenômeno de variação, que uma mudança no sistema

de quantificadores do PB.² Entretanto, neste trabalho, nos propomos a descrever aspectos mais internos do fenômeno: alguns dos ambientes sintáticos e semânticos nos quais o quantificador *tudoQ* ocorre. Este trabalho é, pois, uma descrição internalista, não variacionista ou pragmática.

Para encerrar esta introdução, vale afirmar que este é um trabalho de objetivos descritivos. Queremos apresentar e descrever os aspectos internos do quantificador *tudoQ* e buscamos também responder à seguinte questão: o quantificador *tudoQ* é apenas uma variação do quantificador *todo* ou é um quantificador diferente de *todo* (por realizar uma operação diferente de quantificação, por ocorrer em ambientes sintáticos e semânticos particulares etc.)?

Na seção 2, apresentamos as diversas ocorrências de *tudoQ* que pudemos coletar para nosso *corpus*. Na seção 3, mostramos a análise que desenvolvemos de aspectos sintáticos e semânticos do quantificador *tudoQ*. Por fim, na seção 4, concluímos mostrando os objetivos atingidos.

2 AS OCORRÊNCIAS DE *TUDOQ*

Os dados de *tudoQ* de que dispomos integram sentenças que foram coletadas espontaneamente no dia-a-dia, na comunicação oral de contextos mais informais do PB. Dispomos, pois, de um *corpus*³ de cerca de setenta sentenças com ocorrências diversas de *tudoQ* e também de uma lista de sentenças construídas a partir da intuição do falante, para compor testes de gramaticalidade e aceitabilidade.

Parece não haver ainda trabalhos de pesquisa de cunho formal que tratem do fenômeno do *tudoQ* no PB. Este é, portanto, um trabalho original. Como todo trabalho que verse sobre um fenômeno ainda não tratado, não dispomos de bibliografia específica sobre o tema. Contudo, na vasta literatura da semântica formal, há inúmeros trabalhos sobre quantificação. Mais especificamente, há alguns trabalhos sobre o PB que discorrem sobre o quantificador *todo*, por nós identificado como a melhor paráfrase para *tudoQ*. A partir do que se diz sobre *todo*, procederemos a uma confrontação dos nossos dados de *tudoQ* com as análises de *todo*, a fim de identificar as semelhanças e diferenças entre os dois quantificadores.

² Apesar de afirmar ser *tudoQ* um fenômeno de variação ou uma mudança em progresso, não estamos dizendo que a emergência de *tudoQ* se dá com o desaparecimento de *tudoI*. As duas formas não estão em concorrência, pois aparecem em contextos bem diferentes; elas de fato co-ocorrem.

³ Esse *corpus* completo se encontra na página: <<http://www.letras.ufmg.br/nupes/teses>>.

Dentre os trabalhos que encontramos, a dissertação de Gomes (2004) oferece uma análise mais aprofundada sobre o quantificador *todo*. Gomes identifica três tipos de ocorrências de *todo*: *todo* mais um nome nu, constituindo sintagmas como *Todo homem*, chamados de TN; *todo* mais um DP singular, constituindo sintagmas como *Todo o homem*, chamados de TDPs; e *todo* mais um DP plural, constituindo sintagmas como *Todos os homens*, chamados de TDPp. Para a autora, não há três quantificadores, mas apenas um, que difere de acordo com o material escolhido para ser sua restrição. Essa diferenciação, entretanto, não interfere no sentido de *todo* nem na operação realizada por ele: “*todo* faz a mesma operação básica de quantificação em qualquer um dos três sintagmas quantificados por ele introduzidos: acumular e distribuir” (GOMES, 2004, p. 24).

2.1 PERDA DA FLEXÃO

Dentre os três tipos de *todo* identificados por Gomes, o que mais se aproxima de *tudoQ* é TDPp. *TudoQ*, assim como *todo* em TDPp, também possui como sua restrição um DP plural. Observemos as sentenças (5a) e (6a), extraídas do nosso *corpus*, e as sentenças (5b) e (6b), correspondentes às paráfrases com TDPp:

- (5) a. Os cara tudo assiste o programa.
- b. Os caras todos assistem o programa.
- (6) a. Ele fala as coisa tudo assim.
- b. Ele fala as coisas todas assim.

Tanto *tudoQ* quanto *todo*, em (5a) e em (5b), respectivamente, atuam sobre um DP plural, *os caras*. Em (6a) e (6b), o DP sobre o qual atuam os quantificadores é também plural, *as coisas*. Contudo, nas versões com *tudoQ*, a marcação do plural no DP se dá somente no determinante (*os cara tudo* e *as coisa tudo*). Esse é um fenômeno já bastante estudado do PB: a queda das marcações de plural. Em contextos orais informais, a marcação do plural em um DP se dá somente sobre o determinante, não sobre nomes e adjetivos. Um DP plural, que em um contexto formal teria todos os seus elementos marcados com a flexão plural, como em *as camisas brancas*, em um contexto oral informal tem apenas o determinante marcado, como em *as camisa branca*. É justamente nesse contexto oral informal que ocorre *tu-*

doQ, sempre quantificando um DP cuja marcação de plural incide somente sobre o determinante.

O mesmo fenômeno da queda das marcações de plural no PB se faz presente no verbo das sentenças em que ocorre *tudoQ*. Várias sentenças do nosso *corpus* apresentam verbos sem flexão de plural, como em (7) e (8) abaixo:

- (7) Os lote tudo era barato.
 (8) Os dente dele caiu tudo.

Os sujeitos das sentenças acima são DPs plurais, apesar de o sujeito apresentar sua marcação de plural somente sobre o determinante. Sendo plural o sujeito, o verbo da sentença também deve ser plural. Entretanto, ocorre em contextos informais do PB que o verbo não concorde com a flexão de plural do sujeito. Em um contexto formal, uma sentença plural necessita que todos os elementos do DP sujeito (determinante, nome, adjetivo e quantificador) sejam flexionados, bem como o verbo da sentença, que precisa concordar em número com o sujeito. Assim é a sentença em (9):

- (9) **As camisas brancas todas sujaram.**

Já nas sentenças de contextos orais informais nas quais ocorre *tudoQ*, apenas o determinante é flexionado dentro do DP sujeito plural e o verbo pode não apresentar a flexão de plural. Atentemos para o que foi dito: o verbo **pode** não flexionar, os elementos do DP plural não flexionam, exceto o determinante, que **sempre** flexiona. Vejamos a sentença em (10), que exemplifica como se dá a marcação de plural numa sentença contendo *tudoQ*:

- (12) **As camisa branca tudo sujou/sujaram.**

2.2 POSIÇÕES SINTÁTICAS DE *TUDOQ*

Uma outra peculiaridade é que *tudoQ* pode ocorrer em sintagmas que ocupam posições diversificadas numa sentença. Observemos ocorrências de *tudoQ* em sintagma ocupando a posição de sujeito de uma sentença:

- (18) As menina tudo usa saia curtinha.
- (19) Os menino corria tudo em volta da casa.

Em sintagma ocupando a posição de objeto de uma sentença:

- (20) Eu fui e fiz as coisa tudo.
- (21) Eu dava os caderno tudo pra professora.
- (22) Não sei como vou deixar meus menino tudo aí.

Em sintagma ocupando a posição de adjunto de uma sentença:

- (23) Vou ter que voltar com as folha tudo para casa.
- (24) Ele sabia sobre as treta tudo.

Em sintagma ocupando a posição de predicativo de uma sentença:

- (25) As mesa lá estava tudo agarrada.
- (26) Meus arquivo estão tudo com ele.
- (27) Falaram que vocês são tudo gente boa.

Dissemos que *tudoQ* ocupa posição de predicativo simplesmente pelo fato de o quantificador se encontrar após o verbo de ligação. Mas há também ocorrências de sentenças predicativas nas quais *tudoQ* está presente no material à esquerda do verbo de ligação, como na sentença (28) abaixo:

- (28) Os caminhão tudo estão no acostamento.

Também nos exemplos (18) e (19) acima, em que *tudoQ* quantifica o sujeito de sentenças com verbos que não os de ligação, o quantificador pode aparecer tanto no DP que antecede o verbo, como na sentença (18), quanto logo após o verbo, como na sentença (19). *TudoQ*, quando quantifica um DP sujeito, pode também ocorrer em outros lugares da sentença (como entre o objeto direto e o adjunto do verbo), e isso se deve a um fenômeno, já

bastante estudado na literatura da Semântica Formal, chamado “flutuação de quantificadores”. Adiante discutiremos mais a fundo esse fenômeno aplicado a *tudoQ*.

Outro tipo comum de ocorrência de *tudoQ* é em sentenças sem verbo, em geral sentenças que constituem respostas de perguntas ou descrições. Observe o seguinte diálogo, do qual algumas dessas sentenças foram a resposta:

- (29) Pergunta: Como é que estava a festa ontem?
 (30) Resposta: Estava péssima: os garçom tudo com cara ruim, as menina tudo feia, os cara tudo dobrado...

Esse tipo de ocorrência de *tudoQ* parece ser uma versão sem verbo da sentença predicativa. Sabe-se que o verbo de ligação é quase vazio de significado, servindo, como seu próprio nome explica, apenas como uma ligação entre um nome e um adjetivo, ou entre dois sintagmas nominais etc. Por isso, supomos que o verbo de ligação pode ser omitido, como nas sentenças descriptivas coloquiais com *tudoQ*,

2.3 SENTENÇAS GENÉRICAS

Há ainda um último tipo de sentença bastante peculiar em que *tudoQ* ocorre. São sentenças genéricas, como em (31), (32) e (33) abaixo:

- (31) Cachorro é tudo bonzinho.
 (32) Coração de mãe é tudo grande.
 (33) Homem é tudo igual.

Essas sentenças se diferem de todas as outras sentenças de nosso *corpus*, pois o *tudoQ* aqui não quantifica um DP plural, mas um nome nu. *Cachorro*, *coração de mãe* e *homem* são nominais nus, ou “bare nominals”. Possíveis paráfrases das sentenças acima mostradas são:

- (34) Todo cachorro é bonzinho.
 (35) Todo coração de mãe é grande.
 (36) Todo homem é igual.

As sentenças de (31) a (33), portanto, retomando a classificação de Gomes (2004), não se assemelham às sentenças contendo *todo* em um sintagma do tipo TDPp (em que *todo* quantifica um DP plural), mas às sentenças contendo *todo* em um sintagma do tipo TN (em que *todo* quantifica um nominal nu). Todas as sentenças de nosso *corpus* que apresentamos anteriormente nesta seção têm como paráphrase sentenças contendo um sintagma do tipo TDPp. As sentenças de (31) a (33), entretanto, são diferentes das demais sentenças com *tudoQ* tanto sintática quanto semanticamente. Temos, portanto, dois tipos de *tudoQ*: um tipo que quantifica um DP plural e tem como paráphrase TDPp, e outro que quantifica um nominal nu e tem como paráphrase TN. Chamaremos o primeiro de “*tudoQ* existencial” e o segundo de “*tudoQ* genérico”. Na seção seguinte, explicaremos o porquê de tal nomeação e forneceremos uma descrição tanto sintática quanto semântica da quantificação realizada pelos dois tipos de *tudoQ*.

3 ANÁLISE DOS DADOS

3.1 ASPECTOS SINTÁTICOS DE *TUDOQ*

Um aspecto sintático de *tudoQ* interessante para se descrever é a flutuação. A flutuação de quantificadores é um fenômeno já bastante estudado na literatura de Semântica Formal. Alguns quantificadores apresentam uma característica peculiar de poderem se movimentar quase livremente pela sentença, ou “flutuar”. O quantificador *todo*, quando opera sobre um DP plural, pode flutuar. Semelhantemente, *tudoQ* existencial também pode flutuar. Observemos abaixo como *tudoQ* pode de fato ocorrer em lugares diversos numa sentença, sempre atuando sobre o DP plural que ocupa a posição de sujeito:⁴

- (44) a. As menina **tudo** foram pro Rio de avião.
- b. As menina foram **tudo** pro Rio de avião.
- c. As menina foram pro Rio **tudo** de avião.

⁴ A flutuação só pode ocorrer quando há quantificação sobre o sintagma que ocupa a posição de sujeito. Se o sintagma quantificado é, por exemplo, o objeto do verbo da sentença, nunca haverá flutuação. Em **Eu comi os bolo imediatamente todos*, temos que o sintagma quantificado é objeto do verbo e o quantificador está após o adjunto da sentença, tornando-a totalmente agramatical.

As paráfrases com *todo* são perfeitas:

- (45) a. As menina **todas** foram pro Rio de avião.
 b. As menina foram **todas** pro Rio de avião.
 c. As menina foram pro Rio **todas** de avião.

Entretanto, há apenas um caso em que *tudoQ* não se comporta como *todo* no quesito flutuação. *TudoQ* nunca pode encabeçar um DP:

- (46) a. Todas as meninas foram pro Rio de avião.
 b. *Tudo as menina foram pro Rio de avião.

Aqui, mais uma vez, aparece a questão do fenômeno de queda das marcações de plural no PB. Como já dissemos, nos registros coloquiais do PB em que ocorre o fenômeno de queda de flexões plurais, geralmente apenas um elemento do sintagma nominal é flexionado. Quando se trata de um DP, é apenas o determinante que indica ser plural o sintagma. O que vale dizer é que o elemento que se encontra mais à esquerda é que carrega a flexão de número. Parece não ser possível o caso de o elemento que traz a flexão se encontrar à direita de um elemento não flexionado. Assim, os sintagmas em (47) são agramaticais:

- (47) a. *A meninas branquela feliz
 b. *A menina branquelas feliz
 c. *A menina branquela felizes

Mas é gramatical o sintagma em (48):

- (48) As menina branquela feliz.

TudoQ é invariável, não sendo possível flexioná-lo nem em gênero nem em número. Por isso, ele não pode ocorrer precedendo o artigo, que é o único elemento do sintagma que carrega a flexão plural. O elemento marcador de plural deve sempre vir à esquerda dos elementos não marcados. Com

todo pertencente a um sintagma TDPp, essa restrição não é um problema, pois todos os elementos do sintagma em que ele participa são flexionados, uma vez que os sintagmas TDPp integram um registro mais alto, em que o fenômeno de queda dos plurais não ocorre. Delineamos, assim, uma diferenciação sintática bastante significativa entre *tudoQ* existencial e *todo* “TDPp”: *tudoQ* existencial nunca pode encabeçar um DP, ao passo que esse é um lugar sintático muito comum para a ocorrência de *todo* “TDPp”.

A seguir, tentaremos descrever a extensão da flutuação do nosso *tudoQ* existencial, mostrando testes sintáticos com verbos de diferentes transitividades e diferentes ocorrências de adjuntos e complementos. Muitas vezes as diferenciações que buscamos se tornam extremamente sutis e não são unâimes entre os falantes. Por isso, deixamos algumas interrogações no ar, lembrando que aqui não nos interessa defender uma proposta teórica específica, mas apenas descrever nosso objeto tanto quanto possível; as questões sem solução engordam a descrição do *tudoQ* como um fenômeno bastante complexo.

Em sentenças com verbos transitivos diretos,⁵ temos que *tudoQ* ocorre sem problemas junto ao DP que ele quantifica:

- (49) a. Os menino **tudo** viram o filme.
- b. Os menino **tudo** comeram o bolo.
- c. Os menino **tudo** escreve email.

Essa posição junto ao DP (sempre como o elemento mais à direita do sintagma) poderia ser considerada como a “posição canônica” do *tudoQ* existencial. Quando *tudoQ* existencial aparece em sintagmas que não ocupam a posição sujeito da sentença, ou seja, quando *tudoQ* existencial não pode flutuar, ele sempre está junto ao DP que quantifica, e sempre é o elemento mais à direita desse DP. As sentenças em (49) explicitam, pois, a posição canônica de *tudoQ*. Ocorrências de *tudoQ* em outras posições da sentença constituirão casos de flutuação.

⁵ Para não entrarmos em questões que fogem aos objetivos do nosso trabalho, usaremos a nomenclatura gramatical tradicional para classificar os verbos. Verbos transitivos diretos serão aqueles que vêm sucedidos de complemento sem preposição. Verbos transitivos indiretos têm como complemento um sintagma preposicionado. Verbos transitivos diretos e indiretos são os tradicionais *dar*, *colocar*, *pôr* etc., cujos complementos são um sintagma não preposicionado e um sintagma preposicionado. Os intransitivos não “pedem” complemento. Ainda, incluímos nessa divisão os verbos de ligação como *ser* e *estar*.

A flutuação de *tudoQ* para a posição entre o verbo transitivo direto e o objeto direto parece constituir uma sentença estranha, talvez não de todo agramatical, mas que requer uma entonação bastante forçada para ser entendida:

- (50) a. ?Os menino viram **tudo** o filme.
- b. ?Os menino comeram **tudo** o bolo.
- c. ?Os menino escreve **tudo** email.

A mesma flutuação em sentenças com o verbo *ter*, porém, não parece criar essa sensação de estranheza. As sentenças em (51) parecem mais aceitáveis que em (50):

- (51) a. Os menino tinham **tudo** carro importado.
- b. Nós temos **tudo** cabelo loiro.

Talvez a diferença entre as sentenças com *ter* e as sentenças com os demais verbos transitivos diretos tenha a ver com a hipótese de *ter* ser um verbo leve (VIOTTI, 2003). Diferentemente de *ver*, *comer* e *escrever*, *ter* parece permitir que o quantificador flutue para a posição entre o verbo e o objeto. Não entraremos a fundo nessa discussão sobre verbos leves, mas vale registrar em nossa descrição a curiosa possibilidade de ocorrência de sentenças como (51).

Já se *tudoQ* flutuar para uma posição após o objeto direto, as sentenças serão definitivamente agramaticais (atenção para o fato de estamos testando a interpretação do quantificador flutuante que opera sempre sobre o sintagma sujeito, não sobre outro sintagma da sentença):

- (52) a. *Os menino viram o filme **tudo**.
- b. *Os menino comeram o bolo **tudo**.
- c. *Os menino escreve email **tudo**.

Curiosamente, porém, *tudoQ* pode ocorrer após o objeto direto dessas mesmas sentenças, contanto que haja um adjunto:

- (53) a. Os menino viram o filme **tudo** no sofá.
 b. Os menino comeram o bolo **tudo** com colherzinha.
 c. Os menino escreve email **tudo** de manhã.

O mesmo observamos com verbos transitivos indiretos: *tudoQ* não pode suceder o objeto indireto, a menos que após *tudoQ* ocorra um adjunto da sentença. As sentenças em (54) são agramaticais, mas se tornam gramaticais em (55), com a ocorrência de adjuntos sentenciais:

- (54) a. *Eles olharam pra lá **tudo**.
 b. *Eles moram em BH **tudo**.
 (55) a. Eles olharam pra lá **tudo** de binóculos.
 b. Eles moram em BH **tudo** com os pais.

Em outro ponto, os verbos transitivos indiretos diferem dos transitivos diretos na questão da flutuação de *tudoQ*. O quantificador pode tranquilamente flutuar para a posição entre o verbo e o objeto indireto, sem que seja necessária uma entonação forçada para tornar a sentença mais aceitável:

- (56) a. Eles olharam **tudo** pras menina. (objeto indireto)
 b. Eles moram **tudo** em BH. (objeto indireto)
 (57) a. ?Eles viram **tudo** as menina. (objeto direto)
 b. ?Eles amam **tudo** BH. (objeto direto)

O objeto preposicionado parece aceitar com facilidade que um elemento (o quantificador) o distancie do verbo, como mostramos nas sentenças em (56). Já o objeto não preposicionado não aceita ou aceita com muita dificuldade a sua separação do verbo por um elemento, como mostramos nas sentenças em (57) e (50) acima.

Vejamos em (58) abaixo sentenças com verbo transitivo direto e indireto contendo o quantificador *tudoQ* na sua posição canônica (sem flutuação):

- (58) a. Os menino **tudo** deram presente pra namorada.
 b. Os menino **tudo** põe gasolina no carro.

Parece ser possível a flutuação do *tudoQ* para a posição entre o verbo e o seu primeiro complemento, o objeto direto. Talvez aqui também seja necessária uma entonação mais forçada:

- (59) a. Os menino deram **tudo** presente pra namorada.
 b. Os menino põe **tudo** gasolina no carro.

Mas é impossível haver flutuação para a posição entre o primeiro e o segundo complementos verbais, entre o objeto direto e o objeto indireto:

- (60) a. *Os menino deram presente **tudo** pra namorada.
 b. *Os menino põe gasolina **tudo** no carro.

Também, como acontece com verbos transitivos diretos e transitivos indiretos, *tudoQ* não pode ocorrer após os objetos do verbo transitivo direto e indireto:

- (61) a. *Os menino deram presente pra namorada **tudo**.
 b. *Os menino põe gasolina no carro **tudo**.

Mais uma vez, adicionando-se um adjunto, as sentenças se tornam gramaticais:

- (62) a. Os menino deram presente pra namorada **tudo** sorrindo.
 b. Os menino põe gasolina no carro **tudo** com pressa.

Em sentenças com verbos intransitivos, a intuição não é certeira, tornando difícil a generalização a respeito da flutuação de *tudoQ*. Veja que as sentenças em (63) são estranhas, ao passo que as sentenças em (64) são

mais aceitáveis (em todas essas sentenças testamos a flutuação do *tudoQ* para a posição após o verbo intransitivo):

- (63) a. ?Os menino correu **tudo**.
- b. ?Os menino cantou **tudo**.
- (64) a. Os menino chegou **tudo**.
- b. Os menino morreu **tudo**.

Uma hipótese que podemos levantar é a de que os verbos em (63) são verdadeiramente intransitivos, mas os verbos em (64) são inacusativos. Na literatura, já foi mostrado que intransitivos e inacusativos têm comportamento semântico e sintático diferentes.⁶ Talvez essa diferença de comportamento faça com que os inacusativos aceitem e os intransitivos não aceitem a flutuação pós-verbal do *tudoQ*.

As sentenças com verbo de ligação aceitam sem problemas que *tudoQ* flutue para a posição entre o verbo e o predicativo. Essa posição é tão gramatical quanto a posição canônica. Compare a gramaticalidade das sentenças em (65), com o quantificador na sua posição canônica, e em (66), com *tudoQ* flutuando:

- (65) a. Os cara **tudo** foram covarde.
- b. Aquelas menina **tudo** andam cansada.
- (66) a. Os cara foram **tudo** covarde.
- b. Aquelas menina andam **tudo** cansada.

Lembramos que só se pode falar em flutuação quando se trata do *tudoQ* que quantifica um DP plural – o *tudoQ* “existencial”. Quando *tudoQ* quantifica um nominal nu – *tudoQ* “genérico” –, não é possível haver flutuação. A mesma análise que faz Gomes (2004) do sintagma TN (*todo* + nominal nu) podemos aplicar ao *tudoQ* genérico. Diz Gomes: “A flutuação de *todo* só pode ocorrer se ele estiver ligado a um DP” (p. 29). Assim, estando ligado a um nome nu, não a um DP, o quantificador não pode flutuar. Ambos os quantificadores *todo* (num sintagma TN) e *tudoQ* genérico estão presos em uma posição específica na sentença. Mas é curioso o fato de *tudo*

⁶ Ver Ciríaco; Cançado (2006) para a discussão sobre a inacusatividade no PB.

estar preso na posição anterior ao nome *nu*, enquanto *tudoQ* genérico está preso na posição pós-verbal:

- (67) a. **Toda** mulher é chorona. / *Mulher é **toda** chorona.⁷
 b. Mulher é **tudo** chorona. / ***Tudo** mulher é chorona.

3.2 ASPECTOS SEMÂNTICOS DE *TUDOQ*

3.2.1 Tipos de predicado

Em sua descrição sobre a distribuição e a denotação de *todo*, Gomes (2004) analisa os tipos de predicado nos quais os três sintagmas contendo *todo* (TDPp, TDPs e TN) ocorrem. A autora encontra uma generalização sobre as diversas possibilidades de predicados para as três ocorrências de *todo*: os predicados que têm como sujeito⁸ sintagmas TDPp, TDPs ou TN são sempre predicados cumulativos. O predicado cumulativo é aquele que pode ser “verdadeiro das partes mínimas do sujeito” (p. 24), que pode “ser distribuído pelos constituintes internos da coletividade denotada pelo sujeito” (p. 25). Assim é que um predicado coletivo não aceita como sujeito um sintagma contendo *todo*:

- (68) *Todos os alunos lotaram um auditório.

O predicado *lotaram o auditório* é coletivo, não cumulativo. Esse predicado diz que o auditório foi lotado pela massa, ou grupo de alunos, não podendo ser verdadeiro de cada parte mínima do conjunto. Não é o fato que cada aluno do grupo de alunos lotou o auditório individualmente. *Todo* exige que o predicado seja distribuído por cada unidade do sujeito. Por isso é que a sentença em (69) abaixo é gramatical:

- (69) Todos os alunos chegaram ao auditório.

⁷ Essa sentença poderia ser considerada gramatical, mas para isso teríamos de interpretar *todo* como um intensificador do adjetivo *chorona*, e não como um quantificador do nome *nu*.

⁸ A autora também analisa ocorrência de sintagmas contendo *todo* em posições de objeto ou adjunto. Aqui, porém, trataremos somente da relação entre *todo* em um sintagma sujeito e seus predicados.

O predicado *chegaram ao auditório* não é coletivo, podendo ser distribuído pelos membros do conjunto denotado pelo sujeito; é um predicado cumulativo. Cada aluno do grupo de alunos chegou ao auditório, individualmente. *Chegaram ao auditório* é um predicado plural atômico e por isso pode ocorrer junto a TDPP. Um predicado plural atômico é cumulativo.

Gomes argumenta, por outro lado, que um predicado como *chegou ao auditório* não é aceito junto a nenhuma das três ocorrências de *todo*. Nem mesmo TN:

- (70) *Todo aluno chegou ao auditório.

Chegou ao auditório não funciona junto a TN, pois não é um predicado verdadeiro das partes mínimas da denotação do sujeito. A denotação de *todo aluno* é o grupo formado por todos os alunos existentes e não existentes, em qualquer ponto no espaço-tempo (veremos mais a fundo a denotação desses sintagmas quantificados no tópico 3.2.2). Assim é a denotação do sintagma TN. Contudo, *chegou ao auditório* seleciona apenas os indivíduos passados do conjunto “alunos”. Esse predicado não é verdadeiro das partes mínimas do sujeito *todo aluno*, pois há indivíduos do conjunto *todo aluno* que pertencem a tempos futuros, presentes e passados, não apenas passados. Para Gomes, *chegou ao auditório* não é, portanto, um predicado cumulativo.

Se, por outro lado, o verbo *chegar* estiver conjugado no presente do indicativo, a sentença não é mais agramatical:

- (71) Todo aluno chega ao auditório.

O presente do indicativo é genérico, podendo ser distribuído pelas partes mínimas da denotação genérica de TN. *Chega ao auditório* vale para qualquer indivíduo de qualquer ponto espaço-temporal do grupo “alunos”. É, portanto, um predicado cumulativo.

Resumindo o que foi dito acima com base no trabalho de Gomes, um sintagma sujeito que contém *todo* só ocorre junto a um predicado cumulativo. Para o sintagma TDPP, essa exigência de cumulatividade é suprida por um predicado plural atômico. Para o sintagma TN, a cumulatividade aparece em um predicado genérico incontável.

TudoQ, em posição de sujeito, mantém sua semelhança com *todo*, também só podendo ocorrer junto a um predicado cumulativo. Assim é que *tudoQ* também não aceita um predicado coletivo:

- (72) *Os aluno tudo lotaram o auditório.

Como *todo* TDPP, *tudoQ* existencial também ocorre com predicados plurais contáveis:

- (73) Os aluno tudo chegaram ao auditório.

Entretanto, à diferença de *todo*, *tudoQ* aceita um predicado contável singular como *chegou ao auditório*, pois, como vimos anteriormente, os verbos de sentenças contendo *tudoQ* existencial podem ou não se encontrar flexionados no plural:

- (74) Os aluno tudo chegou ao auditório.

Apesar de o verbo *chegar* não conter a flexão plural explicitamente marcada em sua morfologia, seu sentido é de plural. Apesar da queda das marcações de plural, vimos que o sentido de plural é preservado em sentenças coloquiais como (74). Assim, o predicado *chegou ao auditório*, em (74), continua sendo um predicado cumulativo. A diferença é que seu sentido de plural não está explicitamente marcado na morfologia do verbo, como está em (73). *Chegou ao auditório* é um predicado singular atômico, mas com sentido plural.

Também há semelhança entre *tudoQ* genérico e *todo* TN quanto à seleção de um tipo de predicado. *TudoQ* genérico também ocorre junto a um tipo de predicado cumulativo chamado genérico. O verbo da sentença contendo *tudoQ* genérico também tem de estar no presente do indicativo. Contudo, parece que *tudoQ* genérico só pode ocorrer em sentenças com verbos de ligação. Veja abaixo como a paráfrase entre TN e *tudoQ* genérico só ocorre em sentenças com verbos de ligação. Vejamos sentenças com TN:

- (75) a. Toda mulher é chorona. (verbo de ligação)
 b. Todo aluno chega tarde. (verbo intransitivo)

Vejamos, agora, as respectivas paráfrases com *tudoQ* genérico:

- (76) a. Mulher é tudo chorona.
 b. *Aluno chega tudo tarde.

Assim, o tipo de predicado junto ao qual *tudoQ* genérico pode ocorrer é bastante específico: deve ser um predicado cumulativo, mais especificamente, um predicado genérico, e mais especificamente ainda, um predicado genérico com verbo de ligação.

Resumindo, um sintagma sujeito contendo *tudoQ*, assim como TDPp e TN, só pode ocorrer junto a predicados cumulativos. Entretanto, há algumas especificidades da cumulatividade exigida por *tudoQ* em relação à cumulatividade exigida por *todo*. Para *tudoQ* existencial, a cumulatividade se faz presente em um predicado plural atômico ou singular atômico com sentido plural (que se insere no fenômeno de queda das marcações de plural no PB). Para *tudoQ* genérico, a cumulatividade deve ser expressa por um predicado genérico com verbo de ligação.

3.2.2 Denotação de *tudoQ*

Também partiremos da análise de Gomes (2004) sobre *todo* para tratar da denotação do nosso *tudoQ*. Gomes explica que *todo*, em qualquer uma de suas aparições – TN, TDPs e TDPp –, é sempre um marcador de grau absoluto da denotação da sua restrição. Assim, num sintagma TN, a função de *todo* é marcar o grau absoluto da denotação do nome nu e, num sintagma TDPp, sua função é de marcar o grau absoluto da denotação do DP plural.

Um nome nu, como *mulher*, denota de maneira massiva os indivíduos que são mulheres em qualquer tempo e em qualquer espaço. Quando *todo* aplica-se a um nome nu, temos que a denotação desse nome nu é elevada ao seu grau máximo, não permitindo exceções. Assim, o sintagma *toda mulher* denota todos os indivíduos que são, foram e serão mulheres, em qualquer ponto espaço-temporal. Por isso, um sintagma do tipo TN não tem pressuposição de existência: sua denotação se amplia desde os indivíduos que existem até os indivíduos que já não existem mais ou que ainda não existiram.

É exatamente essa mesma operação que *tudoQ* realiza sobre um nome nu em sentenças como (76) abaixo:

(76) Mulher é tudo chorona.

TudoQ eleva a denotação do nome nu *mulher* ao seu grau máximo, denotando, sem exceções, todas as mulheres existentes e não existentes. Assim como TN, *tudoQ*, em sentenças como (76), não tem pressuposição de existência. Por essas razões é que TN e *tudoQ* genérico só podem participar de sentenças que tenham predicados genéricos, como vimos em 3.2.1. Qualquer outro tipo de predicado dirá algo sobre o sujeito em algum ponto no tempo, mas o sujeito TN e o sujeito quantificado por *tudoQ* genérico⁹ denotam um grupo de indivíduos presentes em todo e qualquer ponto no tempo.

Já em um sintagma do tipo TDPp, *todo* realiza a marcação de grau absoluto da denotação de um DP plural. Um DP plural é uma descrição definida plural. E toda descrição definida plural, como explica Gomes, tem potencial de referência, ou seja, pode referir-se a certo grupo de indivíduos no mundo. O que dá à denotação do sintagma esse potencial de referência é o determinante. A presença do determinante num sintagma é o que determina a chamada “ancoragem dêitica”, de acordo com Gomes (2004, p. 28), responsável pela pressuposição de existência. Assim, a denotação de um DP plural, como *as mulheres*, é o conjunto dos indivíduos mulheres que existem, existiram ou existirão em algum ponto espaço-temporal. *Todo*, quando aplicado ao DP plural, marca o grau absoluto de sua denotação, não permitindo exceções. Um sintagma TDPp terá sempre pressuposição de existência.¹⁰

TudoQ existencial realiza a mesma operação sobre sua restrição, um DP plural, tendo sempre pressuposição de existência. Em (77) e (78) abaixo, mostramos um artifício que criamos para testar a pressuposição de existência em sentenças contendo *tudoQ*. Partimos da idéia de que, se for verdade que certo grupo de indivíduos não existe, a sentença com pressuposição de existência se tornará contraditória, ao passo que a sentença sem essa pressuposição não será contraditória:

⁹ *Todo* mais o nome nu forma um sintagma, TN. Mas não podemos dizer que haja um sintagma formado pelo nome nu mais o quantificador *tudoQ* genérico, pois estes ocorrem sempre separados pelo verbo de ligação.

¹⁰ Gomes (2004) cita, no entanto, alguns raros exemplos de sentenças contendo TDPp que não apresentam pressuposição de existência, como em *Perante a lei, todos os filhos têm os mesmos direitos, quer sejam ou não legítimos*.

- (77) a. As menina tudo são chorona.
 b. Não existem meninas.
- (78) a. Menina é tudo chorona.
 b. Não existem meninas.

As sentenças (77a) e (77b) são contraditórias, pois denotam duas situações impossíveis de acontecer ao mesmo tempo. Assim, em (77a), o sintagma *as menina tudo* denota um grupo de meninas que se pressupõe existirem, sendo que as situações descritas em (a) e em (b) não podem co-ocorrer. Já em (78), não há contradição, pois (78a) não pressupõe existência, veiculando apenas a seguinte informação: se existirem meninas, elas serão choronas.

Assim, delineamos precisamente a diferença semântica entre as sentenças contendo *tudoQ* existencial e as sentenças contendo *tudoQ* genérico: as primeiras têm importe existencial e as segundas, não. Com essa diferenciação, também explicamos o porquê dos nomes “existencial” e “genérico” para os dois tipos de ocorrência de *tudoQ*: *tudoQ* é existencial quando quantifica um DP plural, pois este veicula pressuposição de existência; *tudoQ* é genérico quando quantifica um nome nu, pois este não veicula pressuposição de existência e ocorre somente em sentenças genéricas. Recorremos, mais uma vez, ao trabalho de Gomes, que associa a TN o operador GEN, que traduz o sentido de genericidade da sentença, e a TDPP, o operador \$, que traduz em forma lógica o importe existencial das sentenças. Da mesma maneira, justificamos os nomes “*tudoQ* genérico” e “*tudoQ* existencial” pela presença dos operadores GEN e \$, respectivamente, nas possíveis formas lógicas de sentenças contendo os quantificadores.

Vale ainda ressaltar que os nomes “existencial” e “genérico” servem para esclarecer o tipo de ocorrência de *tudoQ* de que estamos tratando. Não entendemos, com essa diferente nomeação, propor que existam dois diferentes quantificadores. Assim como Gomes (2004) propõe que há apenas um *tudo*, também acreditamos haver apenas um *tudoQ*. Para Gomes, o que muda nas três ocorrências do *tudo* é apenas o tipo de material presente na restrição da quantificação (ora um nome nu, ora um DP singular, ora um DP plural); *tudo*, no entanto, sempre seleciona cumulatividade, variando apenas o tipo de cumulatividade. Por isso, diz a autora: “Diante dessa constância do quantificador, não há motivação para propor que existam duas ou três diferentes entradas lexicais” (p. 24). O que varia em sentenças contendo *tudoQ* também é apenas o material na restrição da quantificação (ora um nome nu, ora um DP plural). *TudoQ* também realiza uma mesma opera-

ção em suas duas ocorrências. Discutiremos, na próxima seção, que operação é essa realizada por ambos os tipos de ocorrência de *tudoQ*, tentando descobrir se há uma diferenciação entre as operações de *tudoQ* e de *todo*.

3.2.3 Teste do escopo relativo

Mostraremos, nesta seção, um teste que criamos para diferenciar *tudoQ* de *todo*. O que buscamos compreender é se *tudoQ* é apenas uma variação de *todo* ou se podemos considerá-lo um outro quantificador universal do PB, que realizaria uma operação de quantificação diferente da operação realizada por *todo*.

Quando há mais de um sintagma quantificado em uma mesma sentença, é possível que essa sentença seja ambígua. Esse fenômeno é chamado de “escopo relativo”. Negrão (2003) explica que

quando dois sintagmas interagem numa mesma sentença, a interpretação de um pode depender da interpretação do outro, uma decorrência do fato de a interpretação da sentença com sintagmas quantificados depender da atribuição da propriedade expressa pelo predicado da sentença à quantidade de indivíduos por eles denotada.

Um exemplo de interpretação ambígua por causa da presença de dois sintagmas quantificados em uma mesma sentença é (79) abaixo:

(79) Todos os jornalistas entrevistaram uma artista.

Na sentença acima, temos dois sintagmas quantificados: *todo jornalista* e *uma artista*. A interpretação é ambígua: pode-se compreender que cada jornalista entrevistou uma artista ou que uma mesma artista foi entrevistada por todos os jornalistas. Essas duas interpretações possíveis para (79) podem ser traduzidas em duas formas lógicas, as quais expomos em (80) e (81) abaixo:

(80) Interpretação 1: Cada jornalista entrevistou uma artista.
 Forma lógica: $\forall x \exists y ((x \text{ é jornalista} \ \& \ y \text{ é artista}) \rightarrow x \text{ entrevistou } y)$

- (81) Interpretação 2: Uma mesma artista foi entrevistada por todos os jornalistas.
 Forma lógica: $\exists y \forall x ((x \text{ é jornalista} \ \& \ y \text{ é artista}) \rightarrow x \text{ entrevistou } y)$

Temos que, na primeira interpretação, expressa em (80), o operador \forall tem escopo sobre o operador \exists , fazendo com que a leitura seja distributiva, ou seja, os átomos da denotação de \exists são distribuídos entre os átomos da denotação de \forall . Na segunda interpretação, expressa em (81), o escopo é do operador \exists sobre o operador \forall , fazendo com que a leitura não seja distributiva, mas, como afirma Negrão (2003), seja uma “interpretação de pressuposição de existência”.

Esse fenômeno do escopo relativo nos pareceu um teste apropriado para descobrir uma diferença semântica sutil entre os quantificadores *tudoQ* e *todo*. Observemos (82) e (83) abaixo:

- (82) Os meninos todos comeram seis sandubas.
 (83) Os menino tudo comeu/comeram seis sanduba.

A sentença em (82) é ambígua, pois sua interpretação pode ser descrita por duas formas lógicas. Vejamos em (84) e (85) abaixo as duas interpretações possíveis para a sentença ambígua em (82):

- (84) Interpretação 1: Cada menino comeu seis sandubas.
 Forma lógica: $\forall x \exists y ((x \text{ é menino} \ \& \ y \text{ é seis sandubas}) \rightarrow x \text{ comeu } y)$
- (85) Interpretação 2: Seis sandubas foram comidos por todos os meninos.
 Forma lógica: $\exists y \forall x ((x \text{ é menino} \ \& \ y \text{ é seis sandubas}) \rightarrow x \text{ comeu } y)$

As paráfrases entre (82) e (83), entretanto, não são perfeitas, pois, se a sentença (82) é bastante ambígua, (83) parece ter uma leitura preferencial. A sentença contendo dois sintagmas quantificados, sendo um deles quantificado por *tudoQ*, tem a “interpretação de pressuposição de existência” emergindo antes da interpretação distributiva. A leitura de (83) parece

ser apenas uma: a leitura em que seis sandubas são comidos por todo o grupo de meninos, cuja forma lógica é como em (85), na qual o operador existencial tem escopo amplo sobre o operador universal.

Assim, temos que, enquanto *todo* pode tanto **distribuir** quanto **agrupar** os elementos denotados por sua restrição, *tudoQ* parece ter sempre a mesma função lógica de **agrupar** os átomos denotados pela restrição.¹¹

4 CONCLUSÃO

Este artigo fez uma descrição sobre os aspectos internos do quantificador *tudoQ*. Inicialmente, mostramos que *tudoQ* difere da acepção tradicional da palavra *tudo*. Indicamos a palavra *todo* como a melhor paráfrase para *tudoQ*. A partir dessa constatação e da percepção de que *tudoQ* parece ocorrer em contextos mais coloquiais, formulamos a pergunta que norteou nosso trabalho: seria *tudoQ* apenas uma variação diafásica do quantificador *todo* ou um outro quantificador do PB?

Apresentamos os dados que coletamos, a fim de mostrar as diversas ocorrências de *tudoQ* e a identificação dos dois grandes tipos de sentenças contendo o quantificador: as sentenças em que *tudoQ* opera sobre um DP plural e as sentenças em que ele opera sobre um nome nu. Partimos, afinal, para o núcleo de nosso trabalho: as descrições sintática e semântica. Selecionamos alguns aspectos da sintaxe e da semântica do quantificador *tudoQ*, nas suas ocorrências “existencial” e “genérico”, que nos pareceram mais relevantes e interessantes para nossa descrição: flutuação de quantificadores, na descrição sintática; tipos de predicado e denotação, na descrição semântica. Com isso, pensamos ter cumprido o objetivo de descrever, sob um ponto de vista formal, a relação de *tudoQ* com o sistema do PB.

Quanto ao objetivo de descobrir se *tudoQ* é variação de *todo* ou um quantificador diferente, também acreditamos ter chegado a uma conclusão. A paráfrase com *todo* é quase sempre possível; entretanto, vimos que

¹¹ Para o teste do escopo relativo, comparamos *tudoQ* existencial a *todo* em sintagma do tipo TDPP, percebendo a sutil diferença semântica entre esses quantificadores. Vale dizer que *tudoQ* genérico e *todo* em sintagma do tipo TN também mantêm essa diferença semântica. Entretanto, não dispomos de um mecanismo objetivo como o teste do escopo relativo para comprová-la. Mas observemos, nos exemplos abaixo, como a sentença contendo *tudoQ* genérico parece apenas agrupar os átomos da restrição, tornando-a massiva, enquanto a sentença com *todo* TN parece distribuir, tornando os átomos visíveis:

- a. Menino é tudo chorão.
- b. Todo menino é chorão.

tudoQ difere de *todo* em alguns pontos. Sintaticamente, *tudoQ* difere de *todo* nos seguintes aspectos: *tudoQ* existencial, ao contrário de *todo* TDPp, nunca pode encabeçar o sintagma, apesar de poder sofrer flutuação; *tudoQ* genérico, assim como *todo* TN, é fixo em uma posição da sentença, mas a posição ocupada por *tudoQ* é após o verbo de ligação, enquanto a posição ocupada por *todo* é à esquerda do nome nu. Semanticamente, as denotações dos sintagmas quantificados por *tudoQ* existencial e *tudoQ* genérico são semelhantes, respectivamente, às denotações dos sintagmas TDPp e TN, mas os tipos de predicado diferem um pouco: *tudoQ* existencial pode ocorrer com predicados singulares (graças ao fenômeno da queda das marcações de plural no PB) e *todo* TDPp não pode; *tudoQ* genérico só ocorre com predicados contendo verbo de ligação e *todo* TN ocorre com todo tipo de verbo. Na tentativa de determinar uma diferença semântica definitiva entre *tudoQ* e *todo*, elaboramos o teste do escopo relativo. Com o teste, pudemos testar a diferença de **sentido** entre os dois quantificadores. Embora sutil, é possível enxergar a diferença: *tudoQ* agrupa os átomos da sua denotação, enquanto *todo* pode tanto agrupar quanto distribuir. Com isso, temos uma importante questão: uma mesma forma lógica simbólica é capaz de descrever as nuances de sentido das sentenças de uma língua natural? Temos que tanto *todo* quanto *tudoQ* são quantificadores universais do PB, e podem ambos ser expressos pelo símbolo lógico \forall . Entretanto, os testes que aplicamos mostraram que há entre os dois quantificadores diferenciações e nuances sutis que não são captadas pela forma lógica.

Assim, por apresentar características tanto sintáticas quanto semânticas que o diferem de *todo*, propomos que o quantificador *tudoQ* é um outro quantificador do PB, não apenas uma variante de *todo*. Com este trabalho, esperamos ter apresentado uma primeira descrição deste quantificador ainda carente de estudos no PB.

RESUMO

O presente artigo trata da palavra *tudo* como quantificador no PB. Inicialmente uma expressão complexa, “tudo” comprehende em seu significado lógico um quantificador universal e uma restrição, podendo ser parafraseado com a expressão “todas as coisas”. Entretanto, dados do português brasileiro coloquial revelam um fenômeno interessante: “tudo” sendo usado como um quantificador universal puro, sem restrição inerente. É o caso da sentença “Eu comi os bolo tudo”, que não pode ser parafraseada com “*Eu comi os bolos todas as coisas”, mas sim com “Eu comi os bolos todos”. Chamamos esse fenômeno de “*tudoQ*” e o individuamos como nosso objeto de estudo (ao

tudo “tradicional”, que contém uma restrição inerente, chamamos de “tudoI”). Este artigo relata a descrição que realizamos de aspectos sintáticos e semânticos do quantificador tudoQ.

ABSTRACT

This article examines the word ‘*tudo*’ as a quantifier in Brazilian Portuguese. ‘*Tudo*’ is a complex expression, for it realizes a universal quantifier in its logical meaning, and its restriction. A possible paraphrase for ‘*tudo*’ is the expression ‘*todas as coisas*’. However, we have found an interesting phenomenon in BP: the word ‘*tudo*’ being used as a pure universal quantifier, without an inherent restriction. An example of this kind of occurrence is the sentence ‘*Eu comi os bolo tudo*’, which cannot be paraphrased by ‘**Eu comi os bolos todas as coisas*’, but it can be paraphrased by ‘*Eu comi os bolos todos*’. We identify this phenomenon as “*tudoQ*” and it is the subject of our study (we call “*tudoI*” the established sense of *tudo*, which has an inherent restriction). This article provides a description of syntactic and semantic aspects of the quantifier *tudoQ*.

REFERÊNCIAS

- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Campinas: Unicamp, 2003.
- CIRÍACO, Larissa; CANÇADO, Márcia. Inacusatividade e inergatividade no PB. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 46, n. 2, p. 207-225, jul./dez. 2004. No prelo.
- GOMES, Ana Paula Quadros. “*Todo*”, “*Cada*” e “*Qualquer*”: exigências sobre a denotação nominal e a verbal. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do. Preenchedores aspectuais e o fenômeno da flutuação de quantificadores. In: CASTILHO, Ataliba T. de. *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1996. v. 4.
- MÜLLER, Ana Lúcia. A semântica do sintagma nominal. In: _____ et al. (Orgs.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: _____ et al. (Orgs.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati. Forma lógica e quantificação. In: MÜLLER, Ana Lúcia. et al. (Orgs.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Semântica formal*: uma breve introdução. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

_____. O menino tá todo triste: uma reflexão sobre a quantificação universal no PB. *Revista Letras*, n. 61, p. 191-210, 2003.

VIOTTI, Evani. A composicionalidade nas sentenças com o verbo *ter*. In: MÜLLER, Ana Lúcia. et al. (Orgs.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003.

LA PRESENTACIÓN DEL COMENTARIO SEMÁNTICO EN LOS DICCIONARIOS ESCOLARES

*The presentation of semantic
definitions in school dictionaries*

Virgínia Sita Farias*

1 INTRODUCCIÓN

En el mercado editorial de obras lexicográficas, se encuentra un tipo de diccionario que, normalmente, suele estar destinado a los escolares: el llamado diccionario escolar. Sin embargo, casi no se han hecho estudios sobre este tipo específico de obra,¹ así que hasta el momento no se ha definido con exactitud qué es el diccionario escolar.

* Aluna do Instituto de Letras da UFRGS, habilitação Licenciatura Português-Espanhol, bolsista voluntária do projeto de pesquisa Dicionário de Falsos Amigos Espanhol/Português, sob orientação do professor Dr. Félix Buguño Miranda.

¹ Para poner un ejemplo, el *Diccionario Escolar Salamanca* (DESAL (2004)), según sus redactores (Cfr. Presentación de esta obra disponible en www3.usal.es/~cilus/DiccioEsc.htm), está concebido para alumnos de la educación secundaria obligatoria, o sea, estudiantes entre 12 y 16 años de edad, de manera que su propuesta es auxiliar no sólo en el proceso de desarrollo lingüístico en este período, sino también contribuir al aprendizaje de los contenidos de diversas materias que los estudiantes están obligados a cursar; así que se optó, por ejemplo, en el plano macroestructural, por la inclusión de diversos tecnicismos. Además, se hizo un intento por mejorar la calidad de las definiciones y ejemplos ofrecidos en los diccionarios escolares. Así, los redactores señalan, por ejemplo, que infringieron la doctrina lexicográfica, ofreciendo informaciones enciclopédicas, en algunos casos, para mejor comprensión de los significados. Sin embargo, es posible encontrar definiciones como la de *bacalao*: "Pez marino óseo, que mide entre 50 y 180 centímetros de longitud y puede pesar hasta 40 Kilogramos. Es de color pardo amarillento, verdoso, grisáceo o rojizo. Tiene tres aletas dorsales y dos anales, y unas barbas en la mandíbula inferior. Vive hasta los 600 metros de profundidad en el Atlántico norte. Su carne es muy apreciada y se puede consumir tanto fresco como seco" (DESAL (2004), s.v. *bacalao*). Claro está que las informaciones enciclopédicas son útiles para que el lector entienda el significado de algunas palabras, pero, si nos fijamos bien en la definición de *bacalao* propuesta por el DESAL (2004), vamos a ver que algunas de las informaciones enciclopédicas ofrecidas no tienen ninguna utilidad para el estudiante que busque el significado de esta palabra.

Un diccionario destinado a estudiantes que tienen que ser a la vez receptores y productores lingüísticos debería estar pensado para cumplir bien con estas dos funciones. Sin embargo, un análisis de algunas de estas obras nos permitió constatar una serie de fallas que no dejan que el diccionario cumpla satisfactoriamente con su tarea de auxiliar en la comprensión y producción lingüística de los estudiantes. Esto se debe al hecho de que, generalmente, no se define un perfil del usuario del diccionario en el momento de empezar a concebir una obra lexicográfica.

El objetivo de este trabajo es, mediante la definición de un perfil de usuario del diccionario escolar, analizar específicamente el comentario semántico de algunos diccionarios brasileños que suelen utilizarse en el ámbito escolar (a saber, el *Melhoramentos minidicionário escolar da língua portuguesa* (2000), el *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2004), el *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa* (2005) y el *Minidicionário da língua portuguesa Ruth Rocha* (2005), de ahora en adelante, MiMe (2000), MiHou (2004), MiAu (2005) y MiRR (2005), respectivamente), y, además, tratar de presentar soluciones para la reformulación de las definiciones de los artículos léxicos revisados.

2 DEFINICIÓN DEL PERFIL DEL USUARIO DEL DICCIONARIO ESCOLAR

De acuerdo con Farias (2004; 2005), hemos establecido dos parámetros fundamentales para la elaboración del perfil del usuario: a) el nivel escolar al cual está dirigida la obra, y b) las habilidades lingüísticas que los estudiantes deben desarrollar en este período.

En este trabajo nos ocuparemos de la enseñanza básica, así que el diccionario escolar de que vamos a tratar está destinado a estudiantes entre el quinto y el octavo año de la enseñanza fundamental.²

Se puede citar aún el *Diccionario del Estudiante de la Real Academia Española* (DERAE, 2005) que, como el DESAL (2004), está dirigido a estudiantes de la educación secundaria. También en la presentación de este diccionario (disponible en www.rae.es) se menciona algunas veces que se pretende atender a las necesidades de los estudiantes y a las exigencias de los planes de enseñanza. Sin embargo, pasa lo mismo con ambos diccionarios: aunque las obras están destinadas a un público determinado, no siempre, como hemos visto, las informaciones presentes en los artículos léxicos corresponden fielmente a lo que se esperaría encontrar en una obra con el perfil propuesto, de manera que todavía queda mucho que hacer en este ámbito de la lexicografía.

² Para los estudiantes entre el primero y el cuarto año de la enseñanza fundamental habría que proponer un tipo de obra distinta de la que vamos a tratar en este trabajo, puesto que los estudiantes de estos niveles más elementales todavía están en el período de alfabetización y reconocimiento del código escrito, siendo casi exclusivamente receptores lingüísticos.

Habiendo definido el nivel escolar a que se destina la obra, pasamos a la determinación de las habilidades lingüísticas³ que los estudiantes tendrán que desarrollar en esta etapa. Tomaremos como referencia para la definición de estas habilidades los *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) para la enseñanza de la Lengua Portuguesa.⁴ A continuación listamos algunas habilidades que los estudiantes deben desarrollar:

- comprender textos orales y escritos;
- producir textos escritos con cohesión y coherencia;
- utilizar la ortografía convencional de la lengua portuguesa (aunque con fallas), demostrando conocimiento acerca de las regularidades ortográficas y de las irregularidades más frecuentes;
- emplear con adecuación los tiempos verbales;
- emplear las concordancias nominales necesarias en las oraciones;
- expandir el léxico: darse cuenta que conocer una palabra no es sólo conocer su significado, sino también saber *cómo utilizarla* (construcción sintáctica) y *cuándo usarla* (funciones pragmáticas);
- escoger las palabras más apropiadas dependiendo de lo que se quiere expresar, observando las relaciones de sinonimia/antónima, hiperonimia/hiponimia.

Con las habilidades lingüísticas establecidas, pasamos al análisis de los diccionarios escolares seleccionados.

3 LA MICROESTRUCTURA DEL DICCIONARIO ESCOLAR

Haensch (1982, p. 461-463), Hartmann (2001, p. 64-65) y Landau (2001, p. 99) se ponen de acuerdo respecto a la definición de microestructu-

³ Según Richards (1999, s.v. *language skills*), las habilidades lingüísticas son cuatro: escuchar, leer, hablar y escribir, de las cuales, las dos primeras son consideradas pasivas (*receptive skills*) y las otras dos son activas (*productive skills*).

⁴ En Hartmann (2001, p. 80-83) se menciona la posibilidad de utilizar encuestas como método para conocerse las necesidades de los usuarios. Sin embargo, nosotros todavía no disponemos de instrumentos que nos ayuden a construir el perfil del usuario de manera empírica, de modo que el modelo que vamos a proponer es ideal, puesto que no vamos a considerar la heterogeneidad de los alumnos, ni tampoco la no correspondencia, muchas veces, de lo que se prescribe en los PCN (1997) y la realidad de las escuelas.

ra. Así, en términos bien simples, se puede decir que la microestructura es el conjunto ordenado de las informaciones dentro del artículo léxico.

Además, se enfatiza que las informaciones contenidas en la microestructura son de naturaleza distinta: por una parte, tenemos las informaciones sobre la categoría gramatical, la pronunciación, la etimología, etc., y, por otra parte, tenemos la información sobre la significación de la palabra. Por esto es que se propone la división de la microestructura, según, Hartmann (2001, p. 65) y Bugueño (2004a), en dos segmentos funcionales: el comentario de forma y el comentario semántico. De esta manera, el comentario de forma nos va a ofrecer las informaciones sobre la “forma” de la palabra, mientras que en el comentario semántico encontramos la información sobre su significado. Aquí trataremos exclusivamente, como ya hemos dicho, del comentario semántico.

3.1 PRESENTACIÓN DEL COMENTARIO SEMÁNTICO EN LOS DICCIONARIOS ESCOLARES

En un diccionario de orientación semasiológica, como es el caso del diccionario escolar, se espera que el comentario semántico esté constituido por una definición para el signo-lemma.⁵ Sin embargo, no siempre es lo que ocurre en las obras analizadas: como se verá a continuación, no hay un rigor en la presentación de las informaciones en el comentario semántico, así que se ofrecen alternativamente definiciones y sinónimos en este segmento de la microestructura.

Aquí ofrecemos un esquema bastante simplificado de la presentación del comentario semántico en los diccionarios analizados:⁶

I. Una paráfrasis definitoria:

barbeiro “(...) Indivíduo que, por ofício, barbeia e corta cabelo.” (MiMe, 2000, s.v. ac. 1)

⁵ Los diccionarios de sinónimos/antónimos, igual que los diccionarios bilingües, pueden ser considerados como onomasiológicos si se tiene en cuenta que el semema es un *tertium comparationis* implícito que permite ofrecer una designación del otro lado de la ecuación (cfr. Hartmann, James (2001, s.v. *onomasiological dictionary*)). De esta manera, en un diccionario de sinónimos, por ejemplo, el comentario semántico está constituido por un conjunto de sinónimos para cada acepción del signo-lemma; en un diccionario bilingüe, a su vez, se ofrecen equivalentes en la lengua de destino para las diferentes acepciones del signo-lemma.

⁶ En el MiAu (2005), además de estas tres presentaciones, hay casos en que solamente se hace una remisión a otro artículo léxico. Es posible encontrar varios tipos de remisión en este diccionario, sin que quede muy clara la diferencia entre ellos, ya que en realidad cumplen con la misma función (ej.: “Semelhança (2)” (MiAu (2005, s.v. *analogía*, ac. 2)), “V. amargo” (MiAu (2005, s.v. *amaro*)), “V. campo (5)” (MiAu (2005, s.v. *âmbito*, ac. 2))). El MiHou (2004) también utiliza las remisiones, pero de una manera mucho más sistemática, reservando esta solución solamente para los casos en que hay una doble grafía para el signo-lemma (ej.: “#ASSOBIO” (MiHou (2004, s.v. *assovio*)) / cfr. “Som ger. agudo que se produz expirando o ar pelos lábios comprimidos” (MiHou (2004, s.v. *assobio ou assovio*))).

balaio “(...) Cesto grande para guardar ou transportar objetos.” (MiHou (2004, s.v.))

barafunda “(...) Mistura desordenada de pessoas ou coisas.” (MiAu (2005, s.v. ac. 1))

baque “(...) Barulho produzido pela queda de um corpo.” (MiRR (2005, s.v. ac. 1))

II. Uno o más sinónimos:

baboseira “(...) Bobagem, tolice, asneira.” (MiMe (2000, s.v. ac. 2))

baque “(...) Queda.” (MiHou (2004, s.v. ac. 2))

baluarte “(...) Bastião.” (MiAu (2005, s.v. ac. 1))

banalidade “(...) Vulgaridade.” (MiRR (2005, s.v. ac. 2))

III. Una paráfrasis definitoria + uno o más sinónimos:

bravo “(...) Que não teme o perigo; valente, corajoso.” (MiMe (2000, s.v.))

batalha “(...) Confronto armado entre forças rivais; combate.” (MiHou (2004, s.v. ac. 1))

bailarino “(...) Aquele que baila por profissão; dançarino.” (MiAu (2005, s.v.))

bastão “(...) Espécie de bengala comprida; bordão.” (MiRR (2005, s.v. ac. 1))

Como ya hemos dicho, el diccionario escolar de que estamos tratando está destinado a los estudiantes entre el quinto y el octavo año de la enseñanza fundamental. Este alumno debe ser receptor y productor lingüístico, de manera que el diccionario deberá poder auxiliar al estudiante en las tareas de decodificación y codificación lingüística de igual manera. Sin embargo, el comentario semántico de estas obras analizadas, de la manera como se estructura, no puede servir para cumplir a la vez con estas dos tareas, ya que, algunas veces ofrece solamente definiciones, y otras veces, solamente sinónimos. Así, hace falta establecer un programa constante de informaciones⁷ para el comentario semántico de los diccionarios escolares que considere los dos aspectos: la decodificación y la codificación lingüística.

Nuestra propuesta, pues, es la división del comentario semántico en dos partes: la primera, de orientación semasiológica, pensada para la tarea de decodificación, deberá traer definiciones, y la segunda, de orientación onomasiológica, pensada para la tarea de codificación, deberá traer sinónimos del signo-lemma. De esta manera, el diccionario siempre deberá ofrecer definiciones para todas las significaciones del signo-lemma, además de una pequeña lista de sinónimos para las palabras que los poseen.

⁷ Programa constante de informaciones (o programa lexicográfico fijo) es el conjunto de informaciones que el artículo léxico debe poseer, de manera que la ausencia de una determinada información que normalmente debería estar presente en el artículo tiene un valor funcional (Cfr. WIEGAND, 1989, apud BUGUEÑO, 2004, p. 179, disponible en <http://calvados.c3sl.ufpr.br/letras/>).

Aparte del problema de no haberse establecido un programa constante de informaciones para este segmento de la microestructura, está el problema de que no siempre las definiciones y sinónimos propuestos en estos diccionarios son de mucha utilidad para los estudiantes. Partiendo, pues, del análisis de las definiciones y sinónimos propuestos en las obras analizadas, intentamos establecer algunos parámetros para la redacción de las definiciones y la elección de los sinónimos en el diccionario escolar, como veremos a continuación.

3.1.1 Las definiciones

Haensch (1982, p. 503) afirma que “la mejor definición es la más fácilmente inteligible y la que da más instrucciones al usuario” así que “será preferible evitar en las definiciones términos técnicos muy específicos (que obliguen al usuario a consultas suplementarias)” (HAENSCH, 1982, p. 503). También está de acuerdo con Haensch (1982) Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*) al decir que una definición debe ser “clara, precisa, sencilla, y al propio tiempo exacta, concisa, correcta”. Este segundo autor propone aún tres cualidades que las definiciones deben tener para que resulten aceptables: a) la concisión (presentar las informaciones esenciales en una sola oración); b) la compleción (la paráfrasis definitoria debe corresponder rigurosamente a la unidad léxica que se define), y c) la circularidad (la paráfrasis definitoria debe poder sustituir al término definido sin que se produzcan cambios de significación) (Cfr. Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*)).

Para lograr definiciones claras, sencillas y precisas, además de observar los parámetros propuestos por Beneduzi (2004a; 2004b)⁸ para la generación de definiciones de sustantivos que respeten a los criterios propuestos por Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*), hemos propuesto que todas las informaciones contenidas en las paráfrasis definitorias deben ser *discretas* (o sea, relevantes) y *discriminantes* (que permitan una rápida inferencia del lector).⁹ De esta manera, respecto a las definiciones de

⁸ Además de los criterios para obtenerse las tres cualidades en la redacción de las definiciones de los sustantivos, Beneduzi (2004a; 2004b) evalua también la calidad de las informaciones enciclopédicas presentes en las definiciones de los diccionarios de lengua portuguesa y española analizados, concluyendo que, en gran parte de los casos, estas informaciones no contribuyen a la comprensión del significado de la palabra (Cfr. Beneduzi (2004a; 2004b)). En el próximo apartado, presentaremos un análisis de estas informaciones en las definiciones de los diccionarios escolares.

⁹ Para poner um exemplo, el hiperónimo “infrutescência” utilizado en la definición de *figo* por el MiHou (2004, s.v. *figo*), aunque es una información discreta, o sea, relevante para definir desde el punto de vista técnico el fruto en cuestión, no es una información discriminante, pues no permite una rápida inferencia del lector de este tipo de diccionario, que probablemente no va a conocer esta nomenclatura.

los sustantivos (que son las que nos van a interesar en este trabajo), tanto la elección del hiperónimo, como la elección de los especificadores que van a formar parte de las paráfrasis, debe tener en cuenta estos dos principios, a fin de que las definiciones sean inteligibles y accesibles a los estudiantes.

3.1.1.1 Las informaciones enciclopédicas y los virtuemas en las definiciones

Gran parte de las definiciones que encontramos en los diccionarios escolares analizados no presentan las características que hemos mencionado en el apartado anterior, por lo que resultan de mala calidad y no son de mucha utilidad para los estudiantes. Ofrecemos los siguientes ejemplos:

cocaína “(...) Alcalóide extraído das folhas da coca, us. com restrições como anestésico, por causar dependencia.” (MiHou (2004, s.v.))

sarampo “(...) Doença infecciosa virótica, contagiosa, que dá exantemas, e própria da infância; caso iniciada em grávida não imunizada, pode originar aborto e má formação em produto da concepção. (MiAu (2005, s.v.))

En la definición de *cocaína* propuesta por el MiHou (2004) se utilizó como hiperónimo una palabra que no es suficientemente clara para los estudiantes que van a consultar esta obra (es una palabra de uso restringido, incluso marcada como *Quim.* en Ferreira (1999, s.v. *alcalóide*)). De igual manera, los especificadores utilizados (“extraído das folhas da coca” y “us. com restrições como anestésico”) tampoco contribuyen mucho a que se comprenda el significado de la palabra. Especialmente respecto al segundo especificador, se optó exactamente por expresar la utilidad de la planta que hoy ya no es tan conocida, en vez de destacarse la última información (“por causar dependência”), que es la que mejor serviría para caracterizar la unidad que se quiere definir.

Respecto a la definición de *sarampo* del MiAu (2005), al utilizarse una palabra como “exantema”, que no forma parte del vocabulario común del estudiante (incluso está marcada como *Med.* en Ferreira (1999, s.v. *exantema*) y en el propio MiAu (2005, s.v. *exantema*)), se está convirtiendo una información que sería relevante para el usuario (la de que esta enfermedad provoca el aparecimiento de manchas en la piel, causadas por la fiebre) en una información que no le dirá nada al estudiante que vaya a consultar el diccionario. La segunda parte de esta definición, a su vez, (“caso iniciada em grávida não imunizada, pode originar aborto e má formação em produto da concepção”) es una información enciclopédica que no tiene ninguna relevancia para el que está buscando el significado de *sarampo*, así que

ésta es una información que no debería formar parte de la paráfrasis definitoria.

De lo expuesto más arriba se concluye que no hay un patrón determinado para la redacción de las paráfrasis definitorias en los diccionarios analizados, ni tampoco criterios bien definidos para la elección de las informaciones ofrecidas en las definiciones. Hace falta señalar que la teoría lexicográfica abandonó la idea de intentar establecer una separación radical entre definición lexicográfica e información enciclopédica, de modo que hoy se acepta que, algunas veces, este tipo de información es importante para que se comprenda el significado de la unidad definida. De esta manera, el equívoco de estas definiciones no está en el hecho de que se haya ofrecido como especificadores informaciones enciclopédicas, sino que no se las haya utilizado con provecho. Uno de los problemas que nos hemos planteado a partir del análisis de las definiciones (y que trataremos de resolver a largo plazo) es el establecimiento de parámetros para utilizar de manera razonable las informaciones enciclopédicas y los virtuemas en las paráfrasis definitorias. Nuestros primeros resultados, sin embargo, indican que hay que escoger los especificadores de acuerdo con el principio de que sean informaciones discretas y discriminantes. Presentamos a continuación nuestras soluciones para la redacción de las definiciones de *cocaína* y *sarampo*:

cocaína

Substância química tóxica, de origem vegetal, em forma de pó branco (usada como droga/anestésico).¹⁰

sarampo

Doença contagiosa que provoca febre e aparecimento de manchas vermelhas na pele.

Ofrecemos un ejemplo más de definición que presenta informaciones enciclopédicas poco útiles:

pau-brasil “(...) Árvore de madeira com cerne vermelho utilizada em tinturaria, da qual proveio o nome do Brasil. Os portugueses chegaram ao Brasil em 22 de abril de 1500. A 1º de maio desse mesmo ano foi realizada a primeira missa no continente, batizado com o nome Vera Cruz, depois Santa Cruz e, finalmente, Brasil, devido a uma árvore de tinta, de muito valor na época, conhecida pelo nome de **pau-brasil**. O descobridor do **pau-brasil** na Terra de Santa Cruz foi Gaspar da Gama, um judeu perito em coisas do Oriente.

¹⁰ Utilizamos los paréntesis para marcar los contornos en las definiciones. Trataremos de este particular en el apartado 3.1.3.1 del trabajo.

te que se agregou à esquadra de Vasco da Gama anos antes, quando da descoberta do caminho para as Índias." (MiRR (2005, s.v.))

En esta definición de *pau-brasil* ofrecida por el MiRR (2005), solamente la primera oración corresponde a la definición propiamente dicha. Lo que viene a continuación es una sucesión de informaciones de carácter enciclopédico, que son más apropiadas en otro tipo de obra. En la presentación de este diccionario se dice que "em casos selecionados, há exemplos de uso do vocábulo definido, freqüentemente com acréscimo de informações para enriquecimento da cultura geral" (Cfr. MiRR (2005, p. 11)). En primer lugar, estas informaciones añadidas a la definición no están separadas de ésta (por ejemplo, a través de la utilización de un tipo de letra distinta, o introducidas por un símbolo gráfico), de modo que, aunque consideráramos estas informaciones como ejemplos de uso, desde el punto de vista formal, no estarían bien presentados. En segundo lugar, el signo-lemma aparece sólo dos veces en todo el texto de las informaciones añadidas a la definición, lo que quiere decir que no todas las informaciones presentes ahí son necesarias, si es que se pretende solamente poner ejemplos de uso. Este tipo de definición es muy frecuente en esta obra, lo que es todavía más grave si se tiene en cuenta que en la presentación del diccionario sus autores dicen que la obra está dirigida a estudiantes "das duas últimas séries do 1º ciclo do Ensino Fundamental" (Cfr. MiRR (2005, p. 3)), o sea, hace falta reflexionar sobre la relevancia de ofrecerles informaciones de este tipo a estudiantes del nivel indicado. Nuestra propuesta para la reformulación de la definición de *pau-brasil* es:

pau-brasil

Árvore de madeira dura e avermelhada (de onde se extraí tinta).

Los nombres de plantas, frutos y animales, sin embargo, son por sí solos muy difíciles de definir. Ofrecemos para análisis los siguientes ejemplos de definiciones de frutos:

framboesa "(...) Fruto da framboeseira." (MiMe (2000, s.v.))

framboeseira "(...) Planta trepadeira, cultivada em virtude de seus frutos saborosos." (MiMe (2000, s.v.))

framboesa "(...) Fruta silvestre vermelha muito us. em geléias." (MiHou (2004, s.v.))

framboesa "(...) O fruto da framboeseira." (MiAu (2005, s.v.))

framboeseira "(...) Arbusto rosáceo, pequeno e ramoso, de fruto cheiroso e comestível." (MiAu (2005, s.v.))

framboesa “(...) Fruto aromático e comestível.” (MiRR (2005, s.v. *framboesa*))

Como se puede ver, el MiMe (2000, s.v. *framboesa*) y el MiAu (2005, s.v. *framboesa*) no definen el fruto, sino que nos remiten a la definición de la planta, y las definiciones del MiHo (2004, s.v. *framboesa*) y del MiRR (2005, s.v. *framboesa*), a su vez, tampoco definen con exactitud el fruto.

Para escoger los especificadores que formarán parte de las paráfrasis definitorias de los frutos, hemos establecido un conjunto de características que juzgamos ser las fundamentales para definir las unidades léxicas incluidas en esta categoría: el color, el sabor, la forma y a veces el tamaño. De estas cuatro características, se seleccionan las que mejor pueden describir el fruto en cuestión. Para la reformulación de la definición de *framboesa*, por ejemplo, escogimos el color, el sabor y la forma como características más representativas:¹¹

framboesa

Fruto vermelho, de sabor ácido e doce, composto de pequenos grãos unidos entre si.

Aunque estas características que elegimos para generar las definiciones de los frutos no son semas propiamente, sino virtuemas, o sea, características frecuentemente verdaderas, pero no distintivas, relacionadas con el conocimiento de los individuos (Cfr. POTTIER, 1977, p. 21-31), juzgamos que estos son los rasgos fundamentales para definir las unidades incluidas en esta categoría, porque son informaciones simples, que no exigen conocimiento técnico para su comprensión, y por ello son informaciones relevantes para la comprensión del significado y permiten a la vez una rápida inferencia del lector.

Así pues, hay que saber *cuándo* y *cómo* utilizar las informaciones enciclopédicas y los virtuemas de manera provechosa en las definiciones.

¹¹ Según Seco (1987), la definición no tiene que ser “completa”, sino que “suficiente”, o sea, construirse “por medio de los especificadores necesarios para que el objeto quede, en la mente del lector medio, caracterizado en sus rasgos relevantes y diferenciado respecto a todos los restantes objetos que forman parte del mundo de ese lector medio” (SECO, 1987, p. 32). No es tan fácil, sin embargo, lograr esta “suficiencia” en las definiciones lexicográficas, ya que no es tan simple establecer cuáles son los rasgos fundamentales para distinguir un determinado referente extralingüístico de otros dentro de una misma categoría. Señalamos, pues, que, aunque presente algunas fallas, nuestra propuesta para la definición de los frutos es un intento por resolver esta cuestión de la “suficiencia” en las paráfrasis definitorias. Como ya hemos dicho, pretendemos desarrollar esta cuestión a largo plazo.

Esto es lo que estamos tratando de establecer al proponer el principio de informaciones discretas y discriminantes.

3.1.1.2 Intensión y extensión en las definiciones

Un aspecto más que debe ser considerado para la redacción de las paráfrasis definitorias es la cuestión de la *intensión* y la *extensión*. La intensión es el conjunto de rasgos que caracterizan una determinada entidad, así que una definición intensional estará formulada bajo el principio de *genus proximum + differentiae specificae*; y, por otra parte, la extensión se refiere al número de miembros incluidos en una determinada categoría, y está formalmente representada a través de la enumeración de los miembros más representativos de la categoría, o a través de una definición en metalengua de signo.¹² Ofrecemos el siguiente ejemplo, extraído del MiHou (2004), para que se note esta diferencia:

alcalóide “(...) Classe de compostos orgânicos de nitrogênio e, freq., oxigênio, que tb. podem ser obtidos por síntese; alguns possuem ação terapêutica (morfina, estricnina, atropina).” (MiHou (2004, s.v.))

Como se puede ver, la definición está formulada bajo el principio de *genus proximum + differentiae specificae*, de modo que algunas de las características específicas de este grupo de sustancias son identificadas, y, además, a continuación, se introduce un elemento de carácter extensional en la definición, que, aparte de ayudar al lector a entender el significado de la palabra, identifica a cuáles referentes se puede aplicar esta significación (aunque quizás el lexicógrafo no haya tomado esta decisión conscientemente).

Una propuesta más para la definición de este tipo de palabra, como ya hemos dicho, es la definición en metalengua de signo:¹³

alcalóide

Designação para as substâncias químicas extraídas de vegetais e que contêm nitrogênio em sua composição (utilizadas no tratamento de doenças/como drogas).

¹² Para una introducción a las cuestiones de intensión y extensión, v. Geeraerts (2003, p. 83-93).

¹³ Una definición en metalengua de signo no se refiere al significado de una unidad léxica (como una definición en metalengua de contenido), sino que se refiere a la unidad léxica en cuanto signo, de manera que no se la puede someter a la prueba de la sustitución.

En diccionarios destinados a un público escolar, sin embargo, creemos que poner ejemplos en estos casos es muy importante, por lo que dijimos anteriormente. Así que la definición “completa” para el diccionario escolar puede ser:

alcalóide

Designação para as substâncias químicas extraídas de vegetais e que contêm nitrogênio em sua composição (utilizadas no tratamento de doenças/como drogas), *como a morfina e a cocaína*.

Señalamos, sin embargo, que aunque se ha establecido esta diferencia entre la representación formal de la intensión y la extensión en las definiciones, éstos son dos aspectos intrínsecos a cualquier paráfrasis definitoria, porque si uno de estos dos aspectos está ausente en la redacción de la definición, ésta será poco precisa y, por lo tanto, poco útil para el lector. Ofrecemos los siguientes ejemplos:

sardinha “(...) Nome comum a várias espécies de peixes clupeídeos que vivem em cardumes.” (MiAu (2005, s.v.))

sardinha “(...) Peixe de mar, o qual vive em cardumes.” (MiRR (2005, s.v.))

Estas definiciones, aunque cumplen con el principio de la intensión, especificando los rasgos característicos de la unidad definida, presentan problemas respecto al principio de la extensión, ya que ninguno de los especificadores escogidos para las definiciones son realmente rasgos distintivos de esta entidad, o sea, que las dos paráfrasis, al fin, sirven tanto para definir la entidad *sardinha*, como cualquier otro pez con estas características (“do mar”, “que vive em cardume”, “da familia dos clupeídeos”).

Una definición, para que sea “clara, precisa, sencilla” debe respetar, pues, tanto el aspecto intensional (especificando los rasgos propios de la entidad), como el aspecto extensional, de modo que quede muy claro que la significación en cuestión solamente se puede aplicar a una única entidad. A continuación presentamos nuestra propuesta para la definición de *sardinha*:¹⁴

¹⁴ En este caso hay que considerar de igual manera la cuestión de la “definición suficiente”, propuesta por Seco (1987). V. nota 10.

sardinha

Peixe marinho pequeno que forma grandes cardumes (muito usado na indústria pesqueira/de conservas).

3.1.2 Los sinónimos

Los sinónimos deben tener un lugar específico en el comentario semántico de los diccionarios escolares (ya que cumplen con la función de auxiliar a los estudiantes en la tarea de codificación lingüística), pero jamás, en un diccionario de orientación semasiológica, deben sustituir las paráfrasis definitorias, como ocurre en los diccionarios analizados.

Además de este problema, señalamos también que los sinónimos ofrecidos por estas obras no siempre son útiles para los usuarios, porque suelen no ser muy claros y obligan a los estudiantes a realizar consultas complementarias para sacarse las dudas. Más grave aún que tener que realizar varias consultas al diccionario para lograr entender la significación de una palabra es el problema que Martínez de Souza (1995, s.v. *definición lingüística*) llama de “definición circular o en círculo vicioso” en el interior de un sistema de definiciones, o sea, cuando se hace la remisión de un artículo a otro, sin que al final el que consulta pueda resolver sus dudas.¹⁵

Encontramos, sin embargo, otros problemas concernientes a la elección de los sinónimos en los diccionarios escolares, como la polisemia/homonimia y la variación diatópica, diastrática y/o diafásica. De esta manera, deseamos establecer algunos parámetros para la elección de sinónimos que puedan ayudar efectivamente al estudiante en sus tareas de producción lingüística.

3.1.2.1 Número de sinónimos para cada acepción

Suele encontrarse en los diccionarios algunas definiciones que en realidad son nada más que una lista de posibles sinónimos del signo-lemma. En primer lugar, este es un error metodológico inaceptable en un diccionario de orientación semasiológica, como ya hemos visto. En segundo lugar, aún cuando ofrecemos los sinónimos como un auxiliar en la actividad de producción lingüística, no será muy útil ofrecerles una lista exhaustiva de sinónimos a los estudiantes para que escojan la mejor opción en un determinado contexto: no hay que olvidarse que en estas situaciones jugamos con

¹⁵ Un ejemplo de definición circular o en círculo vicioso es: “Pena, punição” (MiMe (2000, s.v. *castigo*, ac. 2)), “Castigo, punição” (MiMe (2000, s.v. *pena*², ac. 1)) y “Pena, castigo” (MiMe (2000, s.v. *punição*)).

por lo menos tres variables (la polisemia/homonimia, la variación diatópica, diastrática y/o diafásica y la frecuencia de uso, que discutiremos a continuación), además de que debe tenerse en cuenta que la sinonimia perfecta no existe.¹⁶ Véase el siguiente ejemplo:

difusão “(...) Espalhamento, disseminação; propagação, divulgação.” (MiAu (2005, s.v. ac. 3))

Si nos ponemos a analizar cuidadosamente los sinónimos ofrecidos por el MiAu (2005, s.v. *difusão*, ac.3), vamos a encontrar algunos problemas. En primer lugar, los sinónimos utilizados en la definición de *difusão* (MiAu (2005, s.v.)) no figuran en este diccionario con artículo propio, sino que se encuentran como subentradas bajo los lemas *espalhar*, *disseminar*, *propagar* y *divulgar*, respectivamente, lo que es un gran problema, pues le hace más difícil el acceso al usuario, en especial si se considera el público al que se dirige este tipo de obra.

Encontramos aún más problemas si analizamos separadamente cada sinónimo presentado. El primer sinónimo, “*espalhamento*”, parece ser una palabra de uso restringido a determinados campos del conocimiento científico. En Ferreira (1999, s.v. *espalhamento*), aparte de la significación más general “ato de *espalhar*(-se)” (FERREIRA (1999, s.v. *espalhamento*, ac. 1)), encontramos dos acepciones más, que parecen ser las que se utilizan con más frecuencia: la primera está marcada como *Opt.* y la segunda está marcada como *Fís Nucl.* Los sinónimos “*disseminação*” y “*propagação*” tampoco son esclarecedores: s.v. *disseminação*, Ferreira (1999) presenta tres significaciones distintas (“a saber, “ato ou efeito de *disseminar*(-se)”, “*espalhamento*, *derramamento*, *dispersão*” y “*difusão*, *propagação*, *vulgarização*” (Cfr. FERREIRA (1999, s.v. *disseminação*))), al igual que s.v. *propagação* (“ato ou efeito de *propagar*(-se)”, “desenvolvimento, proliferação” y “*divulgação*, *difusão*” (Cfr. FERREIRA (1999, s.v. *propagação*))), que sólo contribuyen a que se produzca más confusión acerca del significado de los sinónimos ofrecidos. Por fin, el sinónimo “*divulgação*” tampoco parece ser una buena opción: existe una ligera discrepancia entre la significación de *difusão* y *divulgação*, que no permite que, por lo menos en algunos contextos, se pueda utilizarlas como sinónimas (cfr. *evento de divulgação dos premiados* y **evento de difusão dos premiados*).

¹⁶ Para una introducción a la discusión sobre el problema de la sinonimia, v. Marques (1990, p. 64-65) y Landau (2001, p. 135).

Lo ideal, pues, es ofrecerse solamente uno o dos sinónimos para cada acepción del signo-lemma, de modo a evitar que los estudiantes tengan que escoger entre todas las opciones y acaben por equivocarse. Si es el caso, sin embargo, de que no hay ninguna palabra que pueda ser usada como sinónimo del signo-lemma, entonces no se ofrece ninguna opción en esta situación, de manera que la ausencia ahí va a tener un valor funcional, indicando que no hay un sinónimo adecuado en este caso.

3.1.2.1.1 *Polisemia y homonimia*

Como hemos tenido la oportunidad de observar en el apartado anterior, las palabras muy polisémicas o que presentan homonimia pueden confundir al estudiante. Véase el siguiente ejemplo:

distinção “(...) Diferença.” (MiMe (2000, s.v. ac. 4))

Para la cuarta acepción de *distinção*, el MiMe (2000, s.v.) ofrece solamente el sinónimo “diferença”. Resulta que si se busca la significación de *diferença* en este diccionario, se va a encontrar seis significaciones distintas (“*qualidade ou estado de diferente; desigualdade*”, “*propriedade ou característica pela qual as pessoas ou coisas diferem*”, “*alteração*”, “*inxatidão*”, “*divergência de opiniões*” y “*prejuízo*” (Cfr. MiMe (2000, s.v. *diferença*))). La multitud de significaciones del sinónimo propuesto sólo contribuye a que se produzca una gran confusión respecto al significado del signo-lemma y, además, el estudiante entraría en duda al momento de utilizar el sinónimo propuesto en una producción escrita.

3.1.2.1.2 *Variación diatópica, diastrática y/o diafásica*

Ofrecer variantes diatópicas, diastráticas y/o diafásicas como sinónimos en el diccionario, al igual que en el caso anterior, genera problemas tanto respecto a la comprensión del significado del signo-lemma (que es lo que ocurre en los diccionarios analizados), como respecto a la utilización de los sinónimos propuestos en actividades de producción escrita (si es el caso de ofrecer los sinónimos como información complementaria para la tarea de codificación en los artículos léxicos). A continuación, ofrecemos un ejemplo:

homossexual “(...) Veado, bicha.” (MiMe (2000, s.v. ac. 2))

El MiMe (2000, s.v. *homossexual*) ofrece dos “sinónimos” que no pertenecen al mismo nivel de habla que el signo-lemma. Si consultamos este mismo diccionario, encontramos s.v. *veado* la imputación de uso *chulo* y s.v. *bicha*, la imputación de uso *gíria*, en las acepciones correspondientes a la significación de “homosexual”.¹⁷ Estas imputaciones de uso indican que no se puede emplear de manera indiscriminada los sinónimos ofrecidos para sustituir el signo-lemma en cualquier contexto. Aún más grave en estos casos es el hecho de que las dos palabras seleccionadas son fuertemente peyorativas, contribuyendo a sostener el prejuicio hacia la homosexualidad.

3.1.2.1.3 *Frecuencia de uso*

La frecuencia de uso es un factor más que se debe tener en cuenta para elegir los sinónimos en el diccionario escolar. Las palabras de baja frecuencia (incluidas en este grupo también las palabras de uso literario o poético, que son, por naturaleza, poco usadas) probablemente no serán conocidas por los alumnos, que, en consecuencia, no sabrán emplearlas de manera adecuada en un texto. Ofrecemos el siguiente ejemplo:

bolso “(...) Saquinho de pano cosido à roupa; algibeira.” (MiAu (2005, s.v.))

El sinónimo “algibeira” ofrecido para *bolso* en el MiAu (2005, s.v.) no es una buena opción, porque *algibeira* es una palabra de muy baja frecuencia y, por tanto, probablemente desconocida por los alumnos del nivel escolar al que está dirigida la obra.

3.1.3 Elementos complementarios en el artículo léxico: los contornos y los ejemplos

3.1.3.1 El contorno

De acuerdo con Seco (1987, p. 35-45), en muchos casos se hace necesario añadir algunos elementos a las paráfrasis definitorias para que éstas queden más claras. La propuesta de Seco (1987), sin embargo, considera el contorno solamente como un hecho sintáctico (la valencia), pero nos hemos dado cuenta que algunas veces hace falta añadir otros elementos a las paráfrasis definitorias, además de las valencias. De esta manera, defini-

¹⁷ En Ferreira (1999) encontramos imputación idéntica s.v. *veado*, y s.v. *bicha*, además de la imputación de *gíra*: encontramos la imputación *ch*.

mos contorno como una información complementaria añadida a la paráfrasis definitoria para hacerle más fácil al lector la comprensión del contenido semántico de la definición, así que no tiene función cuando se aplica la prueba de la sustituibilidad. Esta información suplementaria, por no formar parte de la definición propiamente tal, debe estar separada de ésta por la utilización de paréntesis.

Ejemplos de contorno en la definición pueden ser observados en las propuestas de paráfrasis definitorias que presentamos más arriba para *cocaína*, *pau-brasil*, *alcalóide* y *sardinha*. En estos casos, ocupamos el contorno para presentar las informaciones enciclopédicas y los virtuemas, o sea, informaciones que, aunque no tienen funcionalidad desde el punto de vista sintáctico al momento de sustituir la unidad léxica definida en un contexto, son fundamentales para la comprensión del significado.

El contorno semántico es asimismo una buena opción para utilizar los sinónimos que no respetan los criterios presentados anteriormente. Por ejemplo, cuando tengamos solamente palabras polisémicas para ofrecer como sinónimos, una posibilidad es utilizar el contorno como un elemento desambiguador, que tendrá la función de ayudar al estudiante a entender el significado de la palabra en aquella acepción y distinguir en qué contextos podrá utilizarla. Una solución para *difusão*, por ejemplo, sería:

difusão
divulgação (de idéias/impressos).

3.1.3.2 El ejemplo

El ejemplo es una herramienta más con la que el lexicógrafo cuenta para hacer más comprensible la información. Lamentablemente, la mayoría de los diccionarios no suelen utilizar este recurso, y, además, cuando lo utilizan, no siempre lo hacen bien.¹⁸

Los diccionarios analizados utilizan con bastante frecuencia los ejemplos para complementar las definiciones, sólo que en la mayoría de los casos este recurso no está bien empleado. El MiMe (2000), por ejemplo, expone en su nota sobre la organización del diccionario que “frases claras ou citações de autores famosos são freqüentemente usadas para melhor compreensão da definição ou do emprego correto da palavra ou acepção” (MiMe (2000, VIII)). Esta información, sin embargo, no es completamente

¹⁸ Sobre la utilización de los ejemplos en los diccionarios didácticos del español, v. Garriga (2001, p. 127-149). En este trabajo se presenta una serie de criterios para el examen de los ejemplos en los diccionarios escolares y, a continuación, se analiza la utilización de este recurso en seis diccionarios de lengua española destinados al público escolar.

verdadera, ya que los ejemplos son muy escasos en esta obra, además de que no aparecen de manera sistemática. Uno de los pocos casos en que se ofrece ejemplo es s.v. *agora* “depois disto, em vista disto: *Você nos ofendeu, agora agüente as conseqüências.*” (MiMe (2000, s.v. *agora*, ac. 3)).

El MiHou (2004), por su parte, parece ser más razonable respecto a la utilización de ejemplos. En el apartado referente a los ejemplos, en la parte introductoria de la obra, se dice que “o dicionário fornece exemplos de uso sempre que estes ajudem na compreensão de determinada acepção” y, respecto a los ejemplos para complementar las definiciones de verbos, se dice que “procuraram-se contemplar especialmente aquellas que exigem preposição” (MiHou (2004, XIX)), que es lo que pasa s.v. *acabar* “(prep. com) causar grande prejuízo a; destruir *<o boato acabou com sua imagem>*”. Sin embargo, también es posible encontrar varios ejemplos de uso en acepciones de verbos que no necesitan de complemento de régimen preposicional, como s.v. *agarrar* “pegar, apanhar, segurar *<agarrou a bolsa e saiu>*” (MiHou (2004, s.v. *agarrar*, ac. 3)). Esto demuestra una falta de consecuencia del diccionario con su propuesta.

En la tapa del diccionario MiAu (2005) se menciona la utilización de “exemplos forjados e de autores, para melhor compreensão”, pero, al interior de la obra, no se especifica cómo se hace la selección de los ejemplos, ni en qué casos se utiliza. Resulta que los ejemplos aparecen indiscriminadamente en el diccionario. Compárese s.v. *afro* “Que se inspira em coisas africanas, ou a elas procura assemelhar-se: *moda afro; dança afro*” (MiAu (2005, s.v. ac. 3)) y s.v. *agendar* “Determinar dia, hora, para (certo compromisso): *agendar uma consulta*” (MiAu (2005, s.v. ac. 2)). La definición de *agendar*, al contrario de la de *afro*, no necesitaría llevar un ejemplo para su comprensión.

Por fin, el MiRR (2005), como hemos dicho anteriormente (v. sección 3.1.1.1. del presente trabajo), selecciona algunas acepciones en las que presenta ejemplos, pero, igual que los demás diccionarios, no presenta criterios para hacerlo. Además, respecto a la presentación de los ejemplos en los artículos léxicos (si es que realmente se puede considerar estas informaciones complementarias como ejemplos de uso), éste es el más precario de los diccionarios analizados, pues, como veremos a continuación, las informaciones complementarias no están claramente separadas de las definiciones, lo que puede generar confusiones para el lector:

alga “(...) Vegetal aquático sem raízes, folhas nem caule. As **algas** são as principais responsáveis pela produção de oxigênio na Terra. Existem três tipos básicos de **algas**: marrons, vermelhas e verdes.” (MiRR (2005, s.v.))

Los ejemplos cumplen la función de ofrecer informaciones gramaticales (como las posibles colocaciones de un determinado vocablo), además de también poder servir de vehículo para la transmisión de datos culturales y sociales (Cfr. GARRIGA (2001, p. 132)). Creemos, pues, que los ejemplos son fundamentales en algunos casos, como por ejemplo: a) con los adjetivos relacionales: esta clase de adjetivos cambia su significación en función del sustantivo que acompaña, así que se hace necesario ofrecer algunos contextos de uso de estas palabras, para aclarar su significación; b) con las palabras gramaticales (preposiciones, conjunciones, artículos, pronombres), con las interjecciones y con algunos adverbios (*sí*, *no*, etc.). Estas clases de palabras exigen definiciones en metalenguaje de signo, de modo que en muchos casos un ejemplo podrá ser bastante útil para entender cómo se emplean estas palabras, y c) con algunos nombres y verbos: es recomendable utilizar ejemplos con verbos y nombres que necesitan de complemento de régimen preposicional.

Además de la utilización de los ejemplos para complementar algunas definiciones (de acuerdo con las consideraciones que hemos hecho), nuestra sugerencia para un diccionario con el tipo de microestructura que hemos propuesto es que se presente por lo menos un ejemplo para cada sinónimo ofrecido en el artículo léxico, de manera que se ayude al estudiante a distinguir en qué contexto(s) el (los) sinónimo(s) ofrecido(s) puede(n) intercambiarse con la unidad léxica definida sin que haya cambio de significación.

3.1.4 La estructura del artículo léxico

Según Hausmann, Werner (1991, p. 2748, apud WELKER (2004, p. 109)), se puede observar en los diccionarios cuatro tipos básicos de microestructura: a) la integrada, que presenta la fraseología junto a su respectiva acepción; b) la no integrada, que presenta la fraseología al final del artículo, en un bloque apartado; c) la semiintegrada, que se organiza igual que la microestructura de tipo no integrada, solamente que las unidades fraseológicas están numeradas para hacerle más fácil al lector la correspondencia con la respectiva acepción, y d) la parcialmente integrada, que se organiza igual que la de tipo integrada, solamente que algunas unidades fraseológicas están al final del artículo, en un bloque apartado, porque no queda muy claro a cuáles acepciones corresponden.

Teniendo en cuenta que el comentario semántico de un diccionario escolar debe presentar una división entre orientación semasiológica (la presentación de las definiciones) y onomasiológica (la presentación de los sinónimos), adaptamos la propuesta de Hausmann, Werner (1991, p. 2748, apud

WELKER (2004, p. 109)), presentando, en lugar de la fraseología, los sinónimos. De esta manera, proponemos dos modelos funcionales de microestructura para el diccionario escolar: el primer modelo presenta una microestructura de tipo semiintegrada, dividida en dos segmentos funcionales (uno para las definiciones y otro para los sinónimos), y el segundo modelo presenta una microestructura de tipo integrada, de modo que los sinónimos deben seguir inmediatamente a las definiciones correspondientes en los artículos léxicos. A continuación, ofrecemos un ejemplo de cada tipo de microestructura propuesta:

a) Microestructura semiintegrada:¹⁹

cachaça *sf* 1. Bebida alcoólica feita com cana-de-açúcar. 2. *Pop.* Designação para qualquer bebida alcoólica. 3. *Fig.* Objeto de interesse extremado de [alguém].

♂ *SIN.* 1. aguardente: *Preferimos a cachaça mineira.* 2. bebida (alcoólica): *Isto é efeito da cachaça: depois de muita cerveja e uísque, Daniel costuma ficar impertinente.* 3. *obsessão:* *O cinema é a cachaça de Gael.*

b) Microestructura integrada:²⁰

cachaça *sf* 1. Bebida alcoólica feita com cana-de-açúcar. ♂ *aguardente*: Preferimos a cachaça mineira. 2. *Pop.* Designação para qualquer bebida alcoólica. ♂ *bebida* (alcoólica): Isto é efeito da cachaça: depois de muita cerveja e uísque, Daniel costuma ficar impertinente. 3. *Fig.* Objeto de interesse extremado de [alguém]. ♂ *obsessão*: O cinema é a cachaça de Gael.

Para que quede bien clara la distinción hecha entre orientación semasiológica y orientación onomasiológica, nuestra propuesta es la generación de un modelo de microestructura semiintegrada. De esta manera, creemos que la consulta al diccionario queda más fácil, ya que la división del artículo léxico en dos segmentos le permite al lector localizar más rápidamente la información que le interesa, si es una definición, o, por el contrario, un sinónimo.

¹⁹ La imputación de uso de las acepciones 2 y 3 es idéntica a la de Ferreira (1999, s.v. *cachaça*, ac. 2 y 5).

²⁰ Id.

4 CONCLUSIÓN

El análisis del comentario semántico de los diccionarios escolares seleccionados nos permitió constatar la precariedad de estas obras tanto en lo concerniente a la estructura de los artículos léxicos, como en lo concerniente a las informaciones ofrecidas (definiciones, sinónimos y ejemplos). Tratamos, pues, de presentar soluciones para algunas cuestiones que discutimos a lo largo del trabajo. Nos gustaría aclarar, sin embargo, que, dado el carácter introductorio de este trabajo, y aunque nos hemos dado cuenta de muchos problemas, algunas cuestiones (como la segmentación de la microestructura y la presencia de sinónimos y ejemplos en los artículos léxicos) todavía carecen de profundización. Finalmente, señalamos que este pequeño estudio sobre la presentación del comentario semántico en los diccionarios escolares es solamente una modesta colaboración a los estudios sobre este tipo específico de obra, dado que nuestra experiencia en el análisis de los diccionarios dirigidos a los escolares, aunque muy corta, ya nos permitió ver que todavía hay mucho que hacer en este ámbito de la lexicografía.

RESUMO

Neste trabalho analisamos a microestrutura (em especial, o comentário semântico) de quatro dicionários de língua portuguesa utilizados no âmbito escolar, levando em conta um perfil de usuário elaborado com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). A partir da análise do comentário semântico dessas obras, estabelecemos alguns parâmetros para a redação das definições e a escolha dos sinônimos nos dicionários escolares, tendo como princípio fundamental o de que todas as informações oferecidas no artigo léxico devem ser discretas e discriminantes.

Palavras-chave: *dicionário escolar; perfil de usuário; comentário semântico.*

ABSTRACT

This article analyzes the microstructure, in particular the semantic commentary, of four Portuguese dictionaries used in

Brazilian schools, taking in account a user-profile based on the National Curriculum Parameters elaborated by the Brazilian Ministry of Education in 1997. Starting from the analysis of the semantic commentary of these works, this article will then establish parameters for the definition and the choice of the synonyms in the school dictionaries. The fundamental principle in this study is that all information offered in the lexical article should be discrete and discriminate.

Key-words: *school dictionary; user profile; semantic commentary.*

REFERENCIAS

- BENEDUZI, Renata. Análise da microestrutura em quatro dicionários semasiológicos da língua portuguesa e propostas de emendas. Ao pé da Letra, UFPE, 2004a. [Em avaliação editorial]
- _____. Avaliação de um modelo de análise do comentário semântico aplicado a dicionários de língua espanhola. Cadernos do IL, UFRGS, 2004b. [Em avaliação editorial]
- Brasil. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília: MEC / SEF, 1997. (Disponível en: <<http://www.mec.gov.br/sef/sef/pcn.shtml>>, consultado en 23.10.2004).
- BUGUEÑO, Félix. Notícia sobre o comentário de forma e o comentário semântico em um dicionário de falsos amigos espanhol-português. Revista Expressão, Santa Maria, v. 8, n.1, p. 89-93, 2004a.
- _____. La etimología en el diccionario de la lengua. Revista Letras, Curitiba, v. 64, 2004b. (Disponible en <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/leturas/>>, consultado en 12.11.2005).
- DERAE. Diccionario del Estudiante de la Real Academia Española (2004). (Disponible en <www.rae.es>, consultado en 19.11.2005).
- DESAL. Diccionario Escolar Salamanca (2005). (Disponible en <www3.usal.es/~cilus/DiccioEsc.htm>, consultado en 19.11.2005).
- FARIAS, Virginia Sita. Formulação de parâmetros para a avaliação de dicionários escolares. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 5, 2004, Porto Alegre. Livro de Resumos. Porto Alegre: PUCRS, 2004, 1 CD-ROM. Lingüística, Letras e Artes – Lingüística.
- _____. Proposta de parâmetros microestruturais para a avaliação de dicionários escolares. In: MOSTRA UNISINOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2005, São Leopoldo. Livro de Resumos. São Leopoldo: UNISINOS, 2004, 1 CD-ROM. Lingüística, Letras e Artes – Lingüística Aplicada.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio – Séc. XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GARRIGA, Cecilio. Los ejemplos en los diccionarios didácticos del español. In: AYALA CASTRO, Marta (org.). Diccionarios y enseñanza. Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares, p. 127-149, 2001.
- GEERAERTS, Dirk. Meaning and definition. In: Piet van Sterkenburg (ed.). A practical guide to lexicography. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamin, p. 83-93, 2003.

- HAENSCH, Günther. *La Lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- HARTMANN, R. R. K. *Teaching and researching lexicography*. London: Longman, 2001.
- _____ ; JAMES, Gregory. *Dictionary of lexicography*. London: Routledge, 2001.
- LANDAU, Sidney. *Dictionaries: The art and craft of lexicography*. 2. ed. Cambridge: CUP, 2001.
- MARQUES, Maria H. D. *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- MARTÍNEZ DE SOUZA, José. *Diccionario de lexicografía práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.
- MiAu. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionario da língua portuguesa*. 6 ed. Curitiba: Positivo, 2005.
- MiHou. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MiMe. *Melhoramentos: minidicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2000.
- MiRR. ROCHA, Ruth. *Minidicionário da língua portuguesa*. 12 ed. São Paulo: Scipione, 2005.
- POTTIER, Bernard. A definição semântica nos dicionários. In: LOBATO, Lúcia M. P. (org.) In: *A Semântica na Lingüística Moderna: o Léxico*. Rio de Janeiro: F. Alves, p. 21-31, 1997.
- RICHARDS, J. C. *Longman Dictionary of Language Teaching and Applied Linguistics*. Essex: Longman, 1999.
- SECO, Manuel. *Estudios de lexicografía española*. Madrid: Paraninfo, 1987.
- WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários: Uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

ANÁFORAS ENCAPSULADORAS: UMA ANÁLISE EM TEXTOS DE OPINIÃO^{*}

*Encapsulating anaphors:
an analysis in opinion texts*

Roberlei Alves Bertucci^{**}

1 INTRODUÇÃO

A lingüística textual tem defendido que os objetos-de-discurso em um texto não devem ser considerados como pré-existentes, mas que se constroem e se reconstroem no próprio texto. Um elemento bastante usado para retomar, construir e/ou reconstruir esses objetos é a *anáfora*. Ela é responsável por garantir, de alguma maneira, a progressão referencial e entendê-la é buscar um conhecimento dos recursos lingüísticos que contribuem para a construção do discurso.

Neste trabalho, *anáforas encapsuladoras* ou *encapsulamentos* serão entendidas como um tipo de expressão referencial que recupera uma parte do texto (ou do discurso) – e não apenas como um referente pontual – por meio de nominalizações, rótulos ou dêiticos.

Segundo Cavalcante (2003) os encapsulamentos estão entre as anáforas indiretas e diretas,¹ porque, se por um lado não existe um referen-

* Agradecimento especial à Prof.ª Dr.ª Iara Bemquerer Costa, da UFPR, pela preciosa revisão e orientação na produção do artigo.

** Mestrando em Estudos Lingüísticos pela UFPR.

¹ As anáforas indiretas são continuidades referenciais sem retomada, apenas com remissão a uma âncora no co(n)texto (CAVALCANTE, 2003, p. 113). Anáfora direta retoma um referente previamente introduzido, estabelecendo uma relação de co-referência entre a anáfora e o seu antecedente (MARCUSCHI, 2005, p. 55).

te pontual e específico ao qual a anáfora remeta, também pode-se dizer que ela recupera (sem retomar), de alguma forma, um trecho qualquer que já foi ou será apontado no co(n)texto. Para Koch (2004; 2005), esse tipo de anáfora pode funcionar tanto para rotular determinado trecho do texto, transformando-o em objeto-de-discurso e, assim, auxiliando na progressão textual, como ir mais além, contribuindo para avaliações subjetivas.

Baseando-se nos trabalhos de Koch (2004; 2005), Koch e Marcuschi (1998) e Cavalcante (2003), este artigo quer apresentar algumas características das anáforas encapsuladoras e analisá-las em alguns textos retirados do caderno “Opinião” do jornal *Folha de S. Paulo* (doravante FSP). Um outro objetivo é levantar hipóteses para a seguinte questão: qual a importância de um encapsulamento para um texto de opinião?

Inicialmente, tentarei contextualizar as anáforas encapsuladoras dentro da lingüística textual e dos processos de referênciação. Depois, apresentarei as características desse tipo de anáfora para fazer sua análise em textos de opinião. Em seguida, mostrarei que, embora a presença dos pronomes demonstrativos seja comum nas anáforas encapsuladoras, eles não são garantia da ocorrência desse tipo de anáfora e, por fim, levantarei hipóteses para o porquê da presença de encapsulamentos em textos de opinião.

2 A PROGRESSÃO TEXTUAL E OS OBJETOS-DE-DISCURSO

Falando sobre texto, Koch e Marcuschi (1998, p. 169) afirmam que “numa perspectiva macro, podemos admitir que ele se organiza e progride com base em dois processos: seqüencialidade e topicalidade”. Para os autores, a *seqüencialidade* pode ser entendida como **progressão referencial**, que é a estratégia de designação de referentes, e *topicalidade* como **progressão tópica**, que envolve o assunto ou tópico discutido no texto. São dois processos distintos, porém complementares, já que a seqüencialidade serve de base para o desenvolvimento de um tópico e a topicalidade é a possibilidade de utilização da continuidade referencial, embora não a garanta.

Koch e Marcuschi (1998, p. 170) apontam ainda a dificuldade de se marcar a referencialidade em textos com mais de um tópico e questionam: “como sabemos a que é que um falante se refere em dado momento do texto se não explicita lingüisticamente (cotextualmente) o referente?”. Essa é uma pergunta pertinente quando se trata de anáforas encapsuladoras, como se vê em (1).²

² São meus todos os trechos em negrito, de todos os exemplos deste artigo. Trechos em itálico ou entre aspas são do original.

(1)

Se é verdade que no primeiro mandato Bush endureceu para garantir o segundo, terá agora a oportunidade de se redimir, voltando à legalidade que ele rompeu quando decidiu invadir o Iraque, desrespeitando a Carta das Nações Unidas e a consciência moral da humanidade.

Pessoalmente, não creio **nessa hipótese**. Lobo quando envelhece veste pele de cordeiro. Bush ainda está longe da velhice (Cony, C. H. FSP, 07 nov. 2004, Opinião, A2).

O leitor pode perceber que, nesse exemplo, o autor do texto, utilizando a expressão **nessa hipótese**, optou por rotular o que disse sobre uma possível mudança na conduta do presidente Bush no parágrafo anterior, transformando esse trecho em um objeto-de-discurso. Isso ajudou na progressão do texto, já que ele não precisou citar o trecho novamente. Mas a pergunta remodelada, de Koch e Marcuschi, continua: como saber a que o autor se refere com a expressão **nessa hipótese**? Como citarei no item 2, deste artigo, a anáfora encapsuladora é um tipo complexo de anáfora. Mas, nesse caso, acredito que a palavra **hipótese**, que significa “acontecimento incerto”, parece unir-se à opinião do autor: ele não acredita em uma possibilidade de “redenção” do presidente Bush. Há, então, uma hipótese (“oportunidade de se redimir, voltando à legalidade”) que não é provável na opinião do autor (“não acredito”).

A idéia de progressão textual torna-se importante para a análise dos encapsulamentos, que, como outros tipos de anáfora, auxiliam, de alguma forma, a possibilidade de se remeter a um trecho do texto.

Mondada e Dubois (2003), discutindo a respeito dos processos de referenciamento e objetos-de-discurso, dizem que há duas idéias sobre língua concorrentes no Ocidente: uma que concebe a língua como um conjunto de etiquetas para as coisas do mundo e outra que entende a língua como sendo construída pelos sujeitos, “através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17). Desta forma, “categorias e objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17).

Nesse sentido, Mondada e Dubois dirão que esses objetos são construídos no discurso pela escolha de categorias pelos falantes. Para as autoras (2003, p. 33), “uma categoria lexical impõe um ponto de vista”, que pode ser contestado ou negociado com outros falantes, a depender da caracterização que eles dêem daquele mesmo objeto.

Os objetos-de-discurso (possíveis referentes) são, portanto, instáveis porque são construídos ao longo do texto. No entanto, a presença de anáforas dá-lhes uma certa estabilidade, pois elas devem designar determinado objeto (ou porção textual), possibilitando uma certa progressão textual. É o que analisei com relação à expressão **nessa hipótese** no exemplo (1).

As anáforas encapsuladoras, segundo Koch (2004a, p. 255-256), podem funcionar apenas para rotular um “segmento anterior do texto, transformando-o em objeto-de-discurso e abrindo, assim, a possibilidade de progressão textual”, ou como “rótulos avaliativos”, que “têm o poder de orientar o interlocutor no sentido de determinadas conclusões”. Observe o exemplo (2).

(2)

O presidente do BNDES, Carlos Lessa, foi fiel à sua fama de homem polêmico, que não tem papas na língua, e tascou um substantivo que virou adjetivo para definir a política do Banco Central: “um pesadelo”. O alvo foi Henrique Meirelles.

(...) [José Alencar] foi mais longe: fez um rasgado elogio a Lessa – que acaba de bater no BC –, como “formidável”, “patriótico”, “profundamente probo”. O alvo foi quem? Henrique Meirelles.

Como quem caiu foi o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseti, e como o Copom discutia juros de novo ontem, não custa reunir **esses exemplos** para mostrar que há uma enorme insatisfação com a política econômica (...).

Fontelles, Dutra, Lessa e Alencar são “homens do presidente”, e a oposição fica meio apagada. Com **esse “fogo amigo”**, que fogo sobra para os pobres oposicionistas? (Cantanhêde, E. FSP, 18 nov. 2004, Opinião, A2)

São bastante claros os dois caminhos propostos por Koch (2004a) para as anáforas encapsuladoras. A expressão **esses exemplos** rotula as opiniões de lideranças do governo expostas pela jornalista (apresentei 2 de um total de 4) sobre a política econômica do Banco Central. Isso transforma essas opiniões em objetos-de-discurso e ajuda na progressão textual. Se a expressão **esse “fogo amigo”** faz também uma transformação dessas opiniões em objeto-de-discurso e auxilia na progressão do texto, não se pode negar que ela está também carregada de uma opinião da jornalista, sendo uma forma de “orientar” o leitor na direção que ela quer dar aos exemplos apresentados.

3 ANÁFORAS ENCAPSULADORAS OU ENCAPSULAMENTOS

Ao propor uma tipologia para as anáforas, Apothéloz (2003, p. 71-72) chama de *anáfora por nomeação* a expressão referencial que, por meio de um sintagma nominal, “transforma em referente, quer dizer, em objeto individuado, o processo denotado por uma proposição anterior”. Além da nomeação, o autor afirma que esse tipo de anáfora pode ser a oportunidade de o falante “manifestar a sua subjetividade ou repetir a de outrem”. É o que se observa nos exemplos (1) e (2) analisados acima.

Partindo da proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin, entre outros, Koch e Marcuschi (1998) trabalham com o processo de progressão textual analisando as anáforas sob a perspectiva dos objetos-de-discurso, portanto mutáveis e construídas no todo do texto. Embora não utilizem o nome *encapsuladoras*, os autores citam exemplos desse tipo de anáfora dentro do processo de referenciação em que o objeto-de-discurso sofre, ao longo do texto, modificações na predicação de atributos, e concluem que a anáfora, nesse caso, “homologa” essas modificações. Analisando um exemplo de Apothéloz e Reichler-Béguelin, Koch e Marcuschi apresentam exemplos de anáforas encapsuladoras que se constroem como um processo, sem ter um referente específico ou pontual.

Koch (2005) dedica uma seção inteira do artigo para tratar dos *encapsulamentos*. Citando Conte, ela diz: “Fato bastante comum, em se tratando de remissão textual, é o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes ou subseqüentes do co-texto, summarizando-os e encapsulando-os sobre um determinado rótulo” (KOCH, 2005, p. 38). A autora cita ainda Schwarz, para quem os encapsulamentos são um tipo de “anáfora complexa”, em que o sujeito deve interpretar “referentes textuais abstratos e freqüentemente genéricos e inespecíficos” (KOCH, 2005, p. 38).

Essa complexidade é dada geralmente por expressões nominais (muitas vezes com demonstrativos) e, por isso, Koch (2005) diz que esse tipo de anáfora exige que o leitor entenda não só a expressão nominal utilizada, mas também a expressão referida. Os encapsulamentos, portanto, na visão de Koch, têm dois pontos principais: rotulam uma parte do texto (anafórica ou cataforicamente) e, ao mesmo tempo, criam um novo referente textual por meio da nominalização. Veja o exemplo (3).

(3)

As divergências, contudo, entre [Carlos] Lessa e as autoridades econômicas vão ultrapassando os limites toleráveis. O presidente do BNDES [Carlos Lessa], cuja filiação histórica às ideologias do

desenvolvimento tem-lhe valido acusações de anacronismo político e teórico, contribui ele mesmo, com suas atitudes e temperamentos polêmicos, para reforçar a imagem de um personagem folclórico à frente do maior banco de fomento da América Latina. **Essa percepção de Lessa como um “dinossauro” da economia a gracejar e desferir ataques contra [o ministério d]a Fazenda e o BC [Banco Central] mina sua autoridade e oferece a seus adversários a oportunidade de pressionar não apenas por sua demissão mas também por uma mudança no perfil do BNDES.** De fato, não parece ser outra a **intenção** dos que têm manifestado a favor de privar a instituição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)... (Editorial, FSP, 17 nov. 2004, Opinião, A2).

Temos aqui dois bons exemplos de complexidade. No primeiro, todo o enorme trecho em negrito busca como referente praticamente os dois períodos anteriores. A **percepção como um “dinossauro”** vem do fato de Carlos Lessa ser acusado de “anacronismo político e teórico” além da contribuição dada por “suas atitudes e temperamentos”. É a essa percepção que o editorial se refere. O fato de esse “dinossauro” estar **a gracejar e desferir ataques contra a Fazenda e o BC** só pode ser entendido pelo início do parágrafo, em que o editorial diz das “divergências entre Lessa e as autoridades econômicas”. Nesse primeiro trecho, cuja interpretação vem do entendimento de duas partes do texto citadas anteriormente, a anáfora é encabeçada por um demonstrativo e seguida de uma grande expressão nominal. Além disso, é possível dizer que a percepção de Lessa como um “dinossauro” vai de encontro com o que diz Apothéloz (2003) no início deste item: utilizando uma anáfora para nomear, o falante quer “manifestar a sua subjetividade ou repetir a de outrem” (APOTHÉLOZ, 2003, p. 72). Se o editorial não manifesta a opinião do jornal, manifesta a dos inimigos de Lessa.

No segundo parágrafo do exemplo (3), a expressão em negrito é a **intenção**. Poderíamos perguntar: a que intenção o editorial se refere? É necessário destacar que antes se falou de uma “pressão” dos adversários para a demissão de Lessa e a mudança na política do BNDES. Sendo assim, parece mais razoável entender que os oposicionistas dele não têm outra intenção que não seja a “de pressionar não apenas por sua demissão mas também por uma mudança no perfil do BNDES”, trecho presente no parágrafo anterior. Neste caso, não houve a presença de demonstrativo, mas de um pronome definido – “a”. Entretanto, a nomeação, a rotulação de um trecho, por meio de um encapsulamento (“a intenção”), ficou bastante notável.

Koch (2005) fala também da chamada *remissão metadiscursiva*, em que a rotulação “focaliza a própria atividade enunciativa” (KOCH, 2005, p. 41). Francis, apud Koch (2005, p. 42), denomina as rotulações metadis-

cursivas de “nomes-de-ação”, por meio das quais “*menciona-se*” (grifo da autora) um segmento anterior do texto, qualificando-o metadiscursivamente”. No exemplo em (4), os termos **essa** e **opinião**, embora separados, formam uma mesma expressão referencial que recupera “Não me sinto um aliado ali. Me sinto um inimigo”. A expressão referencial também caracteriza o trecho como um processo cognitivo e, nos termos de Koch (2005, p. 42), toma o discurso, não o texto, como objeto-de-discurso.

(4)

Não me sinto um aliado ali. Me sinto um inimigo. **Essa** é não apenas a minha **opinião** mas a dos grupos Tortura Nunca Mais do Rio, São Paulo e Bahia... (Pinaud, J.L.D. **FSP**, 17 nov. 2004, Opinião, A2).

A última autora da base teórica deste artigo é Cavalcante (2003). Num artigo que propõe a classificação das expressões referenciais, ela situa os encapsulamentos no grupo das anáforas sem retomada.³ Para a autora (2003, p. 115),

encapsular consiste em resumir proposições do discurso empacotando-as numa expressão referencial, que pode ser um sintagma nominal (o quem tem recebido a denominação de “rótulo” – Francis, 1994), ou pode ser um pronome, geralmente demonstrativo.

Cavalcante (2003, p. 115-116) diz que a característica da anáfora encapsuladora é ser híbrida, já que não tem um referente pontual no texto (por isso tem característica de anáfora indireta), mas ao mesmo tempo “recupera [sem retomar] o que há no co(n)texto” (característica da anáfora direta). Observe o exemplo (5).

(5)

[O crime mais organizado que existe no país] é o assalto aos cofres públicos, sejam eles municipais, estaduais ou o federal. Em torno desse verdadeiro esporte nacional, formam-se dezenas de quadrilhas (...).

Um retrato acabado do grau de disseminação do assédio aos cofres públicos foi exibido no “Jornal da Record” da noite

³ Para Cavalcante (2003), a *retomada* constitui-se como correferencialidade ou recuperação parcial do referente.

de sexta-feira: gravações feitas legalmente mostram um interlocutor não-identificado conversando com Rogério Buratti, acusado de envolvimento em fraudes nas licitações para a coleta e varrição do lixo em várias cidades.

O sujeito propõe que se reúnam, aparentemente para discutir trambiques, e sugere que a reunião, por cautela, se faça em um banheiro. Buratti recusa. Diz: "Posso ser acusado de corrupto, de boiola, não". Ser suspeito de homossexualidade, o que não é crime nem pecado, é feio. Ser suspeito de corrupção soa comparativamente como uma distinção.

Esse tipo de mentalidade circula por aí tranqüilamente, nos melhores salões, tolerada por outros cidadãos e cidadãs acima de qualquer suspeita. Pobre país (Rossi, C. *FSP*, 07 nov. 2004, Opinião, A2).

Cabe verificar nesse exemplo que praticamente todas as expressões em negrito empacotam, nos termos de Cavalcante, algum trecho do texto. São três casos de anáfora, em que as expressões recuperam o que já foi dito, e um de catáfora, em que o trecho rotula o que o texto dirá em seguida.

Em **desse verdadeiro esporte nacional** encontra-se um rótulo avaliativo muito visível. O autor dá esse nome ao tipo de crime que considera mais organizado no Brasil: o assalto aos cofres públicos. Conforme as características apontadas por Cavalcante, esse é um exemplo de hibridismo em que o trecho se parece com uma anáfora indireta, porque não tem um referente pontual citado antes, e se parece com uma anáfora direta, porque é possível encontrar no texto os elementos que foram encapsulados pela anáfora. No último trecho em negrito – embora aconteça algo semelhante ao primeiro trecho negritado, havendo uma recuperação de todo um trecho do texto –, acontece também uma caracterização do autor para algo que ele mesmo constrói. Afinal, a **mentalidade** que ele acredita circular por aí é aquilo tudo que ele cita no parágrafo anterior.

No terceiro caso, recorri a Cunha e Cintra (2001, p. 341) para considerar que o "o" é um pronome demonstrativo que se refere "ao sentido geral de uma frase ou a um termo dela". Assim, "ser suspeito de homossexualidade" é um trecho empacotado pelo pronome.

Por fim, o caso da catáfora. Em **um retrato acabado do grau de disseminação do assédio aos cofres públicos** temos um sintagma nominal que antecipa todo o trecho iniciado a partir dos dois pontos e que termina na última palavra do parágrafo seguinte. É um rótulo também avaliativo utilizado pelo autor. Um rótulo que ele aplica antes de explicitar o referente, ou seja, de relatar o fato exibido pelo Jornal da Record.

Cavalcante (2003) dá ainda uma sugestão: que se incluem nesse grupo de anáforas os chamados *dêiticos discursivos*, definidos por ela como

elementos que apresentam, a um só tempo, três características: (a) o encapsulamento, pelo qual o conteúdo resumido ganha estatuto de referente e é categorizado ou como pró-forma ou como rótulo; (b) o procedimento dêítico, pelo qual são orientados os focos de atenção dos interlocutores, por causa da presença de um dêítico; (c) a pressuposição do posicionamento do falante ou do destinatário na situação real de comunicação, também devido ao dêítico (CAVALCANTE, 2003, p. 116).

Para a autora há basicamente dois tipos de anáforas encapsuladoras com dêiticos: aquelas com SN, que podem ser encontradas, por exemplo, em (1) – **nessa hipótese** –, (2) – **esses exemplos** –, (3) – **essa percepção** – e (4) – **esse tipo de mentalidade** –, e aquelas com demonstrativo em si, como o *isso*. Veja o exemplo em (6).

(6)

O ajuste do elevado e renitente déficit em conta corrente dos Estados Unidos, mediante uma desvalorização do dólar, para estimular as exportações, pode ser mais complexo do que parece. Desde 2001, a moeda dos EUA se desvalorizou 20% diante de uma cesta de divisas de outros países, e o resultado negativo nas transações externas apenas se ampliou.

Isso parece indicar que o déficit em conta corrente dos EUA encerra um amplo conjunto de interesses globais. (...)

Desvalorizações acentuadas do dólar provocariam perdas de riqueza para todos os detentores de ações, títulos e outros ativos em moeda americana. Os bancos centrais asiáticos, por exemplo, detêm reservas estimadas em US\$ 2,2 trilhões, aplicadas em papéis dos EUA. **Isso** parece formar um “círculo de ferro” que agrava desequilíbrios globais (...).

A correção dos desequilíbrios – externo e fiscal – parece exigir uma contração da demanda doméstica americana, que poderia ser desencadeada por uma elevação mais acentuada das taxas de juros. **Isso**, no entanto, arrastaria a economia mundial para uma recessão... (Editorial, FSP, 07 nov. 2004, Opinião, A2).

A complexidade da interpretação de dêiticos como *isso* é uma das maiores dificuldades no estudo dos encapsulamentos. Embora ajude na progressão textual, poderíamos nos perguntar que objeto-de-discurso se constrói com o encapsulamento feito pelo demonstrativo no primeiro caso. Acre-

dito que há duas possibilidades: uma, a de haver uma referência a todo o parágrafo anteriormente citado. Ou seja, “isso” que “indica que o déficit...” é a complexidade da questão da desvalorização do dólar para o ajuste desse déficit e o resultado negativo nas transações externas. É uma interpretação aceitável. Outra possibilidade é a de o demonstrativo se referir apenas ao “resultado negativo nas transações externas” que se ampliou. Afinal, parece ser “isso” que está a “indicar que o déficit em conta corrente...”. Em um ou outro caso, a escolha do leitor parece não afetar a progressão textual.

No segundo caso, a pergunta é o que forma o “círculo de ferro”? O dêitico aqui parece ser de interpretação mais complexa ainda. Pela brevidade do artigo, minha resposta, embora sucinta, seria a seguinte: se os EUA querem exportar mais, é preciso que os países para os quais exportam tenham riqueza. Se muitos desses países perdem riquezas com a desvalorização do dólar, por possuírem reservas financeiras na moeda americana, logo, vão comprar menos e as exportações dos EUA tendem a não crescer. O editorial chama essa complexidade de “círculo de ferro”, por acreditar que a moeda americana é praticamente a “moeda mundial”, já que afeta não só os EUA, mas praticamente todo o resto do mundo.

O último caso se parece muito com o primeiro. No entanto, embora uma interpretação da anáfora encapsuladora (*isso*) possa ser direcionada a todo o parágrafo anterior, parece-me mais pertinente fazê-la ao trecho “uma elevação mais acentuada das taxas de juros”, que seria o principal condutor da economia mundial para uma recessão.

A complexidade, porém, pode ser menos complicada em alguns trechos. Em (7), os dois dêiticos destacados referem-se a um trecho específico (“a abertura dos arquivos”), não sendo possível mais de uma interpretação.

(7)

Sou a favor da abertura dos arquivos. **Isso** tem de ser feito de modo que não se cause trauma. **Isso** vai ser feito. É uma decisão que o governo vai tomar dentro do seu próprio ritmo (BASTOS, M. T. FSP, 18 nov.2004, Opinião, A2).

4 O PROBLEMA DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS

Uma consulta bastante apurada sobre os pronomes demonstrativos nas anáforas encapsuladoras mostrará que eles são muito recorrentes nesse tipo de expressão referencial. Muitos dos exemplos que estão neste

artigo têm pronomes demonstrativos encabeçando a expressão que serve como referência a um trecho do texto.

No entanto, é comum encontrar casos de expressões referenciais introduzidas por demonstrativos em que não se tem uma anáfora encapsuladora propriamente dita. O caso mais freqüente que encontrei nos artigos pesquisados é aquele ao qual Apothéloz (2003, p. 71) chama de *anáfora fiel*. Para o autor, *fiel* é o adjetivo atribuído à anáfora cujo referente tem o mesmo núcleo no SN, ou seja, a anáfora é composta de um determinante (artigo, pronome) e um nome, que é o mesmo já citado anteriormente na expressão introdutora do referente. Se, por outro lado, a retomada se der por meio de um sinônimo ou hiperônimo, a anáfora é dita *infiel*. Em geral, as anáforas (fiéis ou infiéis) com demonstrativos não serão encapsuladoras se estiverem retomando,⁴ total ou parcialmente, um termo já citado no texto. Exemplos assim são inúmeros. Observe (8) e (9).

(8)

No cargo de advogado da Casa Branca, que [Alberto Gonzales] ocupou durante o primeiro mandato de George Bush, Gonzales elaborou a doutrina governamental que, desde 11 de setembro de 2001, rege as leis entre a “guerra ao terror” e os direitos humanos.

Essa doutrina sustenta-se sobre dois memorandos. (...)

O segundo memorando foi escrito por Jay Bybee, assessor do Departamento de Justiça, depois nomeado juiz federal por Bush. **Esse documento** redefine o significado de tortura... (Magnoli, D. FSP, 18 nov. 2004, Opinião, A2)

(9)

Nas eleições municipais de 2004, senti a mesma coisa, mas com uma diferença. O desencanto em relação ao governo federal chegou muito cedo, em menos de dois anos, antes da metade do mandato.

Qual seria a causa dessa decepção?... (Moraes, A. E. de. FSP, 07 nov. 2004, Opinião, A2).

Nos termos de Cunha e Cintra (2001, p. 328), em **essa doutrina** o pronome demonstrativo cumpre uma função anafórica de “lembra ao ouvinte ou ao leitor o que já foi mencionado”. Ou seja, a doutrina já foi mencionada e já se sabe qual é. A retomada acontece aqui por meio da *anáfora fiel*, ou seja, o núcleo do SN na expressão referencial é o próprio termo antecedente.

⁴ Nos termos de Cavalcante (2003, p. 109), ou seja, com correferencialidade.

No segundo caso, a análise é praticamente a mesma, com ressalva para a expressão **documento**, que marca uma *anáfora infiel*, pois retoma um termo (memorando) utilizando um hiperônimo para ele. Esse caso poderia ser considerado também um fenômeno de recategorização. Se o leitor não considerar o memorando como uma forma de documento, ele entenderá que o autor utiliza o termo de modo a dar um determinado *status* (documento) para algo que está próximo da informalidade (o memorando).

Em (9), tem-se um caso típico de sinonímia – portanto de *anáfora infiel* – em que a expressão referencial (essa decepção) retoma o antecedente “desencanto”.

Casos assim corroboram a afirmação de que os pronomes demonstrativos não são sempre condicionadores da presença de anáforas encapsuladoras.

5 A IMPORTÂNCIA DOS ENCAPSULAMENTOS PARA OS TEXTOS DE OPINIÃO

A partir das características e análises feitas neste artigo, é possível levantar algumas hipóteses que tentem mostrar a importância das anáforas encapsuladoras em textos de opinião.

Em primeiro lugar, elas são importantes para o texto de modo geral, já que, como disse no item 1, auxiliam na progressão textual e na progressão tópica por estabelecerem um objeto-de-discurso a partir de um trecho do texto.

Depois, como diz Koch (2004b, p. 71), um encapsulamento estabelece “um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subseqüentes. É esta a razão por que, freqüentemente, aparecem em inícios de parágrafos”. Embora o que Koch (2004b) diz não seja uma regra, é ao menos comum que os encapsulamentos estejam ou no início de parágrafos, ou no início de períodos – podem-se verificar os exemplos apresentados neste texto.

A seguir, como consideram alguns teóricos, as anáforas encapsuladoras funcionam também como um rótulo avaliativo, pelo qual o autor do texto expõe a opinião dele próprio ou de outrem. Em textos de opinião, avaliar é parte da construção do texto. Se o autor tem um recurso que mostra essa avaliação, certamente poderá (e quererá) utilizá-lo.

Os textos opinativos pretendem, muitas vezes, convencer o leitor sobre determinado assunto. Para isso, constroem a imagem de algo da forma como querem que o leitor veja. Por meio dos rótulos avaliativos, o

encapsulamento pode conduzir o olhar do leitor para determinado foco. Foi isso que mostrei, por exemplo, em (2), analisando o termo “esse ‘fogo amigo’”.

Um outro aspecto interessante é que, na maioria dos casos, parece-me patente o uso de expressões genéricas, opiniões, declarações, hipóteses, argumentos etc. em textos de opinião. O autor trabalha um material muito abstrato, o que facilita o emprego das anáforas encapsuladoras. Schwarz, apud Koch (2004a), escreve sobre essa característica dos encapsulamentos em recuperar expressões genéricas e inespecíficas (ver item 3).

São razões que, ao meu ver, estabelecem uma relação entre os encapsulamentos e os textos de opinião e revelam a importância desse tipo de anáfora para esse tipo de texto.

CONCLUSÃO

Embora este artigo tenha feito uma série de análises com os encapsulamentos, inclusive levantando hipóteses a respeito da importância deles para os textos de opinião, quero deixar uma pergunta como tema para trabalhos futuros: como saber a que parte do trecho uma anáfora encapsuladora está se referindo? Seria muito importante investigar que mecanismo garante ao leitor uma interpretação adequada de uma expressão complexa como é o encapsulamento. Claro que, como falantes da língua, a interpretação desses termos parece ser bastante intuitiva e foi a intuição mesmo, na maioria das vezes, que utilizei para analisar os casos apresentados neste artigo. No entanto, uma investigação mais apurada poderia auxiliar no estudo das anáforas.

Ciente de que não abordei todos os aspectos possíveis dos encapsulamentos, indico as leituras que me serviram de base para este artigo a fim de completar determinadas lacunas que deixei ao longo do texto.

RESUMO

A partir das idéias de progressão referencial, objetos-de-discurso e referencialidade, este artigo se propõe a analisar a presença de anáforas encapsuladoras, também ditas encapsulamentos, em textos de opinião. Procura-se apresentar algumas características desse tipo de anáfora e, ao mesmo tempo, entender quais dessas características são mais comuns no texto opinativo. Além disso, o artigo apresenta algumas expressões

com pronomes demonstrativos, que são comuns nos encapsulamentos, que não estão no campo das anáforas encapsuladoras.

Palavras-chave: *anáfora encapsuladora; lingüística textual; texto de opinião.*

ABSTRACT

From the referential progression ideas, discourse objects and referentiality, this paper wants to analyze the occurrence of encapsulators anaphors, known as encapsulations, in the opinion texts. It finds to show some characters of this kind of anaphor and, at the same time, to comprehend what of theses characters are more common in the opinion texts. Besides, the paper presents some expressions with demonstrative pronouns, that are commons in the encapsulations, that are not in the encapsulators anaphors field.

Key-words: *encapsulators anaphors; textual linguistics; opinion texts*

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.
- CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, v. 44, 2003.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 07 nov. 2004. Caderno “Opinião”.
- _____. São Paulo, 17 nov. 2004. Caderno “Opinião”.
- _____. São Paulo, 18 nov. 2004. Caderno “Opinião”.
- KOCH, I. G. V. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: FOLTRAN, M. J.; NEGRI, L.; OLIVEIRA, R. P. de. *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004a. p. 244-262.
- _____. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- _____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A*. São Paulo, v. 14, p. 169-190, 1998.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos-de-discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

A PROBLEMÁTICA DOS AMERICANISMOS: TEORIAS DE DIVISÃO DIALETAL, ANÁLISE DE DADOS E UMA PROPOSTA PARA A MARCAÇÃO DIATÓPICA DO DICIONÁRIO DE FALSOS AMIGOS ESPANHOL - PORTUGUÊS

*The issue on Americanisms:
dialect division theories, data analysis and a
proposal for diatopic marking in Spanish-Portuguese
dictionaries of false cognates*

Michelle Kuhn Fornari*

Este trabalho está inserido em um projeto de pesquisa que almeja a elaboração de um dicionário de falsos amigos Espanhol - Português.¹ A questão abordada diz respeito à marcação diatópica proposta no nosso dicionário e será tratada a partir do estudo da fragmentação do Espanhol da América e das imputações diatópicas oferecidas pelos dicionários de americanismos.

Na primeira parte deste trabalho, será traçado um panorama dos métodos de divisão dialetal do Espanhol Americano, buscando uma melhor compreensão em relação à problemática da variação existente na língua. Em seguida, analisaremos o tratamento dessas teorias na marcação diató-

* Aluna do curso de Licenciatura em Letras - Hab. professor - Português e Espanhol e bolsista do programa Pibic/CNPq - UFRGS no projeto de pesquisa "Dicionário de falsos amigos Espanhol-Português" sob a orientação do Prof. Dr. Félix Valentín Bugueño Miranda.

¹ Para uma definição macroestrutural (critérios de seleção) do dicionário de falsos amigos tanto no que diz respeito ao Espanhol como no que se refere ao Português, ver Bugueño (2001) e Bugueño (2003).

pica de três dicionários de americanismos. Na segunda parte, apresentaremos uma proposta de marcação diatópica baseada no resultado obtido com essa pesquisa teórica que se refere às divisões dialetais e a análise de dados supracitados.

A dialetologia hispano-americana proporciona um vasto campo de pesquisa no que diz respeito à formação do Espanhol da América. O problema dos americanismos pode ser analisado com base nos métodos de divisão dialetal disponíveis, a partir do ponto de vista de cada um deles.

Ureña (1921) (apud MORENO, 1988, p. 118) apresenta uma classificação baseada na distribuição geográfica das principais famílias de línguas indígenas presentes durante a colonização espanhola. Segundo essa teoria, o fator mais relevante para o desenvolvimento dos dialetos americanos são os substratos indígenas que hipoteticamente influenciaram a formação do Espanhol Americano. Os critérios utilizados por Ureña (1921) para estabelecer suas cinco zonas dialetais são: substrato lingüístico (contato com uma língua indígena), proximidade entre as regiões (critério geográfico) e laços que uniram as regiões durante a dominação espanhola (critério político-cultural). O principal elemento distintivo é o vocabulário. A divisão dialetal de Ureña (1921) se caracteriza por cinco zonas dialetais:²

1. México, incluindo Novo México e a maioria da América Central (Nahua);
2. Caribe – Antilhas e regiões costeiras da Colômbia e Venezuela (Arahuaco);
3. Terras altas da América do Sul, desde Colômbia até Bolívia e o Norte do Chile (quéchua);
4. Centro e Sul do Chile (mapuche/ araucano);
5. Países do Rio da Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (guaraní).

Lipski (1994, p. 19) chama a atenção para o fato de que as zonas de Ureña (1921) apresentam tanto unidade quanto diversidade, mas a principal crítica à teoria do substrato lingüístico parte de Rona (1964) (apud MORENO, 1988, p. 121), que considera os critérios seguidos por Ureña (1921) subjetivos e extralingüísticos, isto é, por causa do caráter lingüístico dos dialetos, Rona (1964) defende a idéia de que estes devem ser teorizados a partir de fatos objetivos e a base para essa teoria deve ser igualmente de caráter predominantemente lingüístico.³

² Cf Lipski (1994, p. 18).

³ Uma visão baseada em dados extralingüísticos é a de Malmberg (1974, p. 145), que aponta fatores políticos, sociais e culturais dentre as características que determinaram as diferentes formações do Espanhol da América.

A influência do substrato indígena na estruturação do Espanhol americano é relativa, pois uma língua se estrutura em diferentes níveis: fonético-fonológico, morfossintático e lexical. Para que se possa falar em influência do substrato indígena, é necessário avaliar essa influência em relação a todos esses níveis. É fato que houve mescla de população e de línguas em algumas zonas, mas não é possível afirmar o quanto essas línguas tiveram contato. Sabe-se que lexicalmente a influência é considerável, mas em outros níveis, provavelmente, não se tem influência considerável do substrato.⁴ Além disso, Rona (1964) alerta para o fato de que não se pode restringir a cinco as famílias de línguas na América que exercem influência no espanhol americano, pois podem-se considerar mais de cem que exerceram e ainda exercem influência no espanhol.

Outra divisão fundamentada na geografia, porém de caráter puramente exógeno,⁵ é a teoria das “terras altas por terras baixas ou costa” e influência climática, disputa entre Wagner (1920) e Ureña (1921). Wagner (1920) (apud MORENO, 1988, p. 28) acreditava no predomínio andaluz na conquista e na colonização da América, e, no que diz respeito à pronúncia, acreditava em uma enorme influência da região de Andaluzia. Seu argumento é que os colonos teriam buscado um clima parecido ao que estavam acostumados na Metrópole, ou seja, espanhóis de terras altas e frias estabeleceram-se nas cidades montanhosas interioranas e espanhóis de terras baixas e quentes (andaluzes) fixaram-se nas costas. Esse método de divisão dialetal liga as diferenças entre as terras altas e baixas americanas com a região de origem dos colonos espanhóis.

Essa teoria enfraquece por dois motivos principais. O primeiro é que as zonas climáticas da Espanha não se relacionam tanto com a pronúncia como se constata na América. Por exemplo, Extremadura, região da Espanha fria, montanhosa e afastada do mar que se caracteriza pela redução das consoantes, característica muito presente no espanhol americano falado na costa. Também é considerável o fato de que algumas regiões andaluzas se parecem no que diz respeito ao clima com as zonas altas da América Hispânica. O segundo motivo que colabora para o enfraquecimento da teoria é o fato de que não é alta a probabilidade de que os colonos tenham procurado no novo mundo um clima parecido ao que eram submetidos na península.

Por outro lado, a teoria se sustenta graças à vontade dos colonos de manter o mesmo tipo de trabalho que tinham na Espanha. Se isso de fato

⁴ Segundo Lapesa (1988, p. 556), “la contribución más importante y segura de las lenguas indígenas está en el léxico.”

⁵ Consideramos teorias exógenas aquelas baseadas em critérios extralingüísticos, tais como o clima, a geografia e laços políticos ou culturais. Teorias endógenas são aquelas baseadas em critérios puramente lingüísticos, tais como o substrato indígena ou traços fonéticos.

ocorreu, pode ter contribuído para uma distribuição territorial que mantém semelhanças climáticas com a Metrópole, pois do clima dependiam muitas das atividades profissionais.

Outro ponto importante que sustentaria a teoria é o fato de que chegavam elementos lingüísticos à costa da América com as pessoas envolvidas com atividades marítimas na Espanha, ou seja, chegavam de pessoas que viviam em Andaluzia, enquanto pessoas ligadas ao clero, militares e estudantes provenientes do Norte da Espanha chegavam às regiões interioranas, onde estavam os centros administrativos da América. Isso também pode ter contribuído para a semelhança fonológica entre as regiões costeiras da América.

Acreditamos ser inegável a influência do espanhol de Andaluzia na estruturação do espanhol americano, mas é preciso salientar que a única evidência que se pode perceber de maneira precisa é o seseo,⁶ pois outros traços fonéticos, morfossintáticos e lexicais não permitem chegar com absoluta segurança a uma conclusão andaluza.⁷ Preferimos apoiar a idéia de que o espanhol andaluz é apenas um dentre muitos elementos que contribuíram para a formação do espanhol da América, adotando, assim, uma explicação poligenética⁸ para tal fenômeno. A partir dessa explicação, podemos considerar o Espanhol Americano como o resultado de uma constante evolução.

Considerando o fato de que o sotaque⁹ é o traço que mais facilita a distinção em relação aos dialetos americanos, novamente Ureña (1921) (apud LIPSKI, 1994, p. 23) e Honsa (1975) (apud LIPSKI, 1994, p. 23) propõem teorias baseadas em traços fonéticos. Ureña (1921) relacionou a perda ou manutenção do /s/ de final de sílaba e a distribuição geográfica desse traço para delimitar a fragmentação lingüística do Espanhol Americano. Honsa (1975) baseou-se na presença ou ausência do fonema /λ/ e na realização do /s/ de final de sílaba para a sua classificação.

Rona (1964) (apud MORENO, 1988, p. 121) foi o primeiro a formular uma teoria combinando traços fonéticos com o voseo¹⁰ e suas variáveis

⁶ Seseo é um fenômeno que consiste em não diferenciar /s/ e /c/ ou /z/, pronunciando sempre o som referente ao fonema fricativo interdental surdo.

⁷ Uma boa síntese a respeito do andalucismo hispano-americano está em Lapesa (1988, p. 563-570).

⁸ Acreditamos na influência de diversos fatores na fragmentação do Espanhol Americano, mas não podemos afirmar com exatidão quais ou quantos contribuíram. O termo *poligenético* diz respeito a uma divisão dialetal gerada por diversos aspectos lingüísticos (por exemplo, as línguas indígenas) e extralingüísticos (tais como proximidade entre regiões).

⁹ Conforme Trask (2004), sotaque é um modo particular de pronunciar uma língua. Cada tipo distinto de pronúncia é chamado de sotaque.

¹⁰ Voseo é um fenômeno consistente na troca de *tú* por *vos* e se dá em grande parte da América.

morfológicas. Sua classificação é baseada na distribuição de traços individuais. Rona (1964) nega a existência de zonas dialetais nítidas na América, defendendo a idéia de que, de fato, o que há são superposições, apresentando, dessa maneira, uma modificação no método de investigação, em que a determinação das zonas é feita a partir de isoglosas.

Com tais procedimentos, Rona (1964) (apud MORENO, 1988, p. 121) estabelece dezesseis zonas e considera áreas de convivência com o inglês ou de dialetalismos crioulos e áreas de dialetos mesclados com o português, formando mais sete zonas, resultando um total de vinte e três zonas. As críticas à classificação de Rona (1964) dizem respeito principalmente à falta de contigüidade – segundo Zamora e Guitart (1982) (apud MORENO, 1988, p. 123), “la contigüidad se considera un requisito para incluir diferentes regiones dentro de la misma zona, salvo que lo único que las separe sea el mar.” – e à desproporção na dimensão geográfica entre algumas zonas, a exemplo uma comparação entre a zona 1 (México, Antilhas, costas caribenhas da Colômbia e da Venezuela e metade oriental do Panamá) e a zona que só abrange a parte ultra-serrana do Uruguai.

Zamora e Guitart (1982) (apud MORENO, 1988, p. 123), influenciados pelos métodos de divisão utilizados por Rona (1964), apresentam também uma teoria baseada em variáveis morfofonológicas. O critério é absolutamente lingüístico, ou seja, trata-se de uma teoria de caráter endógeno. Os elementos distintivos são três traços: dois fonéticos, aspiração ou conservação do /s/ de final de sílaba e a realização velar ou glotal do /x/, e um morfossintático, presença ou ausência do voseo ou convivência com o tuteo. Assim como no trabalho de Rona (1964), nesse estudo não é utilizado nenhum aspecto do léxico, pois “as isoglosas se tornam menos sistemáticas dentro do conjunto da linguagem”.¹¹

O resultado se reparte em 9 zonas:¹²

1. Zona do Caribe, incluindo costa do México, Colômbia, leste do Panamá;
2. Terras altas do México;
3. América Central, oeste do Panamá;
4. Interior da Colômbia, Venezuela andina;
5. Costa do Pacífico da Colômbia, Equador;
6. Costa do Peru;

¹¹ Cf Rona (1964) (apud MORENO, 1988, p. 122).

¹² Cf Lipski (1994, p. 31).

7. Altiplano do Peru, Equador, Bolívia, noroeste da Argentina;
8. Chile;
9. Paraguai, leste da Bolívia, Uruguai, maioria da Argentina.

Por fim, Cahuzac (1980) (apud LIPISKI, 1994, p. 33) apresenta uma divisão do espanhol da América baseada em dados lexicais. Partindo de uma lista de 184 termos utilizados para designar os homens do campo, retirada de dicionários de americanismos, procede-se à definição apontando-se o âmbito geográfico da palavra, ou seja, definindo o termo como usado em toda a América, somente em um país, vários países, etc. Para Cahuzac, (1980), a linguagem dos homens do campo se origina das regiões espanholas, tendo uma distribuição geográfica na América que não apresenta uniformidade.

Essa teoria também apresenta um caráter exógeno e se aproxima da teoria de “terras altas por terras baixas ou costa”, pois se baseia nas regiões espanholas e na sua influência na formação do Espanhol Americano. As críticas dirigidas à teoria semântico-léxica de Cahuzac (1980) se referem à confiabilidade duvidosa dos dicionários de americanismos, de onde foram retiradas as palavras, definições e marcação diatópica. Também é importante salientar que somente o ambiente camponês e o que lhe diz respeito não é suficiente para fundamentar uma divisão dialetal.

Todas a teorias esboçadas acima partem do princípio de que existe uma variação no Espanhol da América, mas nenhuma delas consegue dar conta da explicação para este fato.¹⁵ Segundo Mounton (2001), “las propuestas difieren mucho una de las otras en función de los criterios de partida. Todas son enriquecedoras, pero ninguna de ellas es concluyente y otras nuevas podrían siempre matizar o mejorar las anteriores.” A primeira pergunta que podemos nos fazer é se essa variação é fruto do substrato indígena ou da influência peninsular.

Considerando a enorme extensão territorial da América Latina e a grande variação detectada na pronúncia e no léxico, consideramos necessário que se proponham esquemas de classificação, mas, em vista da quantidade de falhas que apresentam as teorias dialetais disponíveis, sugerimos como solução provisória para o estudo da fragmentação lingüística do Espanhol da América a classificação por países, embora, obviamente, saibamos que a variação dialetal não pára nos limites entre uma nação e outra. Esse tipo de divisão é meramente descritivo e tem o objetivo de percorrer os traços de cada país americano de língua espanhola. Esse esforço por parte

¹⁵ Um interessante exame crítico sobre as divisões dialetais está em Alvar (1996).

dos pesquisadores e dialetólogos de teorizar a variação lingüística na América ainda não encontra um reflexo na maioria dos dicionários.¹⁴

Passamos a analisar três dicionários de americanismos:¹⁵ Mo (1983), EvAm (1987) e SoAm (1983), buscando um reflexo que as teorias de divisão dialetal possam ter provocado em suas marcações diatópicas. É possível observar que Mo (1983) baseia-se muito na questão do substrato lingüístico, apontando quase sempre empréstimos das línguas indígenas, o que não é tão freqüente em EvAm (1987) e SoAm (1983), como se pode perceber no tratamento da palavra *acabiray* em Mo (1983):

acabiray (Del guarani *acá*, “cabeza”, *y birá*, “rojiza”). m. Arg (NE), Par. Buitre de cabeza pelada, *Cathartes aura*. □ La voz es nombre guaraní que se usa esporádicamente en la zona de influencia del guaraní.

Mo (1983)

Mo (1983) aponta em sua marcação diatópica o Paraguai e apenas o Nordeste da Argentina. SoAm (1983) considera a palavra recorrente em toda a América e EvAm (1987), diferentemente de ambos, aponta toda a Argentina e o Uruguai, sem menção ao Paraguai, apontado por Mo (1983). A marcação diatópica de EvAm (1987), nesse caso, é extremamente questionável:

acabiray n. m. Zool. Ornitol. (Argent., Urug., Río de La Plata). Especie de buitre, de color pardo oscuro.

EvAm (1987)

Aqui se pode salientar a desorganização da marcação diatópica, que traz além de “Argentina” e “Uruguai”, a marca “Río de La Plata”. Há, no mínimo, uma redundância, afinal, os países formadores da região do Rio da Prata são Uruguai, Argentina e Paraguai. Dessa forma, fica evidenciada uma falha relacionada à ausência do Paraguai na marca, uma vez que tal país faz parte da região do Rio da Prata. Acreditamos que a melhor opção seria escolher entre a marca “Argent., Urug.” e a marca “Río de La Plata”.

¹⁴ Werner (2001) desenvolve um estudo crítico a respeito da produção lexicográfica do Espanhol Americano, trazendo questões de fundo social e apontando tarefas a serem executadas e espaços a serem preenchidos, em busca daquilo que denomina “una producción diccionarística profesional en todos los aspectos”.

¹⁵ Os dicionários de americanismos utilizados serão referidos pelas siglas Mo (Morínigo), EvAm (Everest) e SoAm (Sopena). Também serão referidos os dicionários-padrão da Língua Espanhola *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE) e *Diccionario de usos del Español* (DUE). Com isso, seguimos a tendência geral da metalexicografia (cf. HARTMANN, 2001, p. 11).

Também se pode chamar a atenção para a discordância entre os três dicionários. Em princípio, a única unanimidade é a Argentina, mas ainda assim não em sua totalidade, afinal, Mo (1983) só considera a região nordestina do país. Enquanto EvAm (1987) aponta o Uruguai, Mo (1983) aponta o Paraguai em sua marcação diatópica, evidenciando assim a falta de confiabilidade proveniente dessa modalidade de dicionário.

No caso da palavra *farra*, outra selecionada para a análise, chamamos a atenção para uma discrepância muito grande nas marcações diatópicas de cada dicionário, como se pode observar:

farra. *n.f. (Argent., Colomb., Chile, Ecuad., Perú).* Jarana, juerga, parranda. *n.f. (Argentina, Uruguay).* Burla.

EvAm (1987)

farra (Voz del portugués brasileño, “orgía ruidosa”.)*f. Arg., Bol., Col., Chi., Ecu., Par., Per., Uru. vulg.* Juerga. Jarana. /2/ *Arg., Uru.* Burla. Titeo. /3/ *Tomarlo para la FARRA.* Tomarle el pelo.

Mo (1983)

farra. *f. □1. Holgorio, diversión. Bulliciosa. □2. Titeo, burla.*

SoAm (1983)

Mo (1983) aponta a etimologia da palavra, considerando-a como originária do português brasileiro, e aponta ainda sua primeira acepção como recorrente em Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai. EvAm (1987) considera apenas Argentina, Colômbia, Chile, Equador e Peru, sem menção à Bolívia e ao Paraguai. SoAm (1983), como é característico, considera a acepção como recorrente em toda a América.

Outro problema é a marca de uso presente em Mo (1983), que aponta a acepção como vulgar. Em EvAm (1987) não consta nenhuma marca de uso, assim como em SoAm (1983), o que também é uma incoerência, considerando que o conteúdo semântico é o mesmo nos três dicionários. A discrepância se realiza entre os três dicionários, tanto no âmbito da marcação diatópica quanto no âmbito da marcação diastrática.

Em seguida, analisamos a palavra *farrear* e verificamos uma incompatibilidade em suas marcações diatópicas:

farrear *v. intr. (Amér., Argent., Chile).* Andar de farra o de parranda.

EvAm (1987)

farrear. *intr.* Arg., Chi., Ecu., Par., Uru. Andar de farra o juerga. /2/ Arg., Uru. Burlarse de una persona. /3/ r. Malbaratar los bienes en parrandas. < Fulano SE FARREÓ el dinero de la cosecha. >
Mo (1983)

farrear. (de *farra*, holgorio). □1. *v. intr.* Jaranear. □2. *v. tr.* Malbaratar, malvender la hacienda. □3. *v. r.* Burlarse, mofarse de alguno.

SoAm (1983)

No que se refere a Mo (1983), é questionável que a marcação diatópica de *farrear* (1^a acepção) não seja a mesma da palavra *farra* (1^a acepção). Mo (1983 s.v.) não considera Colômbia e Peru, países apontados em *farra* (Mo 1983 s.v.). Isso poderia significar que a palavra *farra* foi produtiva (em termos de derivação) em todos os países marcados, enquanto na Colômbia e no Peru não houve derivação (considerando que o verbo derivou-se do substantivo). Tal fenômeno é possível, mas essa afirmação não passa de uma inferência que se dá a partir de dados que não apresentam muita confiabilidade. Tal confusão não acontece na segunda acepção para *farra* de Mo (1983), “burla, titeo”, em que a marcação diatópica diz respeito a Argentina e Uruguai, como em *farrear*, segunda acepção. Temos, nesse caso, coerência:

farra /2/ Arg., Uru. Burla. Titeo.

farrear /2/ Arg., Uru. Burlarse de una persona.

Mo (1983)

A discrepância aparece, porém, em EvAm (1987), que em *farrear* não aponta uma segunda acepção. Tanto Mo (1983) quanto SoAm (1983) apresentam três acepções para a palavra, SoAm (1983) considerando todas como de uso recorrente em toda a América e Mo (1983) apontando as marcações diatópicas.

Outro problema detectado na única acepção de EvAm (1987) para *farrear* é sua marcação diatópica (Amér., Argent., Chile). Há uma incoerência semelhante à observada na palavra *acabiray*. EvAm (1987) alude primeiro à América, depois especifica Argentina e Chile, como se ambos não fizessem parte do continente americano. Ou a palavra é recorrente em toda a América, o que inclui Argentina e Chile, ou apenas nos dois países.

No tratamento da palavra *cahuín* acontece um problema, mas relacionado à sua etimologia:

cahuín. **n. m. (Chile, voz araucana).* Concurrencia de gente en la que se da el bullicio y la borrachera.

EvAm (1987)

cahuín. (Del guaraní *ca'ú*, “borrachera”, e *in*, “agua”.) *m. Chi.* Borrachera. /2/ Reunión de gente alegre. ▲ En todos los pueblos guaraníes *cauí* era el nombre de la chicha de maíz.

Mo (1983)

cahuín. (Del araucano *cahuiñ*, comida o bebida con que se celebra una obra nueva.). *m.* ■1. Borrachera, o comilona compañada de borrachera. ■2. *adj. Fig. Chismoso.* Ú.t. c. s. ■3. *Andar en cahuines.* *frs. fig. y fam.* Andar metido en enredos.

SoAm (1983)

EvAm (1987) e SoAm (1983) apontam *cahuín* como uma palavra de origem araucana. Na classificação de Ureña (1921), a zona de influência araucana (zona 4) inclui o centro e o sul do Chile, logo, a marcação diatópica de EvAm (1987) parece ser coerente. Mo (1983) remete *cahuín* à influência guarani, inclusive chamando a atenção para a significação da palavra nos povos guaranis, “nombre de la chicha de maíz”, o que parece relacionar-se com o significado da palavra em espanhol, “borrachera”. Uma explicação também lógica e coerente traz SoAm (1983), ao esclarecer a etimologia de *cahuín* (“del araucano *cahuiñ*, comida o bebida con que se celebra una obra nueva”), que certamente tem algo em comum com a definição “borrachera, o comilona compañada de borrachera.” O problema etimológico parece insolucionável, pois é possível que a palavra seja de origem guarani e tenha sido abarcada pelo léxico araucano, ou vice-versa.

Há, ainda, um desencontro de acepções no que diz respeito a esses três dicionários. Mo (1983) parece dividir em duas a acepção de EvAm (1987) “concurrencia de gente en la que se da el bullicio y la borrachera.” Contudo, SoAm (1983) exclui a segunda acepção de Mo (1983) e acrescenta uma (“2. *adj. Fig. Chismoso. Ú.t. c. s.*”), além da expressão idiomática (“3. *Andar en cahuines.* *frs. fig. y fam.* Andar metido en enredos”).

Não pretendemos, neste trabalho, analisar a qualidade das definições,¹⁶ mas sim apontar as falhas que contêm esses dicionários no que diz respeito às suas marcações diatópicas, mas também, é claro, analisar as definições e verificar sua coerência quanto à significação apresentada em

¹⁶ Para informações a respeito da qualidade das definições, ver Seco (1987) e Beneduzi (2003).

cada um dos dicionários selecionados. O tratamento da palavra *cajeta*, por exemplo, é um caso muito complexo tanto no que se refere à marcação diatópica quanto no que se relaciona à coerência de suas definições:

cajeta. **n.f. (Amér.)* Caja en la que se venden postres.

EvAm (1987)

cajeta. *f. Ant., Cent., Méx.* Dulce, jalea o turrón que tiene la forma del molde en que se cuajó. /2/ Caja en que se venden estos dulces. /3/ *Cub.* Caja para tabacos. /4/ *Arg., Par.* La vulva de la mujer. /5/ *adj. Cos., Ecu.* Que tiene la quijada o el labio inferior muy saliente. /6/ *Méx.* Pusilánime. Cobarde.

Mo (1983)

cajeta. (dim. de caja). *F. ■1. Caja de tabaco, tabaquera. ■2. Persona que tiene el labio o la quijada muy saliente; befo. ■3. Caja redonda con tapa que se usa para echar dulces y jaleas, y tambien el dulce o jalea que contiene. ■4. De cajeta.* *m. adv. De modo excelente, muy bien. Salió de cajeta el negocio.*

SoAm (1983)

A primeira acepção de SoAm (1983), sem marcação diatópica, característica deste dicionário, encontra par na terceira de Mo (1983), relacionada a Cuba, mas em EvAm (1987) tal acepção não existe. A segunda acepção de SoAm (1983) se encontra em Mo (1983), relacionada à Costa Rica e ao Equador, mas igualmente não consta em EvAm (1987). A terceira acepção de SoAm (1983) ("Caja redonda con tapa que se usa para echar dulces y jaleas, y tambien el dulce o jalea que contiene") parece ser igual à primeira de Mo (1983), ("Dulce, jalea o turrón que tiene la forma del molde en que se cuajó") e à única de EvAm (1987) ("Caja en la que se venden postres"). Contudo, EvAm (1987) e Mo (1983) (que parece separar um significado em duas definições, primeira e segunda) fazem alusão ao ato da venda da sobremesa ou doce. SoAm (1983) não se refere a isso em sua definição, trazendo a dúvida quanto à veracidade dessas informações.

O problema diatópico aparece também de forma bastante notável. Em SoAm (1983), temos três acepções e uma expressão idiomática consideradas como de uso recorrente em toda a América, o que se repete em EvAm (1987). Mo (1983), ao contrário, marca suas acepções diatopicamente, trazendo, inclusive, duas acepções a mais, uma para o México ("Pusilánime. Cobarde.") e uma para Argentina e Paraguai ("La vulva de la mujer."), ambas não registradas por EvAm (1987) e SoAm (1983).

Um problema similar acontece ao analisar a palavra *calcha* dentro desses três dicionários. Todos trazem a definição “conjunto de prendas de vestir y cama de los trabajadores”. Mo (1983) acrescenta à definição “y aun piezas del apero de montar”, enquanto SoAm (1983) a divide em duas definições (acepções 3. “pl. Conjunto de las prendas de vestir y cama de los trabajadores.” e 4. “Piezas del apero de montar.”). O problema se dá na marcação diatópica, pois EvAm (1987) marca Argentina e Chile, Mo (1983) marca apenas o NO da Argentina e SoAm (1983) considera, como já sabemos, uso recorrente em toda a América. SoAm (1983) aponta, ainda, a marca de uso no plural, enquanto EvAm (1987) e Mo (1983) não fazem a isso nenhuma referência.

Outra acepção encontrada nos três dicionários para *calcha* é “plumas em patas y dedos de las aves”, cuja marcação diatópica coincide em EvAm (1987) e Mo (1983) e se refere ao Chile. Para SoAm (1983), uso recorrente em toda a América.

A segunda acepção de Mo (1983) (“/2/ *Chi*. Cerneja. Pelo largo en los caballos por encima del vaso.”) só é encontrada em SoAm (1983) (“1 Cerneja, mechón de cerdas cortas y espesas, que tienen las caballerías sobre las cuartillas de los pies y las manos. Ú. m. en pl.”). Mo (1983) marca como uma palavra de uso recorrente no Chile, e há ainda outra discrepância em relação a SoAm (1983), pois este faz referência a um uso mais freqüente no plural. Mo (1983) acrescenta mais duas definições (“/4/ Pelo que cubre la frente”. e “/5/ Harapos, jirones que cuelgan de la ropa.”), sem referência em EvAm (1987) e SoAm (1983).

O problema da marcação diatópica está presente em grande parte dos “americanismos”, ainda que os três dicionários concordem quanto à etimologia da palavra, como no caso de *callampa*:

callampa. *n. f. (Chile, voz quechua). Seta, hongo. *n. f. (Chile). Barraca. *n. f. (Chile). Sombrero de fielro.

EvAm (1987)

callampa. (Voz quichua, “hongo”). f. *Col.*, *Chi.*, *Per.* Hongo comes-
tible. /2/ *Chi*. Sombrero de fielro.

Mo (1983)

callampa. (del quichua *ccallampa*). f. ■1. Hongo, seta. ■2. fig. y fam. Sombrero de fielro. ■3. Oreja grande. ■4. Punta de la regade-
ra.

SoAm (1983)

Na primeira acepção, EvAm (1987) considera apenas o Chile, Mo (1983) acrescenta Colômbia e Peru. Na acepção “sombrero de fieltro”, EvAm (1987) e Mo (1983) concordam quanto à marcação diatópica, referindo o Chile. Contudo, o problema se dá na marca de uso apontada por SoAm (1983), “figurado e familiar”, a que Mo (1983) e EvAm (1987) não fazem alusão. EvAm (1987) acrescenta ainda a definição “barraca”, marcada diatopicamente para o Chile. SoAm (1983) também apresenta acepções não encontradas em EvAm (1987) e Mo (1983), “oreja grande” e “punta de la regadera”.

Callana, uma palavra que, segundo os três dicionários, tem origem quéchua, apresenta grave problema de marcação diatópica, como se pode observar na primeira acepção de cada um:

callana. *n. f. (Amér., voz quechua). Vasija rudimentaria que emplean los indios para tostar el maíz y trigo. *n. f. (Chile). Reloj de bolsillo grande. *n. f. (Perú). Maceta, tiesto.

EvAm (1987)

callana. (Voz quichua, “olla chata”) f. Arg (NO), Col., Chi., Ecu., Per. Cazuela muy chata que se usa para hacer el casabe, tostar el maíz, cocer el pan de maíz y otros usos similares. Vr. Cayana. /2/ Chi. fest. Reloj grande de bolsillo. /3/ Per. Resíduo del mineral que se beneficia. /4/ Vasija rota usada como tiesto.

Mo (1983)

callana. (voz quichua). f. ■1. Vasija tosca en que los indios americanos tuestan maíz o trigo. ■2. Manchas callosas que se dice tienen los descendientes de negros o zambos en las nalgas. ■3. Escoria metalífera que se beneficia. ■4. Crisol para ensayar metales. ■5. Tiesto. ■6. Calentador, reloj de bolsillo demasiado grande.

SoAm (1983)

EvAm (1987) e SoAm (1983) consideram *callana* como de uso recorrente em toda a América, enquanto Mo (1983) restringe seu uso a Argentina, Colômbia, Chile, Equador e Peru. O que temos, de fato, é uma enorme discrepância quanto à marcação diatópica entre EvAm (1987) e SoAm (1983) e Mo (1983).

A conclusão a que chegamos com base nessa breve análise é que não se tem a aplicação de qualquer teoria de divisão dialetal para a elaboração dos atuais dicionários de americanismos, o que torna as marcações diatópicas extremamente questionáveis e pouco confiáveis. Assim como

nenhuma teoria de divisão dialetal dá conta de explicar a formação do espanhol da América, os dicionários de americanismos não têm um guia confiável que conduza suas imputações diatópicas.

Trazendo a problemática para a construção de um dicionário de falsos-amigos,¹⁷ foi necessário desenvolver uma proposta para a marcação diatópica a ser aplicada. Conforme Isaza Calderón (1976) (apud MORENO, 1988, p. 198), “os Americanismos são palavras e locuções de significado único usadas em determinadas áreas da América e que não pertencem ao espanhol geral, ou palavras que na América tenham um conteúdo semântico peculiar”.

A partir do estudo realizado com as marcações diatópicas em três dicionários de americanismos, verificamos muitas discrepâncias, o que diminui o grau de confiabilidade das informações. O objetivo da segunda parte deste trabalho é apresentar uma forma de proporcionar mais segurança na marcação diatópica do nosso dicionário e, para tanto, os dicionários de americanismos disponíveis no mercado não serão utilizados como única fonte de consulta.

Foi já explicado que não existe uma teoria abrangente e coerente para o estabelecimento de zonas dialetais, assim como já expusemos que as marcas diatópicas resultam pouco confiáveis em grande parte dos dicionários disponíveis. Em busca de uma solução para as imputações diatópicas do nosso dicionário, optamos pela marcação por países, embora tenhamos consciência de que a variedade lingüística do Espanhol Americano ultrapassa fronteiras geográficas. Canfield (1988) utiliza esse método para formar uma compilação de traços fonéticos do Espanhol da América, organizando-a por países e inclusive trazendo mapas de variações fonéticas de cada país.

Em relação aos dicionários impressos, é pertinente salientar que recolhemos a bibliografia *standard* sobre o tema. Ficaram de fora duas obras: a) O dicionário de Francisco de Santa Maria (*Diccionario de americanismos*, México, DF, 1942), que julgamos muito antigo, apesar do prestígio

¹⁷ Falsos amigos são palavras escritas e/ou pronunciadas de forma muito parecida – e muitas vezes até igual – nas duas línguas, porém divergentes no que diz respeito à semântica. Um exemplo clássico de tal fenômeno é *embarazada* / *embaraçada*. Pronunciadas igualmente em espanhol e em português, diferenciam-se na ortografia por apenas uma letra. No entanto, seus significados são totalmente distintos, podendo causar dificuldade ao estudante da língua estrangeira. Nosso dicionário pretende amenizar o grau dessa dificuldade. Para tanto, divide-se em três partes: no primeiro segmento são geradas equivalências para as significações em comum nas duas línguas, ou seja, os verdadeiros amigos. No segmento dois, são geradas definições redatadas em espanhol para as acepções do português. No terceiro segmento são elaboradas definições redatadas em português para as acepções do Espanhol. Os falsos amigos, portanto, constituem os segmentos dois e três do dicionário. Para mais informações acerca do conceito de “falsos amigos” e da estrutura do dicionário, ver Bugueño (1990; 2000; 2002; 2003).

que já teve nos estudos sobre o Espanhol da América, e b) os dicionários que se derivam do projeto de Augsburgo (Günther HAENSCH et al., 1983, *passim*) aos quais, por razões orçamentárias, não temos acesso. Além do mais, dado o fato de que não há volumes prontos para todos os países da América e de que cada volume se esgota nas fronteiras nacionais, precisaríamos da coleção completa para fazer as imputações diatópicas necessárias.

Quanto aos dicionários disponíveis na internet, consideramos que não são completamente rigorosos e não apresentam resultados homogêneos, mas são uma ferramenta de contraste da qual dispomos no momento. Trata-se, portanto, de procurar uma complementaridade entre as obras de referência de cunho acadêmico com esses repertórios léxicos que às vezes são mais curiosidades léxicas que repertórios filologicamente fundados.

Gostaríamos de lembrar que foi justamente a impossibilidade de junção entre um panorama dialetológico complexo (o objeto de estudo propriamente dito) e os próprios instrumentos metodológicos (os dicionários de americanismos) que fizeram Günther Haensch desistir de um dicionário “pan-americanístico”.¹⁸ Por isso, a única coisa a fazer até o presente momento é comprovar os resultados oferecidos até agora pelos dicionários de americanismos. O que possibilita essa comprovação, ainda que saibamos que não é completamente confiável, é a pesquisa na internet, que, por outro lado, não se pode negar, reflete de alguma forma a língua em uso.

Nossa proposta para proceder à marcação diatópica do dicionário de falsos amigos Espanhol-Português consiste na pesquisa de usos em *sites* na internet.¹⁹ A partir das informações contidas nos dicionários de americanismos, buscamos a confirmação desses dados na internet. No caso da palavra *argolla*, encontramos diferentes marcações diatópicas para a mesma acepção:

argolla f. C.Rica, Ecuad., Hond., Perú. Camarilla (Conjunto de personas que influyen subrepticiamente en los asuntos de Estado o en las decisiones de alguna autoridad superior.)

DRAEe (2001)

¹⁸ Tanto Mouton (2001) como Werner (2001) salientam justamente o fato de não contarmos ainda com subsídios teórico-metodológicos para uma tarefa assim.

¹⁹ É importante salientar que a pesquisa no *Google* é feita país por país, ou seja, se desejamos procurar a significação de *argolla* em *sites* do Equador, selecionamos em *ferramentas do idioma* a opção de buscar em *sites* apenas do Equador. No caso de o país não constar na lista, acrescentamos na busca a extensão *site:ec*, que gera o mesmo efeito: apenas páginas do Equador serão buscadas. Também é importante ressaltar que temos o cuidado de verificar se os textos nos quais fazemos a confirmação das marcações são, de fato, textos relacionados ao país em questão ou se são textos estrangeiros. Por exemplo, na busca em *sites* do Equador, verificamos se não há nada relacionado à Espanha ou a qualquer outro país da América no contexto em que se encontra a palavra que desejamos confirmar.

argolla f. C. Rica, Perú. Camarilla (Grupo de personas influyentes.)

DUE (1996)

argolla f. fig. Agrupación política o comercial que pretende obtener honores, lucros etc.

SoAm (1983)

A partir desses dados, buscamos a confirmação dessas marcações diatópicas. DRAEe (2001) e DUE (1996) concordam quanto à marcação de *argolla* – nesta acepção – para Costa Rica e Peru, e DRAE (2001) ainda aponta Equador e Honduras. SoAm (1983) tem a peculiaridade de considerar todas os americanismos como recorrentes em toda a América, sem apontar países ou regiões específicas. No *site* de pesquisa *Google*, buscamos a palavra *argolla* apenas em páginas em espanhol e do países em questão, um de cada vez.

Na pesquisa realizada para a confirmação de uso dessa acepção de *argolla* na Costa Rica, obtivemos a confirmação da marcação diatópica apontada por DRAEe (2001) e DUE (1996).²⁰

O Equador não faz parte da lista de países presentes na marcação diatópica de DUE (1996), constando apenas em DRAEe (2001). Buscando a confirmação da indicação do dicionário da Real Academia Espanhola, chegamos à conclusão de que a informação procede.²¹ O Peru é indicado tanto por DRAEe (2001) quanto por DUE (1996) nas suas marcações diatópicas. Nesse caso, também conseguimos chegar à confirmação.²²

O último país indicado pela marcação diatópica de DRAEe (2001) é Honduras, onde constatamos que não há uso de tal acepção entre os falantes. Os dados recolhidos indicam um uso metafórico da primeira acepção da palavra segundo o DRAEe (2001): “*Aro grueso, generalmente de hierro, que, afirmado debidamente, sirve para amarre o de asidero*”. Essa acepção não é exclusivamente do Espanhol Americano, mas pertence ao Espanhol geral, formando, inclusive, o “verdadeiro amigo” com o português.²³

A partir do resultado da pesquisa, geramos nossa marcação diatópica considerando apenas os países onde foi possível confirmar as informações. No caso da acepção analisada acima para a palavra *argolla*, optamos por marcar diatopicamente a palavra para Costa Rica, Equador e Peru,

²⁰ Para verificação de exemplos, ver anexo 1.

²¹ Para verificação de exemplos, ver anexo 2.

²² Para verificação de exemplos, ver anexo 3.

²³ Para verificação de exemplos, ver anexo 4.

desconsiderando a marcação de DRAEe (2001) para Honduras. Outro caso estudado foi o da palavra *acabado*.

DRAEe (2001) traz duas acepções com a marcação diastrática de coloquialidade, marcada diatopicamente para o Uruguai:

acabado m *coloq.* Ur. Semen (conjunto de espermatozóides).

acabado m *coloq.* Ur. Orgasmo (culminación del placer sexual) DRAEe (2001).

Essas duas acepções não constam em nenhum outro dicionário, apenas em DRAEe (2001). Pela pesquisa de uso, constatamos que a palavra não parece ser utilizada com essas significações no Uruguai. Outro fator que torna a marcação diatópica ainda menos confiável é o fato de que no próprio banco de dados da Real Academia Espanhola (CREA) não consta esse uso de *acabado*. A partir dessas pesquisas, a solução pela qual optamos foi retirar essas duas acepções do nosso dicionário de falsos amigos.

No caso da palavra *capear*, ocorre uma situação análoga à anterior. DUE (1996), DRAEe (2001), e SoAm (1983) apontam uma significação pertencente ao espanhol da Guatemala, mas com a pesquisa no *Google* foi possível verificar que a acepção marcada diatopicamente não se confirma, uma vez que nenhum único registro é encontrado. Curiosamente, no banco de dados da Real Academia Espanhola, ao pesquisar o uso da palavra especificamente na Guatemala, o resultado que se obtém é “no existen casos para esta consulta”, ou seja, o banco de dados não registra nenhuma ocorrência de tal acepção. Com base nessas pesquisas, também optamos por retirar a acepção do nosso dicionário.

É importante salientar que os dicionários de americanismos funcionam como ponto de partida para a elaboração da nossa marcação diatópica, assim, a pesquisa nos *sites* da internet se restringe à confirmação dos dados que retiramos desses dicionários, como se fossem uma espécie de *corpus* e guia para a resposta que procuramos.

A pesquisa de uso se dá de forma a garantir que a nossa marcação diatópica esteja de acordo com a língua atual, evitando significações em desuso e chegando o mais próximo possível da confiabilidade que pretendemos passar ao nosso leitor-consulente. A pesquisa por países que realizamos no *Google* é fundamental porque ainda não existe um *corpus* no que se refere aos americanismos.

É preferível ser prudente na marcação diatópica, apoiando-se em dados empíricos, a trazer imputações que não têm nenhum exemplo, que não se sustentam em nenhum dado prático, como o que acontece com as

palavras há pouco referidas, *acabado* e *capear*, que, embora estejam marcadas diatopicamente em DRAEe (2001), nada consta no CREA para garantir tais imputações.

RESUMO

Neste trabalho propomos uma metodologia para proceder à marcação diatópica do dicionário de falsos amigos Espanhol – Português da forma mais confiável possível. Como ponto de partida, apresentamos uma visão panorâmica a respeito das propostas de divisão dialetal do Espanhol da América e analisamos seu reflexo em três dicionários de americanismos. Com este estudo, detectamos muitas discrepâncias, tanto no que diz respeito às teorias dialetológicas quanto às imputações diatópicas fornecidas pelos dicionários de americanismos. Com a nossa proposta, alcançamos uma maior certeza quanto às informações diatópicas, gerando uma confiabilidade sustentada por exemplos empíricos do uso da língua.

Palavras-chave: *lexicografia; americanismos; dialectologia*.

ABSTRACT

In this paper we propose a methodology to proceed to the diatopic marking of the Spanish-Portuguese false friends dictionary in a more reliable way. As a starting point, we present a panoramic vision concerning the dialethic division proposals of the American Spanish and analyze its consequences in three Americanisms dictionaries. With this study, we have detected a lot of discrepancies, both in what concerns the dialetological theories as to the diatopics imputations provided by the Americanisms dictionaries. Through our proposal, we reached a higher certainty regarding the diatopic informations, creating a liability sustained by empirical examples of the language use.

Key-words: *lexicography; americanisms; dialectology*.

REFERÊNCIAS

ALVAR, Manuel. *Manual de dialectología hispánica*. Barcelona: Ariel, 1996.

BENEDUZI, Renata. Análise das definições em quatro dicionários semasiológicos da língua portuguesa e propostas de emendas. *Ao Pé da letra*, Recife, v. 6, n. 2/2, p. 183-190, 2004.

- BUGUEÑO, Félix. Consideraciones para um nuevo diccionario de falsos amigos español-portugués. *Polifonia*, Cuiabá, n. 6, p. 103-127, 2003.
- _____. Falsos amigos, falsos cognatos, heterossemânticos: uma simples escolha de designações? *Organon*, Porto Alegre, v. 16, p. 183-192, 2002.
- _____. Problemas macroestruturais em dicionários de falsos amigos. *Expressão*, Santa Maria (RS), v. 5, n. 1, p. 89-93, 2001.
- _____. A propósito dos dicionários de 'falsos amigos': 'Kritische Würdigung' de Hundermark-Santos Martins 1995. *Expressão – Revista do Centro de Artes e Letras*, Santa Maria, v. 1, jan./jun. 2000.
- _____. Cuán falsos (algunos) amigos! *Artexto*, Rio Grande, n. 10, p. 73-84, 1999.
- CANFIELD, D. Lincoln. *El español de América*. Barcelona: Crítica, 1988.
- [CREA] REAL Academia Española: Banco de datos. Corpus de referencia del Español actual. Disponível em: <<http://www.rae.es/>>.
- [DRAEe] REAL Academia Española. Diccionario de la lengua española. Ed. On-line. Disponível em: <<http://www.rae.es/>>.
- [DUE] MOLINER, María. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos S.A., 1996.
- [EvaAm] LA CRUZ, Miguel A. Arias de. *Diccionario temático de americanismos*. 2. ed. La Coruña: Everest, 1987.
- HARTMANN, R. R. K. *Teaching and researching lexicography*. London: Longman, 2001.
- LAPESA, Rafael. *Historia de la lengua española*. 9. ed. Madrid: Gredos, 1988.
- LIPSKI, John M. *El español de América*. 1. ed. Madrid: Cátedra, 1994.
- MALMBERG, Bertil. *La América hispanohablante*. 3. ed. Madrid: ISTMO, 1966.
- MORENO de Alba, José G. *El español en América*. 2. ed. México: Fondo de cultura económica, 1988.
- [Mo] MORÍNIGO, Marcos A. *Diccionario del español de América*. 2. ed. Madrid, 1993.
- MOUTON, Pilar García. *La división dialectal del español de América: reflexiones y propuesta de trabajo*. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 2., 2001, Valladolid. Disponível em: <<http://congresodelalengua.cervantes.es/>>. Acesso em: 07 mar. 2002.
- SECO, Rafael. La definición lexicográfica. In: *Estudios de lexicografía española*. Madrid: Paraninfo, 1987. p. 15-45.
- [SoAm] SOPENA, Ramón. *Diccionario ilustrado de americanismos*. 1. ed. Barcelona: Ramón Sopena S.A., 1983.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Tradução e adaptação: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- WERNER, Reinholt. *Tareas pendientes en la lexicografía del español americano*. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 2., 2001, Valladolid. Disponível em: <<http://congresodelalengua.cervantes.es/>>. Acesso em: 07 mar. 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 - SITES CONSULTADOS DA COSTA RICA:

-Por dos razones: no me correspondía, el mérito no fue mío y no creo en premios. La gran mayoría son producto de una argolla; usted me lo da a mí, luego yo se lo doy a usted... Hay gente meritoria que nunca ganó premios, como Carmen Granados; otros se han ganado cinco por estar en la argolla. No quiero estar en la misma bolsa con ellos, ni con los que se lo merecen, ni con los que no.

(http://www.aldia.co.cr/ad_ee/2005/enero/31/sociedad0.html)
Acesso em: 19/09/2005.

Pero lo que mas me hace reflexionar y entristecerme de la clase de "justicia" que se vive en mi país, en el sistema tan pasivo del augusto "CMC" y en la poca resistencia de parte de todo aquel medico que se ve afectado por la famosa "argolla", es que despues de todo el proceso criminal y con dinero aun en la bolsa (que no es poco), se le este dando una plaza de lujo a alguien que jugo, humillo y desprestigio a la CCSS, sus colegas y la patria. Es el colmo de la "argolla"!! Esto, cuando hay cientos de colegas honestos con ideas frescas y experiencia laboral igualmente profesional y sobretodo, con un expediente limpio. Felicidades, Clinica de Hatillo... que disfruten su nuevo director.

(<http://www.medicos.sa.cr/Foros/read.php?1,16,121>)
Acesso em: 19/09/2005.

En los movimientos sindicales muchos se incorporan a la fuerza, por presión de los cabezas calientes y calenturientos rojillos que los obligan a llenar las boletas de inscripción. De lo contrario se verían en el riesgo de sufrir 'inconveniencias' en el desempeño de sus funciones. Y hay quienes adhieren a una organización sindical con el propósito de formar parte de una argolla la cual le podría derivar beneficios para escalar puestos o gozar de privilegios laborales. También para tener la oportunidad de hacer viajes al extranjero con todo pagado mientras la institución estatal le corre el salario como si estuviera trabajando.

(<http://www.anfe.or.cr/cl/lib131.htm>)
Acesso em: 19/09/2005.

"El cobro judicial de los créditos hipotecarios que otorga el INS se ha venido realizando de forma irregular desde hace más de 20 años contraviniendo las leyes, por una argolla de abogados de planta de la propia institución y por algunos profesionales externos que en cierto momento trabajaron para la entidad", acotó la diputada Navarro.

(<http://www.asamblea.go.cr/actual/boletin/2003/ago03/05ago03.htm>)
Acesso em: 19/09/2005.

ANEXO 2 - SITES CONSULTADOS DO EQUADOR:

Lo primero, porque la Presidencia ha hecho uso discrecional de anticipos a utilidades, ya que el Estado es accionista del BEDE: ha entregado donaciones con una clara intencionalidad para beneficiar a personas públicas y privadas afectas al Gobierno. Lo segundo, porque en el BEDE se ignora la austeridad prometida por Gutiérrez, mientras una 'argolla' de altos funcionarios se benefician de préstamos y sobresueldos de privilegio.

(<http://www.sisepuede.com.ec/articulo.php?c=9&s=15&x=7&a=2285>)
Acesso em: 19/09/2005.

Existen hoy muchas explicaciones al fracaso en el manejo de nuestra política exterior en la designación de embajadores, mas resulta curioso que la histórica argolla del Ministerio de Relaciones Exteriores pueda cometer errores tan infantiles, por lo que tenemos que apuntar más a la mala fe que a la ignorancia.

(<http://www.lahora.com.ec/opinioncompleta.asp?seid=3&opid=14811>)
Acesso em: 19/09/2005.

La asociación de círculos familiares son los dueños de todos los privilegios y bondades, los parientes controlan el índice de obediencia y recomiendan, por el récord de arrastramiento, al individuo. Fuera de la argolla de sangres cercanas, por motivos que la razón no entiende, hay algunos que consumen porciones de favores y palmaditas paternales del 'Loco'. (...) Se asumen defensores de los pobres y hacen de la pobreza el mejor recurso a explotar con fáciles y rápidos beneficios para la argolla familiar.

(http://www.hoy.com.ec/NoticiaNue.asp?row_id=183955)
Acesso em: 19/09/2005.

Ya se podrá saber los sueldos de los burócratas dorados, quiénes son los de las argollas de las contrataciones públicas, los montos de tales contratos,

los planes de inversiones y de gastos corrientes, etcétera. Tantas cosas que la imaginación se desata. El paraíso, otra vez, a la vuelta de la esquina.

(<http://www.sisepuede.com.ec/articulo.php?c=9&s=15&x=7&a=229>)
Acesso em: 19/09/2005.

ANEXO 3 - SITES CONSULTADOS DO PERU:

La corrupción trae no pocos problemas y muy graves. En primer lugar, el temor a ser descubiertos por algún mando honesto lleva a que los corruptos se defiendan entre ellos formando argollas que luchan por colocar a su gente en los puestos de decisión.

(<http://www.desco.org.pe/publicaciones/QH/QH/QH129EO.HTM>)
Acesso em: 19/09/2005.

En otro momento de sus declaraciones, el renunciante parlamentario afirmó que dentro de la bancada de Perú Posible existe una 'cúpula' encabezada por el congresista Luis Solari de la Fuente, que ha formado una 'argolla' y "maneja el poder marginando a los cholitos de provincia".

(<http://200.37.28.39/noticia88e7.html?pIdNoticia=12746&pId=5>)
Acesso em: 19/09/2005.

Quienes creemos en la convivencia humana no podemos permitir que un impostor, acompañado de su argolla, se proclame redentor y único camino de la verdad.

(http://www.correoperu.com.pe/paginas_columna.asp?columna_autor=Hugo%20Otero%20L.¬a_seccion=8¬a_id=6056)
Acesso em: 19/09/2005.

Podían estar en su mejor momento, rindiendo futbolísticamente con calidad pero, la "argolla" existente con el beneplácito del comando técnico y la dirigencia, mandaba y los nombres se repetirán en cada convocatoria pese a saberse que, tal o cual jugador, no estaba en el rendimiento necesario y exigido por la selección nacional.

(http://www.rpp.com.pe/portada/deportes/c_110.php)
Acesso em: 19/09/2005.

ANEXO 4 - SITES CONSULTADOS DE HONDURAS:

¿Se romperá por lo más débil la ominosa argolla de los que más tienen?

(<http://www.tiempo.hn/edicante/2005/febrero/3/editor~1/editoria.htm>)

Acesso em: 19/09/2005.

Algunos de estos señores están ejerciendo una gran presión sobre los Diputados para que encuentren la manera de allanar el camino para que sus nombres lleguen hasta la Junta Nominadora y de ahí, una vez ubicados en la lista de los postulados, conseguir el apoyo de las “argollas” de partido que funcionan en el Congreso Nacional.

(http://www.rds.org.hn/docs/noticias/foro_ciudadano_17julio.html)

Acesso em: 19/09/2005.

Si la izquierda promoviera un modelo en el que se rompieran las argollas económicas, sin hablar de lesiones a la propiedad privada, entonces hasta yo votaría por ellos. Si surgiera un Lula da Silva hondureño, entonces habrían un oportunidad para la izquierda. Pero si se arraigan al modelo Cubano o el Venezolano (que solo funcionara mientras el precio del petróleo siga alto), no progresaran.

(http://www.proceso.hn/politica/230505_UD.php)

Acesso em: 19/09/2005.

Nosotros tuvimos un grupo de jugadores donde había un buen liderazgo, siempre y cuando la argolla sea buena. Tenemos que buscar líderes que unan y que respeten a su equipo. Espero que las famosas argollas sean los nuevos líderes que nazcan de estas Selecciones y que le den al fútbol grandes satisfacciones.

(<http://www.elheraldo.hn/detalle.php?nid=24540&sec=5&fecha=2005-01-07>)

Acesso em: 19/09/2005.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DA ESCRITA: UMA ANÁLISE DE ACOMPANHAMENTOS CLÍNICOS DESSA MODALIDADE DE LINGUAGEM

*Difficulties in the acquisition of writing:
an analysis of clinical monitoring sessions
conducted in this mode of language*

Ana Cristina Guarinello*

Ana Paula Berberian*

Ana Paula Santana*

Gisele Athayde Massi*

Keylla Dariele Rivabem**

Lilian Cássia Bórnia Jacob*

Maria Letícia Cautela de Almeida Machado**

INTRODUÇÃO

Com este trabalho temos por objetivo apresentar e analisar, à luz de uma visão interacional e discursiva de linguagem, propostas de acompanhamentos clínicos, apresentados em manuais, destinados a sujeitos considerados disléxicos ou portadores de dificuldades de leitura e escrita, bem como discutir os princípios norteadores do acompanhamento clínico que vêm, diferentemente dos referidos manuais, sendo formulados pelo Núcleo

* Professoras do Departamento de Fonoaudiologia – Mestrado em distúrbios da comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná.

** Alunas de Mestrado em distúrbios da comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná.

de Trabalho: Fonoaudiologia e Linguagem Escrita,¹ vinculado ao Mestrado em Distúrbios da Comunicação da Universidade Tuiuti do Paraná.

Sem refletir sobre a lacuna que envolve a conceituação dos chamados distúrbios de aprendizagem da escrita ou dislexia – a falta de expli-citação acerca de suas causas, o equívoco descritivo envolvendo a sua re-presentação sintomatológica, bem como a fragilidade dos testes avaliativos usados para traçar o seu diagnóstico –, alguns profissionais da área de saúde se propõem a atuar na “cura” ou na minimização dos efeitos dessa suposta patologia. Ou seja, apesar de o conceito de dislexia manter-se, desde a sua primeira descrição – em 1896 –, obscuro,² existe um espaço res-guardado para reabilitar, reeducar ou recuperar algum “defeito” de alunos tomados como portadores desse distúrbio de aprendizagem. Vale ressaltar que esse espaço mantém-se em função de uma demanda criada no interior do ambiente escolar, a qual é avalizada e difundida por profissionais da área da saúde.

Tomando a alfabetização como um processo linear e os “desvios” como manifestações sintomáticas, os alunos que não seguem a linearidade proposta pelo sistema de ensino são, a partir do senso comum, pré-rotula-dos pelo professor como portadores de alguma dificuldade ou disfunção. Nessa situação de pré-rotulagem, a escola, de forma geral, procura envolver a família, que é convocada e levada a perceber a criança como “proble-mática”, segundo critérios de comparação com outros alunos, os quais se-guem a trilha e o ritmo do ensino proposto. Dessa forma, a estrutura esco-lar exime-se de responsabilidades e orienta a família a buscar uma avalia-ção/diagnóstico com médicos, psicólogos, fonoaudiólogos ou psicopedago-gos.

O sistema educacional, portanto, não diagnostica, mas, a partir de um pré-diagnóstico, conduz a família a pensar que sua criança pode ser “um aluno de risco”, portador de algum distúrbio de aprendizagem. Esse pré-diagnóstico é, na maioria das vezes, confirmado por profissionais da área da saúde, segundo padrões avaliativos que desconsideram as condi-ções interacionais e discursivas de uso da linguagem. De qualquer forma, depois de confirmada a suposição levantada pela escola, a criança, já diag-nosticada como disléxica ou portadora de alguma dificuldade ou disfun-ção, é, geralmente, encaminhada para aulas de reforço e, também, para acompanhamentos profissionais especializados, incluindo o médico, o psi-copedagogo, o fonoaudiólogo, o psicólogo.

¹ Esse Núcleo é formado por docentes e discentes do referido Mestrado e do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da UTP, estando em funcionamento desde 1999 e sendo coordenado pelas Professoras Doutoras Ana Paula Berberian, Giselle de Athayde Massi e Ana Cristina Guarinello.

² Sobre essa questão, ver Massi (2004).

Nesse sentido, convém apresentar e discutir os “exercícios de linguagem” utilizados nesses acompanhamentos. Para tanto, citamos propostas de trabalhos clínicos veiculadas pela bibliografia pesquisada e, também, recomendadas por associações criadas em função do que tem sido classificado como dislexia.

Além disso, apresentamos e questionamos “tarefas lingüísticas” que se encontram expostas em cadernos escolares de algumas das crianças consideradas como portadoras de distúrbios, com o objetivo de refletir sobre a relação que existe entre práticas envolvidas com a aquisição da escrita desenvolvidas no contexto educacional e propostas – via manuais – de acompanhamento clínico.

Com a intenção de superar equívocos presentes em ações de cunho educacional e clínico e partindo do pressuposto de que educar, nas palavras de Bagno (1999, p. 132), “é dar voz ao outro, reconhecer seu direito à palavra, encorajá-lo a manifestar-se”, apresentamos o caso de um sujeito tomado como portador de um distúrbio, procurando destacar textos por ele produzidos em situações instanciadas sobre diversos planos dialógicos. Portanto, privilegiando, de acordo com Góes (1993), planos de dialogia implicados nas produções escritas, nossa investigação enfoca a relação que o sujeito dessa pesquisa estabelece com vários outros: os outros para quem dizem, os outros dos quais tomam a palavra para dizer, os outros sobre os quais dizem, os outros que são participantes do processo de produção do texto e, também, a relação do sujeito consigo mesmo, como leitor/escritor de seu próprio texto.

A partir da análise do caso, discutiremos os resultados de um acompanhamento clínico direcionado por uma perspectiva social e discursiva de linguagem, bem como as diferenças de tal acompanhamento em relação a práticas tradicionais de atividades com a escrita.

De acordo com Estienne (2001), as técnicas e os métodos usados no tratamento de crianças consideradas disléxicas são numerosos e muitas vezes divergentes quanto às suas concepções, objetivos e resultados. Segundo a autora, a multiplicidade e a diversidade dos enfoques não traduzem eficácia, mas, em direção contrária, indicam tratamentos instáveis, longos e pouco rigorosos quanto ao controle dos resultados alcançados.

De forma geral, podemos afirmar que a diversidade de enfoques terapêuticos varia de acordo com o leque de vias explicativas acerca da dislexia. Acompanhamos abordagens pautadas na visão organicista, na ótica instrumental ou cognitivista e, também, na perspectiva psicoafetiva. Entretanto, para dar conta do que pretendemos discutir, restringimos nossa atenção às questões lingüísticas enfocadas no tratamento de sujeitos considerados disléxicos.

REFLEXOES SOBRE O ACOMPANHAMENTO CLNICO CITADO EM MANUAIS

Conforme a Associao Brasileira de Dislexia:³

O sucesso na reeduao de um dislxico est baseado numa terapia multissensorial (aprender pelo uso de todos os sentidos), combinando sempre a viso, a audiio e o tato para ajud-lo a ler e soletrar corretamente as palavras. O dislxico precisa olhar atentamente, ouvir atentamente, atentar aos movimentos da mao quando escreve e prestar atenao aos movimentos da boca quando fala. Assim sendo, a crianca dislctica associar a forma escrita de uma letra tanto com seu som como com os movimentos da mao para escrev-la (NICO, 2002, p. 2).

Parece-nos que, privilegiando meramente o domnio da grafia das letras e a perfeita soletrao e a leitura de palavras, Nico aponta para uma prtica desprovida de significao: como se a aprendizagem dessa realidade lingstica dependesse da aquisio de tcnicas voltadas para a forma da escrita. Nessa mesma direo, Condemarin e Blomquist (1986) propoem que:

Para ler com eficiencia a crianca necessita dominar as tcnicas de reconhecimento das palavras, de modo que possa aplic-las de maneira automtica e instantanea. O reconhecimento da palavra implica preferentemente domnio dos elementos foneticos e estruturais das palavras, regras de acentuao, silabaao e aquisio de um amplo vocabulrio visual (CONDEMARIN; BLOMQUIST, 1986, p. 63).

Conforme esses autores, o objetivo do que chamam de “tratamento reeducativo” est solucionar as dificuldades especificadas na avaliaao/diagnstico. Para isso, apresentam um planejamento organizado em itens, dentre os quais ressaltamos: reconhecimento de palavras e compreenso da leitura. No que se refere ao primeiro item, os autores sugerem uma srie de exercios que tomam como necessrios para auxiliar a crianca a reconhecer palavras, tais como: discriminao de vogais, discriminao de letras com grafia similar, de consoantes, de sibilas com ditongos, de grupos con-

³ Essa Associao est reconhecida no Brasil e est vinculada a uma entidade internacional – a *International Dyslexia Association* – representativa em todos os estados norte-americanos e em alguns outros paes.

sonantais. Ainda em relação a esse mesmo item, apresentam uma lista de tarefas voltadas ao reconhecimento de prefixos e sufixos, de palavras compostas e, também, vinculadas à correção de inversões de letras nas sílabas e de sílabas nas palavras.

A proposta de intervenção apresentada pelos autores pauta-se, portanto, em tarefas que, envolvidas com uma perspectiva mecanicista, afastam da criança a possibilidade de ela compreender a escrita como linguagem. Ou seja, nos termos de Santana (1999), é como se a leitura e a escrita fossem atividades que pudessem ser compreendidas “fora” da linguagem.

Não entendemos de que forma exercícios voltados a questões dessa natureza poderiam contribuir para o processo de aquisição da escrita, bem como para a superação de possíveis dificuldades, indagações e perplexidades que surjam no decorrer desse processo. Tais exercícios, assentados na descontextualização, descaracterização e fragmentação da linguagem, parecem buscar unicamente resultados visíveis e mensuráveis ao senso-comum: como se a discriminação de vogais, consoantes, ditongos, encontros consonantais ou o reconhecimento de prefixos, sufixos e assim por diante garantissem a possibilidade de aquisição e de uso da escrita.

Voltando ao outro item citado por Condemarin e Blomquist, relacionado à compreensão da leitura, acompanhamos apenas desdobramentos dessas atitudes mecanicas e simplificadoras do funcionamento da escrita. Os autores propõem uma série de tarefas pautadas em práticas tradicionais e organizadas segundo um modelo no qual o “texto” é tomado equivocadamente como um conjunto de frases justapostas caracterizadas pela repetição de elementos, pela inadequação ou ausência de elementos coesivos e, sobretudo, pela falta de relação que estabelecem com práticas discursivas.

Preocupada com essa situação, Kato (1988) alerta para o fato de que o desempenho incipiente da criança na leitura pode estar relacionado ao uso de textos simplificados, absolutamente artificiais e pouco significativos. Segundo a autora, essa estratégia de “imbecilização dos textos” pode resultar, por um lado, em um aparente progresso na decodificação de símbolos gráficos, mas, por outro, acaba por bloquear a aprendizagem da leitura, pois não oferece oportunidades para a criança apreender o mundo, via linguagem escrita. Como bem afirma Kramer (2001, p. 195), “leitura é um processo criativo de produção de sentidos e reflexão sobre o sentido da vida”.

Treinamentos por meio de associações mecanicas não possibilitam que a criança caminhe em direção à compreensão de unidades que estão além da sentença. Afinal, ler e escrever não são o mesmo que decodificar e codificar grupos de grafemas. Decodificação e compreensão são atividades diferentes: a primeira limita-se ao ato mecanico de reconhecimento

e identificação de letras e agrupamento destas em palavras e sentenças; a segunda representa um trabalho de reflexão em que construímos entendimento dos objetos, do mundo e das pessoas, pois:

Se entendermos a linguagem como mero código, e a compreensão como decodificação mecânica, a reflexão pode ser dispensada; se a entendermos como uma sistematização aberta de recursos expressivos cuja concretude significativa se dá na singularidade dos acontecimentos interativos, a compreensão já não é mera decodificação e a reflexão sobre os próprios recursos utilizados é uma constante em cada processo (GERALDI, 1995, p. 18).

A compreensão, distante de uma perspectiva que concebe a língua como um sistema encerrado em si mesmo, é tomada como um processo ativo e produtivo em que significados anteriores, resultantes de interlocuções prévias, sofrem modificações constantes. Nesse processo, conforme Geraldi (1996), quanto mais a criança estiver exposta a diversidades de interações, maiores serão as construções de significados e as categorias com que ela vai construir suas interpretações da realidade. Por isso, a unidade lingüística básica para os processos de ensino/aprendizagem não é a sílaba nem a palavra ou a frase, mas o discurso em sua materialidade social e, também, textual:

... A significação de um texto não está encerrada em suas partes, não é dada a um leitor que passivamente a comprehende ou não. Ela vai além do texto, resulta da interação entre este, o leitor e a vida, a história de cada um deles, não sendo nunca uma só, renovando-se a cada leitor e a cada tempo em que acontece a leitura... (SILVA et al., 1986, p. 45).

As tarefas propostas em manuais envolvidos com o acompanhamento clínico de crianças consideradas disléxicas – como é o caso de Conde-marín e Blomquist, entre outros⁴ – estão completamente distanciadas de um processo discursivo em que a significação é enfocada. Assim, evidenciam total apagamento do dinamismo implicado na leitura e na escrita em que necessariamente se estabelece uma relação não entre o objeto de reeducação

⁴ São vários os autores que desenvolvem manuais voltados ao tratamento de crianças ditas disléxicas, adotando a posição assumida por Conde-marín e Blomquist. Cuba dos Santos (1987), Fonseca (1995), Torgensen e Davis (1996) adotam essa mesma postura reducionista e afastada do processo de compreensão envolvido na escrita.

e a criança diagnosticada como disléxica ou portadora de algum outro distúrbio de aprendizagem, mas entre leitor e autor – sujeitos sociais – em um processo de interlocução. Sob o domínio desse apagamento, esses manuais apresentam, como propostas de acompanhamento, exercícios que repetem, muitas vezes, as mesmas práticas de ensino correntes na sala de aula e, portanto, já vivenciadas no contexto escolar.

A RELAÇÃO ENTRE ACOMPANHAMENTO CLÍNICO CITADO EM MANUAIS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Para refletirmos sobre a relação entre práticas envolvidas com a aquisição da escrita desenvolvidas no contexto educacional e propostas – via manuais – de acompanhamento clínico, a título de ilustração, mostramos, na seqüência, algumas tarefas executadas e apresentadas em cadernos escolares de duas crianças tomadas como portadoras de distúrbios de aprendizagem.

Nos cadernos dessas crianças, encontramos uma série de tarefas que descharacterizam a linguagem, como, por exemplo: ditado de palavras, contagem do número de letras de cada palavra, separação de palavras em sílabas, etc. Esses exemplos denunciam uma prática desenvolvida em sala de aula a partir da qual há, explicitamente, um controle da aprendizagem: decide-se quando e como a criança deve aprender; inicia-se pelo que é considerado mais fácil – padrões de som/letra, famílias silábicas e organização destas em palavras – e, aos poucos, são introduzidos exercícios segundo uma ordem crescente de complexidade. Assim, o aluno – concebido como um ser passivo, acrítico e isolado da sociedade – fica exposto a fragmentos da língua.

Nessa prática restritiva e artificial, a aquisição da escrita é tomada como uma habilidade a ser adquirida por meio de repetições e imitações, havendo uma clara separação/distanciamento entre o aluno-sujeito – uma *tabula rasa* – e o objeto do conhecimento, a própria linguagem. De acordo com Amâncio (2002), esse modelo imposto desde o início do processo de alfabetização – via cartilha – impede que as crianças se apropriem de aspectos discursivos necessários para a construção de unidades lingüísticas significativas e, por isso, tal modelo mais bloqueia do que viabiliza o trabalho de construção da escrita.

Sem condições para compreender a função de muitos dos exercícios escolares, pois aparecem descontextualizados e sem significado, a criança vai errar com mais facilidade. Portanto, precisamos considerar que

muitos dos erros cometidos pela criança decorrem do fato de ela não entender – a partir do não entendimento da própria escola – o sentido que deve ser atribuído à linguagem escrita, a qual é tomada, de forma simplista, como um código pronto e acabado, sem conexão com a vida ou com a nossa permanente necessidade de interação.

Exercícios que invocam ditado de palavras soltas, contagem e repetição de letras acabam por ignorar o conhecimento anterior do aluno sobre a escrita, a variedade lingüística que ele domina, além de cercear sua criatividade e a sua necessidade de dar significado ao que faz, isto é, de entender que função a leitura e a escrita podem assumir em sua vida.

Coudry e Morato (1989) afirmam que, na escola, a natureza dialógica da linguagem não é considerada:

A fala acaba reduzida a um sistema de código e não a uma relação significativa entre sujeitos, a escrita converte-se em reprodução de um determinado modelo e a leitura em mero reconhecimento do modelo reconhecido. A fixidez retira o traço de “uso” e de “pessoalidade” da linguagem (COUDRY; MORATO, 1989, p. 53).

Assim, chamamos a atenção para a aquisição da escrita como um processo que não pode ser visto pela fresta de lições, exercícios ou tarefas. Conforme Possenti (1996), não aprendemos por meio do cumprimento de exercícios. Ao contrário, a aprendizagem e o domínio da língua resultam de práticas efetivas, significativas e contextualizadas, e não da simples execução dessa ou daquela tarefa. Sem se dar conta disso, o sistema educacional trabalha com uma proposta de ensino que não prevê tentativas e hipóteses.

Por isso, muitas vezes, a escola – mais envolvida com a fixidez do ensino do que com o processo de aprendizagem – fica sem saber como lidar com os “erros” e com aqueles que os cometem durante a aquisição da escrita. Seguindo essa trajetória, o aluno que “erra”, ou que não segue o modelo de ensino proposto, acaba sendo encaminhado para avaliações/acompanhamentos clínicos e concomitantemente, quando possível, ele é convocado a participar das famosas aulas de reforço oferecidas pela própria escola. Nessas aulas, os mesmos exercícios mecânicos são reproduzidos.

Com esses exemplos de exercícios, queremos evidenciar que, embora a avaliação/diagnóstico e o acompanhamento clínico de crianças consideradas disléxicas aconteçam fora do espaço escolar, o trabalho clínico com a linguagem, muitas vezes, é o mesmo. Afinal, a proposta de acompanhamento terapêutico apresentada em manuais voltados ao tratamento de crianças disléxicas ou portadoras de alguma “dificuldade para aprender” segue o mesmo caminho já percorrido pela criança na escola. Ou seja, tanto no ambiente

escolar como no contexto clínico, o desempenho lingüístico do aprendiz é cercado pela artificialidade de métodos desenvolvidos segundo concepções fragmentadas da linguagem, as quais transformam o aprendiz em um mero codificador/decodificador passivo de letras, sílabas ou, no máximo, de frases destituídas de um contexto significativo.

Em métodos tradicionais de alfabetização é comum o uso de frases soltas: “A menina é bonita” ou “O pato nada na lagoa”. Usando sentenças como essas para aprender a ler e escrever, o aluno distancia-se da possibilidade de tomar a linguagem escrita a partir de um objetivo real e definido. Procedimentos dessa natureza, apresentados em propostas clínicas e em cadernos escolares de crianças tomadas como problemas – ou não – estão a serviço de uma concepção homogeneizadora e simplista da alfabetização e, de acordo com Braggio (1992), impedem que o aluno seja sujeito de seu discurso e adquira a escrita como mais um instrumento no seu papel de agente social e histórico.

Portanto, a criança concebe a escrita a partir de uma noção artificializada, sem contar com um interlocutor para vencer as dificuldades próprias de um momento em que está construindo essa modalidade de linguagem. Em outras palavras, a criança não encontra, na sala de aula, nas famosas aulas de reforço ou nos acompanhamentos clínicos, possibilidades para usar a escrita significativamente.

Sem conseguir agir sobre o objeto que está tentando conhecer, a aquisição da escrita pode se transformar em um percurso enfadonho e intransponível para o aprendiz: ele não consegue entender as tarefas que deve cumprir na escola, a qual, por sua vez, sem compreender o não entendimento por parte do aprendiz, o encaminha para aulas de reforço e/ou para acompanhamentos clínicos em que, muitas vezes, as mesmas tarefas mecânicas são reproduzidas. Nesse percurso circular, o sujeito acaba sendo rotulado e, sem oportunidades para lidar com a escrita de forma produtiva e significativa, pode passar a agir segundo expectativas geradas pelo próprio rótulo.

MÉTODO

Além da pesquisa bibliográfica relacionada ao tema em questão, analisaremos o processo de aquisição da linguagem escrita de uma criança atendida na Clínica de Fonoaudiologia da Universidade Tuiuti do Paraná, via Núcleo de Trabalho: Fonoaudiologia e Linguagem Escrita.

Cabe esclarecer, em relação à criança sujeito da pesquisa, identificada pela inicial D., que, além de suas produções escritas, consideraremos

sua história, investigada a partir de encontros estabelecidos com sua família e professora.

DISCUSSÃO E ANLISE

APRESENTAÇÃO DO CASO

D. foi encaminhado pela escola com suspeita de ser portador de dificuldade de aprendizagem e atualmente faz terapia fonoaudiológica, estando vinculado ao Núcleo de Trabalho: Fonoaudiologia e Linguagem Escrita da Universidade Tuiuti do Paraná.

D. é um menino nascido em 19/03/1993. Em entrevista realizada com sua mãe em 06/05/2004, esta revelou fatos referentes ao contexto familiar e escolar que nos auxiliam a encaminhar a análise da relação de D. com a linguagem escrita. Os dados da entrevista indicam que, no contexto familiar, D. convive com o pai, a mãe e quatro irmãos mais velhos. O pai é motorista de caminhão, autônomo e estudou até a sétima série do ensino fundamental. A mãe é proprietária de um pequeno comércio e estudou até a terceira série do ensino fundamental. As duas irmãs freqüentam a escola e nunca apresentaram dificuldades, o irmão também freqüenta a escola e passou por três reprovações. O material escrito a que a família tem acesso são os livros escolares, o jornal que o pai compra sempre que está em casa e livros de histórias que a mãe vende na loja e que os filhos podem pegar para ler. Segundo relato da mãe, D. gosta de ler, mas não tem hábito de leitura.

Sobre o contexto escolar, freqüentou um Centro de Educação Infantil e, na época em que ingressou na segunda série, a mãe foi chamada pela professora, que sinalizou que D. estava com dificuldades para ler e escrever. Atualmente D. está com onze anos, cursando a quarta série pela segunda vez e, segundo a mãe, foi sua primeira reprovão. Apesar de relatar ser difícil ler e escrever, D. gosta de ir à escola e se relaciona bem com colegas e professores.

Após o relato da mãe da criança, D. passou a freqüentar terapia fonoaudiológica semanalmente, na qual a escrita foi abordada a partir de atividades dialógicas, permitindo que D. fizesse uso dessa modalidade de linguagem em atividades interativas. D. elaborou textos, a partir de narrativas, para contar as histórias que lia a outras crianças, que foram colocadas no mural da clínica de fonoaudiologia, além de outras atividades, como escrever regras de jogos que conhecia, registro de experiências pessoais etc.

Apresentamos, a seguir, dois textos produzidos por D. em terapia fonoaudiolgica e explicitamos suas condicões de produo.

ANLISE DOS TEXTOS E SEUS CONTEXTOS

TEXTO 1

Mike levou clia para ir santar porque era seu aniversrio da segou o Sulley.

E dese para o Mike em contar uma criansa.

E Mike e Sulley levaram para casa e eles pesara que asquiansas tinha txicas

Segando a haora de doen Sulley feis unatila parair pao sornao amininia segou au carto dei tounacana de Sulley.

A mininia estava counede de mosto que asustava todanoite. Daí ele polocou anão nacabesa egoutavisera e ficouasi até ela dormi.

No texto 1, elaborado em 24/06/2004, a terapeuta sugeriu que D. lesse uma histria e a contasse, por meio da escrita, para as outras crianas freqüentadoras da Clínica de Fonoaudiologia da Universidade. Desse modo, tal texto foi produzido para um leitor bem definido. Durante a atividade, D. n fez perguntas, apesar de a terapeuta ter se colocado à disposição para participar de tal atividade.

Texto reescrito pela terapeuta:

Mike levou Clia para ir jantar porque era seu aniversrio da chegou o Sulley.

E disse para o Mike encontrei uma crianca.

E Mike e Sulley levaram para casa e eles pensaram que as crianas tinham tóxicas.

Chegando a hora de dormir Sulley fez uma trilha para ir para o jornal a menina chegou ao quarto ela deitou na cama de Sulley.

A menina estava com medo de monstro que assustava toda noite.

Daí ele colocou a mão na cabeça igual travesseiro e ficou assim até ela dormir.

Pela narrativa acima, percebe-se que D. é capaz de organizar a história: estabelece seqüência temporal entre os eventos narrados, usa verbos de ação e emprega o tempo perfeito, satisfazendo critérios lingüísticos que, conforme aponta Perroni (1992), identificam um texto narrativo.

Usa tempos verbais no passado como, por exemplo: /levou/, /era/, /chegou/, /levaram/, /fez/, /deitou/, /estava/, /assustava/, /colocou/, /ficou/, além disso usa articuladores textuais, como /daí/, marcadores temporais, como /até/, pronomes /eles/, /ela/, /seu/ e artigos /o/, /as/ /uma/, nos termos de Koch (2003). Além disso, lança mão de articuladores, como porque, entrelaçando relações causais.

Em relação aos aspectos gráficos e convencionais da escrita, escreve com letra cursiva, faz uso de letras maiúsculas e minúsculas, mas tem pouco domínio das marcas de pontuação, apesar de denunciar, ao usar em várias situações o ponto final, que já se deu conta da necessidade de pontuar o texto.

No que se refere à segmentação, aparecem em seu texto hipossegmentações, como /seuaniversario para seu aniversario/, /asquiansas para as crianças/, /unatila para uma trilha/, e hipersegmentações, como /e ra para era/, /em contar para encontrar/, /dei tounacama para deitou na cama/, esta última apresentando os dois processos.

Para tentar explicar essas ocorrências de segmentações recorremos a Cagliari (2003), que afirma que as hipossegmentações são ações que decorrem em função de hipóteses resultantes de ações sobre, na e da linguagem. Pois, quando escreve textos espontâneos, a criança costuma juntar as palavras refletindo os critérios que usa para analisar sua fala. Vale ressaltar as palavras desse autor (2003, p. 103) “na fala não existe separação de palavras a não ser quando marcada pela entonação do falante”.

Já as hipersegmentações (separação não convencional das palavras), podem denotar que a criança está se utilizando de conhecimentos que já possui sobre a escrita. Segundo Cagliari (2003), ao recorrer à hipersegmentação, a criança mostra que já tem conhecimento sobre as convenções da escrita, percebendo que existem maneiras de iniciar frases e textos por unidades como “da”, “do”, “e”, “em”, “a”. Dessa forma, a criança lança mão desse conhecimento, escrevendo: /de mais para demais/, /com migo para comigo/, /em bora para embora/, /a pareceu para apareceu/.

Embora D. demonstre já ter entendido que nosso sistema de escrita é alfabético, estabelecendo correspondências pertinentes entre fonemas/ grafemas, parece não ter dominado algumas exigências ortográficas. Percebemos, situações em que D. não representa a qualidade nasal de vogais em final de sílaba ou a representa sem levar em conta a convenção, como

por exemplo, ao escrever, /pesara para pensaram/ e /mosto para monstro/, mostrando que, nesse contexto, ainda não sabe como representar a nasalização. Neste último exemplo também aparece a supressão do /r/, como em outros exemplos: /em contar para encontrar/, o que pode demonstrar um apoio na oralidade, já que não produz o segmento fonológico /r/ na fala.

Escreveu também /dese para disse/ e /asustava para assustava/; isso pode ter ocorrido em função da ortografia, que se vale de diferentes letras para representar o mesmo som, gerando dúvidas no processo de aquisição da escrita.

Usa também assistematicamente as letras /s/ no lugar do /j/, como em /santar para jantar/ e /s/ no lugar de /ch/, como em /segando para chegando/. Faz ainda omissões de letras, como /txicas para tóxicas/, inversão, como /haora para a hora/ e inserções, como em /feis para fez/, nesse último exemplo parece que D. novamente se apóia na oralidade. Aparecem também trocas de letras: /m/ por /n/, como em /dorni para dormir/, /counede para com medo/ e /anão para a mão/, trocas que, de acordo com Cagliari (2003), são previsíveis no processo de aquisição da linguagem escrita.

No texto 1, a análise aponta para o fato que D. apresenta condições de operar com organizadores textuais. Apesar disso, notamos que essa produção apresenta incompletudes que não permitem que um leitor que não tenha conhecimento prévio da história a compreenda de forma suficiente a partir da seqüência textual elaborada por D. Nesse sentido, apontamos para a relevância do papel desempenhado pelo outro, o terapeuta, no processo de aquisição da linguagem, participando da construção da escrita e da constituição conjunta da significação. Tendo em vista a constituição de uma atividade dialógica, esse outro assumiria seu papel na interação verbal, numa reflexão que ajudaria D., a partir dessa contrapalavra, a perceber a necessidade de esclarecer, na sua produção, alguns pontos obscuros, facilitando o trabalho dos leitores.

D. precisa trabalhar sua escrita para explicitar ao leitor várias questões relativas à referida história, como: quando escreve /levaram para casa e eles pesara que asquiansa tinha txicas/, faltam elementos para que o leitor possa compreender que os personagens levaram *a criança* para casa e pensaram que ela tinha *substâncias* tóxicas. Caberia perguntar também: Por que pensaram que a criança tinha *substâncias* tóxicas?

Também, ao escrever/feis unatila parair pao sornao/, não deixa claro que o personagem Sulley fez uma trilha com comida para que a menina seguisse e se dirigisse a um quarto onde dormiria isolada para que não houvesse perigo de contaminar os outros moradores com suas substâncias tóxicas.

No último parágrafo, ao escrever /daí ele polocou anão nacabesa egouatavisero e ficouasi até ela dorni/, não esclarece que o personagem Sulley ficou deitado ao lado da criança, vigiando seu sono e fazendo companhia para que a menina não tivesse medo, e permaneceu ali até que a menina adormecesse para que se sentisse protegida dos monstros.

Sem estes elementos não é possível que qualquer leitor comprehenda o sentido do texto, o que acaba por prejudicar a coerência da sua produção escrita. Esses indícios indicam a necessidade de um trabalho com a escrita, centrado na constituição conjunta da significação.

Geraldi (1995) menciona que a explicação para construções textuais lacunares como esta está relacionada em muitos aspectos a um ensino centrado na metalinguagem gramatical, em detrimento de reflexões acerca do funcionamento efetivo da língua em textos.

Apesar de a queixa em relação à escrita desta criança estar vinculada a trocas e omissões, não são somente as questões gráficas e convencionais da escrita que tornam a produção lacunar, mas sim as questões discursivas, que podem tornar o texto incompreensível, sobretudo ao considerarmos que os leitores para quem escrevia eram crianças, que, ao contrário da terapeuta, provavelmente não tinham conhecimento prévio da história.

Em outra oportunidade, a terapeuta solicitou que D. escrevesse uma história que havia lido. Nesse primeiro momento, D. não solicitou ajuda da terapeuta. O texto 2 foi produzido em 14/10/2004.

TEXTO 2

Chico bento a cordou sedo para ir pescar pegou mioca e o zé lelé foi pescar suto co chico bento o zé lelé pegou uma bota e o chico bento pegou um peneu.

Os dois firam todo mudo sogado lixo no rio o chico e o zé lelé forem corendo dizer para o pai do chico ele ficou nervoso

O pai do chico e sanou a conunidade para a operação limpeza.

E liparam e lipara até a cabar com o lixo.

Os peises ficaram felizes a ousa foi tomar agua no rio.

O Chico e o zé lelé foram tonar bano no rio lipo.

Texto reescrito pelo paciente e a terapeuta:

Chico Bento e a pescaria

Chico Bento acordou cedo para ir pescar, ele pegou a minhoca e o Zé Lelé foi pescar junto com o Chico Bento e o Zé Lelé pegou uma bota e o Chico Bento pegou um pneu.

Os dois viram todo mundo jogando lixo no rio, o Chico e o Zé Lelé foram correndo dizer para o pai do Chico, ele ficou nervoso.

O pai do Chico e chamou a comunidade para a operação limpeza.

E limpam e liparam até acabar com o lixo.

Os peixes ficaram felizes a onça foi tomar água no rio.

O Chico e o Zé Lelé foram tonar bano no rio limpo.

Como já comentado na análise do texto anterior, nesta produção textual podemos notar hipersegmentações, trocas, supressão e acréscimo de letras, mas, tomando a linguagem nos termos de Franchi (1992), como atividade constitutiva de recursos expressivos próprios de uma língua natural, entendemos os “erros” gráficos apresentados por D. como resultantes de seu próprio trabalho de manipulação da escrita. Portanto, tais “inadequações” ortográficas deixam claro que D. está formulando hipóteses sobre a escrita, no processo de aquisição desse objeto de conhecimento.

Já na primeira versão desse texto D. melhorou bastante a coerência e a coesão textuais, pois, apesar das dificuldades ortográficas que apareceram nesta versão, é possível que o leitor compreenda a história, já que não se percebem lacunas como no primeiro texto. Esse fato demonstra que D. está se apropriando cada vez mais do objeto escrito. Além disso, D., no texto 2, preocupou-se com a reescrita para que todos pudessem compreender sua história.

Comparando as duas versões desta última narrativa, percebemos que a primeira foi organizada despretensiosamente, sem considerar cuidados com a ortografia e depois, na versão final, percebe-se que D. está em um processo que indica a disponibilidade para o trabalho com a escrita. De forma geral, passou a estar mais atento às regras e convenções da escrita, e, a partir das discussões com a terapeuta, reescreveu segundo as normas da língua. As “inadequações”, como o uso indevido de letras, juntura vocalilar, não representação de marcas de nasalização, apoio na transcrição fonética e na oralidade, fazem parte do processo de aquisição da escrita, processo este singular, que difere de sujeito para sujeito, e no qual o “outro” tem papel fundamental.

Durante as produções textuais, a experiência de produzir um texto foi partilhada em um primeiro momento, entre terapeuta e aprendiz, por meio do debate de idéias, da discussão sobre a melhor forma de expressá-las e da interação, assim, juntos, trabalharam na construção dos sentidos desses textos. Em um segundo momento, por meio da prática dialógica, retextualizaram os textos, buscando aproximação com o português padrão. Assim, o objetivo da terapeuta era participar da produção, e não apenas aprovar ou corrigir textos, possibilitando a realização de um trabalho de construção da escrita em parceria com o aprendiz.

CONCLUSÃO

O aprendizado da leitura e da escrita citado em manuais e testes avaliativos que são utilizados para traçar o diagnóstico de distúrbios ou dificuldades de leitura e escrita, na sua maioria, propõe tarefas descontextualizadas, desprovidas de sentido e sem função social, o que dificulta a compreensão do processo de leitura e escrita da criança, que, por não seguir a linearidade proposta pelo sistema escolar, é patologizada.

As mesmas tarefas mecânicas que descaracterizam a linguagem são, muitas vezes, reproduzidas no ambiente escolar, prejudicando o desempenho lingüístico do aprendiz.

Em contraponto aos manuais envolvidos com essa temática, os princípios norteadores do acompanhamento clínico que vem sendo formulado pelo Núcleo de trabalho Fonoaudiologia e Linguagem Escrita da Universidade Tuiuti do Paraná, embasados na teoria sociointeracionista de aquisição da linguagem, nos levam a entender que aprender a escrever significa escolher possibilidades, tomar diferentes decisões e cometer muitos “erros”, conforme Gusso (2003). Afinal, o aprendiz está operando de forma única e singular com a linguagem como objeto de conhecimento, e sua escrita deixa claro o quanto ele conhece sobre o funcionamento dessa modalidade de linguagem em seu uso efetivo.

Colocando-nos distantes de uma visão patologizante e afastados de uma noção de língua como código a ser registrado pela criança, no trabalho com e sobre a linguagem em conjunto, percebemos grande disposição dos aprendizes para esta realidade lingüística. Ao permitir que o aprendiz formule suas hipóteses sobre a escrita, tomamos uma posição diferenciada da que muitas vezes acontece nas escolas. Ao produzir um texto e perceber que foi valorizado pelo conteúdo e não somente pelas convenções ortográficas.

cas que ainda nio consegue assimilar, o aprendiz é capaz de perceber a função da escrita e arriscar-se na construção de seu conhecimento.

Ao tomar cada texto produzido como evento significativo, percebemos marcas da singularidade de cada sujeito, e assim conhecemos as hipóteses que as crianças fazem no início da aquisição da escrita, para, a partir dessas, buscar a escrita convencional, socialmente valorizada. Como salienta Geraldi (1995),

consideramos a produção de textos ponto de partida de todo o processo ensino/aprendizagem da língua, pois é no texto que a língua se revela em toda sua totalidade. Deste modo, o sujeito compromete-se com sua palavra e com sua formação discursiva, e tem o que dizer, uma razão para dizer o que tem que dizer, para quem dizer, e constitui-se como tal, enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz (GERALDI, 1995, p. 137).

Na produção dos textos do sujeito D. e na interação dialógica, tornou-se possível trabalhar a aquisição da escrita e perceber que é nos processos discursivos que as significações emergem. Ao identificar os obstáculos causadores de dificuldades de interpretação, entendemos que, à medida que os textos tornam-se mais complexos, o aprendiz começa a constituir-se como autor (GUARINELLO, 2004).

Acompanhando os textos elaborados, ao longo do processo terapêutico, pelo sujeito desta pesquisa, verificamos uma maior disponibilidade por parte de D. para com a linguagem escrita. D. não só passou, progressivamente, a incorporar características específicas da escrita, como passou a atuar de forma ativa sobre sua estrutura lingüístico-discursiva. Assim, a atividade conjunta com um adulto que dá significado à escrita e a comprehende, sem apontar somente para as “falhas”, como acontece muitas vezes na aprendizagem escolar convencional, fez com que o sujeito se apropriasse dessa modalidade de linguagem, colocando-se como autor de seus textos.

Nesse sentido, afirmamos que o trabalho com a linguagem escrita à luz de uma visão interacional e discursiva de linguagem é capaz de transformar sujeitos tidos como portadores de uma patologia em autores e leitores capazes de construir textos com coerência e coesão, demonstrando o desejo de serem compreendidos por qualquer leitor.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta e analisa, à luz de uma visão interacional e discursiva de linguagem, propostas de acompanhamentos clínicos apresentados em manuais, destinados a sujeitos considerados disléxicos ou portadores de dificuldades de leitura e escrita. Reflete sobre a relação entre práticas tradicionais envolvidas com a aquisição da escrita desenvolvidas no contexto educacional e propostas – via manuais – de acompanhamento clínico. Denunciamos que as mesmas tarefas mecânicas e descontextualizadas, desprovidas de sentido e sem função social, são reproduzidas tanto no ambiente escolar como no contexto clínico proposto nesses manuais. Ou seja, tanto em ações de cunho educacional quanto clínico, o desempenho lingüístico do aprendiz é cercado pela artificialidade de métodos desenvolvidos segundo concepções fragmentadas de linguagem. Para superar esses equívocos, analisamos, em concordância com uma perspectiva social e discursiva de linguagem, o caso de uma criança tomada como portadora de um distúrbio, destacando textos por ela produzidos em situações instanciadas sobre diversos planos dialógicos. Essa análise, que se embasa na compreensão da singularidade do trajeto trilhado por esse sujeito no processo de aprendizagem da linguagem, possibilitou verificar que tal criança, contrariando o rótulo que lhe foi dado, é capaz de atuar sobre a linguagem, arriscando-se na construção de seu conhecimento, produzindo textos com coesão e coerência, bem como levantando diferentes hipóteses sobre os aspectos gráficos e convencionais da escrita. A partir dessa análise, levantamos algumas diferenças entre o trabalho com a escrita direcionado por uma perspectiva social e discursiva de linguagem e as práticas tradicionais de atividades com a escrita.

Palavras-chave: *escrita; dificuldades de escrita; acompanhamento clínico.*

ABSTRACT

On the basis of an interactional and discursive view, this paper presents and analyses proposals of clinical monitoring presented in manuals aimed at dyslexic individuals or those with reading and writing difficulties.. It also reflects on the relation among long-established practices related with writing acquisition in educational contexts and proposals – via manuals – of clinical monitoring. We claim that mechanic and decontextualized tasks are produced into the educational and clinical environments as proposed in manuals. In other words, in

educational and clinical actions, the individual linguistic performance is surrounded by the artificiality of methods developed in light of fragmented views of language. To overcome these difficulties, we examine the history of a child from his/her writing difficulties and highlight his/her writing productions according to various dialogic plans. This analysis which takes into account the singularity of the path trailed by this individual into the language learning process, has allowed us to verify that this child is capable of operating in the realm of language, taking risks when building his/her knowledge, producing texts with cohesion and coherence as well as formulating different hypothesis about graphic and conventional aspects of writing. From this analysis, we project some differences between the work with writing emerging from a social and discursive perspective of language and the conventional practices regarding writing activities.

Key-words: *writing; writing difficulties; clinical monitoring.*

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Cartilhas, para quê?* Cuiabá: Editora UFMT, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br> – 2002>.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.* São Paulo: Loyola, 1999.
- BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. *Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & linguística.* 10. ed. São Paulo: Scipione, 2003.
- CONDEMARIN, Mabel; BLOMQUIST, Marlys. *Dislexia: manual de leitura corretiva.* Tradução de: Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- COUDRY, Maria Irma Hadler; MORATO, Edwiges Maria. Reflexões sobre a atividade oral e escrita de deficientes no contexto escolar. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 25, p. 49-58, 1989.
- CUBA DOS SANTOS, Cassilda. *Dislexia específica de evolução.* São Paulo: Sarvier, 1987.
- ESTIENNE, F. As terapias da linguagem escrita: retrospectiva das correntes da Escola Francesa. In: HOUT, A. V.; ESTIENNE, F. (Orgs.). *Dislexias - descrição, avaliação, explicação, tratamento.* Tradução de: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 193-206.
- FONSECA, Vitor da. *Introdução às dificuldades de aprendizagem.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FRANCHI, Carlos. Linguagem: atividade constitutiva. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 22, p. 9-39, 1992.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem.* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação.* Campinas/São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

GÓES, Maria Cecília Rafael. A criança e a escrita: explorando a dimensão reflexiva do ato de escrever. In: SMOLKA, Ana Luiza; GÓES, Maria Cecília Rafael (Orgs.). *A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

GUARINELLO, Ana Cristina. *O papel do outro no processo de construção de produções escritas por sujeitos surdos*. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Departamento de Pós-Graduação em Letras.

GUSSO, Angela Mari. Clareando os horizontes: o percurso do aprendiz da escrita. In: BERBERIAN, Ana Paula; MASSI, Giselle Aparecida Athayde; GUARINELLO, Ana Cristina (Orgs.). *Linguagem escrita: referenciais para a clínica fonoaudiológica*. São Paulo: Plexus, 2003. p. 161-185.

KATO, Mary. Como a criança aprende a ler: uma questão platoniana. In: ZILBERMAN, Regina; THEODORO DA SILVA, Ezequiel. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988.

KOCH, Ingedore Grinfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAMER, Sonia. *Alfabetização, leitura e escrita – formação de professores em curso*. São Paulo: Ática, 2001.

MASSI, Giselle Aparecida Athayde. *A outra face da dislexia*. Curitiba, 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Departamento de Pós-Graduação em Letras.

NICO, Maria Angela Nogueira. Métodos de alfabetização e a dislexia. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. Disponível em: <www.dislexia.org.br/artigos>. Acesso em: 2002.

PERRONI, Maria Cecília. *Desenvolvimento do discurso narrativo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas-São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

SANTANA, Ana Paula Oliveira. *O lugar da linguagem escrita na afasiologia: implicações e perspectivas para a neurolingüística*. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado) - Unicamp/IEL.

SILVA, L. L. M. et. al. *O ensino da língua portuguesa no primeiro grau*. São Paulo: Atual, 1986.

TORGENSEN, Joseph; DAVIS, Charlotte. Individual difference variables that predict response to training in phonological awareness. *Journal of Experimental Child Psychology*, v. 63, p. 1-21, 1996.

SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DO GÊNERO RESENHA^{*}

*Support for an understanding
of the genre 'review'*

Siderlene Muniz-Oliveira^{**}

INTRODUÇÃO

Ao tentar definir o gênero resenha, percebemos que há uma dificuldade para identificá-lo e classificá-lo. Assim, neste artigo, buscamos, primeiramente, discutir essa problemática da definição e da classificação do gênero resenha para a comunidade acadêmica, apoiando-nos na discussão mais geral sobre os gêneros. Em seguida, faremos um estudo não só sobre pesquisas que nos dão elementos para uma melhor compreensão do gênero resenha, como também sobre pesquisas específicas sobre resenhas.

COMPREENDENDO O GÊNERO RESENHA

Na tentativa de identificar/classificar o gênero resenha, observamos que há vários rótulos usados pela comunidade acadêmica para os

* Adaptação do capítulo 1 da Dissertação de Mestrado “Os verbos de dizer em resenhas acadêmicas e a interpretação do agir verbal”, de Siderlene Muniz Oliveira, defendida em 2004 pelo LAEL-PUC/SP sob a orientação da Profª Drª Anna Rachel Machado.

** Mestre em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem – LAEL/PUC-SP. Integrante do grupo de pesquisa ALTER (Análise de Linguagem e Trabalho Educacional) do LAEL/PUC-SP, coordenado pela Profª Drª Anna Rachel Machado.

gêneros que apresentam como uma das características relatar o discurso do outro, como *resumo*, *resenha*, *resenha crítica*, *recensão*, *notas bibliográficas*. Por exemplo, o termo *resumo* é utilizado em cadernos de congressos ou revistas especializadas para textos produzidos pelo autor do texto publicado pela revista, com o objetivo de dar à comunidade científica em questão as informações que permitam ao destinatário decidir se vai ou não ouvir a comunicação. Do mesmo modo, há publicações que usam o termo *sinopse* para os textos que trazem informações sucintas sobre filmes, textos estes que não são produzidos pelo autor do filme. Podemos dizer que o uso corrente do termo *resumo* nas publicações científicas abrange textos equivalentes ao que o dicionário Aurélio designa *sinopse*, que é definida como a apresentação concisa do conteúdo de um artigo redigido pelo autor ou pelo redator da revista na qual é publicado o trabalho. Por sua vez, analisando a revista DELTA, vemos que nela aparecem mais três rótulos: *resenha*, *nota bibliográfica* ou *notas sobre livros*, que parecem corresponder a uma única espécie de texto, produzido por um emissor-enunciador diferente do autor do texto original.

Além desses rótulos empregados, há também os rótulos *resenha* e *resenha crítica*. Alguns autores consideram a *resenha* como “síntese ou relato de uma obra” e a *resenha crítica* como “síntese ou relato, acrescentando o julgamento de valor da obra” (SEVERINO, 2003; MEDEIROS, 1991; FIORIN; SAVIOLI, 1990).

Severino (2003), por exemplo, classifica a resenha em:

- informativa: quando apenas o resenhador expõe o conteúdo do texto;
- crítica: quando se manifesta sobre o valor e o alcance do texto a ser analisado;
- crítica-informativa: quando o resenhador expõe o conteúdo e tece comentários sobre o texto a ser analisado.

Por sua vez, Medeiros (1991), citando Fiorin e Savioli (1990), afirma que esses autores dividem a resenha em *descritiva* e *crítica*. Na resenha descritiva, o que se ressaltaria é a estrutura da obra (parte, capítulos, estrutura, índices). Já na resenha crítica, seriam acrescentados comentários e julgamento de valor do resenhador. Percebemos que há convergência em relação à definição de resenha e de resenha crítica entre Severino (2003) e Fiorin e Savioli (1990), sendo a resenha um gênero mais descritivo e a resenha crítica descritiva e avaliativa.

Em relação a Medeiros (1991), o que percebemos é que há uma confusão ao definir *resenha* e *resenha crítica*. O autor, no capítulo 7, denominado *Resenha*, destina a primeira seção à resenha e a segunda à resenha

crítica. Contudo, o autor apresenta uma mesma definição para resenha e para resenha crítica. Notamos, nesse autor, que não há clareza para a definição de resenha e de resenha crítica, parecendo se tratar do mesmo gênero.

Acreditamos que a existência de rótulos variados está relacionada à nomeação que é dada a um gênero pela sociedade, que nem sempre é sistemática e homogênea. Por exemplo, podemos encontrar um mesmo gênero com nomes diversos, um mesmo nome para gêneros diferentes, gêneros novos para os quais não há um nome estabelecido etc. Assim, a identificação dos gêneros apenas pelos nomes que lhes são socialmente atribuídos é problemática, não é transparente e não está aí pronta ou dada de forma indubitável ao analista ou ao professor (MACHADO, 2002).

Para Bronckart (1997), os critérios de classificação dos gêneros podem ser referentes ao tipo de atividade humana implicada (ex.: gênero científico), ao efeito comunicativo visado (ex.: gênero poético), ao tamanho e/ou natureza do suporte utilizado (ex.: romance, artigo de jornal), ao conteúdo temático abordado (ex.: romance policial). Além de existirem diversos critérios para a classificação dos gêneros, eles estão em perpétuo movimento, podendo desaparecer, reaparecer, modificar; tudo isso ligado ao caráter fundamentalmente histórico das produções textuais (BRONCKART, 1997/2003).

Podemos citar, como exemplo da dificuldade em classificar os gêneros, a pesquisa de Machado (2002) sobre a dificuldade em nomear/classificar o resumo. Ao fazer um levantamento das ocorrências de resumo na mídia digital, a autora percebe que há uma diversidade muito grande de textos que circulam com o nome de resumos. No meio impresso, percebeu-se que há uma grande quantidade de textos ou de textos pertencentes a diferentes gêneros, cuja produção implica o processo de sumarização – que será discutido na próxima seção. Para a autora, não há consenso no meio acadêmico para a definição/identificação e classificação para o gênero resumo por haver uma confusão terminológica entre processo de redução semântica ou sumarização desenvolvido durante a leitura e os textos produzidos como resumos.

Segundo a autora, que utiliza aportes do ISD (Interacionismo sócio-discursivo) (BRONCKART, 1997; DOLZ; SCHNEUWLY, 1998) e de Bakthin (1979/2000), a identificação dos gêneros apenas pelos nomes que lhes são atribuídos é problemática, não é transparente, não é dada de forma indubitável ao analista ou professor. Diante dessa nebulosa, não é difícil compreender por que não há consenso em relação aos rótulos empregados para designar diversos gêneros, o que está ligado tanto à complexidade de se classificar os gêneros em virtude de seu caráter fluido, mutável historicamente, quan-

to à possibilidade de serem aplicados diferentes critérios para sua definição e classificação.

Diante dessa complexidade para a classificação e definição de diferentes gêneros, para compreender o *gênero resenha acadêmica*, apresentamos, a seguir, uma síntese de pesquisas já realizadas tanto sobre o gênero resenha acadêmica quanto sobre outros estudos que possam nos fornecer elementos para definição/classificação desse gênero. É o que faremos na próxima seção.

A METATEXTUALIDADE E O GÊNERO RESENHA

De acordo com Bakthin (1929/1997), a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação. Para o autor, o diálogo, no sentido estrito do termo, constitui uma das formas mais importantes da interação verbal. Mas, no sentido amplo, pode-se compreender que toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja, é dialógica. Seguindo essa concepção dialógica, encontramos em uma enunciação as vozes dos diferentes papéis desempenhados pelos participantes em um discurso. Assim, o discurso é constituído de modo polifônico, em um jogo de várias vozes que se cruzam, em complementação ou em contradição.

Desse modo, todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior, e desse exterior fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o pré-determinam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe (KOCH, 1997).

Nessa concepção, a intertextualidade é condição de existência do próprio discurso e, assim, todo texto tem relações dialógicas e intertextuais com outro texto. Koch (1997), ao estudar esse fenômeno, estabelece uma diferença entre a intertextualidade explícita e a intertextualidade implícita. Para a autora, a intertextualidade é explícita quando há citação da fonte do intertexto, como acontece no discurso relatado, nas citações e referências, nos resumos, em resenhas e em traduções. Já a intertextualidade implícita ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la para construir o sentido do texto.

É diante da nebulosa da intertextualidade que Genette (1981) estabelece uma classificação para essa intertextualidade, renomeando-a com o termo *transtextualidade*, definida como toda relação, explícita ou implícita, que um texto mantém com outro. Assim, o autor divide a transtextualidade em cinco tipos:

- 1) Intertextualidade: quando há a presença efetiva de um texto em outro, como na citação, plágio, alusão, que pode ocorrer com marcas mais explícitas e menos explícitas.
- 2) Paratextualidade: relação de um texto aos elementos que estão a sua volta, como o título, o subtítulo, o prefácio de um livro, a epígrafe de texto ou livro, a ilustração, os comentários marginais.
- 3) Metatextualidade: corresponde à relação de comentário de um texto sobre outro, relação essa que pode não ser feita necessariamente por meio da citação de fragmentos do texto comentado.
- 4) Arquitemtalidade: muito mais abstrata, que coloca um texto em relação com as diferentes formas às quais ele pertence. Por exemplo, a relação do poema com a classe dos sonetos.
- 5) Hipertextualidade: a relação que liga um texto a outro texto, como a paródia.

Partindo dessa classificação, podemos dizer que a resenha se configura como um *metatexto*, já que é um gênero que tem como função comentar outro texto. Ao buscar pesquisas que nos possam dar subsídios para a compreensão dos metatextos, encontramos algumas sobre resumos, dentre as quais salientamos, em primeiro lugar, a de Machado (2002), já comentada anteriormente, que tenta compreender a dificuldade para definir e classificar o resumo.

Como vimos, para a autora não há consenso no meio acadêmico para nomear o resumo por haver uma confusão terminológica entre processo de redução semântica ou sumarização desenvolvido durante a leitura e os textos produzidos como resumos. Segundo a autora, o processo de sumarização é condição fundamental para a mobilização de conteúdos pertinentes para a produção de textos pertencentes a diferentes gêneros, como resenhas, contracapas e reportagens. Para Machado (2002), em alguns desses gêneros, como na resenha, o resumo parcial ou integral de textos constitui parte de seu plano global.

Para explicar o processo de redução semântica ou sumarização, a autora postula que, durante o processo normal de leitura com compreensão, ocorreria um processo de sumarização por meio do qual o leitor construiria uma espécie de resumo mental do texto, retendo informações básicas e eliminando as acessórias. Nessa abordagem, os leitores utilizariam regras para selecionar os conteúdos relevantes do texto, com o apagamento de informações desnecessárias. A essas regras, que passaram a ser tratadas

como estratégias, foi atribuído um caráter flexível e não rígido e homogêneo, levando-se em conta que sua aplicação estaria condicionada ao objetivo da leitura, ao conjunto de conhecimentos prévios do leitor, ao tipo de situação em que se processa a leitura, enfim, a uma série de fatores contextuais. Assim, admitiu-se que práticas que se voltassem para o ensino e consequente interiorização dessas regras/estratégias possibilitariam o desenvolvimento da compreensão da leitura e da capacidade de produção de resumos.

Contudo, ainda não se levava em consideração a questão do gênero em relação 1) ao processo de sumarização; 2) ao texto que era resumido; 3) aos resumos produzidos. Assim, para a autora, é fundamental rever esse posicionamento com base na noção de gênero para uma melhor compreensão do processo de sumarização e para a produção de resumo para a realização de um trabalho didático eficaz (MACHADO, 2002).

Para a autora, a produção de resumos como parte de outro texto é orientada pelas representações¹ sobre o contexto de produção do texto em que está inserido, portanto, sobre os destinatários, a instituição social, os objetivos típicos do gênero a que pertence.

Desse modo, considerando que a resenha tem uma parte de resumo, acreditamos que o processo de sumarização para a resenha deva estar relacionado à situação concreta de comunicação, o que implica para seu enfoque didático a especificação clara dessa situação. Ou seja, pode-se trabalhar com as chamadas estratégias de redução semântica, mas como parte de um processo de sumarização, que é contextualizada, levando-se em conta o contexto sociocultural mais amplo em que o texto é produzido, o papel social do produtor, do destinatário, a instituição social em que o texto circula, os objetivos, o conhecimento suficiente sobre o tema abordado.

Esses diferentes conhecimentos interagem com as informações que vêm do texto resumido, com a representação que o leitor tem do contexto de

¹ “Haja vista a complexidade do termo representação, necessário se faz conceituá-lo. Por um lado, todas as espécies vivas e não humanas mostram capacidades de representação: dispõem de “impressões” (*huellas*) internas mais ou menos estáveis e organizadas, que se derivam das modalidades de interação comportamentais com o meio. Estas “impressões” (*huellas*) internas permanecem, no entanto, individuais e a princípio idiossincráticas, porque estas espécies não dispõem de sistemas de intercâmbio de representações, que permitiriam elaborá-las, regulá-las e controlá-las coletivamente. Por outro lado, no caso dos humanos, as capacidades de representação, que são também ao mesmo tempo produtos e organizadores das interações, adotam a forma de um mecanismo de pensamento operatório, acessível, ao mesmo tempo, ou consciente, e que originam para atribuição de significados. A emergência, nos humanos, de um sistema de intercâmbio de representações (a língua) permite que os seres humanos se organizem em mundos coletivos de conhecimento, transmitidos de geração em geração” (BRONCKART, 2002, *tradução do espanhol nossa*). Para mais esclarecimentos sobre representações ver MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

produção desse texto, com a própria leitura, permitindo a interpretação e seleção das informações que lhe parecerem mais pertinentes para a produção de outro texto.

Podemos compreender melhor como se configuram textos que mantêm uma relação de metatextualidade com outro texto, como a resenha, que é constituída por uma parte de resumo, sendo o processo de redução de informação ou sumarização fundamental para esses textos. Para uma melhor compreensão do gênero resenha, fomos em busca de pesquisas específicas sobre esse gênero que possam contribuir para a definição do objeto a ser investigado

PESQUISAS ESPECÍFICAS SOBRE O GÊNERO RESENHA

A primeira pesquisa é de Motta-Roth (1995), que, em sua tese de doutorado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, estuda a organização retórica em 60 resenhas acadêmicas produzidas por especialistas de três diferentes culturas disciplinares – a saber, lingüística, química e economia –, todas escritas em inglês e publicadas em periódicos científicos internacionais das respectivas áreas. Segundo Motta-Roth (1998), as resenhas acadêmicas são produzidas por especialistas de uma determinada área e são publicadas em revistas consagradas, tendo como função social tornar conhecido um livro recentemente publicado, a partir do julgamento de valor da obra. Segundo a autora, a avaliação do resenhador é uma crítica interpretativa consoante com as discussões atuais na área e é destinada tanto a pesquisadores iniciantes como a pesquisadores experientes que fazem parte da área disciplinar.

A autora utiliza em sua pesquisa aportes do modelo de Análise de Gênero de Swales (apud SWALES, 1990; apud MOTTA-ROTH), que considera os gêneros como eventos discursivos dependentes da comunidade discursiva, sendo constituídos de *moves* (unidades maiores) e *steps* (subunidades dos *moves*), que são “materializados” por expressões ou itens lexicais importantes para direcionar e orientar os leitores, indicando que ato retórico está sendo realizado. Em sua pesquisa, a autora apresenta, como resultado do *corpus*, uma descrição esquemática do padrão organizacional das resenhas acadêmicas que comprehende unidades maiores – bloco de texto que realiza uma função comunicativa específica – e unidades menores – que podem ser consideradas como as subfunções das unidades maiores. Assim, teríamos como unidades maiores: 1) introduzir o livro na área; 2) sumarizar o livro; 3) destacar partes do livro; 4) prover avaliação final do livro.

Interessante observar que Motta-Roth (1997), ao comparar as resenhas de lingüística, economia e química, estuda o componente de variabilidade das resenhas de química, economia e lingüística, observando o modo como o resenhador avalia em cada disciplina. Segundo a autora, essas variações estão ligadas tanto ao conteúdo proposicional (tipo de elemento enfocado na avaliação do livro em cada área) quanto à estrutura textual propriamente dita.

Ao estudar os termos avaliativos de elogio e de crítica, a autora observa que, nas resenhas de lingüística, os resenhistas demonstram grande preocupação com discursos sobre o estatuto do conhecimento e com o tratamento claro e detalhado dos tópicos. Por sua vez, nas resenhas de economia, para um livro receber uma recomendação positiva, é necessário ser persuasivo e, quando um livro não é recomendado, os resenhistas o definem como não convincentes. Em química, a qualidade positiva está relacionada a uma abundância de informação. A amplitude e o imediatismo no acesso à informação parecem estar relacionados à rapidez com que a química se desdobra em novos tópicos ou subáreas (MOTTA-ROTH, 1997).

Segundo a autora, essas variações têm relação com os modos característicos de argumentação nas disciplinas, em função da cultura disciplinar específica de cada área. Para a autora, a diferença no uso dos termos de elogio e crítica em lingüística, economia e química sugere uma diversificação no modo de produzir conhecimento.

A segunda pesquisa é de Bezerra (2001), que, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Ceará, analisa os traços descritivos da organização retórica de 30 resenhas produzidas por alunos de graduação do curso de Teologia em situação acadêmica real, como exigência das disciplinas do curso, comparando-as com 30 resenhas de livros produzidas por especialistas e publicadas numa revista consagrada da área de Teologia. O autor também toma como base o modelo de gênero desenvolvido por Swales (1990), com as adaptações propostas por Motta-Roth (1995) e Araújo (1996), centrando na questão do propósito comunicativo e na noção de subgênero. Bezerra (2001) chega à seguinte descrição das unidades maiores para as resenhas produzidas por especialistas: 1) introduzir a obra; 2) sumarizar a obra; 3) criticar a obra; 4) concluir a análise da obra. Para cada uma dessas unidades, haveria também diversas subunidades que podem ser opcionais. Exemplos de subunidade: *definir o tópico geral*, que pertence à unidade *introduzir a obra*; *descrever a organização da obra*, que pertence à unidade *sumarizar a obra*.

Em sua pesquisa, os dados revelam que a produção do gênero resenha admite considerável flexibilidade e maleabilidade, ligadas à grande variedade de escolhas que os escritores fazem no que diz respeito à disposi-

ção das subunidades. Assim, percebeu-se que as resenhas de especialistas caracterizam-se por uma estrutura mais complexa em relação às resenhas produzidas pelos alunos. Além disso, Bezerra (2001) observou que há diferenças no que se refere ao procedimento de avaliação final do livro, o que é decorrente dos diferentes propósitos comunicativos em relação às resenhas produzidas por alunos e resenhas produzidas por especialistas.

Para o autor, “entende-se que a avaliação, mais que a descrição, é o traço característico, definidor da identidade das resenhas como um gênero acadêmico específico”, pois mesmo na apresentação e/ou discussão do conteúdo, a atitude do resenhador é revelada (BEZERRA, 2001, p. 80). O autor afirma ainda que a presença de estratégias avaliativas na resenha é precisamente o fator central para diferenciá-las de outros gêneros acadêmicos, como o resumo.

A terceira pesquisa que encontramos sobre resenha é de Araújo (1996), que, em sua tese doutorado, também defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, analisa um *corpus* de 80 resenhas de livros, em inglês, produzidas por especialistas na área de lingüística, estudando alguns termos que explicitam a coesão lexical (conexão frástica e interfrástica). Para essa análise, a autora utiliza pressupostos da teoria de orações relacionais que consideram que os sentidos de um texto são estabelecidos a partir de relações semânticas entre dois períodos ou a partir de um grupo de períodos, precedentes ou subsequentes, no mesmo texto. A autora revela, a partir da análise de substantivos, a importância desses termos não só para a articulação do texto, mas também para a avaliação da obra resenhada.

Araújo (1997) define

resenhas críticas acadêmicas como um tipo de gênero discursivo que tem um objetivo claro e definido: descrever e avaliar o conteúdo do livro apreciado. A avaliação é a principal característica desses textos que culmina com a recomendação, ou não, do livro apreciado a um determinado leitor, por parte do resenhador da obra.

Por sua vez, Machado (no prelo), que também realiza um estudo sobre o gênero resenha, define a resenha crítica acadêmica como uma ação de linguagem² que se materializa em um texto a ser publicado em uma revista especializada de uma área, que circula numa instituição acadêmica, tendo como destinatários receptores ausentes, que também estão no papel

² A ação de linguagem pode ser vista como um conjunto de operações que envolve a linguagem (BRONCKART, 1997).

social de especialistas da mesma área. O objetivo do resenhador é tornar conhecida uma obra recém-lançada por outro especialista e convencer os destinatários sobre a validade de seu posicionamento (na maioria das vezes, positivo) em relação à referida obra.

Para a autora, a ação de resenhar está relacionada a uma atividade de leitura, de interpretação e de sumarização prévias, uma vez que devem ser mobilizados os conteúdos centrais de uma obra e de suas interrelações. Freqüentemente, segundo a autora, o produtor ainda mobiliza conteúdos de outras obras que lhe permitam estabelecer comparações e efetuar sua avaliação. Além disso, Machado (no prelo) afirma que o produtor da resenha deve considerar que está se posicionando em relação a uma questão potencialmente controversa, pois outros leitores podem ou poderão ter uma opinião contrária à sua, devendo, portanto, apresentar argumentos convincentes e próprios da esfera acadêmica.

DEFININDO O GÊNERO RESENHA ACADÊMICA

Analisando as concepções anteriores de *resenha acadêmica*, podemos entender tanto a *resenha acadêmica* quanto a *resenha crítica acadêmica* como uma ação de linguagem materializada em um texto escrito produzido por um especialista de uma área, e que é publicado em uma revista acadêmica de uma área específica, tendo como destinatários pesquisadores iniciantes e experientes.

Assim, a *resenha acadêmica* seria o gênero que tem como função contextualizar a disciplina na qual a obra se insere; situar o autor da obra resenhada na disciplina em questão; descrever a obra, ressaltando sua estrutura, tornando conhecido um livro recentemente publicado.

Entretanto, no que se refere ao conteúdo da *resenha acadêmica* e da *resenha crítica acadêmica*, com base na definição de resenha informativa e de resenha crítica de Severino (2003), já comentada no início do artigo, fizemos um levantamento em resenhas de três revistas diferentes da área da linguagem, a saber, a revista *Linguagem e Ensino*, a *D.E.L.T.A.* e a *Linguagem em Discurso*, com o propósito de analisar se haveria nas seções destinadas à *resenha* a chamada resenha informativa e a chamada resenha crítica.

A seguir estão alguns trechos das resenhas analisadas, retirados da revista *Linguagem e Ensino*:

... De qualquer forma, *recomendo* essa obra para todos aqueles que lidam com a linguagem escrita, sejam profissionais ou estudantes, especialmente fonouaudiólogos ou educadores (LAZZAROTTO, 2004).

Compacto, rico, e ao mesmo tempo apreensível são características de *Livro e Liberdade* que devem ser salientadas, devido ao caráter filosófico do texto, informação que pode intimidar algum leitor e distanciá-lo, com isso, desta discussão sobre a força deste objeto subestimado por muitos: o livro (ENZ, 2004).

Apesar de Bagno tratar de um assunto recorrente, o autor *inova*, uma vez que mais do que discutir sobre o preconceito lingüístico, *aprofunda o tema* abordando o elitismo que realmente se esconde por trás dele. (MOREIRA, 2004).

Dentre tantas contribuições da autora ao ensino de língua materna, Magda Soares *presenteia* seu leitor com mais esta obra, que se torna *ponto de parada obrigatório* para os estudiosos da área (CAMILLO, 2004).

Observamos nesses fragmentos que há a avaliação da obra, seja por meio de adjetivos, seja por meio de outros vocábulos também avaliativos (verbos, substantivos etc.) encontrados no último parágrafo, vocábulos estes que são utilizados para encerrar a resenha.

A seguir apresentamos os trechos retirados do último parágrafo das resenhas do nosso *corpus* de mestrado retiradas da revista D.E.L.T.A., uma das mais antigas e prestigiadas revistas da área de lingüística.

Em conclusão, *mesmo com as ressalvas elencadas acima*, “Corpus Linguistics – Investigating Language Structure and Use” é uma *obra valiosa e indispensável* para lingüistas de *corpus*, estudiosos da linguagem em uso, e curiosos a respeito desta recente e excitante área de investigação, a Lingüística do Corpus (SARDINHA, 1999).

... É um ecletismo revelador das múltiplas faces do estudo da língua em uso e que *vem contribuir de forma substancial* para aumentar o nosso conhecimento das complexas inter-relações entre língua, discurso e sociedade (PAIVA, 1999).

Merecem os parabéns os organizadores, Branca Telles Ribeiro e Pedro M. Garcez, ambos professores e pesquisadores brasileiros com projeção internacional, pela *brilhante idéia* de olhar para uma área carente no Brasil e se empenhar na tarefa de suplementá-la (OSTERMANN, 1999).

... Dificilmente encontraremos alguém que tenha lido, em lingüística, com tanta variedade de assuntos, e que o tenha feito com *tanta competência*. Nesse sentido, *o volume resenhado faz justiça* ao trabalho de Labov (OLIVEIRA, 1999).

Nas resenhas analisadas da revista D.E.L.T.A., observamos também no último parágrafo conclusivo vários vocábulos avaliativos, assim como nas resenhas da revista Linguagem e Ensino. A seguir exemplificaremos com fragmentos de resenhas da revista Linguagem em Discurso.

A presente obra constitui-se em uma *importante contribuição* para os estudos de gênero textual. Há *propostas claras e interessantes* sobre o ensino de gêneros e *reflexões relevantes* que abordam questões inexplicadas pelos estudiosos da área (FERREIRA, 2005).

Como se pode notar, essa obra representa uma *leitura indispensável* para os profissionais que trabalham com o ensino de línguas, pois *contribui* para uma reflexão sobre a atual situação lingüística do inglês ao redor do mundo (NASCIMENTO; GARCIA, 2005).

Ao retratar a pluralidade e complexidade de processos de letramento e formação docente, esta coletânea é uma *contribuição preciosa e inspiradora*, coerente com as múltiplas variáveis envolvidas nas práticas sociodiscursivas em jogo no processo de ensino/aprendizagem de línguas (REICHMANN, 2005).

Os autores da obra “Leitura: múltiplos olhares” tomaram partido por uma *reflexão séria, consistente, comprometida* com a heterogeneidade constitutiva da linguagem e com olhares possíveis sobre a leitura, em um diálogo profícuo entre orientações teóricas (NETTO; GALLI, 2005).

Nesses fragmentos retirados das resenhas da revista Linguagem em Discurso, observamos também que os resenhistas concluem suas resenhas com muitos vocábulos avaliativos que deixam claro se a obra resenhada deve ou não ser lida. Observamos, ainda, nas resenhas analisadas que todas as avaliações foram positivas.

CONCLUSÃO

Observamos que, a partir das resenhas analisadas das revistas D.E.L.T.A., Linguagem em Discurso e Linguagem e Ensino, todas da área da linguagem, nas seções em que se publica o que se chama de *resenha*, que esta corresponderia, de acordo com a distinção de Severino (2003), na verdade, ao gênero *resenha crítica*, já que são textos que descrevem e avaliam a obra resenhada. Ademais, levantamos a hipótese de que não haja na área da linguagem somente resenha informativa conforme a distinção de Severino (2003), pois os autores encerram a resenha fazendo algum comentário, geralmente positivo, da obra, ou seja, avaliando-a. Além disso, a linguagem é permeada de índices avaliativos que estão impregnados no texto. Todavia, faz-se necessário mais estudo em outras resenhas de outras revistas da mesma área e de outras áreas para analisar se há resenhas que visam mais ao informativo, sem fazer a avaliação explícita da obra resenhada.

Partimos do pressuposto de que é necessário deixar mais claro para os alunos qual o objeto específico de ensino que queremos enfocar, sendo necessária, desse modo, a compreensão de determinado gênero; no caso específico, o gênero resenha acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem com objetivo fazer um estudo sobre o gênero resenha, buscando uma melhor definição para a chamada *resenha* e a *resenha crítica*, pois percebemos que há, na comunidade acadêmica, dificuldades para identificá-las e classificá-las. Para tal estudo, buscamos diferentes autores que tem trabalhado com este gênero.

Palavras-chave: *gênero; resenha acadêmica; produção de textos.*

ABSTRACT

This paper aims to study the genre known as *review* in an attempt to provide a more adequate definition to both *review* and *critical review* as it is often difficult for the academic community to conceptualize and classify them. This work examined different studies that have investigated this genre

Key-words: *genre; academic review; text production.*

RESENHAS CITADAS

- Berber Sardinha, A. (1999) Resenha de *Corpus Linguistic – Investigating language structure and use* por D. Biber et alli. DELTA, São Paulo, v.15:1.
- Camillo, L. (2004). Resenha de *Alfabetização e letramento* por Soares, M. Linguagem e Ensino, Pelotas, vol. 7, nº 2.
- Enz, A. (2004). Resenha de *Livro e Liberdade* por Cânfora, L. Linguagem e Ensino, Pelotas, vol. 7, nº 2.
- Ferreira, M. M. (2005) Resenha de *Gêneros textuais: reflexões e ensino* por Karwoski, A.; Gaydeczka, B. & Brito, K.S. Linguagem em Discurso, SC, vol.6.
- Lazzarotto, C. (2004). Resenha de *Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita. Questões clínicas e educacionais* por Zorzi, J., Linguagem e Ensino, Pelotas, vol. 7, nº 2.
- Moreira, R. (2004). Resenha de *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira* por Bagno, Marcos. Linguagem e Ensino, Pelotas, vol. 7, nº2.
- Nascimento, K.H. & Garcia, M. A. (2005). Resenha de *A geopolítica do inglês* por Lacoste, Y. Linguagem em Discurso, SC, vol.6
- Netto, A.D.S. & Galli, F.C.S. Resenha de *Leitura: múltiplos olhares*. Linguagem em Discurso, SC, vol.6.
- Oliveira, M.A (1999). Resenha de *Towards a social science of language – papers in honor of William Labov Volume 1: Variating and change in language and society* editado por G. Guy et alli.. DELTA, São Paulo, v.15:2.
- Ostermann, A. C. (1999). Resenha de *Sociolinguística interacional:antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso* organizado por B.T. Ribeiro & P.M. Garcez. DELTA, São Paulo, v.15:2.
- Paiva, M. C. (1999). Resenha de *Towards a social science of language. V2: Social interaction structure* editado por F. Guy et alli.. DELTA, São Paulo, v. 15:1.
- Reichmann, C. (2005). Resenha de *Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber* por Kleiman, A. & Matêncio, M.L. Linguagem em Discurso, SC, vol.6.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Antonia Dilamar. Lexical signalling: a study of unspecific-nouns in book reviews. Florianópolis, 1996. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.
- _____. *Resenha crítica acadêmica: relações entre termos específicos e não específicos*. Trabalho apresentado no Congresso Nacional da ABRALIN, 21., 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 8. ed. Tradução de: Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1929-1997.
- _____. Estética da criação verbal. Tradução de: Maria Ermantina G. G. Pereira São Paulo: Martins Fontes, 1979-2000.

- BEZERRA, Benedito Gomes. *A distribuição das informações em resenhas acadêmicas*. Ceará, 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Universidade Federal do Ceará, 2001.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. 2. ed. Tradução de: Anna Rachel Machado. São Paulo: EDUC, 1997-2003.
- DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Pour un enseignement de l'oral – initiation aux genres formels à l'école*. Paris: ESF (Collection Didactique du Français), 1998.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsestes*. Paris: Le Seuil, 1981.
- KOCH, Ingodore G. Villaça. *O texto e a construção de sentido*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MACHADO, Anna Rachel. Revistando o conceito de resumos. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- _____. Seminário de práticas de análises: os textos dos alunos como índice para avaliação das capacidades de linguagem. In: COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO DE ANÁLISE DE DISCURSO, 3., Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG. No prelo.
- MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília. *Resenha*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 109-122, 2002.
- MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. São Paulo: Atlas, 1991.
- MOTTA-ROTH, Désirée. *Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics*. Florianópolis, 1995. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- _____. Termos de elogio e crítica em resenhas acadêmicas em lingüística, química e economia. *Intercâmbio*, n. 6, p. 793-813, 1997.
- _____. A visão de editores sobre o gênero resenha acadêmica. *Intercâmbio*, São Paulo, v. 7, p. 135-144, 1998.
- MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Habuske. Capítulo 4: Artigo acadêmico – revisão da literatura. In: MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Princípios básicos: redação acadêmica*. Santa Maria, RS: Laboratório de Leitura e Redação, Universidade Federal de Santa Maria, 2003.
- MUNIZ-OLIVEIRA, Siderlene. *Os verbos de dizer em resenhas acadêmicas e a interpretação do agir verbal*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) - LAEL/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- SWALES, John. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ENUNCIAÇÃO E LEITURA

Enunciation and reading

Fernando Moreno da Silva*

A ENUNCIAÇÃO

A leitura é fruto do processo da enunciação, atividade compreensível em duas vertentes: comunicação e produção. Na primeira, a enunciação é entendida por meio da relação do fazer-persuasivo de um produtor que quer agir sobre um receptor, encarregado, por seu turno, do fazer-interpretativo. Como se observa, é típico dos estudos da Retórica. Já no que diz respeito à produção, enunciação é um ato de pôr em funcionamento a língua, produzindo um enunciado.¹ É impossível estudá-la diretamente, por quanto é uma instância lingüística pressuposta pelo enunciado. Mas, como seu produto, o enunciado pode conter traços que reconstituem o ato enunciativo. Esse mecanismo, que consiste em projetar no discurso as marcas de pessoa, tempo e espaço, é conhecido como debreagem, subdividida em dois tipos. A primeira é a debreagem enunciativa, que instala no enunciado as pessoas da enunciação (eu/tu), o espaço da enunciação (aqui) e o tempo da enunciação (agora), produzindo o efeito de sentido da subjetividade. A

* Mestrando em Lingüística e Língua Portuguesa (Unesp/Araraquara), Professor do Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva/SP - Imes/Fafica.

¹ Bakhtin (1992) contrapõe *enunciado* (unidade ou forma de discurso) a *oração* ou *frase* (unidade da gramática). Segundo ele, discurso é um acontecimento, um evento. Não é a *parole*, pois esta é individual, ao passo que o discurso é social e pertencente ao grupo. Constituindo a realização da língua, ele implica a atualização da fala. Na Análise de Discurso de linha francesa, o discurso é entendido como a manifestação de valores, dentro de formações discursivas. É bom lembrar que Mattoso Câmara traduz *parole* por discurso, distinguindo nele duas modalidades, de acordo com seu modo de manifestação: “fala” como discurso oral; “escrita” como discurso escrito.

segunda classificação é a debreagem enunciva, responsável pela instalação das pessoas do enunciado (ele), do espaço do enunciado (lá ou alhures) e do tempo do enunciado (então), criando o efeito de sentido da objetividade.

É preciso que se distingam as nuances do processo enunciativo. Todo e qualquer enunciado tem como pressuposto o fato de ter sido proferido por alguém num tempo e num espaço. É a idéia da enunciação pressuposta. Quando, nesse enunciado, está presente um “eu”, terá lugar a enunciação-enunciada, correspondendo a uma metáfora da enunciação pressuposta (simulacro similar). Se um “ele”, ter-se-á o enunciado-enunciado ou o enunciado propriamente dito, configurando uma metonímia da enunciação pressuposta (de parte em relação ao todo). Mas as categorias de pessoa devem ser esclarecidas.

O “eu” abarca duas instâncias: enunciador e narrador. No primeiro nível da enunciação, está o enunciador: é o “eu” pressuposto, equivalente ao autor implícito. É bom lembrar que autor implícito não é o mesmo que autor real. Ambos, por vezes, coincidem, mas não obrigatoriamente. A figura de carne e osso, pertencente ao mundo extralingüístico, pode fingir, criando, no discurso, a imagem de uma pessoa totalmente diferente de sua autêntica personalidade. Ele não pertence, portanto, ao texto. O enunciador, ao contrário, é uma imagem construída ao longo do texto, uma idealização do ser que produziu o discurso corrente. Traçando um paralelo com a Retórica clássica, cujo princípio preconiza, num ato de comunicação, o envolvimento de três componentes: orador, auditório e discurso. O enunciador seria, aproximando-o das tradições aristotélicas, o *ethos* do orador, a voz que ecoa numa construção discursiva.

Enquanto o enunciador é a instância pressuposta que produz o enunciado, o narrador, apresentando-se num segundo nível, é o “eu” projetado no interior do texto, fruto da criação do autor implícito. É uma delegação de voz levada a efeito pelo enunciador. Para melhor o entender calha o princípio do foco narrativo. Dentre as diversas classificações, as mais genéricas são:

- a) narrador onisciente: enredo narrado em terceira pessoa, o narrador tudo sabe, comenta e avalia;
- b) narrador-observador: narrado em primeira pessoa, não participa diretamente dos acontecimentos;
- c) narrador-personagem: narra o enredo participando dos acontecimentos.

A fim de aclarar a distinção entre enunciador e narrador, recorre-se ao poema *I-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias (1985, p. 119-122):

Meu canto de morte,
Guerreiros, ouvi:
Sou filho das selvas,
Nas selvas cresci;
Guerreiros, descendo
Da tribo tupi.

(*Poesias de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1985)

Nesse trecho, vê-se claramente um “eu” que perpassa o poema. Na superfície textual, o “eu” é figurado pelo índio tupi, que é o narrador. Já o enunciador constrói-se como uma instância subjacente à manifestação; uma voz preocupada e crítica que procura exaltar a figura do índio, convocando e sensibilizando os sentimentos de um povo para com sua natureza.

Um último e terceiro nível surge quando o narrador delega voz aos actantes do enunciado. Neste ensejo, aquele que fala se transforma no interlocutor. Na terminologia dos estudos literários, é a fala dos personagens. O sinal marcante para essa distinção é o uso do discurso direto. O espaço dado aos personagens é introduzido pelo mecanismo da debreagem interna ou de segundo grau, prestando-se a criar o efeito de sentido de realidade, pois parece que o próprio personagem toma a palavra:

O discurso direto, em geral, cria um efeito de sentido de realidade, pois dá a impressão de que o narrador está apenas repetindo o que disse o interlocutor. Tanto esse fato é verdadeiro que, quando se narra em discurso direto, o que se pergunta ao narrador é se o interlocutor disse com aquelas palavras mesmo (FIORIN, 1994, p. 79).

Conhece-se, então, uma quarta modalidade da enunciação. Dando a palavra a outrem, o narrador institui a enunciação reportada, que é um simulacro de enunciação. O interlocutor também pode ser o próprio narrador, na ocasião em que ele faz uso do travessão para expressar um eventual sentimento, caso típico quando se recorre a uma interjeição.

AS FACES DO LEITOR

Até aqui, discorreu-se apenas sobre um “lado da moeda”. Sabe-se que, em todo processo de comunicação, a um “eu” corresponde sempre um “tu”. Por isso, diante do enunciador está o enunciatário; do narrador, o narratário; do interlocutor, o interlocutário.

Na produção enunciativa, o enunciador invariavelmente considera a quem se destina seu discurso. Como numa comunicação epistolar, na qual se escreve sempre pensando naquele que irá ler a carta. Caso contrário, o discurso não alcança eficácia. Se, num desfile de modas, apresentam-se modelos de roupas incrementados com peles de animais diante de uma platéia de ecologistas ou ambientalistas, certamente haverá protestos. Por ser levado em conta na construção do enunciado, afinal ele é a razão de existir do discurso, havendo diálogo entre emissor e receptor, o enunciatário faz parte do processo produtivo, constituindo-se um co-enunciador. Daí ser válida a asserção de que o sujeito da enunciação é composto por enunciador e enunciatário, já que este último influí visceralmente na forma e no conteúdo.

O enunciatário seria, nesse propósito, um destinatário implícito da mensagem, o leitor ideal. Muitos autores o têm denominado de formas variadas, mas todas conservam o mesmo significado: W. Iser emprega “leitor implícito”; J. Lintvelt, “leitor abstrato”; Umberto Eco, “leitor modelo”. E mais uma vez é necessária a ressalva de que não se deve confundir o leitor virtual com o leitor empírico de carne e osso. Entre um ensaio filosófico e a narrativa do *Chapeuzinho Vermelho* é fácil construir a imagem dos seus respectivos leitores: para o primeiro, estariam os leitores críticos, ao passo que, ao segundo, o público infantil. Esta é, *grosso modo*, uma projeção dos leitores virtuais, mas nada impede que, na prática, um pesquisador vá ler um enredo infantil a fim de pesquisa. Mas, no presente trabalho, a preocupação é com o leitor ideal, aquele que é pressuposto pela obra. Pelos leitores reais se interessam, na maioria das vezes, os sociólogos ou publicitários. Ainda que se insista nesta diferenciação, não há dúvidas de que o espaço do enunciatário será fatalmente preenchido por um leitor de carne e osso.

Como destinatário do narrador está o narratário. Esse “tu” definido pelo texto apresenta-se de duas formas:

- a) narratário-personagem ou intradiegético (dentro da diegese, ou seja, o mundo da história): quando participa diretamente da narrativa. Como exemplo, um trecho do poema *Inexorável*, de Cruz e Souza. Nele, o narratário está no papel da amada falecida:

Ó meu Amor, que já morreste,
 Ó meu Amor, que morta estás!
 Lá nessa cova a que desceste
 Ó meu Amor, que já morreste,
 Ah! Nunca mais florescerás?

(*Poesias completas*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]. p. 57)

b) narratário interpelado: um anônimo a quem o narrador se dirige, não sendo personagem da narrativa:

Esta idéia para um conto de terror é tão terrível que, logo depois de tê-la, me arrependi. Mas já estava tida, não adiantava mais. Você, leitor, no entanto, tem uma escolha. Pode parar aqui, e se poupar, ou ler até o fim e provavelmente nunca mais dormir.

[...]

Você, leitor, já deve estar sentindo o que vai acontecer. Pare de ler, leitor. Eu não posso parar de escrever...

(VERÍSSIMO, 2001, p. 33-35)

E ao interlocutor corresponde o interlocutário, igualmente um destinatário instalado, pelo narrador, dentro do discurso direto. Num diálogo, por exemplo, com travessão dentro de uma narrativa, interlocutor e interlocutário se invertem a cada momento em que um deles toma a palavra. Aquele que fala é o interlocutor, e aquele que ouve, o interlocutário.

O PROCESSO DE LEITURA

Como se pode perceber, o leitor deixa de ser considerado uma entidade passiva, uma vez que participa indiretamente do complexo de produção discursiva. O processo da leitura, destarte, compreende dois estágios ou, em outros termos, duas atividades no interior do ato: compreensão e interpretação. Inicialmente, o leitor atua na decodificação² da superfície discursiva, englobando as organizações mórficas, sintáticas e semânticas.

² Pela derivação prefixal (acrúscimo do prefixo “des”), formou-se o vocábulo “descodificação”, que, mediante o processo fonológico da síncope (supressão de fonema no interior da palavra), recebeu posteriormente a forma paralela “decodificação”, consagrada pelo uso.

Exige-se na compreensão o reconhecimento intradiscursivo das regras de uso da língua natural. Num momento subseqüente, aprofundando a leitura, está a interpretação, que demanda um trabalho maior por parte do leitor, pois será necessário debruçar-se sobre as motivações ideológicas e inconscientes do texto, numa relação intertextual. Lopes (1978, p. 53) assim a concebe: "Ao trajeto que, partindo de um plano de expressão plurissignificacional, conotado, tem por ponto de chegada um único efeito-de-sentido denotado, chamamos interpretação".

Todo enunciado produzido está imerso numa formação ideológica e numa formação discursiva, além de ser uma soma de outros discursos. Há uma complexidade em torno da idéia de sujeito. O "eu" é formado por uma ideologia que, por seu turno, é formada por um feixe de fios ideológicos. Duas pessoas têm valores em comum, mas também valores opostos. Por conseguinte, a competência de leitura está intimamente relacionada ao conhecimento enciclopédico do leitor; ele absorve um texto de acordo com sua vivência, aí incluídos "n" fatores: lingüístico, cultural, religioso, etc. É o que observa Cortina (1994, p. 51):

...se existir alguma falha na observação dos elementos que constituem a superfície discursiva de um texto, que corresponde à relação intradiscursiva (compreensão), ou na captação dos registros do conhecimento, isto é, de outros textos ou outras culturas, que corresponde à relação intertextual (interpretação), o ato de leitura será prejudicado, ou, no mínimo, alterado.

Um bom exemplo da participação impreverível do leitor na produção de sentido apresenta-se na construção de sentido do riso. Este efeito, muitas vezes, não está inscrito na superfície textual, mas é uma sensação suscitada pela construção discursiva no destinatário da mensagem:

CAMBROONIANA
a bom entendedor
meia palavra: bosta
(PAES, 1988, p. 32)

O riso suscitado nesse trecho não advém apenas da referência a um provérbio. Este é apenas um meio para se construir o sentido de uma palavra cindida: bosta. Para a interpretação real desse recurso, ao leitor é exigido um conhecimento de mundo para depreender, mediante uma leitura

intertextual, que se trata de uma paródia endereçada ao engenheiro francês Charles Louis Cambronne, que foi responsável pela instalação do sistema de esgotos em Recife.

Indubitavelmente, há outras influências sobre o processo interpretativo, como o contexto. Significados distintos pode haver conforme o ambiente considerado. Duas concepções se referem a ele.

O contexto interno ou lingüístico, no sentido estrito do termo, é o encadeamento de significantes num eixo sintagmático. Ele é importante para o valor semântico da palavra. O vocábulo “tênis”, em estado de dicionário, é polissêmico, possibilitando vários usos. Neste estado, Bakhtin (1979) afirma ser a palavra neutra, porque cria condições de receber novos valores dependendo do contexto. Quando atualizada pelo discurso, as acepções da partícula são especificadas:

- a) como sinônimo de calçado: “Ele comprou um lindo **tênis** para caminhar”
- b) como modalidade esportiva: “O campeonato de **tênis** deste ano vai reunir os melhores tenistas do mundo”.

No contexto exterior ou extralingüístico, está a situação espaciotemporal. A sociolinguística a denomina “situação imediata”, conforme descreve as variações estilísticas ou registros, que são as variações da fala de um mesmo indivíduo em diferentes ambientes. A fala *sui generis* de um advogado num tribunal ou num congresso seria ridícula se, porventura, fosse empregada num bate-papo descontraído no bar: “Excelentíssimo senhor garçom, poderia, por obséquio, trazer-me, inicialmente, uma exígua porção de aguardente para que eu possa depois degustar uma bebida fermentada à base de cevada?”. Portanto, o estilo de fala se molda à situação na qual se encontra o falante.

Um outro caso ocorre quando a produção e a recepção do enunciado não são contemporâneas. Nesta especificidade, a descontextualização é a causa da pluralidade de leituras.

Na comunicação oral, em virtude da recorrência a remissões da situação imediata e do comportamento não-verbal, há economia de procedimentos lingüísticos. Na comunicação escrita, entretanto, quando autor e leitor estão em épocas peculiares, distantes no tempo e no espaço, a única fonte de leitura é o próprio texto. Aí surgem os problemas, conforme observa Amaral (2002, p. 74): “Percebemos, então, que a questão da leitura é também uma questão do leitor, já que o sentido pode estar tanto no interior quanto no exterior do texto e é no movimento da história que vamos fazer esta ou aquela leitura”.

A obra de Nicolau Maquiavel, *O príncipe*, cuja primeira edição data de 1532, recebeu, por exemplo, várias leituras, muitas vezes conflitantes. Basicamente, nela se ensina como um príncipe deve proceder para conquistar e assegurar o poder. Seria, por alto, um manual de técnicas instrumentais da autocracia. Ainda no século XVI, a Igreja Católica, com o movimento da Contra-Reforma, não vê com bons olhos a obra, proscrevendo-a ao incluí-la no Índice de Livros Proibidos. O argumento era de que havia no livro princípios contrários aos ensinamentos de Cristo. No século XVII, com a ascensão das monarquias absolutistas nos novos Estados europeus, o livro ganha o sentido talvez maquinado pelo próprio Maquiavel: servir de instruções aos métodos despóticos. Em pleno Iluminismo, Jean-Jacques Rousseau, n'*O contrato social*, interpretará o livro maquiavélico como positivo, contrapondo-se às abordagens até então levantadas. Para o escritor francês, a obra desmascara o abuso de poder dos príncipes, afirmando ser o interlocutor do livro não o príncipe italiano Lorenzo II, mas o povo.

Na tentativa de compreender o processo de leitura, Eco (2001) estabelece uma tríade: intenção do autor (*intentio auctoris*), intenção do leitor (*intentio lectoris*) e intenção do texto (*intentio operis*). Certamente, ao tocar em algum destes pontos sobrevêm polêmicas. Em toda a história da análise de textos sempre vigorou a idéia de que o analista deveria intentar descobrir exatamente qual seria o desígnio do autor real. Nessa busca pela intenção do sujeito-produtor do discurso, ler era uma investigação empírica, afinal o leitor submetia-se à autoridade autoral. Além do texto, a preocupação era desvendar a vida pessoal do autor, com suas tendências e predileções. Essa obsessão beirava, às vezes, o misticismo. A exegese de escritos psicografados era autorizada tão-só a um médium, cuja revelação, conforme as crenças, fora uma dádiva.

Esta tendência de pautar-se pela autoridade suprema do autor foi preponderante até o século XIX, pois, a partir de 1916, com as compilações de Charles Bally, Albert Sechehaye e colaboração de Albert Riedlinger, todos discípulos de Ferdinand de Saussure, foi inaugurada a Lingüística moderna, com o livro *Curso de lingüística geral*. Até então, a relação entre língua e mundo era assaz forte. Predominava a controvérsia de duas vertentes gregas. Os analogistas, com o aval de Aristóteles, defendiam que a interrelação mundo/língua era natural, ou seja, a língua denominava o mundo, refletia-o, sendo, pois, um sistema regular governado por leis. Afirmando a semelhança, para eles apenas uma língua-mãe existia, que, com o tempo, foi adaptada e ramificada a outros idiomas. Em contraposição, estavam os anomalistas, preconizando a convenção à frente da vinculação mundo/língua, pois o sistema lingüístico é uma coleção de exceções, dominado, em toda a extensão da palavra, pela irregularidade. Estas eram as idéias clás-

sicas de língua. Com o advento do estruturalismo, houve um corte ou uma ruptura na concepção do vínculo língua/mundo. O lingüista suíço Saussure demonstra que a língua pode definir-se *per se*, como um sistema autônomo, uma vez que ela é uma abstração. Assim, a visão imanentista, justamente centrada na intenção do texto, ganha magnitude, assistindo a seu zênite nos decênios de sessenta e setenta do século pretérito, sobretudo com as pesquisas universitárias. Importa, também, neste julgamento, “como” a significação é construída; não simplesmente “o quê”, da forma como se dá numa descrição parafrástica.

Uma terceira visão sobre leitura, a vertente mais moderna, recai sobre a intenção do leitor. A partir desta nova abordagem, o leitor exime-se da imagem de atuação passiva. Como se viu anteriormente, avulta seu papel ativo como parte da escalada produtiva. Do ponto de vista da produção, seria inconcebível, caso se queira elaborar um texto eficiente, não levar em conta a quem ele se destina. Do outro lado, ou seja, na perspectiva da recepção, o leitor ganha autonomia em sua interpretação. Não se diz que há a leitura certa ou errada, mas o ponto de vista de quem o lê, porque, num texto, coexistem várias leituras. Mas isso não quer dizer que qualquer uma é verdadeira. O significado deve estar ancorado no texto, caso contrário, chegar-se-ia ao extremo de afirmar que o discurso não tem importância, já que qualquer interpretação é válida. “Ler não é se deixar levar pelos caprichos de seu próprio desejo/delírio interpretativo, pois se se pode ler qualquer coisa atrás de qualquer texto... então todos os textos se tornam sinônimos” (KERBRAT-ORECCHIONI, apud JOUVE, 2002, p. 25).

CONCLUSÃO

Por leitor, portanto, depreende-se uma instância complexa. Sob o ponto de vista da enunciação, a instância ocupada por ele pode ser definida em dois aspectos: comunicação e produção. Levando em consideração a enunciação, sob a ótica da comunicação, o enunciatário seria simplesmente um destinatário. Nesse primeiro momento, ele é, *grosso modo*, uma posição sintática, considerado um actante da enunciação. Com base na teoria da informação, elaborada por Shannon, posteriormente retomada por Jakobson no modelo da comunicação verbal, sua posição se enquadra no caráter simplista da recepção, ou seja, o “tu” ao qual um “eu” se dirige, funcionando como destino da comunicação.

Num segundo estágio, no tocante à produção enunciativa, como se viu, o enunciatário representaria um partícipe da produção discursiva,

recebendo o papel de co-enunciador. Isso se dá porque o enunciador, para atingir a eficácia de seu discurso, indubitavelmente necessita considerar seu destinatário. Escrever para um grupo de crianças não é a mesma coisa que produzir um texto para filósofos. Trocando em miúdos, a atribuição de “co-autoria” dada ao enunciado é válida porquanto ele rege o rumo da constituição discursiva, pois constitui a imagem à qual o enunciador se dirige. Nesta concepção de imagem, que não concebe o leitor real, mas uma entidade ideal, ele ganha um revestimento temático-figurativo, transformando-se em ator da enunciação. Por essa razão, ambas as instâncias – enunciador e enunciado – integram o termo “sujeito da enunciação”, já que estão em sincretismo.

Posteriormente, na leitura propriamente dita, o destinatário da mensagem é responsável pela atualização do conteúdo textual e pela produção de sentidos, dentro dos processos de compreensão e interpretação. Nesse terceiro momento, surge a figura do leitor empírico, num processo prático. O ato de ler é, na verdade, uma dobradinha: leitor e produtor de texto. Isso ocorre porque a leitura o torna um sujeito competente para a construção de um objeto-valor cognitivo: o discurso. O ato de leitura, além de instituir a figura do leitor, é uma prévia, uma antecipação daquele que virá a ser o autor empírico de fato. Retomando as teses bakhtinianas do princípio dialógico, o autor nada mais é do que um leitor que se apodera de inúmeros textos a fim de compor, *a posteriori*, um novo texto. É o princípio do dialógismo regendo a linguagem.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de leitura sob o ponto de vista da enunciação. Entender os vários níveis da enunciação (enunciador/enunciado, narrador/narratário e interlocutor/interlocutário) é também compreender o papel do leitor na produção discursiva, ou seja, como co-produtor, sendo englobado no conceito de sujeito da enunciação.

Palavras-chave: *enunciação; leitura; semiótica*.

ABSTRACT

This article has the aim to reflect over the process of reading under the enunciation point of view. Understanding the

different levels of enunciation (enunciator / enunciatee, narrator / narratee, interlocutor / interlocutee) is also comprehending the role of the reader in the production of the discourses, as a co-productor, found in the concept of the subject of enunciation.

Key-words: *enunciation; reading; semiotics.*

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CORTINA, Arnaldo. *Leitura como processo de compreensão e de interpretação: "O Príncipe" e seus leitores*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo, 1994. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LOPES, Edward. *Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- PAES, José Paulo. *A poesia está morta mas juro que não fui eu*. São Paulo: Duas Cidades, 1988. (Coleção Claro Enigma).
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

OUTROS ESTUDOS
Other Studies

POSTCOLONIAL HISTORICAL AMBIGUITIES AND ENVIRONMENTAL TENSIONS IN PARANÁ, BRAZIL

Ambigüidades históricas pós-coloniais e tensões ambientais no Estado do Paraná, Brasil

Thomas Bonnici*

DISRUPTION AND EXPLOITATION

The great capitalist movement begun by the Portuguese and Spaniards in the 15th and 16th centuries, followed by the French, Dutch and English in the next centuries, triggered in its wake the occupation of vast areas and the environmental interference in foreign territories aimed at supplying Europe with prime goods. After five hundred years of European occupation of the New World involving a “necessary” policy of devastation and extinction, insignificant percentages of forest areas, biodiversity, languages, Indian tribes and culture remain. Even though the Americas are now part of the Western World and their process of modernization is irreversible, the biological and cultural loss has been not only unjustifiable but highly discriminatory and unsupportable.

Current paper discusses how the colonizer's disrespect for the people and the environment and the tensions produced therein. Research focuses on the environment in the Brazilian context through an analysis of texts and contexts that, to the author's knowledge, have never been worked out in international postcolonial studies and rather scantly in Brazilian ones.

* Universidade Estadual de Maringá.

This paper will focus on the southern state of Paraná, Brazil, which seems to be a blatant case of colonial encounters between colonial subjects and colonizers on the issues of land, culture and biodiversity, not only during the pre-Independence period but especially during the period in which European capitalist interests reigned supreme with the connivance of the Brazilian elites. Three texts on the Paraná from different historical periods will be investigated: (1) first, two reports called *The discovery of the Guarapuava hinterlands*, written by the Portuguese Afonso Botelho de Sampaio between 1771 and 1773, and *Memoirs on the discovery and the colony of Guarapuava*, written by Father Francisco das Chagas Lima in 1809; (2) second, *Pioneering in South Brazil: three years offorest and prairie life in the province of Paraná* written in 1878 by the Englishman Thomas P. Bigg-Wither who traveled throughout the highlands and plateaus of the middle Paraná between 1872 and 1875; (3) third, depositions by pioneers and transcribed in *Colonization and development of northern Paraná*, published in 1975, but dealing with 1924-1940 events in the northern region of the state of Paraná. Enhancing the methodology and strategies of the Europeans to control and develop the land exclusively to their own benefit, the three texts will reveal how the biological equilibrium in a vast area has been disrupted by the deep tensions between the colonized and the colonizers, characterized by the latter's capitalist thrust and by the fierce resistance of the native Indians of the Paraná.

BOTELHO AND CHAGAS LIMA: LAND OCCUPATION AND WORLDING

The south-western region of the Paraná, called Koran-Bang-Re by Kaingang Indians who lived there for hundreds of years, and renamed Guarapuava by the European colonizer, seemed to have been “discovered” by the Portuguese Cândido Xavier de Almeida e Sousa in 1770 (CARNEIRO, 1986). The 1771-1772 reports of Afonso Botelho de Sampaio (1728-1793), the colonial government representative, narrate the first colonial encounters with Indians in the vast Guarapuava region. It is an ethnographic text by means of which Europeans represent to themselves the subjugated others (PRATT, 1999) and the fabrication of regions outside Europe by travelers, historians, fiction writers, geographers, scientists, and others (SAID, 1990). Botelho's ethnographic report is celebratory of the “heroic” achievements of daring men who faced the wilderness and contacted, against all odds, the “wild savages” of the Paraná, and a document of Kaingang life and costumes in the Paraná.

Botelho describes the exploration of the land, its current produce and its future productivity. The penetration of the forest is done without any qualms of conscious; rather, there is a kind of revelry and festivity in the air. Needless to say, the covert sexual imagery, characterized by a blatant violation of the land and by a pervading "fear", is understood through the amusement and the frolic of a religious festive day in which all participate. However, the penetration of the land is not complete unless the Indians are found, subdued and "civilized". On the other hand, the subjectivity of the colonizers is constructed only when the land/Indian complex could be thoroughly and entirely under their control. It is only thus that the colonizer can practice worlding and put the central-southern region of the Paraná on the map. Signs of the phallic symbolism of conquest and success are everywhere: the presence of dozens of well-armed colonizers, the raising of the flag, the building of the stockade, the raising of the cross, and the christening of trails, harbors and rivers foreground the incoming victory. Further, the colonial discourse seems to form a polarity between modernity and the nativeness: whereas the non-European is qualified as obsolete, stationary and pre-historical, the Portuguese expedition forms part of a highly sophisticated process in the construction of itself as a modern state

DEGRADATION

Colonial encounters are very similar worldwide and Botelho's report of his first encounter with the Kaingangs is no exception. The first contact, occurring on the 16th December 1771, is made with sign language and the exchange of trifles. On the next few days more Kaingangs appear and they offer food and weapons while the Portuguese give them clothes and knives. The Kaingangs return with their women and children, totaling 70 people, on Sunday, the 22nd December, and are received with joy by the Portuguese and Brazilians. On the 8th of January 1772 the colonizers are surprised by big huts, large quantity of food and great number of Kaingang Indians. However, eight Portuguese/Brazilian adventurers are allured to a secluded spot and attacked. Only captain Carneiro escapes and informs the other colonizers on the debacle. On the 11th January Botelho decides to strike camp, beat a retreat and return to Curitiba.

It is important to note that in Botelho's report there is a continuum between the Kaingangs' cultural diversity and downright othering. The Kain-gang Indian is described as a man with a family, a collector of pine nuts, naked, with an anatomically perfect body, peculiar hair dressing and beard, stealthy walk, speaking a different tongue, friendly, obedient, trustworthy,

happy in giving presents and easily satisfied with those received. Since cultural difference is shunned by the explorers, they immediately impose their "superior" stance on the Amerindians in three instances: nakedness, hair and beard style, language. On the other hand, the European colonizers are described as unselfish, organized, polite and cultured. For instance, the reader is constantly reminded that the colonizers can go to the extreme of standing in their underwear so that the Kaingangs may be dressed. Thus the othering of the Amerindian and the corresponding attributes of the Europeans should be seen within the overall ideology of hegemony.

We raised a big cross as a memorial of our arrival at this place. It was on this spot that God opened the doors of his divine benevolence for this most gentle people, which I never thought I would find so humane and malleable as I have just experienced (BOTELHO, 2001, p. 40).

He ends the text with the following words: "We gave thanks to God for these first tidings on the reduction of these Indians [...] and we were full of happiness due to the hope of gathering in the Christian community this indispensable fold" (BOTELHO, 2001, p. 43). The choice of these words shows an equivalence between God and the metropolis and the apparently innocuous comment is rife with a degrading ideology and the concomitant leitmotif of conquest and dominion.

In a second instance Botelho's text states that the Kaingangs are treacherous, ferocious, barbarians, wary, thieves, ungrateful, alluring, cruel and perfidious, with hearts full of wickedness. How could Botelho confess surprise by the Kaingangs' treachery if he clearly manifests the Portuguese intention of dominating them and depriving them of their land and pasture? When he writes that "the expeditions were intended to conquer the indomitable natives" and to "keep the barbarians in the hinterlands obedient", he acknowledges *a priori* the colonizers' hegemony and hierarchizing system. When he states that the defense of the country demands the establishment of rich settler communities around many ranches and farms, he acknowledges that Indian property will be taken from them and that their land will be distributed to European settlers.

Botelho's text is extremely conscious of the colonizers as a group of people, at the service of the metropolitan government, with a dual and complementary mission: total submission of the Indians and invasion of the vast region for capitalist agricultural use. The constant use of the first person singular and plural reveals the author's awareness of an ideological

coherence behind the panoptic subjects who arrive at a certain place, notoriously belonging to others, observe signs of these “invisible” people, treat them as minors and expect gratitude for giving them the gift of “civilization” as an exchange for their land. The contrast between the “civilized we” and the “barbarian they” is foregrounded on racialized differences materialized in weapons (rifles versus arrows), religion (religious ceremonies versus supposedly no religious practice) and clothing (nakedness versus outfits). The invasion and occupation of Indian land in the Paraná does not merely entail an expanding capitalism, but hails from a racialized ideology and *a priori* superiority, with the concomitant degradation of the colonial subject to enforce the distinction.

RESISTANCE

Mota (1994) enumerates and describes the various types of resistance which the Kaingang Indians waged against the white invaders. Ethnographic texts written by Europeans always downplay the importance and magnitude of the resistance undertaken by Indians. Botelho's text shows that he knows that his troops are on Indian ground and foresees that the Kaingangs are preparing an attack. Paradoxically the text reveals that the Indians are absolutely certain as to the chief aims of the Portuguese expedition. Resistance against the invaders is prepared on three fronts: silence, sly civility and attack. The invaders, however, do not perceive the strategy of sly civility used by the colonial subject. Although the Portuguese take great pains in alluring the Indians with “superior” culture and organization, it seems that the seduction strategy is really practiced by the Indians. In fact, the Indians entertain the invaders (accepting their gifts and being friendly) and divert their attention (promising to bring their women and children) so that through sheer numbers the Portuguese may be defeated and forced to quit their land. The subjectivity of the Indian emerges with all its force from Botelho's text. Through mimicry and by doing what the invaders expect of them, they lead the Portuguese to “safe and comfortable” attitudes propitious for being vanquishing. “The violence which has ruled over the ordering of the colonial world [...] will be claimed and taken over by the native at the moment when, deciding to embody history in his own person, he surges into the forbidden quarters” (FANON, 1990, p. 31). The Kaingang Indians' attack on the Portuguese and Brazilian expedition is first and foremost their prime resistance against colonization and its consequences. In fact, it was their high moment of subjectification.

FOR GOD AND THE KING

Although forty years have passed since Botelho's failure to invade Kaingang territory and expand colonial dominion in the south-western Paraná, things came to a head when two royal charters acknowledge the "infestation of Indians" around Curitiba and Guarapuava and legitimize "the establishments of [white] settlements" (MARTINS, 1915, p. 81). Diogo Pinto de Azevedo Portugal with two hundred soldiers, accompanied by Fr. Francisco das Chagas Lima, starts the conquest of the territory on June 1810. The latter records these events, occurring between 1810 and 1827, which are published in 1842. Actually Fr. Chagas Lima remains 17 years in the region to undertake the conversion of the Indians. If Botelho's report is a history of military failure, Chagas Lima's may be considered a register in religious failure too in spite of the impressive numbers of baptisms, church marriages and catechetical endeavor he mentions.

Chagas Lima (2001) constantly insists on "subduing and civilizing" the Indian through the strategy of othering ("rusticity", "difficult to speak to"; "almost-barbarians"; "difficult to learn", "lexically and grammatically defective idiom they speak") so that the wealth of the region ("rich mines", "fertile land" and "cattle ranches") may be appropriated by the Portuguese and Brazilian landowners. When he mentions the Kaingang's laziness, nudity, polygamy, all-night dancing, re-marriages, sexual orgies, lack of any organized religion, ritual maize-fermented drinking, killing of disabled children, he is placing the Christian religion as a paradigm and hierarchizes the Eurocentric culture as the best and the Indians' as wrong. Since it is a question of empire, he doesn't establish any dialogue with the Kaingangs' different culture and no effort is made to understand it.

To further his imperial ends under the guise of religion Chagas Lima utilizes the "comprador" policy through which a handpicked colonial subject is chosen to serve as a middleman between the colonized and the colonizers. Kaingang Indian Antonio José Pahy, highly praised by the missionary for his zeal in preaching to and converting the Indians to the Eurocentric religion, is utilized by Chagas Lima for the political and cultural colonization of the Kaingangs. The domination and the domestication of the Kain-gang Indian in the Guarapuava region are textualized by adopting the previously employed policy which systemizes the Indian tribes and their language and fabricates their features so that the European's control of their land may be entire and guaranteed. Chapter 2 of the *Memoirs* analyzes the different Kaingang subgroups, their degree of savagery and laziness, occupations and moral qualities, cruelty, and lack of religion. Further, Fr. Chagas Lima gives a very short glimpse on what he calls their "extremely poor"

language with its faulty and irregular grammar. He thus concludes that the Kaingang language is so barbarian and inadequate that only the Portuguese tongue may be resorted to in prayers and religious explanations. Actually the information given by Chagas Lima shows the Eurocentric stance from which he writes. In Chagas Lima's text there is no place for any cultural difference, or rather, the representation of Kaingang culture as a totality, autonomous in itself, constructed by the subjects and standing in its own right, without any hierarchization with other cultures (BHABHA, 1998).

BIGG-WITHER'S GAZE

Bigg-Withers's *Pioneering in South Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná*, published in 1878, is an ethnographical report of an English engineer who is posted in the central region of Paraná between 1872 and 1875 and gives firsthand information on the area teeming with wild life and Indians. Bigg-Wither (1845-1890) was contracted by the Paraná and Mato Grosso Survey Expedition to analyze the feasibility of a railway linking the Atlantic to the Pacific Ocean, and took this singular opportunity to narrate his experience in Paraná, perhaps one of the remotest stretches of land at that time. Bigg-Wither's gaze is consequently a metonymy of the desire of domination and appropriation for imperial ends. It is a communicative strategy for future colonizers to install themselves on the land and profit by it. Although analyzing the term from different points of view, Spurr (1993) and Foucault (1977) explain how the surveyor's gaze objectifies and interpellates the colonized subject. It is frequently associated with term "worlding", coined by Spivak (1985), linked to the innocent-looking European who is just being on colonial ground and merely strolling the countryside. When the traveler Bigg-Wither goes beyond the town of Curitiba and penetrates dense forest, the reader has the feeling that the Englishman undergoes a radical transformation: he becomes "a monarch" of all he surveys. One the one hand, Bigg-Wither's description of the jungle perils and the *jararaca*, for instance, aims at instilling terror (MELLO; SOUZA, 1993; ZIEBELL, 2002; WOORTMANN, 2004) and, consequently the ambiguity of the place with its allurements and dangers. On the other hand, Bigg-Wither describes in a positive stance the fauna and flora of the Paraná, especially the pine-tree. Needless to say, these detailed descriptive sketches of forest are never neutral and are representative of colonial dominion and appropriation. The professional surveyor, constituting himself as a panoptic and invulnerable observer, inscribes them according to his European ideology,

rife with the binary structure he is accustomed to. The objectivity and neutrality he assumes is presumptuous since he places himself as the subject who processes them according to his values. Relegating them as objects to be observed microscopically, Bigg-Wither fails to place them according to their intrinsic value and reference. However, the culture of the colonial subjects seethes unaware throughout his descriptions and destabilizes the hegemonic fixed culture exhibited by the European. Perhaps inadvertently, his gaze reveals that the Indian of the Paraná is not "naked" but exhibits a centuries-old culture. In spite of this incongruity, the opposite position of the gaze is never allowed, or rather, he is highly critical of the Andrade paterfamilias who locks his five unmarried daughters and keeps them far from the eyes of strangers, but never allows either the daughters or their father or mother to give an explanation for such an attitude. Besides being absolute and indisputable, Bigg-Wither's gaze is self-centered since the colonizer is firmly convinced that his opinion is correct and the others' is backward. Further, the precision of Bigg-Wither's gaze is typically masculine since it divides, subdivides, cuts, measures, enumerates and, principally, it penetrates virgin land with all that it contains so that dominion is absolute and unquestionable.

In fact, the traveler's supposed neutrality is deconstructed by the capital/labor tension endemic to the European colonizer. Bigg-Wither immediately perceives the potentialities of the land for future capitalist entrepreneurship and makes it a point not only to criticize the lack of capitalist venture of the native subjects but to put on the world scene the vast area of land that may be harnessed by profit-minded Europeans. When he visits the Andrade's plantation, his capitalist mentality triggers comments on the randomized and promiscuous breeding of cattle and horses.

No care is taken to improve the strain of either, by judicious selection of sires and breeders. No fresh blood is ever introduced into the troop or herd, consequently deterioration must and does take place, more especially in the horses, the troops of which are usually very small, and therefore more liable to suffer from the effects of constant inter-breeding (BIGG-WITHER, 1878, p. 217).

Bigg-Wither's gaze is also focused on the Indians and half-breeds living in the Paraná forests: he distinguishes between the Kaingang (Coroado) and Xokleng (Botocudo) of the Ge linguistic family, the Kayowá Indians of the Guarani linguistic family and the Xetá of the Tupy linguistic family and somewhat parent to Guarani, in their turn subdivided into domesticated

or wild. However, the domesticated Indians did not learn a great deal from "civilization" or rather, from contacts with the white man. This is especially true with regard to the value of money, work and change in mentality. Bigg-Wither places the *caboclos* almost on the same level of the domesticated Indians who, planting only what was absolutely necessary for bare living, are distinguished for their laziness and only slightly different from the Indians next door. On the other hand, the surveyor characterizes different types of *brasileiros*: wholesalers and mule traders, for instance, are cunning and exploiters of laborers; the landowners lack a capitalist mentality and fail to exploit the potentiality of the land; others are laborers who love the forest life and work hard, albeit terrified by wild Indians.

One of Bigg-Wither's best descriptions is that of the wild Botocudo Indian, probably Xetá, reproduced in words and in a drawing, and that of a group of males and females of the same tribe. The mere exhibition of the picture, he states, would have substituted all Darwin's arguments in *The Descent of Man*. The surveyor's gaze on the Xetá zoomorphosizes the man characterized by "wildness and degenerateness", "horrible" sounds of his language, his supposed imbecility and idiocy. "Civilization" is forced upon them through a massive effort to wash the Xetá Indians immediately, to disentwine and comb their hair, to dress them up with whatever clothes are available at the moment, and to educate the children.

The ambiguity of the colonizer's attitudes is nevertheless revealing. Whereas the Xetá is classified as a colonial object and othered through degrading terms, the text is rife with the tribe's culture and disrupts the colonizer's Eurocentric condition. Actually the text reveals their family liaisons and prodigality, their body ornaments, survival and war weapons, songs and dance, utensils, huts, ropes, initiation ceremonies, language, folk medicine, cooking methods for meat and fish and other cultural items characteristic of the tribe. A similar othering attitude has been shown when the European surveyor describes his Brazilian friends, either of European, Indian (Guarani-Kayowá) stock or half-breeds. Although he classifies himself as the center of activity, management and planning and condemns their laziness, their proneness to alcoholic drinks and their lack of entrepreneurship inherent to their margin position, his text teems with examples of their culture and experience as perhaps in no other contemporary document. The description of family life, the prowess, courage and information methods of Indian guides, the exquisite bird and fish traps, the construction of huts, the dexterous use of jungle survival utensils such as the billhook, the habit of teeth brushing, the use of natural medicine provided by the jungle, especially for snake bites, the eating of frugal but healthy meals of beans, flour,

bacon, coffee and salt are a witness to the deep cultural links between the Brazilian individual and the environment he lives in and partakes of.

Bigg-Wither in fact testifies to the complete integration of the Brazilian man with the fauna and flora of the Paraná jungle. Game is never killed for fun or in abundance but only for survival; trees are never felled; paths and clearings are done with the least devastating effects; the mystery of the jungle with its sounds and sights is maintained. There is not a single instance in which the river or stream waters are polluted by man who shows a deep respect for the natural road they provide for him to travel. Even when clearings are made, or fire is set to the forest so that the grass would grow with more vigor, or when large areas are chosen for plantation, sheer devastation is not the rule and a true equilibrium is maintained between the forest and farms. On the other hand, Bigg-Wither's descriptions of his adventure in hunting shows the Englishman's gusto for killing, even though there is not that ferocious zest showed by imperial hunters in Rider Haggard's or Hemmingway's stories. Further, as a surveyor for an international company Bigg-Wither must have known, if the railway were to prove feasible, he would be one of those people who would have provided the foreigner with information that would inevitable work havoc on ecological equilibrium, river pollution, heavy environmental degradation and extinction of species during and after the operations and many years after. Since he actually doesn't even mention the ecological problem and his role as a pawn in the triggering of the process, this fact confirms that the colonizer's gaze is not the innocent appreciation of virgin forest and untouched nature, but should be seen within the context of capitalist ideology of dominating the land for the benefit of trade and commerce without any concern on what would happened on the delicate poise between civilization and nature. Perhaps this is why he is always insisting on the colonial subjects' laziness (COETZEE, 1988), on the lack of kitchen gardens that produce vegetables, on the importation of tobacco from far-off town when the plant is found wild in the neighborhood, on the failure to produce butter when milk is abundant, on the mere rearing of hens and pigs without any effort. Consistent to his ideology, he is criticizing the lack of entrepreneurship of the Indian and, *a fortiori*, of the Brazilian living in the hinterland. "Nevertheless, one or two men with a little capital and more enterprise might still, I think, do something to render Colônia Tereza a profitable member of the state" (BIGG-WITHER, 1878, p. 252). This theory would be a counterpoint to the all-prevailing attitude of the people "of only growing enough of these things to supply their wants year by year, without leaving any surplus" (BIGG-WITHER, 1878, p. 246).

The above concern for the "worlding" of future profit for Europeans may be corroborated by asides that Bigg-Wither makes in his narrative.

On a negative basis he detects (1) the lack of capitalist initiative of the Brazilian farmer when he should give more emphasis on investing in mule transport, cattle fattening and optimization of cattle breeding; (2) futile spending of energy, owing to poor results, by the simple water-driven machinery (called *monjolo*) to pound maize, raised to the symbol of the Brazilian farmer's lack of reflection on energy, results and profits. On the positive side, he detects (1) first class clay, especially proper for fine china, close to Campo Largo; (2) the importance of immediate land occupation either for cattle-raising or for crop cultivation, taking into account long term costs and profits when investing in land, crops, hedges, animal breeding; (3) the importance of bringing "English horses" and start serious horse breeding due to the superior quality of the former when compared to the Brazilian one; (4) a place of retreat for Englishmen for leisure and game, exempt from taxes and other inconveniences proper to "more civilized" countries.

The exuberant feelings expressed by the explorer and surveyor Bigg-Wither at the environment with its naked inhabitants, pure air, rivers, islands, fauna and flora, seems to be the rejoice of a European who has found a treasure trove for industries, railways, roads, communication systems, mining, exportation of wood sawed from century-old trees: a scanty benefit of the population and great profit for the European entrepreneur. Perhaps this is the reason why Bigg-Wither gives two pen sketches of the Indians in the forest of Paraná. In two lithographs Bigg-Wither contrasts the wild male Xetá (BIGG-WITHER, 1878, p. 113) with the domesticated Coroado female (BIGG-WITHER, 1878, p. 257). Since, in the surveyor's opinion, the former is more similar to beasts than to human beings, he will never be integrated within the highly sophisticated planning of a "civilized" Paraná and is doomed to die. However, unawares Bigg-Wither sketched the Amerindian in a resistance stance, or rather, the man's challenging face is a metonymy of his undauntedness and fearlessness against every attempt to control or annihilate his culture (MOTA, 1994). On the other hand, the picture of the naked Coroado woman and child reveals an already subdued person. The serene face, the combed hair, and her eyes directed at the reader are not challenging in any way. The child on her back and the woman's maternal breasts are witnesses to her acceptance of the civilized man's terms with the probable consequence of loss of identity through total collaboration in his great "civilizing" project.

When Bigg-Wither went further north in the state of Paraná his capitalist vision on profitable land use becomes sharper, visualizing the culture of coffee shrubs and sugar-cane, and he foresees

the opening up to civilization and commerce of an area of rich and healthy country of at least 100,000 square miles [259.000 square kilometers] in extent, which is now only occupied by half-a-dozen scattered colonies maintaining a bare existence amidst the great deserts of untrodden forests by which we are surrounded on every sides (BIGG-WITHER, 1878, p. 272).

He reiterated this vision in his paper read before The Royal Geographic Society on the 12th June 1876.

At an elevation of 3300 feet, a very complete view of the whole of the south-west side of the Tibagy Valley is obtained. This view extends from the range of the Pedra Branca above the town of Tibagy, down to and even beyond the valley of the Paranapanema, and stretches away to the westward, where no hills intervene, as far as the eye can reach. This vast stretch of rich and fertile country, embracing an area of thousands of square miles, is covered still by virgin forest, and inhabited only by a few wandering tribes of wild Indians. An thus it is likely to remain for generations to come, either until another Paraguayan was forces the Government to construct the long-meditated road down this valley, or until the country itself passes into the possession of a more enterprising people; neither of which is perhaps likely to come to pass for many long years to come (BIGG-WITHER, 1876, p. 277).

Less than fifty years passed when the Sudan Cotton Plantation Syndicate was focusing on the vast “uninhabited” forest of the north of Paraná.

NORTHERN PARANÁ AND NO-MAN'S LAND

Maps of the northern region of the state of Paraná, ranging from 1850 to 1950, have a typically palimpsest status. Characterized as a neutral location where the imperial project could be enacted, they have been gradually and constantly inscribed as space through a non-stop naming of geographical features and settlements. The vast area was classified as “savage”, “uninhabited”, “virgin land”, “savage and uninhabited hinterland”, a nomenclature which, in the long run, emphasized demographic emptiness and the immediate scramble for the land by “civilized people” (MOTA, 1994), subverting the Guarani and the Kaingang's notion of the *tupambaé* (extensi-

ve collective areas) and replacing it by the alien concept of *abambaé* (private property) (FACCHINI; NEVES, 1988). Whereas hundreds of authentic Indian names were erased, hundreds of inscriptions were invented in their stead and have remained as a testimony of the myth.

The above stereotyped narrative may be testified by jubilee leaflets, books, textbooks, theses and newspapers published in the north of Paraná on the subject, or rather, an area covered with dense forest and swarming with wild animals; Indians are emblematically absent; settlements are organized; the westernizing of the frontier occurs; coffee, cotton, rice, corn, soybean are cultivated; towns and cities are built. Meanwhile, the tragic annihilation of the forest and the erasure of its Indian populations are occurring without a voice to denounce the genocide under way. It may thus be said that in the first decades of the 20th century the Brazilian government considered the northern area of the state of Paraná *terra nullius* or uninhabited space. The odd half-breed squatters and their "vicious" progeny were rendered invisible and the vast empty space could be occupied in a productive way. This may have been Lord Lovat's vision when browsing the map of the Paraná and this is what the Brazilian government did when in 1927 it sold 13,189 square kilometers (6.6%) of the most fertile land to the Paraná Plantations Limited with headquarters in London and its subsidiary in Brazil, the *Companhia de Terras Norte do Paraná*, renamed *Companhia Melhoramentos Norte do Paraná* when it was bought by a Brazilian group in 1944. Arthur Thomas, manager of the Company from 1930-1949, gives an epic view of the British colonizing endeavor to "civilize" the immense region of "virgin land and exuberant forests", south of the River Paranapanema, in an essay published in *The times of Brazil*:

There is something irresistible when the man with imagination contemplates maps where large uninhabited areas, filled with high potentialities, sprawl before him. His thoughts soar to find the ways and means to possess, colonize and develop [these lands] and his dreams will reveal a future in which the desert will be covered with flowers and immense riches sprout from the earth. Such were Raleigh, Penn, Cook and Rhodes. Such was the late Simon Lord Lovat in our time (apud CMNP, 1975, p. 7).

Joffily (1985), Oberdiek (1997), Cernev (1997) and Arias Neto (1998) suggest that British interest in the lands of the northern Paraná after World War I was the huge Brazilian debt that could be possibly sorted out by joint ventures. In fact, the 1923 Montagu Mission, which triggered the colonization of the northern region of the Paraná, was made up of British and Brazili-

an bankers and big landowners, or rather, exclusively profit-minded people who gave only lip service to the untouched dense forest and the Indians it harbored (NOELLI; MOTA, 1999).

Once more, the leitmotif of “squatted land” and “uninhabited land” was evoked, although everybody knew that “the region was inhabited by half-breeds and Indians, its natural inhabitants, who were not considered as owners of the land since they had not bought it” (OBERDIEK, 1997, p. 18). The intriguing point is that probably no documents exist and a complete silence hovers on Kaingang or Guarani Indians in the region which in a very short time will belong to the Paraná Plantations Limited. Traditions narrate that the Paraná Plantations Ltd had a police corps whose job was to expel or kill all Kaingang Indians or “mongrel” squatters who refused to negotiate their land with the colonizing company, which constituted a rather common practice (MACHADO, 2004). In spite of this genocide and within the space of 25 years some 110 urban nuclei, trading posts, railway transport and plantations exhibiting millions of coffee shrubs and crops such as cotton, maize, beans, rice, sugar-cane, ramie and ground nuts are formed at the expense of the forest, its fauna and flora, and the Kaingang Indian.

Depositions by company officer George Craig Smith (1909-1992); banker Antonio Moraes Barros; officer Gordon Fox Rule; general manager Herman Moraes de Barros; surveyor Wladimir Babkov; and director Alfredo Nyffeller are extant. Since all the above people have taken an active part in the very early years of the Paraná Plantations Ltd, their depositions always tend to be celebratory of the heroism, and staunchness common to the myth of clearly identified pioneers, with scanty reference to the nameless workers who did the lowest jobs. The narratives give an analysis of the fertile red soil in the region, its high productivity, the wise geographic layout of the plots organized by the British company, the organization of orchards near the farmer’s house and the planting of coffee shrubs on higher ground to prevent frost disaster, the indiscriminate felling of trees for the construction of houses, hotels and shops, as an inchoated town nucleus. They are conscious of the great development that the region and the country will experience when all the hinterland has been settled and consequently civilized. With regard to the hundreds of Indians in the area practically all others are silent on the subject.

THE DEPOSITIONS

Banker Hermann Moraes Barros's deposition deals exclusively with the legal transactions between capitalists and the state government and with the safety of the financial operation as to future claims on land.

The British investors wanted to eliminate all doubts [with regard to ownership]. Otherwise no one would have had the courage to invest in land. The plan turned out to be highly expensive, but safe. The company bought doubtful and unsafe concession titles of land and property in an area of 415 000 acres. Then the Company suggested to the government that if it [the government] sold us this same land at legal prices, we would tear the litigious titles and the land quarrel which was delaying the development of the state of Paraná would cease. Although the Company paid twice as much, even three times as much, the value of the land, it assured for itself and for its successors an unquestionable right on the negotiated land. Between 1925 and 1927 the Company bought more land totaling 515,000 acres [1246.30 sq. km] of the most fertile land still covered with dense forest (CMNP, 1975, p. 59).

There is absolutely no mention anywhere or any concern on the subjects living in the forest and on its fauna and flora. The main concern is actually the allurement of the buyer, who needs safe land titles, guaranteed profits and free enterprising stimuli.

The saga of the pioneer is highlighted by the long deposition of George Craig Smith, full of silences and lacunae. He lists the names of many "important" people, who made the long "heroic" voyage through the jungle, lived in make-shift huts, suffered hunger, contracted diseases, and worked unceasingly in adverse conditions to bring "civilization" to the region. Whereas he gives the names of the middle-class professionals and public authorities who, in his opinion, were key people in the development of the region, he is reluctant to name the "tame Indian who became our guide; we were delighted at the ease he talked to the beasts of burden, calling them by their names" (CMNP, 1975, p. 63) and the manual workers who "sawed all the wood necessary for the building of the first make-shift inn and store of the Company" (CMNP, 1975, p. 71). Moreover, he gives an epic thrust when he described the "afternoon of the 21st August 1929 when (engineer) Dr. Alexandre Rasgulaeff stuck the first mark in the soil on the arrival of his group on the lands of the Company" (CMNP, 1975, p. 74-75). However, the men and women who toiled in the primitive rice-husking machine and in the open-air kitchens to attend to the needs of the rich plantation owners, who opened

clearings in the forest and built bridges, are anonymous. Craig Smith himself, who received the title of Member of the British Empire in 1992, revealing the master he served, never acknowledged the overwhelming number of "lower class" people who contributed towards the process of growth and development of the region, nor the *a priori* downright exclusion of the Indian, nor the ecological indifference "towards the dense and haunting forest" (CMNP, 1975, p. 67).

The worlding of the region has been preserved in the deposition of Antonio Moraes Barros in his correspondence of the 16th July 1927 to Arthur Thomas after his excursion throughout the region (CMNP, 1975, p. 65-66). The letter describes in details the region with its hill, rivers and streams, its "first class" fertile dark red soil, dense forest, its priceless wood, its potentiality for coffee and cash-crop plantations, without frost occurrences. Once more, the enterprising spirit is in the foreground. Since the letter was written prior to the buying of more land by the British Company, it enhanced the further strolling on colonial ground, a symbol of the possession and utilization of the inscribed land, by a member of the financial oligarchy and national bourgeoisie, while revealing the "virginity" of the land which might be easily and profitably penetrated by the foreigner. No obstacles are mentioned, unlimited penetration is the order of the day, capitalist enterprise and profit are paramount, without the slightest sensitiveness to any other factor.

Although Fox Rule's deposition is myth-making and full of heroic achievements, its importance lies in the fact that he is the only one who mentions the inhabitants of the forest.

Once we stopped the car on the dirt road to fill the Ford's radiator with water. All of a sudden, we heard noises coming from everywhere in the forest. Indians, who at that time lived in the neighborhood of what would later become our progressive Londrina, were beating the trees with sticks. The year was 1930. I well remember that everybody's first reaction was to run away. However, I persuaded my friends to remain calm and do everything as naturally as could be. We were hearing the Indians without seeing them. Slowly we approached the car. The harrowing sounds of the Indians were still in the background. We filled the radiator with water, started the car, and went away on the double. When the Company was building a railway bypass in Jataí, the workers dug out mortuary urns belonging to the Indians living in the whereabouts. Some of the urns were sent to the Historical Museum in Rio de Janeiro (CMNP, 1975, p. 86).

Although the presence of Indians in the region has never been contested by the officers of the British company, there is no mention of their property rights, their subsistence on the forest, their ancestors' land from which they were excluded and their burial grounds. The colonizer's right has been legally safeguarded by the buying of "uninhabited" land from the state government and by the selling of the same land, subdivided in plots, to large and small landowners, with the necessary guarantee that any and all claims by the original inhabitants were null and void. The downright exclusion of the Indians from any participation is symbolically referred to when Fox Rule mentions the violation and removal of mortuary urns. Due to pressing capitalist trends and ideology, the place of the Indian is the museum showcase. No place is allotted to him in the enterprising activities under way. Moreover, culturally the urns indicated Indian ground and territory from which their "undocumented" rightful owners were now being substituted by white people legally constituted with "legitimate" land titles and documents. The Indians' "discourse" implodes the colonizers' fixed imperial center and reveals ambivalence within the Eurocentric other.

Surveyor Babbkow's deposition remarkably mentions the renaming of places, rivers and geographical landmarks, a fact that underpins the awariness of absolute dominion that the colonizers had over the land.

Christening was the responsibility of the [Company's] Topographic Department. Its choice of names came from a Guarani dictionary, a list of geographical sites from the European countries that were the birthplace of the immigrants (Spain, Portugal, Italy), names of saints, cigarette brands, football teams, and even the names of fiancées and wives of the land surveyors. Only the names of the river and streams that existed in ancient documents went unchanged and the settlements were named according to the stream that ran close by (CMNP, 1975, p. 128).

Needless to say, this practice has been constant in all settlements where Europeans made their home, revealing a mother-daughter relationship between the settlement and the European background and evoke sites from the dominating culture. Since christening is the prerogative of the master, the erasure of practically all former names symbolizes the new economy to be introduced.

The deposition of Alfredo Werner Nyffeller features the self-made men in the north-western region of the state of Paraná (CMNP, 1975, p. 140-143). Prominence is given to a few European-born people who raised themselves from the working class to highly esteemed entrepreneurs through

sheer hard work, honesty in business and financial control. He insists on the positive role that the Company worked out for the benefit of the foreign or Brazilian farmer and of its own employees. However, ambiguity may be immediately detected in Nyffeller's deposition when he counterpoints the dust, the mud, the felling of trees, exposed tree roots and burnt tree trunks with "the enchantment that the nearness of the forest discloses, [...] everything close by, at a short distance" (CMNP, 1975, p. 141). Whereas on the surface the text is celebratory, at a deeper level it reveals that a disruption of sorts has occurred: the fixed and essential position of the colonizer with his dominion over land and his heroic achievements is overwhelmed by the contradiction of the smoking forest and the magnificence of nature contemplated at the window. However, the capitalist condition doesn't allow for more than a fleeting thought on the havoc to nature and to humans that colonization leaves in its wake. To the colonizer's mind, othering and hierarchization are the rule of the day even though, between the lines, they still unfix him in his supposed sovereignty.

CONCLUSION

The events narrated in the texts above, albeit from different periods and from people with different world views, show that underlying all colonizing activity there has been an ideology which triggered European expansionist policy for the benefit of the metropolis, without the least concern for the native subject or the biota in colonial space. Actually colonial space did not remain a place in which man and nature could develop but was transformed by the very act of colonization into a contact zone, rife with contention, hierarchization and objectification. The European pretext that the colonial subjects were below the civilization mark, that culture (language, religion, social organization) was proper to the Other but inexistent or negligible in the other, that cultural difference was so profound that a common denominator was impossible, contributed towards an ideology of superiority and rights with the consequent massive invasion of colonial space. So that space could be "civilized" and "Christianized", a degradation policy, called ecological imperialism (CARTER, 1987; HUGGAN, 2004), had to be executed with regard to the biota and the colonial subjects. In the case of the former, the felling of trees, the killing of fauna and the pollution of rivers were the outward sign of dominion and appropriation; with regard to the latter, rendering the Indians invisible and "worlding" them to the point of

being merely exotic creatures, foregrounded the colonial subjects' objectification and the formation of binary dichotomies within colonial space.

The "civilizing mission" construct that all European colonizing nations, especially Spain and Portugal and later Britain, invented and endeavored to execute for the "benefit" of peripheral populations was the big lie that motivated the scramble of large portions of land for trade and profit. There is a haunting silence in the texts, mostly those from the Paraná Plantations Ltd, on anything except profit, money-making, trade, propaganda, allurement to sell. It is the ideology of the empty space with complete and absolute control of all it holds. It is this discursive control that metonymically transforms the place into colonial space with its change of names, annexation, colonization, economic regime, agriculture and climate. Perhaps the most serious consequence of this ideology is the intolerance to anything that is culturally different from Eurocentric patterns and parameters. Although the land and its colonial subjects are transfigured almost beyond recognition, the molding of the current Indians, now hybrids, is a new critical starting point as many modern authors (BRAZIEL; MANNUR, 2003; BRAH, 2002; HALL, 2003) dealing with transculturation and the diaspora have been pointing out for some time now.

Nevertheless, the texts, although written by the vanquishing parties, are subliminally fraught with resistance and transformation. Actually the authors were betrayed by the colonial ambiguity they were inscribed in and revealed that, in spite of all subterfuges, the disruption of the delicate balance between man and nature, the othering of the Indian, the suppression of indigenous culture and the superimposition of Eurocentric nomenclature and ideology are greatly accountable for the present situation in climate, pollution, loss of indigenous languages and culture and a lack of true tradition in the state of Paraná. Obviously the type of resistance that the colonial subjects made is now obsolete and in fact doomed to fail. No one may pardon the crushing of peaceful human progress which European colonization brought about through ruses, tricks, lies and brutalities. However, transformation is a type of resistance which highlights mimicry, hybridism, parody, carnivalization, extensively studied by Bhabha (1985), Harris (1983) and others. It menaces the hegemony and the very notion of the civilizing mission that is still active through globalization and transnationalization. In fact, culture is extremely transformative and never static. Although events in the Paraná narrated in the texts may still exhibit their dire consequences, they have triggered studies on deconstructing a stereotyped view of colonized peoples, on demythologizing the heroic figure of the pioneer, on the true role of simple laborers in the construction of vast areas and on the educational and conscious-raising task in future generations.

RESUMO

Esta pesquisa discursa sobre a maneira como a violência cometida pelo colonizador contra as pessoas e o meio ambiente e as tensões subseqüentes potencializaram a destruição ecológica no estado do Paraná, Brasil. A pesquisa focaliza o meio ambiente paranaense com uma análise de textos e contextos que, do que se saiba, jamais foram analisados nos estudos pós-coloniais em nível internacional ou nacional. Foram investigados três textos sobre o Paraná oriundos de períodos históricos diferentes. O primeiro texto consiste em duas reportagens, intituladas *A descoberta dos campos de Guarapuava*, escrita por Afonso Botelho de Sampaio, e *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava*, escrita pelo padre Francisco das Chagas Lima, respectivamente do fim do século 18 e início do século 19. O segundo texto é *Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná*, escrito pelo agrimensor britânico Thomas P. Bigg-Wither, o qual viajou pelas colinas e planícies do Paraná no último quartel do século 19. O terceiro texto é formado por uma série de depoimentos de pioneiros transcritos em *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. Os três textos mostram como o equilíbrio biológico foi subvertido pelas profundas tensões entre o colonizador e o colonizado.

Palavras-chave: *textos etnográficos; o olhar colonial; ruptura ecológica.*

ABSTRACT

Current paper discusses how the colonizer's disrespect for the people and the environment and the tensions produced therein had a destructive potential in the state of Paraná, Brazil. Research focuses on the environment in the Brazilian context through the analysis of texts and contexts that have never been worked out either in international postcolonial studies nor in Brazilian ones. Three texts on the Paraná from different historical periods will be investigated. The first text consists of two reports, or rather, *The discovery of the Guarapuava hinterlands*, by Portuguese Afonso Botelho de Sampaio, and *Memoirs on the discovery and the colony of Guarapuava*, by Father Francisco das Chagas Lima, respectively hailing from the late 18th and early 19th centuries. Whereas the second text is *Pioneering in South Brazil: three years of forest and prairie life in the province of Paraná* by the Englishman Thomas P. Bigg-Wither who traveled throughout the highlands and plateaus of the middle Paraná in the last quarter of the 19th

century, the third text consists of a series of depositions by pioneers and transcribed in *Colonization and development of northern Paraná*. The three texts show how the biological equilibrium has been disrupted by the deep tensions between the colonized and the colonizers

Key-words: *Ethnographical texts; colonial gaze; ecological disruption.*

BIBLIOGRAPHY

- ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930-1975*. Londrina: Eduel, 1998.
- BHABHA, H. Sly civility. *October*, v. 34, p. 71-80, 1985.
- BHABHA, H. *The location of culture*. London: Routledge, 1998.
- BIGG-WITHER, T. P. *Pioneering in South Brazil*: three years of forest and prairie life in the province of Paraná. London: John Murray, 1878.
- BIGG-WITHER, T. P. The valley of the Tibagy, Brazil. *Journal of Royal Geographical Society*, London, v. 46, p. 263-277, 1876.
- BOTELHO, A. S. Descoberta dos Campos de Guarapuava. In: SALLAS, A. L. F. (Ed.). *Documentação sobre povos indígenas: séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- BRAH. A. *Cartographies of diaspora*: contesting identities. London: Routledge, 2002.
- BRAZIEL, J. E.; MANNUR, A. *Theorizing diaspora*. London: Blackwell, 2003.
- CARNEIRO, D. *Afonso Botelho de São Payo e Souza*. Curitiba: Lítero-Tecnica, 1986.
- CARTER, P. *The road to botany bay*. London: Faber & Faver, 1987.
- CERNEV, J. *Liberalismo e colonização – o caso do Norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 1997.
- CHAGAS LIMA, F. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In: SALLAS, A. L. F. (Ed.). *Documentação sobre povos indígenas: séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- COETZEE, J. M. *White writing*: on the culture of letters in South Africa. New Haven: Yale University Press, 1988.
- COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ (CMNP). *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo: Ave Maria, 1975.
- FACCHINI, M. R.; NEVES, R. M. G. As reduções jesuíticas dos Guarani (1610-1768): uma utopia evangelizadora. In: SILVA, A. A. (Ed.). *História da evangelização na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 30-41.
- FANON, F. *The wretched of the Earth*. Harmondsworth: Penguin, 1990.
- FOUCAULT, M. *Discipline and punish*: the birth of the prison. New York: Vintage, 1977.
- HALL, S. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- HARRIS, W. *The womb of space: the cross-cultural imagination*. Westport: Greenwood, 1983.
- HUGGAN, G. "Greening" postcolonialism: ecocritical perspectives. *Modern Fiction Studies*, v. 50, n. 3, p. 701-733, 2004.
- JOFFILY, J. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MACHADO, P. P. *Lideranças do contestado*. Campinas: Unicamp, 2004.
- MARTINS, R. *Documentos comprobatórios dos direitos do Paraná na questão dos limites com Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1915.
- MELLO E SOUZA, L. *Inferno atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 1994.
- NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R. *Maringá e o norte do Paraná*. Maringá: Eduem, 1999. p. 5-19.
- OBERDIEK, H. J. *Fugindo da morte: imigração de judeus alemães para Rolândia PR na década de 1930*. Londrina: Eduel, 1997.
- PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SPIVAK, G. The rani of Simur. In: BAKER, F. (Ed.). *Europe and its others: proceedings of the Essex conference on the sociology of literature*. Colchester: University of Essex Press, 1985. p. 128-151.
- SPURR, D. *The rhetoric of Empire: colonial discourse in journalism, travel writing and imperial administration*. Durham: Duke UP, 1993.
- WOORTMANN, K. *O selvagem e o Novo Mundo: Ameríndios, humanismo e escatologia*. Brasília: UnB, 2004.
- ZIEBELL, Z. *Terra de canibais*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ENTREVISTA

Interview

JORGE RIECHMANN: LA POESÍA, ENTRE LA DESMESURA Y LA FRAGILIDAD^{*}

*Jorge Riechmann's poetry:
between immoderation and fragility*

Marta B. Ferrari^{**}

Jorge Riechmann nació en Madrid, en 1962. Es Doctor en Ciencias Políticas y profesor titular de Filosofía Moral en la Universidad Autónoma de Barcelona desde 1995; es autor de una extensa obra ensayística sobre temas ecológicos y traductor de poesía francesa y alemana. Está considerado por la crítica como uno de los mejores exponentes de la poesía española de las últimas décadas. Ha obtenido los premios Hiperión de Poesía en 1987, Jaén de Poesía en 1997, Gabriel Celaya en el 2000, y en el mismo año recibió el Premio Stendhal de traducción por su versión de *Indagación de la base y de la cima* de René Char, una de sus pasiones más constantes.

MF: ¿Qué fue lo primero que escribiste y qué te motivó a hacerlo?

JR: Hacia los doce o trece años comencé a escribir textos que querían ser cuentos (por ejemplo, narraciones de ciencia-ficción, un género que frecuentaba como lector) y líneas que querían ser poemas. Recibí estímulos de algún profesor de lengua y literatura, ya durante mis estudios primarios y también el acicate de algún concurso literario que gané, pero lo que más me marcó fueron los grandes libros que uno descubría por aquel entonces. Recuerdo, por ejemplo, haber leído *Cien años de soledad* de Gabriel García Márquez – quizá a los catorce años: el libro estaba en la pequeña biblioteca de mi padre – y haber pergeñado un par de poemas a partir de esa conmoción.

* La presente entrevista fue realizada en Madrid, en noviembre de 2004.

** Universidad Nacional de Mar del Plata (Facultad de Humanidades, Departamento de Letras).

GG: ¿Cuáles fueron las lecturas de aquella primera época que de alguna forma pudieron influir en tu escritura posterior?

JR: Mencionaría a Federico García Lorca, Miguel Hernández y Vicente Aleixandre; y las traducciones a las que podía acceder, como las de William Blake, Walt Whitman, Dylan Thomas, Rainer Maria Rilke o Arthur Rimbaud. Más tarde, leería a autores como Claudio Rodríguez, René Char, Bertolt Brecht, Heiner Müller. En estos últimos años me he reencontrado con Juan Ramón Jiménez. Además, evocaré a Antonio Gamoneda, Blas de Otero y Carlos Edmundo de Ory. Fuera del ámbito de la poesía, Manuel Sacristán y Barry Commoner como teóricos ecosocialistas; y todavía mencionaré a dos amigos tan antiguos como Heráclito de Efeso y Epicuro de Samos.

GG: ¿Qué comentarios suscitó tu primer libro?

JR: Aunque, como he dicho, escribía desde 1974-75, y ya en 1977 habían aparecido algunos poemas y artículos en revistas de escasa circulación, en lo que a libros se refiere publiqué mis primeras traducciones de René Char – una *plaquette* – en 1985, y mi primer libro de poemas – *Cántico de la erosión* – en 1987, en la editorial Hiperión. La crítica lo calificó de “hallazgo estilístico”, por su forma de transferirnos lo real, es decir, los vínculos más profundos entre los seres, incluyendo el sufrimiento social. “Búsqueda neorrealista”, “vínculos”, “sufrimiento social”: son tres apuntes en los que puedo reconocerme todavía hoy.

MF: “Vínculo” parece, efectivamente, un término clave en tu poesía. ¿Cabe, quizás, conectarlo con las “Correspondencias” de Baudelaire?

JR: En mi itinerario personal no derivaría este concepto directamente de Baudelaire. Creo que viene de varios lados: es una idea que tiene que ver con experiencias personales, con todo el trabajo que hago sobre ecología y filosofía ecológica, con factores extraliterarios. Luego, sin duda, puede uno buscar la genealogía literaria. No se trata sólo de Baudelaire: creo que habría que interrogar también al romanticismo alemán, donde es una idea altamente operativa.

MF: ¿Qué opinás sobre el papel de la traducción en la escritura de una época?

JR: Traduzco poesía y literatura desde las lenguas francesa y alemana (René Char, Henri Michaux, Heiner Müller, Erich Fried...). En la aventura existen-

cial de la poesía moderna, el diálogo que propician las traducciones me parece absolutamente fundamental.

GG: ¿Sos lector de teoría literaria?

JR: La verdad es que no leo demasiada teoría literaria (soy un “poeta-profesor”, si se quiere, pero profesor de materias no relacionadas con la poesía: mi trabajo en la universidad trata de filosofía moral, y más especialmente de ética ecológica): sólo lo imprescindible para la cultura general. Puedo mencionar algunos libros que me interesaron especialmente: *La literatura y sus tecnocracias* de Georges Mounin, *Marxismo y literatura* de Raymond Williams, o los trabajos de Manuel Sacristán reunidos en *Lecturas*. Leo más asiduamente los trabajos de poética de los propios poetas. Muy poca novela. Y leo muchos libros de ciencias ambientales, bastante sociología y ciencias políticas, así como divulgación científica en general.

MF: Además de poesía, has escrito otros textos. ¿Qué te ha llevado a explorar distintos géneros?

JR: Sólo en los años formativos de la adolescencia me aventuré a escribir narraciones y algún diálogo teatral, todo ello prescindible. Desde que me sentí “dueño de una voz” (si formulación tan grandilocuente resultase válida), es decir desde 1979-80 hasta hoy, sólo he escrito poemas y textos más o menos ensayísticos. Reflexión y canto. No sé vivir sin esa forma especial de atención que llamamos escritura (no exactamente “literatura”: lo que escribo son poemas y ensayos, y ambas formas tienen sus dificultades de encaje en la “literatura”, son un poco extraterritoriales en relación con la misma).

GG: ¿Considerás que la poesía responde finalmente a los grandes temas universales como el amor, la muerte, el paso del tiempo?

JR: No estoy de acuerdo con esta simplificación o reducción de la poesía a los tópicos, a los “temas eternos y universales”. El terreno de la poesía es múltiple, se trata de una geografía rica y accidentada, especialmente si nos referimos a la lírica moderna. La poesía no es sólo elegíaca o amorosa: ésa es una de las vetas que puede recorrer, pero sólo una entre muchas. Se puede hacer poesía alrededor de la muerte, sin duda, escribir poemas sobre el amor y el transcurrir del tiempo, pero también – y mira que es difícil como materia poetizable – alrededor de la lógica: ahí está el ejemplo de Jacques Roubaud. O alrededor de la rebelión contra la ignominia: ahí está el

proceder señero de René Char. O se pueden escribir – itodavía, en el siglo XX! – conjuros para sanar enfermedades y daños del alma: Claudio Rodríguez y Henri Michaux. Y podríamos seguir...

GG: ¿El poder de la poesía se aplica, entonces, a cualquier tema, a cualquier asunto?

JR: Cualquier asunto humano puede constituir materia de un poema logrado. Incluso hay todo un aspecto en el trabajo que hacen los poetas que es la redención de lo aparentemente significante... *Todo puede ser salvado* sería el lema de la poesía, desde esa perspectiva. En la poesía se da esa promesa, que es una promesa fortísima y al mismo tiempo de una gran fragilidad. Está, por un lado, la desmesura de una promesa de salvación y, por otro lado, la gran fragilidad del lugar donde eso se articula. Todo puede ser salvado, como promesa y también como algo que se muestra en acto en cada poema verdadero; y, al mismo tiempo, la poesía alberga la conciencia continua de esa pérdida enorme que constituye la vida de los hombres y la historia humana. Las dos cosas a la vez, salvación y pérdida. Ahí se constituye la tensión de la poesía para mí.

MF: Lo mismo se podría decir sobre el lenguaje poético...

JR: Exactamente, cualquier palabra puede estar en un poema. No hay un registro especial del lenguaje poético. Es una idea ingenua ésa según la cual habría términos más poéticos que otros o palabras que no pueden aparecer en un poema. Puede decirse en un poema *mierda o follar*: eso me parece obvio. Pero desde ahí no daría el paso hacia la práctica sistemática de la antipoesía, ni siquiera apreciando como aprecio a Nicanor Parra. Me parece, de hecho, que un riesgo que se ha vuelto manifiesto en la poesía española de los noventa es el confundir la dimensión crítica que puede y, en muchos casos, debe tener también la poesía con un coloquialismo extremo que por sistema rechaza todo lo que sobresalga del vuelo rasante sobre una vida cotidiana más bien degradada...: la antipoesía como programa, que en concreto en España se ha encarnado en autores de esta corriente que suele situarse bajo la etiqueta de *realismo sucio*. Yo creo que eso no lleva muy lejos. Supone una mutilación en el mismo grado en que lo puede suponer escribir sólo poemas de tipo modernista donde no aparezcan más que princesas, cisnes, rosas y jardines rococó.

MF: Acabás tu *Poema de uno que pasa* con los versos “y bajo la superficie de los párpados/ un planeta no deja de girar”. ¿Cuál sería el lugar de la enunciación en tu escritura?

JR: El poeta sabe – porque se lo dice el poema – que el espacio tiene siempre en cada punto, junto a sus tres dimensiones perceptibles, una cuarta algo más difícil de captar: la que podríamos denominar *la vertical del cosmos*. Todos podemos ser instantáneos astronautas del viaje cósmico sin movernos del sitio. Lo que me ha sucedido desde *Muro con inscripciones* es la emergencia del poema muy extenso, el poema-libro: lo es *Muro con inscripciones*, aunque todavía no hasta las últimas consecuencias; lo son también *Ahí (arte breve)*, *De ahí que*, *Poema de uno que pasa*, *Pablo Neruda y una familia de lobos* y *Cincuenta microgramos de platino e iridio* (este último, más *Ahí* y *De ahí que*, acaban de aparecer en un volumen conjunto titulado *Ahí te quiero ver*.)

Estos poemas-libros nacen de una intensa experiencia de libertad interior. Tan intensa que exige un replanteamiento: ¿dónde estoy? ¿Qué busco? ¿En qué creo? Esa experiencia y ese cuestionamiento se plasman en la forma del poema largo, el poema-libro. Creo que lo que me atrae del poema extenso es su amplitud y su carácter abierto, que entre otras consecuencias incluye una elevada capacidad para acoger realidad. Con *Ahí (arte breve)* he escrito – creo – un poema de la contingencia radical. Aceptar radicalmente la contingencia la convierte de alguna forma en destino libremente asumido, y de esa manera se conecta con el “llega a ser el que eres” de Píndaro y Nietzsche. Ahí donde estás, en ese lugar y ese tiempo, con ese cuerpo, entre esas personas, dentro de esos vínculos sociales. *Poema de uno que pasa* está escrito también desde ese lugar. Más que en una obligada “voz propia”, prefiero pensar en términos de *un lugar desde donde hablar*. Resuelta esa cuestión geográfica, o topológica si se quiere, lo demás se da por añadidura.

GG: Sin embargo, en los últimos libros – pienso ahora en *Un zumbido cercano*, publicado en 2004 –, te alejas del poema extenso y te acercás al aforismo...

JR: El aforismo como género no me gusta mucho. Tampoco los “versos aforísticos” de Char son en realidad aforismos. El problema de estos textos es que normalmente están escritos desde la posición del que sabe o cree que sabe, y además da a entender bastante enfáticamente que sabe. El aforismo de los moralistas franceses es el aforismo del que sabe, pero la poesía no sabe. A mí me disgustaría escribir aforismos por esa razón. Aunque prácticamente formas cortas de escritura no toda forma de escritura breve tiene por

qué ser aforística. Lo pensaba hace poco en relación con el argentino Antonio Porchia. Lo que él escribió normalmente se llama aforismos; son frases breves de una o dos líneas. Pero a mi entender no son aforismos propiamente dichos. Están escritos desde el no saber, no desde el saber.

Mi escritura siempre reflexiona sobre la poesía, sobre el mundo en el que está escrita la poesía, y eso acaba en libros como *Poesía practicable*, *Canciones allende lo humano*, *Una morada en el aire* o *Resistencia de materiales*. Esa meditación que acompaña al poema, al trabajo sobre el lenguaje, a cómo uno se sitúa en relación a otros poetas, la voy haciendo de manera constante. Luego están los poemas en prosa, o las prosas cercanas al poema, como en *Desandar lo andado* y las que se hallan dispersas en otros libros, desde el primero que publiqué (*Cántico de la erosión*). Pero tampoco se trata de aforismos. En *Desandar lo andado* había una voluntad de jugar un poco, de pensar, si podía, el género “poema en prosa”, incluyendo poemas en prosa líricos de tipo tradicional y otras prosas que encajarían más difícilmente en tal molde. Hay algunos textos que podrían estar en alguno de los libros más reflexivos, tipo *Canciones allende lo humano*. Quería hacer una cosa más o menos miscelánea. Un libro que tuviese una unidad fuerte por el tono y por la reflexión que desarrolla, pero que formalmente, aún siendo todo prosas, contuviese variedad. Tampoco son aforismos, me parece. Lo que he escrito después, menos todavía. Aunque haya un lenguaje un poco más sentencioso, no hay aforismos. La diferencia está en si la poesía se escribe sabiendo o se escribe para saber. Yo creo que la poesía se escribe para saber.

MF: ¿Tenés ciertas preferencias métricas?

JR: Ocasionalmente, en algunos poemas que están más cerca de la canción, he trabajado, por ejemplo, con heptasílabos; pero, por lo general, uso metros y estrofas irregulares. Me gusta también escribir coplas y jaikus, poemas muy breves con una métrica más exigente: pero se trata de una parte de mi trabajo aún inédita. Quizá pronto la dé a la imprenta (en un librito titulado *Como se arriman las salamanquesas*).

GG: ¿Cuál es tu opinión sobre el hecho de que se califique a la poesía que escribís de “comprometida”?

JR: Prefiero hablar de poesía que no obvia la dimensión de conflictos sociales y políticos, y casi mejor hablar de poesía política, cuando viene al caso, que de poesía social, que es un término más vago. En este sentido, he escrito poesía política desde hace muchos años, y hay poemas que temati-

zan conflictos sociopolíticos y ecológicos en todos mis libros, desde *Cántico de la erosión* hasta hoy. En los años ochenta, entre los poetas de mi edad, eso era muy infrecuente. Pero me parece indudable, si uno echa una mirada sobre la poesía de los noventa, que hay una serie de autores jóvenes a quienes podríamos etiquetar de “comprometidos”: Enrique Falcón, Antonio Orihuela, Eladio Orta, Daniel Bellón, y unos cuantos más.

En mi opinión, cuando uno intenta escribir poesía, su compromiso es con la poesía. Este es el compromiso primero y principal. Lo que sucede es que los poetas son más cosas, además de poetas; entonces, si se quiere, a esa dimensión de la poesía se sobreañade, se yuxtapone de alguna forma, una dimensión de ciudadano. Y eso, claro, tiene efectos sobre la poesía. Pero por esa vía indirecta, no porque uno se diga de forma programática: voy a escribir poesía comprometida. Lo primero es la poesía y lo secundario, el compromiso. Uno tiene sus compromisos como ciudadano que vive en un mundo inaceptable; tengo compromisos con la sociedad en la que vivo, compromisos con mi tiempo, con determinadas causas: con la idea de emancipación humana, con el proyecto de una sociedad igualitaria, con el intento casi desesperado de frenar la devastación ecológica del mundo en el que vivimos... Pero esos compromisos no son de naturaleza distinta de los que tiene cualquier ciudadano crítico y consciente del mundo en el que vive. “Los poetas no son ciudadanos especiales”, he dicho alguna vez. ¿Esos compromisos influyen entonces en la poesía que uno escribe? Claro que sí. No hay una escisión entre el momento en que uno escribe poesía y toda esa otra dimensión política, social o ecológica.

MF: Sin embargo, en la mayoría de tus contemporáneos, esto es algo que parece caer en el olvido...

JR: Sin duda. Eso a mí no deja de sorprenderme. Lo que resulta verdaderamente sorprendente no es que en la escritura de unos cuantos poetas aparezca toda esa dimensión de conflictos políticos y sociales, sino que, saliéndonos del terreno de la poesía, regresando a la plaza pública donde se ventilan los asuntos de todos, sean tan escasos realmente esos ciudadanos y ciudadanas comprometidos con su tiempo en sociedades como las nuestras. Sociedades que son formalmente democráticas, pero en las que sin una implicación activa de los ciudadanos en los asuntos de todos, no hay posible democracia. Democracia es participación en lo común, o no es nada. Se trata de uno de los mayores déficits en sociedades como la nuestra.

En un librito titulado *Todo tiene un límite: ecología y transformación social* hice un recuento basado en esa idea. Si medimos la ciudadanía por el grado de implicación activa en los asuntos sociales y políticos, no el ir a

votar, sino la participación a través de los distintos cauces que permiten contribuir a ese ocuparse de los asuntos de todos, los ciudadanos activos, en ese sentido más exigente, no son sino una minoría pequeña con respecto al conjunto de los que normalmente consideramos ciudadanos. Ésa es la situación anómala, anormal y sorprendente, pero no el que en la poesía de "nuevos poetas sociales" como Antonio Orihuela o Enrique Falcón, aparezcan tematizados los conflictos sociales y políticos.

MF: ¿Hasta qué punto podemos exigir que al compromiso estético le siga un compromiso personal, cívico?

JR: Otra vez nos encontramos con un problema que no es específico de los poetas: de nuevo hay que repetir que estos no son ciudadanos especiales. Un problema real para cualquier ser humano que se tome su vida en serio es la relación que hay entre el decir y el hacer. Seres de lenguaje somos todos; todos nos construimos hablando, en una conversación inacabable con los otros y en el interminable diálogo íntimo con nosotros mismos, y luego hacemos o no hacemos. A menudo la gente vive en una disonancia enorme entre lo que dice y lo que hace. Eso además se da de forma dramática en el campo en el que trabajo de forma más o menos profesional: en ecología y medio ambiente resulta extraordinariamente llamativo. Los sociólogos que hacen las encuestas sobre valores llevan decenios preguntando a la gente sobre sus actitudes y valores en relación con el medio ambiente. Sin entrar en el aspecto metodológico – para qué sirve eso y para qué no –, lo que uno obtiene de ese tipo de encuestas son unos niveles de interés elevadísimos y valores muy ambientalistas en las poblaciones de los países occidentales. En este país es más llamativo todavía, porque esos porcentajes de gente supuestamente preocupada por el medio ambiente son muy altos: el 80%, el 90%, declara esos valores ecologistas o ambientalistas. Hablar sale barato: una cosa es predicar y otra dar trigo, ya se sabe. Luego las tasas de afiliación, de trabajo voluntario en los movimientos ecologistas y las organizaciones conservacionistas son todavía más bajas que las ya bajas en otros países europeos. La contradicción del decir y el hacer es flagrante, y esa situación de hipocresía se manifiesta casi en cada uno de los aspectos de la vida social que queramos considerar.

No se plantea de manera distinta para un poeta. Pero si uno se toma su vida en serio, su vida como poeta y como ciudadano, entonces sí se plantea como un problema en muchas ocasiones.

Otro aspecto interesante es que también esa misma vida seccionada, esas mismas discrepancias y contradicciones, se dan en la vida de muchos grandes poetas. A veces nos llevamos sorpresas, sorpresas incluso desagrada-

bles, al saber más cosas sobre los poetas que admiramos. Creo que en esto habría que ser exigente y caritativo a la vez. Ser conscientes de la profundidad del tajo con que muchas veces están seccionadas esas vidas, y al mismo tiempo no deponer la aspiración a una coherencia personal entre lo que uno dice y lo que uno hace, a la integridad, a la decencia. Pero siendo conscientes siempre de la fragilidad humana, para no caer en ningún integrismo moralista.

GG: Para ese decir necesitamos palabras. Acabás de hablar del compromiso que el poeta tiene con ellas. ¿Es la poesía el único lugar adecuado para que se dé esa especial relación?

JR: De nuevo encontramos una situación humana muy básica. Las palabras son algo radicalmente común, y radicalmente ajeno también. A cada uno de nosotros nos son dadas siempre. Nos formamos incorporando ese lenguaje que preexiste, que es anterior a uno, que ha sido creado por los otros en ese proceso incesante de desarrollo de las lenguas. Es algo ajeno que en el proceso de socialización – inseparable del proceso de adquisición del lenguaje – nos troquela, nos forma, nos constituye, nos posibilita como seres humanos. Esas palabras son comunes, e incluso cuando uno inventa neologismos, estos tienen su base normalmente en ese fondo común del lenguaje. Por otra parte – e insisto, se trata de algo previo al trabajo que uno pueda hacer como poeta –, con ese material común cada uno de nosotros tiene que decir su palabra, personal e intransferible, construir su propia vida, irreductible a las demás. Con esa palabra mostrenca, común, la de todos, tenemos que decir lo nuestro – como seres humanos, no específicamente como poetas –, y de hecho lo hacemos continuamente. Es algo paradójico, pero se trata de una paradoja que también nos define: el esfuerzo por decir lo nuestro, lo que es personal y nos singulariza, y, al mismo tiempo, el hacerlo con los materiales más comunes de todos.

GG: Algo característico de tu obra (no sólo poética) es la abundante inclusión de citas de otros autores. ¿Tiene algo que ver con lo anterior el que te expreses mediante las palabras de otros?

JR: Desde luego. Una razón que me parece clara es ese aspecto común de la palabra. Nuestra propia voz aparece a partir de otras voces, trenzadas en tradiciones que preexisten, que no son nuestras, y que intentamos continuar creativamente. Tener un pensamiento original es una cosa de lo más difícil: ¿René Char va más allá que Heráclito de Efeso? Sí y no, como sabemos bien. Eso, en literatura y en poesía, está bastante claro. Nuestra pala-

bra construye sobre palabras que nos vienen dadas por otros. Hablamos desde una trama que está compuesta por muchos hilos ajenos. Si eso es así de manera necesaria, si no hay palabra primigenia, por qué no reconocerlo formalmente mediante la cita. Cuando me doy cuenta de que en algún lugar de mi poema resuena el eco de otra persona, prefiero dejarlo explícito a pasar de puntillas por encima. Me parece más honrado para con el lector. Por otra parte, ser influido por otros no resulta tan fácil como se piensa. No me refiero aquí al tono, o al acervo de recursos retóricos que forman el idiolecto de un determinado poeta: esto sí que se contagia con relativa facilidad. ¿Quién, después de leer a Lorca con la felicidad del primer encuentro, no ha pergeñado un par de poemas lorquianos? Pero la obra de cualquier poeta tiene detrás una concepción del mundo, un determinado modo de inserción en la realidad, y esto ya sí que no es fácilmente transferible.

RESENHA
Book Review

EAGLETON, TERRY

A idéia de cultura. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2005. 204 p.

Uma das palavras mais inflacionadas dos últimos tempos, “cultura” tornou-se um conceito que pode definir as mais diferentes e até contraditórias idéias. Partindo desse pressuposto, Terry Eagleton, em *A idéia de cultura*, procura não só classificar os diferentes usos do conceito, mas também mostrar que, apesar de seu uso indiscriminado, cultura é uma idéia extremamente importante para a interpretação do mundo atual, sempre salientando sua relação com a política.

Depois de uma descrição do desenvolvimento histórico da palavra, Eagleton coloca-a em três categorias: cultura como civilidade, como identidade e como algo comercial ou pós-moderno. Ou ainda: como excelência, *ethos* e economia (p. 96). No geral, essas categorias correspondem a outros termos já bem conhecidos: alta cultura (ou Cultura), cultura popular e cultura de massa. A novidade está na maneira como esses conceitos se inter-relacionam. Na verdade, Eagleton se refere a essa relação como “guerras culturais”.

Para ele, a cultura como civilidade não é apenas um assunto estético. A importância do cânone não se deve a um mérito inerente, mas porque ele é “a pedra de toque da civilidade em geral” (p. 96). É a arte indicando um refinamento de vida a ser alcançado pela sociedade. Esse sentido de cultura vem sendo bastante desafiado pelo de cultura como identidade. A relação entre esses dois sentidos prenuncia o conflito entre estética e antropologia, “agora não apenas uma rixa acadêmica mas um eixo geopolítico” (p. 97). Não se trata aqui de diferenças relativas ao Sul e o Norte, ou a regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, mas principalmente ao Ocidente e seus Outros. De modo mais geral, as diferenças entre civilização e formas mais corporativas: “nacionalismo, nativismo, política de identidade, neofascismo, fundamentalismo religioso, valores da família, tradições comunitárias, o mundo dos combatentes ecológicos e dos adeptos da *New Age*” (p. 97). Embora essa classificação possa parecer maniqueísta, o autor lembra que a batalha travada por esses dois sentidos de cultura tornou-se agora uma questão global. Por outro lado, os princípios liberais e emancipatórios que marcam as políticas de identidade estão incluídos também na cultura como civilidade. Para Eagleton, qualquer emancipação política na época atual estará de alguma forma em dívida com o iluminismo, “não importa o quanto indignada possa estar a respeito dessa origem” (p. 98).

A cultura pós-moderna ou cosmopolita constitui-se também como outra ameaça à cultura como civilidade, pois as fronteiras entre a arte de

minoria e seus correlatos de massa ou popular foram progressivamente erodidas. Paradoxalmente, ocorre cada vez mais uma fusão entre a alta cultura e a pós-moderna “para proporcionar o ‘dominante’ cultural das sociedades ocidentais” (p. 105), o que pode ser ilustrado pelo fato de que a alta cultura é hoje extremamente moldada pelas prioridades capitalistas. Se a cultura pós-moderna é antielitista, ela também endossa valores conservadores. Tutelada pelo mercado, a sociedade pode ser tanto liberada quanto reacionária. A cultura comercial preserva portanto muitos dos valores da alta cultura, embora os despreze como elitistas. A diferença é que ela consegue embrulhar esses valores em uma atraente embalagem antielitista enquanto a alta cultura não.

Eagleton salienta que a disputa entre os três conceitos de cultura não se restringe ao conflito cosmopolita *versus* local, ou entre “alta” e “baixa” cultura ou ainda entre diferentes regiões geográficas, pois esses conceitos se combinam de diferentes maneiras. No mundo pós-moderno, a cultura e a vida social voltam a estar estreitamente aliadas na forma da estética da mercadoria, da espetacularização da política e da centralidade da imagem, entre outros aspectos. Inicialmente um termo aplicado à percepção cotidiana, a estética, após haver se tornado especializada para a arte, volta assim à sua origem mundana.

Mas o principal conflito político entre Cultura e cultura é, como discutido anteriormente, entre a civilidade ocidental e tudo aquilo com que ela se defronta, tanto em outros lugares como em seu próprio interior. A marca maior do conflito está na relação entre um falso universalismo e identidades específicas, que tendem a se afirmar tanto mais inflexivelmente quanto mais esse falso universalismo as desrespeitar. “Cada posição, assim, coloca resolutamente a outra contra a parede.” (p. 121) O que aparentemente está faltando nessa análise é o fato de que há uma desigualdade de poder nessa relação que favorece amplamente a chamada civilidade ocidental.

A questão encontra eco em outra passagem do texto, quando o autor sugere que o pluralismo liberal e o comunitarismo são imagens refletidas um do outro (p. 182). Como reação defensiva às ações predatórias do capitalismo, surge uma multidão de culturas fechadas, celebradas pela ideologia pluralista do capitalismo como uma rica diversidade de formas de vida. Como aponta Sérgio Bellei, é uma ordem política e econômica que atualmente promove a diferença como meio de manutenção de sua hegemonia. Trata-se, mais precisamente, do capitalismo “celebrando-se a si mesmo”.¹

¹ BELLEI, Sérgio L. P. Pós-colonialismo: culturas em diálogo. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 40, p. 117, jan./jun. 2001.

O que provavelmente leva Eagleton a ignorar essa desigualdade nas relações de poder é a excessiva importância política assumida pela cultura na atualidade. Ele salienta que os problemas básicos do novo milênio – como guerra, fome e poluição ambiental – não são absolutamente culturais, o que o leva a crer que “a cultura é mais o produto da política do que a política a serva obediente da cultura” (p. 91). O que ocorre então é uma supervalorização do conceito. E aqui sua crítica vai principalmente para os culturalistas pós-modernos, que enxergam cultura em toda parte, a ponto de afirmarem que “tudo nos assuntos humanos é uma questão de cultura” (p. 133). Preocupação semelhante já havia surgido, em outra obra, com o conceito de ideologia: “Qualquer palavra que abranja tudo perde o seu valor e degenera em um som vazio”.² E se nossa natureza é moldada pela cultura desde a base, não há nada intrínseco a ela que possa se opor a uma cultura opressiva.

Tendo a cultura se tornado ampla demais e restrita demais para que seja de muita utilidade, Eagleton propõe que seja “hora de, embora reconhecendo seu significado, colocá-la de volta em seu lugar” (p. 184).

Vanderlei Zacchi
Universidade Federal do Paraná

² EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Trad. Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1997. p. 21.

REVISTA LETRAS
NORMAS PARA ENCAMINHAMENTO DE TRABALHOS

I

1. A *Revista Letras* aceita artigos originais, notas de leitura e resenhas bibliográficas. A colaboração deverá ser matéria de pesquisa específica na área de Letras ou afins e ser inédita. Poderá ser redigida numa das seguintes línguas: português, espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão, e ter o formato de ensaio teórico, reflexão epistemológica ou relato de pesquisa aplicada. Não serão apreciados os trabalhos que não estiverem de acordo com as normas a seguir especificadas.
2. No caso de artigo, apresentar, ao final, antes das referências bibliográficas, um resumo de, no máximo, 250 palavras, em português e em inglês, obrigatoriamente.
3. Deve-se indicar, ao final do trabalho e após ambos os resumos, 3 (três) palavras-chave, em português e em inglês, que descrevam a essência do assunto tratado, para a indexação.
4. O trabalho deve ter a extensão máxima de 20 (vinte) (cerca de 7.000 palavras) e mínima de 10 (dez) páginas (cerca de 3.400 palavras) e entrelinha com espaço um e meio.
5. As indicações bibliográficas das citações deverão ser colocadas em notas de rodapé, de acordo com as normas de referênciação bibliográfica, ou indicadas no corpo do artigo, como sugerido: sobrenome do autor e, entre parênteses, data identificadora da edição da obra seguida de vírgula e número da página, se for o caso.
6. A bibliografia deverá constar ao final do texto, apresentar apenas as referências de obras mencionadas no trabalho e seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT.
 - 6.a. Para livros, deverá ter o seguinte formato: SOBRENOME DO AUTOR, nome do autor. *Título do livro*. Local de publicação: nome da editora, data da publicação (incluir, entre o título do livro e o local de publicação, o número da edição, quando não for a primeira, usando para tanto o formato: número da edição em algarismo arábico. ed.). Exemplo: FIGUEIREDO, Fidelino de. *A luta pela expressão: prolegômenos para uma filosofia da literatura*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
 - 6.b. Para artigos publicados em periódicos, deverá ter o seguinte formato:
SOBRENOME DO AUTOR, nome do autor. Título do artigo. *Nome do periódico*, série do periódico, local de publicação, v. (volume do periódico), p. (intervalo de páginas em que está contido o artigo), data. Exemplo: PESSOA, Fernando. A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada. *A Águia*, 2.ª série, Porto, v. 1, n. 4, p. 101-107, abr. 1912.
 - 6.c. Para eventos científicos ou trabalhos apresentados em eventos (congressos, seminários, simpósios, reuniões, encontros etc.), deverá ter os seguintes formatos: NOME DO EVENTO, número do evento., ano de realização, local. *Título*. Local: nome da editora, ano de publicação. Número de páginas ou volume. Exemplo: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ (CELLIP), 10., 1996, Londrina. *Anais...* Londrina: Unioeste, 1996. v. 1, 250 p.
 - SOBRENOME DO AUTOR, nome do autor. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, número do evento., ano de realização, local. *Título*. Local: nome da editora, ano de publicação. p. (página inicial-final). Exemplo: SCLiar-CABRAL, Leonor. O conceito de letramento: uma questão polêmica. In: ENCONTRO

NACIONAL DA ANPOLL, 9., 1994, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 1995. v. 2, p. 1276-1282.

7. Se o trabalho contiver ilustrações com legendas ou gráficos, usar arquivos com extensão .tiff ou .jpg, com resolução de 200 dpi para impressão em preto e branco e 350 dpi para impressão colorida, e assinalar no texto o local onde deverão ser intercalados.
8. O trabalho deverá ser gravado em disquete de computador, no programa Word para Windows, *sem* o formato da revista e devidamente identificado com uma etiqueta indicando o(s) autor(es), cujo(s) sobrenome(s) deve(m) nomear o arquivo.
9. O texto gravado em disquete deverá trazer a identificação do título do trabalho, nome do(s) autor(es) e instituição de origem ou a que os autores estão vinculados.
10. Fazer acompanhar o envio do disquete por 2 (duas) vias do trabalho impressas, numeradas e sem a identificação do autor, uma vez que os trabalhos serão encaminhados a pareceristas.
11. As cópias impressas e o disquete devem ser enviados à Revista Letras, acompanhados de uma folha contendo o nome do autor, a entidade a que está vinculado, o título do texto, o endereço, o e-mail, quando houver, e o número do telefone para contato.
12. A seção “Notas de leitura” publicará trabalhos que não se constituam propriamente em artigo de pesquisa (estrutura e extensão) e que extrapolam as características de resenha (estrutura, extensão e data de publicação da obra em pauta); neste caso, dispensam-se os resumos, mantendo-se as demais exigências.
13. As resenhas devem ter como objeto obras recentes (publicadas nos dois últimos anos) e devem apresentar como título a referência bibliográfica da obra resenhada, mencionando-se inclusive o número de páginas. O texto crítico deve manter-se no limite máximo de 3 (três) páginas.
14. O Conselho Editorial reserva-se o direito de recusar os trabalhos que não atendam rigorosamente às normas explicitadas acima.

II

Os critérios norteadores para aceitação dos trabalhos pelo Conselho da *Revista Letras* são, fundamentalmente, a relevância científica, a originalidade e a clareza dos textos apresentados.

III

O Conselho Editorial comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestões de alteração parcial ou mesmo recusado.

IV

Os autores receberão 10 (dez) separatas e 1 (um) exemplar do número da revista que trouxer sua colaboração.

V

Os originais não publicados não serão devolvidos.

STANDARDS FOR SUBMITTED WORKS

1. *Revista Letras* accepts original papers, reading notes or bibliographic reviews. Contributions must be a result of unpublished research in Letters and correlated areas. They must be formatted as theoretical essays, epistemological reflections or reports of some applied research. Works will be accepted in any of the following languages: Portuguese, Spanish, French, Italian, English or German.
2. In case of papers, it is mandatory to include, at the end of the paper and before the bibliographic references, a 250-word (maximum) abstract written in Portuguese and in English.
3. For indexing purposes include after the end of both abstracts 03 (three) keywords to describe the essence of the subject that is being discussed, both in Portuguese and in English.
4. Works must be at least 10 (ten) pages long (around 3,400 words) and at most 20 (twenty) pages long (around 7,000 words), written with 1,5 spacing.
5. Bibliographical indications must be placed in footnotes and comply with the standards for bibliographical reference, or be placed within the body of the text, as suggested: between parentheses, the author's surname, the edition date followed by colon and page number(s), if this is the case.
Example: (CANDIDO, 1971: p. 34).
6. Bibliographical references must be placed at the end of the text. They must follow Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) standards:
 - 6.a. For books, format must be as follows: AUTHOR'S SURNAME, author's name. *Book title*. Place of publication: Publisher's name, publication date. (When the edition is not the first, include the edition's number between the Book title and the Place of publication using the following format: edition number in Arabic figures. ed.
Examples: WHITTMORE, Reed. *Whole lives. Shapers of modern biography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1989.
FIGUEIREDO, Fidelino de. *A luta pela expressão: prolegômenos para uma filosofia da literatura*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
 - 6.b. For articles published in periodicals, format must be as follows: AUTHOR'S SURNAME, author's name. Article title. *Periodical name*, periodical series, Place of publication, v. periodical volume, p. pages in which the article is, date.
Example: PESSOA, Fernando. *A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada*. *A Águia*, 2.ª série, Porto, v. 1, n. 4, p.101-107, Apr. 1912.
7. If the work has pictures with banners or graphics, indicate the place in the text where they should be inserted.
8. The work must be recorded on a computer diskette (3 1/2), preferably in Word for Windows format, properly identified by a label with the author's name(s), whose surname shall name the corresponding file(s).
9. The text recorded on diskette must bear the work title, author's name(s) and institution to which the author(s) is (are) connected or institution of origin.
10. The diskette must be accompanied by 02 (two) printed and numbered copies of the work, without author identification, once the submitted works will be sent to peers.
11. Printed copies and the diskette must be sent to *Revista Letras* together with a sheet of paper, with the author's name(s), institution to which he or she is connected, title of the text, address, email, if any, and a telephone number for further contact.
12. The section "Notas de Leitura" (Reading Notes) publishes works that are not exactly research articles (in structure or length) and that exceed the characteristics of a

- review (structure, length and the publication date of the work that is discussed); in this case, abstracts are not necessary. However, all other requirements are kept.
13. Reviews must have recent works as their object (published during the last two years) and their title must be the bibliographical reference of the work that is being reviewed and mention the number of pages. A critical text must be limited to a maximum of 3 (three) pages.
 14. The Editorial Board reserves the right to refuse works that not strictly comply with the standards mentioned herein before.

II

The criteria the magazine board uses to accept works are basically the work's scientific relevance, originality and intelligibility of the submitted texts.

III

The Editorial Board will communicate the authors whether their works were accepted without restrictions, with suggestions for partial changes, or even refused.

IV

Authors will receive 10 (ten) off prints and 01 (one) issue of the magazine in which their work is published.

V

Non-published originals will not be returned.

REVISTA LETRAS
Universidade Federal do Paraná
Rua Gal. Carneiro, 460, 11º andar – Ed. D. Pedro I
80.060-150 – Curitiba – Paraná – Brasil
revlet@ufpr.br



A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), por meio do qual abre um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica em geral. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do Open Journal System, que é um *software* livre e com protocolo internacional, permitindo o envio de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema estão cadastradas 25 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O **DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA** da UFPR está encarregado da implantação e gerenciamento do Sistema.

O Sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para o envio de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS** em geral, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

O **ENVIO** de artigos é feito por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO**, passo a passo, do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores, até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções aos autores, bem como os endereços dos editores, são encontrados nas páginas de cada revista.

O trabalho de editoração é feito pela **EDITORIA UFPR**, que conta com corpo especializado de revisores das línguas inglesa e portuguesa, além de técnicos que se ocupam da formatação da versão final das revistas, dentro de padrões rígidos estabelecidos pela Editora. Findo o processo de revisão, uma cópia em pdf dos originais dos artigos é disponibilizada em meio digital para o **SER**, enquanto outra segue para impressão em gráficas de Curitiba.

Agora que você já conhece um pouco mais sobre o Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná, que tal enviar um trabalho? Então clique em **Revistas Técnico-Científicas**, na página www.prppg.ufpr.br, vá até o periódico de seu interesse, clique na capa da revista e em seguida em **ACESSO**. Lembre-se de que para enviar um trabalho você só precisa se **cadastrar** e pronto! Mas se você apenas deseja consultar trabalhos já publicados, acesse **BUSCAR** e obtenha o artigo desejado.

No entanto, se você pretende expandir sua busca a *sites* internacionais, utilize o **Public Knowledge Project**. O PKP é uma ferramenta de pesquisa sediada na Universidade de Columbia Britânica, em Vancouver, Canadá, com o objetivo de divulgar e melhorar a qualidade da pesquisa acadêmica por meio de ambientes *on-*

line, com acessibilidade global. Desde 2001 o PKP vem oferecendo programas livres para o gerenciamento e publicação de revistas científicas e conferências, que são usados em várias partes do mundo como forma de reduzir custos de publicações, ampliar a indexação e aumentar o acesso aos diversos temas de interesse da comunidade científica ou do público em geral, numa escala global.

Experimente fazer uma busca por um tema qualquer de seu interesse utilizando essa ferramenta. Vá em **BUSCAR**, digite uma palavra-chave em Busca nos arquivos, clique em **Busca no índice do PKP System** e finalmente em **Buscar**, ao lado direito da barra inferior. Com isso, você acessará artigos sobre o tema de seu interesse, publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

R. Dr. Faivre, 405 - Ed. D. Pedro II, 1ºAndar, Curitiba, Paraná, Brasil - CEP-80060-140
Telefone: (41) 3360-5331 / 3360-5332, FAX: (41) 3360-5330 - prppg@ufpr.br



sta♦obra♦foi♦impressa♦na♦Gráfica♦Ajir
♦Curitiba♦PR♦Brasil♦em♦dezembro
♦de♦2007♦para♦a♦Editora♦da♦
Universidade♦Federal♦do♦Paraná♦